



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA

ÁREA DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA E
SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICO-CIENTÍFICOS

**RIGOR SEM ÓRGÃOS: EM MEIO A RELAÇÕES DISCURSIVAS,
(R)EX(S)ISTÊNCIAS POSSÍVEIS**

DANILO OLÍMPIO GOMES

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

DANILO OLÍMPIO GOMES

**RIGOR SEM ÓRGÃOS:
EM MEIO A RELAÇÕES DISCURSIVAS,
(R)EX(S)ISTÊNCIAS POSSÍVEIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociência e Ciência Exatas do campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – Área de Ensino e Aprendizagem de Matemática e seus fundamentos Filosófico-Científicos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Roger Miarka

Rio Claro – SP

Abril 2020

G633r Gomes, Danilo Olímpio
Rigor sem órgãos : em meio a relações discursivas, (r)ex(s)istências
possíveis / Danilo Olímpio Gomes. -- Rio Claro, 2020
205 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Roger Miarka

1. Rigor. 2. Licenciatura em Matemática. 3. Disciplina de Análise
Real. 4. Filosofia da Diferença. 5. Narrativa ficcional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

DANILO OLÍMPIO GOMES

**RIGOR SEM ÓRGÃOS:
EM MEIO A RELAÇÕES DISCURSIVAS,
(R)EX(S)ISTÊNCIAS POSSÍVEIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociência e Ciência Exatas do campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – Área de Ensino e Aprendizagem de Matemática e seus fundamentos Filosófico-Científicos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação Matemática.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Roger Miarka – Orientador

Prof.^a Dr.^a Margareth Aparecida Sacramento Rotondo

Prof. Dr. Filipe Santos Fernandes

Prof. Dr. Henrique Lazari

Prof. Dr. Carlos Roberto Vianna

Conceito: Aprovado

Rio Claro, 27 de abril de 2020

INFÂNCIA
(Literatto Brasil)

*Ainda ouço o assobio que se igualava aos passarinhos que alimentava
Ainda ouço os passos correndo em tua direção para poder comer um pouco
Daquilo que tinha preparado a mais, pois sabia que desse alimento a gente gostava
Não há como esquecer daquela porteira lateral
Que nos levava a pisar em terra que não existirá igual
Onde vidas maravilhosas se fizeram por saber sentir
A beleza do que é esperar a jabuticabeira se encher
Para poder te ver em escada subir para todas poder ter
Cautela maior era ter que estar perto do tal buracão
De consciência natural de quem sempre teve a ideia de preservar
O mundo criado pelo seu imenso coração
Que sempre se pôs a assobiar a sagrada família
E hoje é digno de tal singela poesia
De quem fecha os olhos e vê tudo o que passou em tempos de criança
E de que foi criada a crença de toda esperança
De viver tudo de tamanha e imensa forma simplória
Pois da tua vida que se foi
Me vejo integrado a tamanha glória
Que mesmo da ameaça do reio escondido atrás da porta
E isso de quem se importa
Tudo se consagra gente
Já que tua figura não sai da nossa mente!*

**Dedico este trabalho
aos meus queridos avós:**

Anice

Iote (in memoriam)

Jayme (in memoriam)

Oswaldo (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

*Muitos passaram e agregaram,
permitindo escritas e devires.
Já não sou um: torno-me vários.*

Agradeço aos meus pais, Maria Alice e José Luís, e ao meu irmão, José Henrique, fontes constantes de inspiração.

Agradeço à Aline, esposa e companheira de vida, todo amor, carinho, paciência, força e incentivo ao longo do caminho, tornando possível sempre seguir. Também agradeço pelas horas de leitura atenta e correções ortográficas de cada linha deste trabalho.

Agradeço ao professor Roger, a acolhida como seu orientando. Mais que orientador, amigo e incentivador, sempre cultivou entre nós uma relação de liberdade, respeito e muita confiança, permitindo saltos rumo ao céu, mas lembrando sempre que a terra também existe.

Agradeço às duas mulheres que apontaram o caminho: professora Jucélia Stamato, mentora desde o ensino médio e graduação, e professora Rosa Baroni, orientadora de mestrado que, com sua atenção, mostrou a possibilidade real para o doutorado.

Agradeço ao grupo de estimados pesquisadores e pessoas queridas que compuseram a banca de qualificação e de defesa: professora Margareth Rotondo e professores Carlos Vianna, Henrique Lazari e Filipe Fernandes, toda a entrega na leitura das versões desta tese, bem como as riquíssimas contribuições, pensamentos e desdobramentos que ajudaram a tornar possíveis escapes, existências e resistências.

Agradeço à multiplicidade do Coletivo Cronopi@s, encarnada nas pessoas de Ronilce e Paola e Jeimy e Bianca e Jorge e Diego Mesquita, todo o apoio, revisões das primeiras versões e, de forma muito especial, ao amigo que está presente desde o início, Diego Gondim, o qual me apoiou em todos os momentos, contribuindo de maneira excepcional com pensamentos e devires e parcerias em escritas e..., sem o qual nada disso seria possível.

Agradeço ao professor Antônio Carlos Carrera de Souza que, ainda no mestrado, permitiu nosso primeiro encontro com Foucault, Deleuze e toda uma constelação que carregam consigo.

Agradeço à professora Heloisa da Silva a leitura e avaliação do projeto de doutorado, bem como todas as contribuições que permitiram um início de caminhar mais firme. Agradeço também ao professor Vicente Garnica os comentários tecidos na apresentação do projeto, bem como aos amigos Guilherme e Iria e Natália e Bruno Missé e Rose e tantos

outros que contribuíram com seus pensamentos, críticas e sugestões nos seminários, disciplinas, conversas e discussões.

Agradeço ao Grupo Im@go, na pessoa do professor César Leite, a acolhida e as ricas discussões sobre Filosofia da Diferença e toda uma adjacência espectral que não é possível ser descrita em palavras.

Agradeço aos professores que tive a honra e o prazer de frequentar os cursos nesse tempo de doutorado: professor Henrique Lazari, que me mostrou uma lógica; professor Marcus Maltempi, que me apresentou uma generalização e uma essência; professor César Leite, que me apontou uma infância e um devir.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, na pessoa de Inajara, toda a prontidão e boa vontade em ajudar com as partes burocráticas.

Agradeço a todos os amigos do IFAL, cujos laços se deram no campus Piranhas, por ouvirem, acompanharem, perguntarem sobre o andamento da pesquisa e por emanarem boas energias para que tudo ocorresse bem.

Agradeço a todos os estudantes que, no desenrolar de nossas aulas, puderam compartilhar pensamentos e vivências, o que contribuiu muito para vários momentos de composição e crescimento pessoal.

Agradeço ao Instituto Federal de Alagoas o afastamento parcial que permitiu o tempo necessário para a composição desta tese.

Agradeço, enfim, a todos os outros que fazem parte disso que nos tornamos e que, por ora, são despossuídos de nomes. Aos que ajudaram direta ou indiretamente na composição destas linhas, deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa, como uma espécie de barco, devém composição que se lança num mar em busca de uma dobra. Uma prega na linha do fora na qual seja possível inventar um dentro habitável e dar passagem a afetos disso que é conhecido por rigor. Um rigor que se relaciona à disciplina de Análise Real, a qual é contemplada numa grande maioria de cursos de licenciatura em Matemática em nosso país. Tal rigor mostra-se discursivamente atrelado a muitas práticas que ocorrem na formação de professores de Matemática, as quais influenciam sobremaneira a forma como licenciandos lidam com a própria graduação e com suas práticas profissionais. Em nossa composição, adotamos uma estética de escrita-fluxo, em que narrativas ficcionais foram compostas tendo como inspiração e suporte vivências experienciadas pelo próprio autor e por toda uma multidão de sujeitos e obras que o circundam e o atravessam, no intuito de construir uma Tese sem Órgãos, ou seja, uma composição desprovida de uma organização prévia. Para tal, estabelecemos alianças teóricas mais estreitas com o pensamento arqueológico de Michel Foucault e com o conceito de Corpo sem Órgãos, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, bem como consonâncias junto a constelações teóricas que orbitam cada um desses pensadores. Desta maneira, nas linhas rizomáticas compostas a partir de acoplamentos, desacoplamentos e interrupções de fluxo causadas nas e pelas narrativas construídas, foi possível operar nas fissuras e pensar o conceito de Rigor sem Órgãos, o qual convida a uma composição outra, em que o intuito é a criação de novos possíveis, permitindo escapes das linhas que estabelecem relações de poder e que mantêm o rigor cristalizado em seu próprio artigo definido. Assim, atravessando um discurso hegemônico e estruturante, inaugura-se um tratamento do rigor na Educação Matemática, instalando-o como existência e resistência, em que os restos discursivos de um rigor constituído podem ser tomados para a produção de um rigor na ordem do acontecimento.

Palavras-chave: Rigor. Licenciatura em Matemática. Disciplina de Análise real. Filosofia da diferença. Narrativa ficcional.

ABSTRACT

This research, as a kind of boat, becomes composition that is launched in a sea in search for a fold. A crease in the line of the outside in which it is possible to invent a habitable inside and give passage to affections of that which is known as rigor. A rigor that is related to the discipline of Real Analysis, which is included in a large majority of undergraduate courses in Mathematics in our country. Such rigor is shown to be discursively linked to many practices that occur in the formation of mathematics teachers, which greatly influence the way they deal with their own graduation and their professional practices. In our composition, we adopted a flow-writing aesthetic, in which fictional narratives were composed having as inspiration and support experiences experienced by the author himself and by a whole multitude of subjects and works that surround and cross him, in order to build a Thesis without Organs, that is, a composition without prior organization. To this goal, we established closer theoretical alliances with the archaeological thought by Michel Foucault and with the concept of Body without Organs, by Gilles Deleuze and Félix Guattari, as well as consonances with theoretical constellations that orbit each of these thinkers. In this way, in the rhizomatic lines composed from couplings, decouplings and interruptions of flow caused in and by the constructed narratives, it was possible to operate in the cracks and think about the concept of Rigor without Organs, which invites a different composition, in which the intention it is the creation of new possibilities, allowing escapes of the lines that establish power relations and that maintain the crystallized rigor in its own definite article. Thus, crossing a hegemonic and structuring discourse, a treatment of rigor in Mathematics Education is inaugurated, installing it as existence and resistance, in which the discursive remains of a constituted rigor can be taken to produce a rigor in the order of the event.

Keywords: Rigor. Mathematics degree. Real analysis discipline. Difference philosophy. Ficcional narrative.

RÉSUMÉ

Cette investigation, comme une espèce de bateau, est une composition qui est jeté à la mer à la recherche d'un pli. On dira que ce pli est une création d'une ligne de l'extérieur dans lequel il est possible d'inventer un dedans pour être habiter et où lequel on peut laisser passent des affections de ce qui est connu sous le nom de rigueur. Cette rigueur est le qui se rapporte au cours de l'Analyse réelle, qui est envisagée dans une grande majorité des cursus des Licence Mathématiques dans notre pays. Une telle rigueur est discursivement liée à des nombreuses pratiques qui se produisent dans la Licence Mathématiques, qui influencent tellement la façon dont les enseignants traitent leur propre formation académique et leurs pratiques professionnelles en tant que enseignants des mathématiques. Ainsi, dans notre composition, nous avons adopté une esthétique d'écriture qu'on appellerons écriture-flux, dans laquelle des récits fictifs ont été composés en ayant comme inspiration et support les expériences vécues par l'auteur lui-même et par toute une multitude de sujets et d'œuvres qui l'entourent. De cette façon, cet exercice d'écriture cherche construire une Thèse sans organes, c'est-à-dire une composition dépourvue de toute organisation préalable. Pour cela, nous avons établi des alliances théoriques plus proche avec la pensée archéologique de Michel Foucault et avec le concept de Corps sans organes de Gilles Deleuze et de Félix Guattari, ainsi que d'autres alliances à côté des constellations théoriques qui gravitent autour de chacun de ces penseurs. Dans les lignes rhizomatiques composées à partir des couplages, découplages et interruptions de flux provoqués dans et par les récits construits, il a été possible d'opérer dans les fissures et de penser au concept de Rigueur sans organes. Ce concept nous invite à une autre composition, dans laquelle l'intention est la création de nouvelles possibilités, permettant qu'on puisse échapper des lignes qui établissent des relations de pouvoir et qui maintiennent la rigueur cristallisée dans leur propre article défini. Ainsi, traversant un discours hégémonique et structurant, est inauguré un traitement de la rigueur dans l'Éducation Mathématique, l'installant comme existence et résistance, dans lequel les restes discursifs d'une rigueur constituée peuvent être pris pour produire une rigueur dans l'ordre de l'événement.

Mots-Clés: Rigueur. Licence Mathématiques. Cours de l'Analyse réelle. Philosophie de la différence. Narration fictive.

O perigo, em suma, é que em lugar de dar fundamento ao que já existe, em lugar de reforçar com traços cheios linhas esboçadas, em lugar de nos tranquilizarmos com esse retorno e essa confirmação final, em lugar de completar esse círculo feliz que anuncia, finalmente, após mil ardis e igual número de incertezas, que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrinhado e na direção de um final que não é fácil prever.

Michel Foucault

Experimentar o fora é, pois, fazer-se um errante, um exilado que se deixa levar pelo imprevisível de um espaço sem lugar, pelo inesperado de uma palavra que não começou, de um livro que está ainda e sempre por vir.

Tatiana S. Levy

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	14
1. DA INQUIETAÇÃO À BUSCA POR UMA POÉTICA DO/NO RIGOR.....	17
1.1 Comichões ou atos de friccionar a pele com as unhas	17
1.2 Mas, afinal, que bicho te/me/se mordeu?	26
1.3 Quem está a(qu)í?	48
1.4 Espasmos ou contrações (in)voluntárias de um corpo-tese sem órgãos?.....	54
1.5 A que pode? Como pode? Pode?	61
1.5.1 Possibilidades estéticas para uma escrita-fluxo.....	65
2. A NAU.....	71
3. RIO DE MIL BRAÇOS.....	79
4. NUANCES AO FORA: LÁ DENTRO	81
5. PANDORA.....	90
6. PROVAS E REFUTAÇÕES	93
7. A VOSSA SENHORIA, COM CERTA URGÊNCIA	94
8. O EU E O OUTRO	97
9. O CLÉRIGO	100
10. GRÉCIA	119
11. TERCEIRO INCLUÍDO	121
12. MONSTRUOSIDADES, SENTINELAS E DELIMITAÇÕES.....	128
13. ABERTO	134
14. SEDIMENTAÇÕES	135
14. CIRCULARIDADES	144
15. BASTA!.....	145
16. TRANSMUTAÇÃO	148
17. E, DE REPENTE, UM ROUBO.....	149
18. RIGOR SEM ÓRGÃOS	153
19. COMO CONTAR SEGREDOS DE UMA PESQUISA QUE NÃO CONTA, MAS QUE TEM VONTADE DE CRIAR E PRODUZIR?.....	154
EPÍLOGO	176
SEQUESTROS, ROUBOS E ANTROPOFAGIA	183



¹ BRY, T. de. **Cena de Canibalismo** (a partir de “Americae Tertia Pars”), 1592. Gravura colorida. Service Historique de La Marine, Vincennes, France. In: <<https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/imagens-para-pensar-o-outro/1-recursos.html>> . Moldura modificada. Acesso em: 06 fev. 2019.

PRÓLOGO

O homem de barba e cabelos ruivos, Hans Staden, deixou relatos acerca de suas expedições em terras desconhecidas, as quais lhe mostraram novidades jamais vistas em sua bela Alemanha. Escreveu um livro em 1557 que, em tradução ao português do Brasil, foi designado por *Viagem ao Brasil*² – título muito menor que o original, o qual comportava nada menos do que sessenta palavras.³

Nessa obra há várias gravuras desse novo mundo descoberto, aparentemente compostas pelo próprio autor. Mas a gravura que o contém não está na referida obra nem mesmo foi elaborada por suas mãos: foi composta por um ourives e editor chamado Theodor de Bry, quase quarenta anos após as enunciações vivenciadas pelo contemporâneo. Uma cena baseada na cena descrita por outro que vivenciou uma experiência em uma cena composta por vivências junto a outros seres humanos, os quais, claramente, tinham costumes outros daqueles habitualmente vivenciados por Staden: comiam a carne de outros seres de mesma espécie. *Canibalismo*.

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.⁴ Um ritual composto a partir de uma certa relação com a alteridade: é preciso selecionar meus outros em função da potência vital que sua proximidade intensifica. Afeto e sou afetado por esses outros a ponto de absorvê-los em meu corpo,⁵ para que partículas de sua virtude integrem-se à química da alma e promovam seu refinamento.⁶

² Segundo Neto (2008, p. 3), a única tradução direta do texto original ao português é de 1930, feita por Alberto Löfgren e Theodoro Sampaio. Entretanto, a primeira tradução para o português (a partir de um texto em francês) foi feita por Tristão de Alencar Araripe, em 1892. Essa tradução “é praticamente ignorada, pois [...] peca por ser ‘errônea e carente de notas’” (STADEN, 1988, p. 23, apud NETO, 2008, p. 3). In: NETO, W. P. **Hans Staden**: tradução como leitura. Relatório de iniciação científica. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. In: <<https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xvcongresso/paineis/871159.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2020.

³ “História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão”.

⁴ Andrade (1976).

⁵ Concordamos com Ruidiaz (2018, p. 35) que, ao parafrasear Nietzsche, diz que “un corpo puede ser definido como ‘uma relação entre forças’ como el fenómeno de una fuerza ser afectada por otra. El ser afectado no se traduce en un instante pasivo de determinada fuerza, sino que revela su sensibilidad al poder de la otra fuerza”.

⁶ Rolnik (1998).

Parece muito difícil um pensamento que leve a uma ideia totalizante e estruturante de mundo: mesmo se elevássemos nosso pensamento a um fora potencial, somente uma entidade semelhante a algum deus seria o resultado deste movimento analítico transcendente. Mesmo se utilizássemos todas as caixas de ferramentas ungidas nos templos mais profundos da hermenêutica, ainda assim, correríamos o risco de percorrer densa névoa.

É que, quando tentamos compreender e interpretar, facilmente podemos ser capturados pelos braços invisíveis da identidade, os quais designam uma referência àquilo sobre que se pretende lançar luz e, desta forma, materializa-se um freio no infinito – o qual se mostra como movimento frenético daquilo que simplesmente acontece, imanente ao próprio acontecimento. É como se, a cada compreensão que afirmássemos, tirássemos uma fotografia com nossa *Polaroid* e ficássemos a contemplar o *pause* que demos naquilo que olhávamos. A coisa continua a movimentar-se e a foto passa a ser somente um registro de um momento de olhada e nada mais que isso. Perde-se todo o resto enquanto se debruça a entender a fotografia – velocidade instantânea obtida através de uma derivada do espaço em função do tempo. *Instante*. Um freio que ocorre somente para aquele que pensa que interpretou. Um mundo continua mundo, em toda a sua complexidade, em toda a sua mutagênese errante, que persiste.

A impossibilidade de compreensão e interpretação parece ser, então, uma espécie de constante àqueles que empenham esforços na direção de capturar limites de existências a partir de *derivadas*. Sendo assim, ao invés de tentarmos tecer compreensões e interpretações por meio de capturas instantâneas, pretendemos lançar nosso *corpo junto com* o investigado, para que passemos a compor,⁷ também, aquilo que chamam de objeto de pesquisa e também de pesquisa. Tudo isso para que seja possível operar por *diferenciais*, as quais podem possibilitar que diferenciemos *diferenças* no mais próximo em que suas velocidades se apresentem. Uma composição na qual as linhas da pauta vão sendo (in)(es)(circuns)critas conforme se toca o instrumento e as modulações vão acontecendo. As notas, por sua vez, vão ecoando à medida que os dedos atingem os trastes, pressionam e arranham as cordas, seguram a pena e lançam as colcheias e semifusas no pentagrama infinito.

⁷ Inspirado em Corazza & Tadeu (2003).

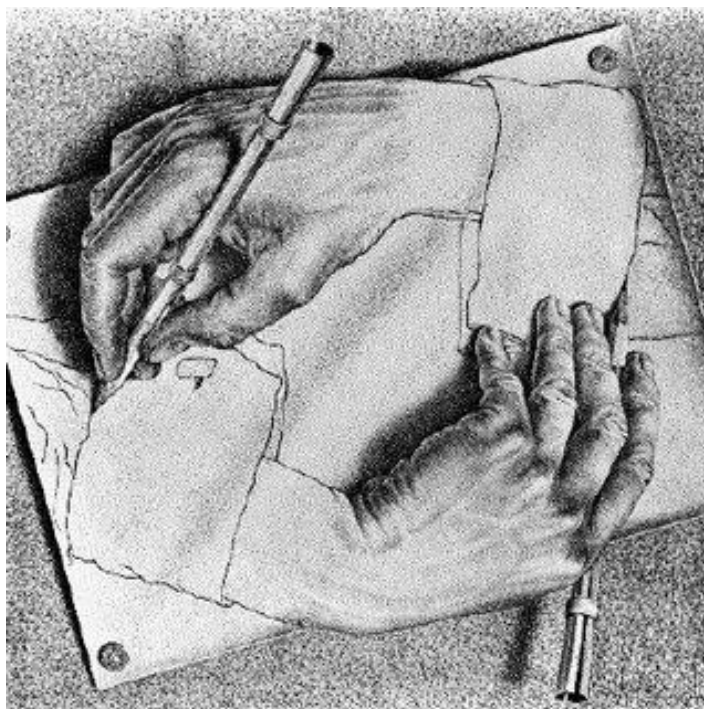


Figura 1: Drawing Hands⁸

A disciplina de Análise Real, como é comumente designada, está presente nas ementas de muitos cursos de licenciatura em Matemática⁹ no Brasil e é comum ouvirmos, em muitos lugares, que ela é formal e rigorosa por tradição, que sempre foi assim e é assim que deve ser. Nunca havia me incomodado com isso, afinal, nossos ouvidos acostumam-se quando se ouve falar sempre a mesma coisa acerca de algo, ainda mais quando essa é a única coisa que se ouve. Aquilo passa a ser a nossa *referência*, o que nos faz reconhecer aquilo como sendo aquilo que é. Mas algo passou a incomodar: que rigor é esse? Que *pode* esse rigor? Que linhas podem ser *narradas* acerca de sua *problematização*? Que *corpos* produz?

⁸ ESCHER, M.C. **Drawing Hands** (1948). Litogravura 28.2 x 33.3 cm. In: <<http://www.arteeblog.com/2015/08/analise-de-drawing-hands-de-m-c-escher.html>>. Acesso em 18 set. 2018. Ressaltamos que traremos a indicação de “*Figura n*” quando entendermos que a figura aparece como citação, como complemento. Nos casos em que entendermos que a figura se relaciona de forma mais íntima com a composição, atrelando-se mais fortemente aos escritos, traremos a referência em forma de nota de rodapé.

⁹ Optamos por grafar com letra inicial maiúscula por estarmos nos referindo à área do conhecimento denominada e institucionalizada atualmente por Matemática. Quando estivermos num outro contexto, utilizaremos inicial minúscula. Essa posição também será adotada para o nome de disciplinas, para outras áreas do conhecimento e para níveis de ensino. Ressaltamos que essa opção não se aplica a citações, as quais seguirão a opção ortográfica das autoras e autores.

1. DA INQUIETAÇÃO À BUSCA POR UMA POÉTICA¹⁰ DO/NO RIGOR

1.1 Comichões ou atos de friccionar a pele com as unhas

Em que momento tem início a escrita de uma tese? Tento pensar quando foi depositada na folha de papel, digital ou vegetal, a primeira palavra, a fim de ser eleita como componente primário da primeira frase disto que constitui esta Tese de doutorado. O Autor teria escrito a próprio punho ou utilizado as pontas dos dedos para cravar os caracteres mais primitivos disparados por uma série de agentes não localizáveis? Teria sido a primeira palavra do título ou alguma componente do corpo de uma das seções? Qual a gênese de uma tese escrita, pronta e acabada – desse produto que você, Leitor, tem aí em suas mãos e sobre a qual, desde sua abertura, deposita um olhar curioso no intuito de averiguar até que ponto o Autor conseguiu avançar em sua busca? O que antecede todo e qualquer ato, precedendo qualquer pensamento, quando se leva em consideração a composição desse emaranhado, o qual você acaba de integrar, consciente ou não de que uma saída poderá nunca ser encontrada?

Para responder a essas indagações, um bom exercício ao Autor seria recordar-se de cenas dele mesmo preso à escrivaninha, com as costas arqueadas, permitindo que seus óculos ficassem a poucos centímetros da tela cintilante, tendo como intuito fazer com que as palavras pudessem atravessar sua testa e espatifar-se nos pixels do retângulo.

Teria ele ficado inerte, olhando as palavras aparecerem do lado esquerdo do cursor, as quais, como num passe de mágica, passariam a ocupar seus devidos lugares nas linhas e entrelinhas? Teria passado a limpo algo que estava escrito em seu caderno de notas? Teria decodificado algum pensamento aleatório que o atormentava por dias a fio ou teria produzido algo novo junto a esses vestígios antigos no próprio ato de escrever? Considerar-se-iam as anotações em sua própria pele, das coisas que pensou enquanto estava no interior de um veículo de transporte público a caminho de seu trabalho, numa cidade no interior do estado de Alagoas? Ou tudo o que é válido para compor a Tese seriam os escritos oficiais no papel timbrado? Em que momento começa a escrita de uma tese? Aliás, ela termina em algum momento?

Olhando daqui, por mais que esforce minhas vistas em direção a suposto ponto de fuga infinitamente distante, um vislumbre mais nítido esbarra na observação de uma possível

¹⁰ Do grego *poiein*: “criar”, “inventar”, “gerar”.

cortina de névoa temporal, a qual faz com que tal ponto pareça permanecer obscuro no limiar daquilo que já foi, mas que, entretanto, segue virtualmente visível ao passo que a Tese persiste em ser escrita, composta no intervalo de momentos por outras palavras que teimam em aparecer numa corrida frenética entre páginas, dedos, cursor e tipos. Tese que *é* na medida em que *acontece*.

Pensemos: seria mesmo possível um único início ou o que poderia ocorrer seria que, a cada piscar de olhos, aconteceriam novos (re)começos para isso que é composto e se compõe por partículas de movimentos de aparente fluidez? Uma palavra escrita dá-se no momento em que começa ou em que acaba de ser escrita? Haveria um *entre* em que fosse possível capturar um “*há uma palavra aqui*”? Sua potência acontece na escrita ou na leitura da palavra, efetuada por mim, por você ou pelo Autor? Ou inicia no momento em que começa a ser pensada? Aliás, quando tem início um pensamento? Essas palavras estão vivas ou jazem desfalecidas, à espera de um enterro decente?

Isso faz com que me lembre de algo: ainda na Educação Básica, nossos professores nos ensinam algo que passou a ser (dizem muitos matemáticos) uma das ideias estruturantes fundamentais daquilo que entendemos por Matemática atualmente: a ideia de *sucessor*, ou seja, a existência de uma função $s: \mathbb{N} \rightarrow \mathbb{N}$, injetiva, que associa a cada $n \in \mathbb{N}$ um elemento $s(n) \in \mathbb{N}$, chamado de sucessor de n . Lembremos que existe um único elemento de $\mathbb{N}$ que não é sucessor de nenhum outro – muitos autores chamam esse número de 1 e alguns o chamam de 0.

Nessa perspectiva, é possível definir o *antecessor* de um número natural: “um elemento $a \in \mathbb{N}$ chama-se antecessor de $b \in \mathbb{N}$ quando se tem $a < b$ mas não existe $c \in \mathbb{N}$ tal que $a < c < b$ ” (LIMA, 2014, p.55). Evidentemente, todo número natural possuirá um antecessor, com exceção de 1 (ou de 0), justamente porque não há nenhum natural menor do que 1 (ou menor do que 0) pela própria definição de sucessor.

É claro que uma criança em tenra idade não terá essa ideia formada da maneira que está cravada em muitos livros dedicados ao estudo da Teoria dos Conjuntos ou mesmo da Análise Real, como representado anteriormente, tendendo a levar consigo somente o que vivenciou em sua experimentação junto aos próprios parentes e/ou professores/amigos da escola – ou seja, dado qualquer número natural (com exceção do primeiro, seja 1 ou 0), sempre existirá um número que vem *antes* dele e um número que vem *depois* dele.

Pensemos agora em um estudante um pouco mais velho que se dá conta de algo difícil de acreditar até então: quando expandimos o conjunto dos números inteiros e atravessamos a fronteira dos números racionais – ou seja, daqueles números que podem ou

não ser inteiros, os quais escrevemos na forma $\frac{a}{b}$, em que a e b são inteiros e $b \neq 0$ –, percebemos que entre os números 2 e 3, por exemplo, existem infinitos números e que, além disso, não é mais possível verificar qual é o número que aparece imediatamente depois de 2 ou imediatamente antes de 3, já que sempre é possível encontrar a média aritmética entre um número próximo de 2 (ou de 3) e ele mesmo.

Por exemplo, poderíamos pensar que 2,9999999999 está suficientemente próximo de 3, e poderíamos sugerir que ele fosse o antecessor de 3 (ou seja, que não existiria $c \in \mathbb{Q}$ tal que $2,9999999999 < c < 3$); para derrubar essa conjectura, bastaria que tomássemos a média aritmética entre esses dois números, ou seja, $\frac{2,9999999999+3}{2} = 2,99999999995$, o que nos faz encontrar um número ainda mais próximo de 3 do que aquele que tínhamos proposto inicialmente, ou seja, existe $c = 2,99999999995 \in \mathbb{Q}$ tal que $2,9999999999 < c < 3$). Por conta desse fato, diz-se que o conjunto dos números racionais é *denso*: ao dispormos, em pontos, números racionais em uma linha reta, sempre existirá uma infinidade de outros números racionais (pontos) entre dois racionais quaisquer.

Percebe-se, então, que o Autor encontra-se na mesma posição daquele jovem ao perceber que, a depender do conjunto no qual está trabalhando, torna-se impossível verificar o que vem imediatamente antes de um ponto específico. Em outras palavras, para cada ponto ao qual possa chamar de início de sua tese, pode encontrar outro que esteja entre este início elencado e o ponto em que se encontra – o que faz desaparecer a ideia de um possível antecessor.¹¹

Nesse caminho, aproximando esse pensamento ao de nosso problema, pensando cada momento de uma trajetória rumo à escrita da Tese como pontos de uma linha (reta ou não) e, tentando verificar qual o momento de escrita que antecede todos os outros, caímos na armadilha da densidade da linha, o que nos força a aceitar que para cada momento definido como início existe outro, anterior, que pode ser tomado como inicial – e, dessa forma, o ato de buscar pelo início de uma escrita tornar-se-ia, para o Autor, algo enfadonho e sem sentido, já que sempre seria possível encontrar um novo começo, dado um início qualquer.

Entretanto, nessa armadilha da densidade, há ainda outra armadilha que precisa ser evidenciada: a armadilha da/na *continuidade*. Foucault (2015b), ao preocupar-se em estruturar suas práticas em análise de práticas discursivas e não-discursivas operadas por ele em suas

¹¹ Lembrando que, aqui, estamos tomando como ponto de vista o da Análise Standard.

primeiras obras,¹² alerta para a necessidade de precauções no que toca ao que ele mesmo denomina por *continuidades irrefletidas*, pelas quais costumam se organizar muitos discursos – ainda mais aqueles que são destinados a descrever certa *história*. Segundo ele, deveria haver uma renúncia referente a dois temas, os quais estão ligados um ao outro, ao mesmo tempo em que se opõem: o primeiro deles, o qual nos interessa neste momento, quer que “jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro; que além de qualquer começo aparente há sempre uma origem secreta – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente” (FOUCAULT, 2015b, p. 30-31).

Ora, pensando acerca da ideia *daquilo que vem imediatamente antes*, sobre que vínhamos falando, essa origem secreta seria a própria ideia do antecessor inexistente: qualquer que fosse o número elencado, sempre haveria outro, mais secreto, que levaria o título de antecessor. Desse modo, fica evidenciada uma problemática ainda maior para o Autor: esse início existencial da Tese não somente parece ser impossível de ser alcançado, mas o que faz com que essa impossibilidade exista vai além da ideia de densidade do discurso, a qual conjecturamos anteriormente. Parece que é a sua *continuidade* (irrefletida, como nos diz o pensador) que faz com que exista esse ponto inalcançável, de modo que, existindo, não há formas de capturá-lo em seu momento primordial.

Se saíssemos em busca desse suposto ponto, Foucault (2015b, p. 30) alerta que seríamos fatalmente “reconduzidos, através da ingenuidade das cronologias, a um ponto infinitamente recuado, jamais presente em qualquer história; ele mesmo não passaria de seu próprio vazio; e a partir dele, todos os começos jamais poderiam deixar de ser recomeço ou ocultação” ao mesmo tempo, tanto isso quanto aquilo. E, assim, seríamos capturados pela armadilha da/na armadilha: pensar que o início para esta Tese sempre fica obscuro, que todo início escapa a qualquer determinação histórica – afinal, estamos tentando compreender como o Autor descreverá a história da Tese – e que todo começo estabelecido seria um recomeço de algo que já teria começado anteriormente é uma armadilha que, a partir de agora, carece ser evitada.

Desse modo, parece-nos que esse caminho de negar um começo em detrimento de um ponto obscuramente escondido nos confins da história do próprio Autor e na história da história do Autor e assim por diante, o qual desiste de encontrar a origem da escrita desta Tese

¹² Aqui estamos nos referindo às seguintes obras: *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *As Palavras e as Coisas* (1966). A obra que é dedicada a essa estruturação e mesmo compreensão de suas práticas de análise é denominada *A Arqueologia do Saber* (1969).

em função de ela simplesmente não existir, não nos levaria a lugar algum que não fosse um aprisionamento operado pela rede denominada por Foucault de *continuidades irrefletidas*.

Mas, e se trocássemos o questionamento? E se pensássemos nas *inspirações* que levaram a essa composição que você, Leitor, tem em mãos?

Se olharmos por esse lado, talvez seja possível elencar tais *inspirações*, não no sentido de que formam um conjunto de fatores mais simples do que a própria escrita, mas porque são fragmentos de pensamentos e angústias que acompanham o Autor e nele estão impregnadas desde muito tempo, muito antes de ser aluno integrante da pós-graduação em Educação Matemática e tentar começar a escrever uma tese – mas não antes do que sua própria memória consiga lembrar.

No entanto, ainda aqui gostaria de dividir outro pensamento que pode tornar mais complexo o ato de trazer algo pela memória: o Autor é professor de Matemática desde o ano de 2007, atuando na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e, mais recentemente, no Ensino Superior. Nessa caminhada, de tempos em tempos é surpreendido com uma pergunta comum de se fazer àqueles que decidiram dedicar sua vida à docência (e não somente a estes): *Por que escolheu essa profissão?*

Ele sempre responde da mesma forma: o gosto por ensinar as primeiras notas ao violão e o encanto pela Matemática da Educação Básica, mais especificamente do Ensino Médio, junto ao grande incentivo de uma professora¹³ que marcou sua vida naquele nível de ensino e, depois, também, no Ensino Superior, o fizeram traçar o caminho da docência e escolher a Matemática como campo de atuação. Entretanto, por mais que essa síntese histórica esteja muito clara em sua mente quando lhe fazem tal questionamento, não se recorda de ter pensado nos verdadeiros motivos que o levaram a seguir aquele caminho até o momento em que foi indagado pela primeira vez acerca do assunto.

Assim, mesmo tendo total certeza de que foi daquela maneira que ocorreu, sempre fica em dúvida se a resposta que dá ao questionamento condiz com o que aconteceu ou se as imagens que constituem sua memória formam uma aproximação construída a partir de suas vivências, expectativas, perspectivas, alegrias e decepções. Invenção de alguma artimanha do subconsciente – se é que este existe – no intuito de preencher uma lacuna que o questionamento inicial faz surgir na densidade (continuidade irrefletida) de seu próprio ser.

Poderia acreditar em sua própria justificativa para algo que desenvolve há mais de uma década ou teria que aceitar que toda a trajetória já é por si só a justificativa? Será que

¹³ Prof.^a Ma. Jucélia Maria de Almeida Stamato.

cada uma de suas lembranças sempre esbarrariam no crivo da própria seletividade da mente (o que faria com que assumíssemos que a subjetividade molda e cristaliza cada singularidade a seu bel prazer)?

A tentativa de responder a esse questionamento o levaria a um mundo maravilhoso acerca das sinapses cerebrais, neurociência, psicologia e toda uma gama de conhecimentos oriundos de estudos acerca do pensamento humano e das relações deste com formas de saber (e de poder). No entanto, após essa investigação, no momento em que o Autor desse a resposta derradeira, não cairia na mesma armadilha, já que responderia a mais um questionamento e, para isso, deveria *formular* sua *própria* resposta?

Desse modo, continuo a pensar: como pode o Autor saber de que forma teve início a Tese e, mais ainda, como saber começá-la de modo que você, Leitor, não tenha dúvidas acerca de onde começa seu próprio caminhar no interior desse emaranhado? Como encontrar e definir o início disso que iniciou sabe-se lá quando, inspirado sabe-se lá em quantas coisas que integram o pensamento, consciente, subconsciente e inconsciente do Autor?

Lembro-me perfeitamente de que, certa vez, o Autor discutiu esse assunto com um amigo estudioso da Fenomenologia. O Autor estava mergulhado em estudos sobre práticas discursivas, jogos de poder, linhas de força – estudos estes balizados pelos ditos e escritos de Michel Foucault e temperados com o pensamento rizomático de Gilles Deleuze e Félix Guattari. O Autor insistia que, por estar atrelado a uma rede de forças da qual seria apenas um nó, foi levado a questionar-se sobre aquilo que estava tentando compreender em seu projeto de doutorado, justamente por estar cercado por discursos que foram capazes de sustentar e fazer irromper seu próprio discurso.

Em outras palavras, defendia que o discurso que tornara plausível a enunciação de sua questão de pesquisa só foi possível porque outros discursos ouvidos, disseminados, suprimidos, assimilados e dissolvidos ao seu próprio redor proporcionaram um pensar sobre aquilo que se propunha a pesquisar – caso contrário, discursos outros teriam surgido ou, em último caso, nada teria acontecido e o Autor não teria tentado sequer começar a escrever esta Tese.

Já o amigo, com um olhar totalmente interiorizado, perguntou ao Autor o que o levou a procurar sua antiga orientadora para analisar as relações estabelecidas entre alunos de licenciatura e professores da Educação Básica com a disciplina de Análise Real. Ele (o amigo) afirmava que só foi possível a iniciativa de perseguir aquele questionamento devido a uma angústia interna, algo que o incomodava e que o fez, por conta própria, sem interferência do meio, procurar maneiras para responder às perguntas referentes ao tema que escolheu para o

mestrado, as quais fizeram despontar novas angústias internas que culminaram numa nova busca, agora, no doutorado.

Desse modo, pergunto: como pode o Autor desta Tese falar de suas *inspirações* se ele pode não saber exatamente de onde vieram, sobre o que repousam e de que maneira é tocado ou se deixa tocar por elas? Deve empreender esforços à ação de descrever cada uma de suas *inspirações*? Ou, ainda, deveria o Autor demonstrar o caminho de suas *expirações* ao longo da empreitada? O que faz com que (*se*) *ins-pire*?

Devemos tomar cuidado com esses questionamentos, pois aqui, novamente, é muito fácil cair em outra armadilha. Segundo Foucault (2015b, p. 30-31), há um segundo tema atrelado àquele evidenciado há alguns parágrafos, como havia dito. Esse tema afirma que, para todo discurso manifesto há um já-dito no qual ele, o discurso, repousa secretamente. Foucault diz que esse já-dito não seria “simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro” (FOUCAULT, 2015b, p. 30-31).

Analisando a fala do amigo fenomenólogo, esse jamais-dito poderia ser visto como a *intuição*, uma espécie de *voz da consciência*, interna e intocável, que fez com que o Autor sentisse a necessidade de perseguir seu questionamento. Já para o Autor, seria o discurso que sustenta o seu próprio discurso, embasado em outros discursos e esses em outros e, assim, indefinidamente, até convergir para esse limite do jamais-dito, buraco negro que inspira os próprios discursos pronunciados do/pelo Autor. Mas, onde está a armadilha, afinal?

Assumindo esse tema, essa voz silenciosa como certa, supõe-se, segundo Foucault (2015b, p. 30), que “tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar”. No caso da intuição ou dos discursos prévios, seria essa voz silenciosa que sopra o que deve ser dito, essa espécie de *murmúrio*. Dessa forma, ainda segundo o pensador, o discurso manifesto “não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz” (FOUCAULT, 2015b, p. 30). Ou seja, a própria voz silenciosa, o jamais-dito, estaria (ex)(im)plodindo o próprio discurso atrelado a ele, criando uma espécie de *vácuo*.

Assim, parece-nos que o problema do Autor, ao empreender esforços na tentativa de iniciar a escrita da Tese, é algo muito mais complexo do que pensávamos. Nesse caminho, corroborados por Foucault (2015b), entendemos que essa complexidade e impossibilidade de falar da origem e inspirações à moda que estamos acostumados se dá por tomarmos o discurso

do Autor – este que, esperamos, esteja prestes a inundar as páginas da Tese com suas palavras e suas coisas – como uma *continuidade*. Lembremos que Michel Foucault chama a atenção para a *irreflexão* acerca destas continuidades que se assumem, logo de início, quando se propõe um olhar para determinado discurso.

Logo, esse problema da *continuidade* poderia levar o Autor e, porque não dizer, também você, Leitor, a ser capturado por essas armadilhas, ou seja, a condenar a “análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica” ou destinando-a (a análise do discurso do próprio Autor) “a ser interpretação ou escuta de um já-dito que seria, ao mesmo tempo, um não dito” (FOUCAULT, 2015b, p. 31). Para solucionar esse problema e não cairmos também nessa armadilha, uma possível saída para o Autor – se este quiser mesmo iniciar a escrita desta Tese o quanto antes – seria “renunciar todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (FOUCAULT, 2015b, p. 31).

Mas você, Leitor, poderia indagar: se o Autor renunciar a sua própria continuidade, ele ignoraria a forma pela qual nós, seres humanos, aparentemente, somos construídos: compostos, dia após dia, de/por/entre/através de uma continuidade (mesmo que irrefletida, mesmo que psicológica, mesmo que imaterial – rio de Heráclito). E, aqui, responderia ainda com Foucault guiando meu pensamento: não se trata de recusar essas “formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso” (FOUCAULT, 2015b, p. 31), de forma que se consiga arrancá-las de sua quase evidência, a fim de que se liberem os problemas que essas continuidades colocam para o próprio Autor e para tudo aquilo que este deseja compor e expressar através de seus próprios discursos – ou seja, para que seja possível ao Autor, de uma vez por todas, iniciar a escrita da Tese.

Nas palavras de Foucault (2015b, p. 31):

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença de sua origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (grifo nosso).

Vejamos que compreender de que maneira um discurso nasce e se reproduz nada tem a ver com a busca por suas origens primordiais. O que é necessária é essa prontidão em acolher cada momento do discurso em sua *irrupção* de acontecimentos, na pontualidade que

aparece e na dispersão temporal que o faz metamorfosear-se nas linhas e entrelinhas de um texto – no caso, desta Tese de doutorado. Tratar esse discurso no jogo das instâncias do próprio discurso do Autor e perceber quais linhas entrelaçam e alinhavam tudo aquilo que o Autor diz, através das palavras que saem de seus dedos, de seu ser, e quais linhas produzem escapes e/ou escapam de sua teia discursiva.

E por que julgo necessário esse olhar junto ao que o Autor está prestes a lhe dizer? Ora, porque o Autor compõe-se como um *ser humano*! Ele não somente se inspira, mas também aspira e expira. Ele *respira*! Como capturar a respiração de um ser humano, afinal de contas?

Ele é um ser humano, vivo, o qual efetua movimentos junto à vida no mesmo instante em que está vivendo. Que tenta escrever a Tese de doutorado ao mesmo tempo em que se e(in)screve nas linhas de si mesmo. Ele sente a escrita ao mesmo tempo em que experimenta o próprio mundo que o rodeia, de forma que sua rotina comporta seu ato de escrever do mesmo modo que sua escrita reflete o cotidiano nas linhas e entrelinhas da Tese e dele mesmo. Ele escreve *a* Tese. A Tese *o* escreve. Ele *torna-se* a Tese. A Tese passa a ter seu rosto, a ser uma máscara (ROLNIK, 2016) para isso que o atravessa: desejo de afirmar sua própria vida nas entrelinhas da Tese.

Na Tese passa a correr seu próprio sangue. As linhas, suas veias. O que é Tese e o que é Autor já não importa mais. O que *é* já não faz mais nenhum sentido. Eles (e, aqui, Nós também entramos) tornam-se um único emaranhado. Metamorfoses rizomáticas¹⁴ descontinuamente metamorfos compositoras de um corpo totalmente desordenado e sem órgãos¹⁵ que também compõe a si próprio enquanto é (com)posto.

Trazendo de volta o pensamento numérico, pensemos que é como se o Autor se tornasse um número irracional totalmente perdido na densidade da linha real – que, de maneira nenhuma, é reta. Você, na posição de Leitor – e não se acanhe se for desse tipo de leitor – espera, incansavelmente, que o Autor mostre-lhe um corte de Dedekind que deixe claro e exato em que lugar se encontra, esclarecendo totalmente aquilo que o antecede e a infinidade daquilo que o precede, constituindo-se, ele mesmo, como supremo do primeiro

¹⁴ Segundo a Botânica, rizoma é um caule subterrâneo, no todo ou em parte, de crescimento horizontal e polimorfo, sem uma direção clara e definida. Em sua obra *Mil Platôs*, volume I, Deleuze e Guattari tomam emprestado o termo para se oporem à ideia cartesiana de árvore e se referirem a um agenciamento de forças, de linhas que se emaranham e formam uma multiplicidade, em que se ligam, se confundem, se espalham e se alastram, crescendo onde há espaço, criando seu próprio ambiente. É neste sentido que a palavra está sendo utilizada aqui.

¹⁵ Falaremos sobre o conceito de Corpo sem Órgãos (CsO) mais adiante.

conjunto e ínfimo do outro, a fim de tornar compacta, num simples ponto, a complexidade que o compõe.

Entretanto, o máximo que conseguirá receber serão os pontos de acumulação ao seu redor, mas não num sentido de convergência: serão pontos de *dispersão* (FOUCAULT, 2015b) de seu próprio discurso, os quais constituem sua mônada, se assim posso dizer. Faça o que bem entender com esses grãos de areia espalhados aos seus pés: se quiser, apresse-se para conseguir uma peneira, a qual lhe servirá para encontrar um ponto específico que lhe agrade mais e com o qual você possa se *identificar*. Jogue-os para o alto e escolha um, aleatoriamente, se preferir. Agarre-o, fazendo com que esse ponto torne-se o que você quiser que seja. Ele pode ser tudo aquilo que você bem entender. Não me importo. A mim, daqui onde me encontro, cabe observar, capturar e produzir(lo-te-se-vos-lhe-me).

O quê? Mal educado, eu? De maneira alguma.

O quê? Você quer tirar suas próprias conclusões acerca disso que acabo de dizer? Acha que estou traçando um Autor moldado aos meus próprios olhos e que isso lhe tira toda e qualquer possibilidade de conhecê-lo por intermédio de seus crivos e julgamentos?

Muito bem.

Deixemos que ele se descreva, falando acerca daquilo que acha que foi o caminho que o trouxe até aqui, um dos seres constituintes das páginas desta Tese, de forma a pincelar sua tinta-sangue e fazer aparecer algumas nuances daquilo que já foi e disso que está sendo e daquilo que ainda será, num movimento de escrita que tece a si mesmo, conforme linhas descritivas embaraçadas acumulam as páginas e teus olhos.

1.2 Mas, afinal, que bicho te/me/se mordeu?

Não me recordo exatamente quando foi que meu interesse pelos métodos infinitesimais e/ou analíticos teve início. Talvez no contato com a disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, já que aqui, sentado, não consigo recordar-me de ter efetuado o estudo das funções no Ensino Médio. Minha memória sempre falha quando tento lembrar-me de coisas que vivenciei como aluno, visto que minha prática enquanto professor de Matemática sempre deixa os pensamentos inter-relacionados, ou seja, tenho a tendência de misturar

experiências minhas como aluno e como professor. Assim, sempre que me proponho a recordar alguma vivência na posição de estudante, nunca tenho certeza se foi realmente aquilo que ocorreu.

Para tentar fugir disso, gosto de pensar através de imagens. Desde que me recordo, isso sempre funcionou e é assim que venho fazendo até hoje para me lembrar das coisas: utilizo cores diferentes para destacar frases em livros, anotações e tudo o que puder. Também gosto muito de desenhar as ações que estão sendo descritas, seja num livro de romance ou mesmo em livros técnicos, tanto de Matemática, quanto de Filosofia e História – áreas pelas quais fui cativado e que ajudaram a tornar possível minha entrada no doutorado.

Gosto de desenhar porque a imagem que é construída por mim no momento da leitura tende a carregar muitos aspectos daquilo que li e ainda fica cristalizada na folha de papel, na maioria das vezes, às margens do livro ou do caderno de notas, podendo ser revisitada. No entanto, há um efeito colateral: a imagem sempre é composta num determinado momento e junto a pensamentos que, de algum modo, habitavam minha mente no momento da leitura. Quando retorno à ela (à imagem), a tendência é que haja uma (re)construção de possíveis significados e o que tenho, na maioria das vezes, são pensamentos outros daqueles da concepção da imagem.

Por falar em imagens, quando me recordo do Cálculo, lembro-me do primeiro professor que apresentou essa disciplina a mim: o professor Welton. Grande pessoa, tanto de coração quanto em sua estatura. Lembro-me que tinha uma verruga na face e que tinha os olhos acometidos por um leve estrabismo e, além disso, de que era extrovertido e muito inteligente – além de comprometido. Certa vez, Welton estava resolvendo um problema à lousa e não conseguia encontrar uma resposta apropriada. Lembro-me que disse assim: “Ei, pessoal, vou ali fora conversar com a planta e já volto. Tudo bem?” (do lado de fora da sala de aula, no corredor, havia uma planta num vaso). Após uns dois minutos, Welton voltou trazendo a resposta. Como naquele tempo o advento dos *smartphones* ainda não havia ocorrido e, conhecendo-o como conhecia, certamente deve ter conversado com os silêncios da planta. O problema foi resolvido e a aula seguiu.

Lembro-me de Welton pelo seu jeito extrovertido, bem assim por algo mais, um gesto (imagem) que fez com que eu pensasse acerca da ideia de limite de uma maneira totalmente particular: quando explicou pela primeira vez o conceito de *tender* a um número fixo, ele uniu a ponta dos dedos indicadores, que estavam ligeiramente arqueados, bem em frente a seus olhos e ficou aproximando-as e afastando-as, uma da outra, olhando fixamente para o seu encontro, envesgando bem os olhos enquanto as pontas se juntavam. Ocorre que

essa é, até hoje, a *minha imagem* de limite – mesmo trabalhando esse conceito no Ensino Superior, definindo-o a partir da ideia intuitiva de limite ou mesmo pensando-o através de sua definição formal munida de épsilons e deltas, é assim que me lembro, inicialmente, do *que é* o limite: à medida em que as pontas dos dedos aproximam-se uma da outra, existe um número para o qual está se aproximando também a função.

O gosto pelo Cálculo me fez observar os colegas de turma, os quais possuíam muitas dificuldades diante dos temas abordados – fato que me fez querer compreender de quais maneiras aqueles licenciandos lidavam com a disciplina. Assim, foi a isso que dediquei meu trabalho de conclusão de curso, o qual pôde mostrar que muitos alunos finalizam a licenciatura em Matemática sem carregar consigo uma justificativa para a existência dessa disciplina na grade de um curso que prepara professores para atuar na Educação Básica. A imagem que se formava àquela época, então, era a de um grande abismo que separava a Educação Básica do Ensino Superior. Já a disciplina de Cálculo parecia contribuir, em muito, para que aquele buraco se tornasse cada vez mais profundo.

Sem ter plena compreensão acerca de possíveis causas que poderiam levar licenciandos a se posicionarem daquela forma diante de uma disciplina que, para mim, mostrava-se tão bela e de total importância, decidi empreender esforços no intuito de iniciar os estudos na Pós-Graduação em Educação Matemática,¹⁶ inicialmente com a ideia de trabalhar as dificuldades oriundas da disciplina de Cálculo, debruçando-me sobre aqueles entraves encontrados na transição entre a Educação Básica e o Ensino Superior – e vice-versa, no caso dos professores recém-formados.

No entanto, ao conhecer minha orientadora de mestrado,¹⁷ percebi que havia outro nicho que poderia potencializar aquele estudo e me fazer sair de uma possível zona de conforto acadêmica, uma vez que já havia muitos trabalhos dedicados àquele tema: sob sua orientação, decidimos tecer compreensões acerca de como se dava a relação entre a disciplina de *Análise* – que, dentre as possíveis visões que tínhamos, podia ser considerada como aquela que dá sustentação teórica ao Cálculo – e alunos da licenciatura em Matemática, bem como professores atuantes na Educação Básica.

Assim, perseguindo o questionamento: “como licenciandos e professores de Matemática da Educação Básica veem a disciplina de *Análise*?”, empreendemos esforços no intuito de ampliar compreensões já encontradas por alguns autores da região de inquérito da

¹⁶ Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro/SP (2009-2013).

¹⁷ Professora Dr.^a Rosa Lúcia Sverzut Baroni.

Educação Matemática – tais como Soares, Ferreira e Moreira (1999); Pinto (2001); Reis (2001); Ávila (2002); Batarce (2003); Souza (2003); Moreira, Cury e Vianna (2005); Bolognizi (2006); Ciani, Ribeiro e Júnior (2006); Pasquini (2007); Lima e Dias (2010); Otero-Garcia (2011); Martines (2012); dentre muitos outros – os quais apontavam que a disciplina mostrava-se como algo sem sentido àqueles que se dedicariam a lecionar em níveis de ensino anteriores ao Ensino Superior – ou seja, o mesmo problema encontrado com a disciplina de Cálculo, só que envolvido por outras potências, outras relações.

Sendo assim, por meio de entrevistas semiestruturadas e adotando uma postura inspirada na Fenomenologia, efetuamos reduções¹⁸ que nos ajudaram a compreender como os discursos pronunciados pelos nossos sujeitos de pesquisa convergiam em certos pontos e escapavam em outros. Especialmente estes últimos, que divergiam do que se esperava, pareciam apontar para novos caminhos compreensivos ainda não antevistos.

Tais discursos formariam a base para que pudéssemos construir nossas sínteses compreensivas na dissertação de mestrado. No entanto, o que escapava das falas dos sujeitos e de nossos próprios pensamentos foi, pouco a pouco, nos deixando inquietos. Assim, após leituras e releituras, começamos a articular alguns escapes, os quais foram de fundamental importância e tornaram possível propor ao professor Roger Miarka, orientador desta tese, as ideias que estruturaram nosso projeto de doutorado – ideias estas que tentarei elucidar a partir de agora e que ajudam a compor nosso pano de fundo.

Dentre muitas coisas, percebemos que a disciplina de Análise estabelece relações muito fortes com a de Cálculo, o que fez com que o seguinte questionamento viesse à tona: se alguns conteúdos do Cálculo são aprofundados e tratados de forma mais cuidadosa na disciplina de Análise e outros são abordados somente nesta disciplina, o que a impede de ser apresentada em um momento anterior? Ressaltamos que essa foi uma fala de um dos sujeitos de nossa pesquisa de mestrado, a qual vai ao encontro daquilo que aponta Cavamura (2016), ou seja, de que nos primeiros cursos de licenciatura em Matemática no Brasil, na década de 1930, não havia distinção entre Cálculo e Análise.¹⁹

¹⁸ No trabalho em questão, Gomes (2013, p. 202-263), foram efetuadas reduções e construídas três categorias abertas, as quais foram hermeneuticamente analisadas e compreendidas, a saber: *A pre-sença da Análise na licenciatura em Matemática*, *A Análise como corpo de conhecimento* e *A Análise e a abertura de horizonte de possibilidade do professor*.

¹⁹ Para o início dos trabalhos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em São Paulo, onde aparece o primeiro curso de licenciatura em Matemática no Brasil, em 1934, “vieram professores de Portugal, da França, da Itália e da Alemanha. Da França [veio] [...] Luigi Fantappiè – professor de Análise, Cálculo Integral e Diferencial da Universidade de Bolonha, para a cátedra de Análise Matemática” (CAVAMURA, 2016, p. 100). “A partir do ano de 1936 foram desenvolvidos os cursos regulares em três anos. No primeiro ano, o Prof. Luigi Fantappiè ministrava, dentro de sua cadeira de Análise Matemática, o curso conforme o programa regular, que de forma sucinta constava de: teoria dos conjuntos lineares [...], funções e teoria dos limites, teoria das derivadas

Naquele momento de escrita de nossa dissertação, pareceu-nos que certa *necessidade* levou Descartes (1596 – 1650), Fermat (1601 – 1665), Newton (1642 – 1726), Leibniz (1646 – 1716) e muitos outros a contribuírem para o desenvolvimento de técnicas de estudo e manipulação disso que conhecemos hoje por funções. No entanto, mesmo após consolidada como conhecimento que potencializava as investigações sobre máximos, mínimos, retas tangentes, áreas sob curvas e muitos outros, aquela abordagem diante dos métodos tradicionais (entenda-se geométricos) fez surgir certo incômodo no tocante aos seus fundamentos. Ou seja, mesmo trazendo uma espécie de revolução ao pensamento dito analítico (e, por que não dizer, matemático), ainda era preciso que aquela abordagem fosse capturada por práticas discursivas ora aceitas como validadoras de novas teorias. Em outras palavras, mesmo com sua aplicação, restava ao Cálculo o crivo da institucionalização como área do conhecimento – restava passar pela barreira do *rigor*, imposta em grande parte por críticos aos trabalhos de Newton e Leibniz (e de muitos outros).

Se tomarmos as palavras do bispo George Berkeley (1685 – 1753) em sua obra *O Analista*, originalmente publicada em 1734 – na qual criticou ferrenhamente os trabalhos que se embasavam em quantidades infinitamente pequenas – como um possível marco para essas críticas mais duras e olhando a História sob um olhar contínuo e ingênuo (FOUCAULT, 2015b, p. 30-31), poderíamos pensar que a Análise seria o fim dessa trajetória, ou seja, que os esforços empreendidos para que as bases do Cálculo pudessem ser estruturalmente sólidas e livres de contradições levaram à consolidação da Análise como campo do conhecimento (é isto o que faz, grosso modo, Bourbaki (1950), por exemplo, quando descreve uma espécie de *evolução* dos conceitos matemáticos), levando-nos a pensar que o Cálculo, a partir dessas novas bases, deveria ser tratado conforme os pressupostos da Análise.

No entanto, quando pensamos junto a autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Friedrich Nietzsche, dentre outros, e junto ao orientador desta tese, bem como junto ao nosso grupo de pesquisa e estudos e saltos e voos e viagens e invasões e roubos e desterritorializações e..., o Coletivo Cronopi@s, alguns questionamentos começam a brotar,²⁰ especialmente quando deixamos em suspenso o dualismo causa-efeito, o qual, nesse contexto, pressupõe que todo conhecimento matemático desenvolvido irrompe na linha da História da

das funções de uma variável e suas aplicações, integrais das funções de uma variável, teoria das funções de mais variáveis [...], integrais de funções de mais variáveis [...], aplicações geométricas do Cálculo Diferencial e Integral [...] e equações diferenciais” (CAVAMURA, 2016, p. 138).

²⁰ Entendemos que muitos desses questionamentos foram compostos em conjunto, o que torna praticamente impossível o ato de precisar de onde vieram e em que ordem foram aparecendo na composição de nosso projeto de doutorado – o qual se metamorfoseia continuamente e passa a se materializar nesta tese.

Matemática como consequência de algum outro conceito que estava incompleto, carente de elucidação e estrutura.

Essa suspensão nos convida, então, a pensar esse *rigor* que se institucionaliza através da consolidação do que ficou conhecido como Análise Matemática (ou, o que também é comum escutarmos, Análise Real), não como uma resposta à falta de um rigor mais sólido do qual um conhecimento *antecedente* carece – uma espécie de transcendência de valores da qual esse conhecimento necessita para se tornar mais abrangente e adaptado ao conhecimento *precedente* – mas, sim, como um movimento que acontece na própria prática discursiva que ocorre em determinado espaço e tempo, submetido as suas próprias regras de formação e disseminação, através das quais se torna possível seu aparecimento – ou seja, engendrando-se junto a algo que é *imane*nte à própria prática que o faz irromper e permanecer.

Nesse sentido, o que estamos querendo dizer é que nos deparamos com algo que não está distante (seja levando em consideração a cronologia histórica ou mesmo o vasto campo teórico que se relaciona a esse pensamento rigoroso do qual estamos falando), mas, também, que não está totalmente visível, já que a rede discursiva à qual estamos submetidos em nosso presente tende a nos levar a esse distanciamento, direcionando-nos a compreender esse rigor como única forma possível de se chegar onde se queria chegar, ou seja, a uma necessidade necessária para que a Análise fosse institucionalizada como tal.

Assim, parece que estamos diante de algo muito próximo, mas que não pode ser visto: diante de uma espécie de *exterior*, de *fora*, que só pode ser vislumbrado (jamais acessado, já que, neste caso, não seria mais exterior e, sim, interior) se abandonarmos a ideia de se chegar a alguma essência, ou mesmo em modos de se pensar acerca do pensamento que levou esse rigor a ser forjado – como dito, o risco de se entregar a essas nuances seria o de sermos conduzidos a uma *interioridade* (FOUCAULT, 2009) que, por mais ampla que fosse, teria como limite o fechamento em si mesma. Nada de errado aconteceria se enveredássemos por esses caminhos, no entanto, através de nossa jornada, que passa pelo mestrado e segue no momento da escrita deste trabalho, entendemos que o que procuramos é algo diferente: algo fora dos limites, ou melhor, para além de limites, que nos permita certos escapes, que torne possível um pensar junto com *linhas de fuga*²¹ (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Uma produção num *entre*, numa *fenda*.

²¹ O conceito de *linha de fuga* está intimamente relacionado ao conceito de *rizoma*, composto por Deleuze e Guattari na obra *Mil Platôs*. De maneira geral, como dissemos, um rizoma é um ato de resistência à ideia de árvore, tão difundida no meio acadêmico-científico-social por meio dos pensamentos de Descartes, amplamente difundidos, os quais dizem que a filosofia seria uma árvore, cuja raiz seria a metafísica, o caule a física a sua copa e frutos, a ética. Sendo assim, segundo Deleuze e Guattari (2011a, p. 25-26), “todo rizoma

Nesse caminho, inicialmente pensamos que a jornada dar-se-ia por meio de algumas *reflexões* acerca dessa possibilidade do *fora*, o que poderia nos mostrar alguns caminhos a seguir em nossa busca. No entanto, passamos a entender que o ato de pensar através de *reflexões* não nos ajudaria muito, pois

todo discurso puramente reflexivo arrisca na verdade reconduzir a experiência do exterior à dimensão da interioridade: a reflexão tende, irreversivelmente, a reconciliá-la com a consciência e desenvolvê-la em uma descrição do vivido em que o “exterior” seria esboçado como experiência do corpo, do espaço, dos limites do querer, da presença indelével do outro (FOUCAULT, 2009, p. 224).

Como diz Foucault (2009), sob esse aspecto é necessário transformar a linguagem reflexiva, de forma que ela se volte, não para uma confirmação anterior (que viria com nossas incursões científicas através desta pesquisa de doutorado, por exemplo), ou mesmo para uma espécie de certeza central de onde essa confirmação não poderia mais ser desalojada, mas, antes,

para uma extremidade em que lhe seja preciso sempre contestar: atingido o seu próprio limite, ela não vê surgir a positividade que a contradiz, mas o vazio em que vai se apagar; e na direção desse vazio ela deve ir, aceitando se desencadear no rumor, na imediata negação daquilo que ela diz, em um silêncio que não é intimidade de um segredo, mas o puro exterior onde as palavras se desenrolam infinitamente. [...] Nenhuma reflexão, mas esquecimento; nenhuma contradição, mas a contestação que apaga; nenhuma reconciliação, mas o repisamento; nenhum espírito na conquista laboriosa de sua unidade, mas a erosão infinita do exterior; nenhuma verdade se iluminando, enfim, mas o jorro e a miséria de uma linguagem que desde sempre já começou (FOUCAULT, 2009, p. 224-225).

E como perceber esse exterior, como atingir determinado *limite* e, a partir dali, contemplar o próprio vazio que se apaga cada vez mais na própria *erosão infinita* desse exterior? Uma luz, pelo menos, já temos: mais do que reflexões, serão necessárias *torções*.²²

compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito [...].”

²² Segundo a Física, “torção é a deformação de um sólido em que planos vizinhos sofrem, cada um deles, um deslocamento angular relativo a outros planos, ou seja, é a deformação que um objeto sofre quando se lhe imprime um movimento de rotação, fazendo girar em sentido contrário às suas partes constituintes” In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tor%C3%A7%C3%A3o_f%C3%ADsica>. Acesso em 31 out. 2019. Seguindo esse pensamento, gostaríamos de utilizar o conceito de *torção* juntamente ao que Deleuze faz, ou seja, torcer e torcer um discurso até encontrar *diferença*. É um termo que se adere a outro, muito mais provocador, o de *enrabada filosófica*, uma forma de violentar determinado discurso (ou personagem conceitual, na terminologia deleuzeana), de forma a fazer nascer deste estupro um filho monstruoso, defeituoso, “no sentido de produzir uma inter-relação, na medida em que seu método procura desdobrar-se em torno das possibilidades de se percorrer

Torção i: *Como e por quem (ou o que) um critério é julgado verdadeiro no intuito de atestar a veracidade de uma teoria (discurso)?*

Se partirmos do pressuposto de que “as verdades são ilusões, das quais se esqueceu o que são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam a sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas” (NIETZSCHE, 1999, p. 57) e, alinhando essa ideia ao pensamento de Foucault (2015b) acerca da produção e disseminação (bem como deflagração e desaparecimento) de discursos – o qual demonstra que há uma rede discursiva composta por *práticas discursivas*, em que se emaranham os discursos tomados como verdadeiros e vindouros e também os falsos e esquecidos – somos levados a constatar que as maneiras utilizadas para se verificar uma verdade necessitam, elas mesmas, ser constatadas e assumidas como verdadeiras.

Ou seja, o critério para verificar a veracidade de algo deve ser verdadeiro e essa veracidade do critério deve (?) ser atestada por algo ou alguém, a fim de seu discurso ser, ele mesmo, crível e entendido como verdadeiro. Quem ou o que faz isso? É algo posto por alguma entidade ou por algum sentimento nato a todo e qualquer ser humano, percebido sempre como algo *a priori* de toda verdade? Seria uma força verdadeira que nos habita, essência do ser humano, *bem* supremo alcançável somente com muito esforço pelas mais brilhantes mentes da humanidade? Seria alguma divindade?

Se olharmos com calma para os discursos dos sujeitos entrevistados em nossa pesquisa de mestrado, cada um, a seu modo, acreditava que o discurso disseminado no interior da disciplina de Análise carregava o *verdadeiro* em seu cerne: mesmo que muitos não vissem aplicações na Educação Básica ou então assumissem que nunca entenderam sequer uma palavra da disciplina, parece-nos que esse *verdadeiro a priori* estaria fortemente atrelado aos discursos acerca da Análise que circulam no interior da licenciatura em Matemática. Vejamos dois exemplos:

[...] [a disciplina de Análise] era muito formal, muito teórica, muito difícil de entender, em resumo assim... [...] Uma coisa que não sai da cabeça também é que [a disciplina de Análise] é realmente difícil. [...] [A Análise] era uma disciplina assim, que exigia muito raciocínio né? Muita discussão, muito exercício a gente não conseguia sair do lugar, muito difícil de escrever, de pôr as ideias no papel...²³

determinado assunto elevando-o até sua última potência com a finalidade de produzir agenciamentos que estabeleçam uma conexão infinita” (SOLER; KAWAHALA, 2017, p. 3).

²³ Fala de uma professora de Matemática da Educação Básica, extraída de Gomes (2013, p. 240), designada pelo pseudônimo de Tânia.

Eu não entendia nada do que aquela professora tava passando. Eu copiava.²⁴

Nessas falas é possível pressupor quão verdadeiros são os discursos pronunciados no interior da disciplina: os conteúdos são tão *difíceis* que resta ao licenciando *aceitar* essa dificuldade e debruçar-se no intuito de alcançá-la e superá-la – o conteúdo é difícil porque o assunto em si é formal e teórico, o que exige muito do estudante. Percebamos que não é proposto nenhum questionamento perante aquilo que está sendo estudado: junto à pesquisa de mestrado notamos que, no máximo, os sujeitos questionam sua aplicabilidade na Educação Básica, ou mesmo a ordem em que os assuntos são apresentados, mas nunca questionam os critérios de veracidade dos próprios conteúdos: estes são sempre verdadeiros e devem ser assimilados, não importa quanto trabalho isso demande. Em outras palavras, o conteúdo da disciplina está no patamar de uma *verdade*: ou tenta-se alcançá-la através de muito esforço, ou não se compreende e simplesmente reproduzem-se no caderno de notas de aula as linhas expostas na lousa. Isso pode ser visto em outra fala:

[Na disciplina de Cálculo a gente] questionava o professor e o professor respondia a gente, porque todo aquele questionamento [...]: “Pra que Cálculo se eu não vou trabalhar isso no ensino fundamental?” a gente questionava... Mas, em Análise, eu não sei se a gente chegou ao ponto de desistir e não questionar ou se era por conta também do professor [...]. Mas eu acho que não, eu acho que a gente já não estava mais questionando nessa fase [...], a gente não fazia mais esse tipo de questionamento.²⁵

O não questionamento acerca das aplicações dos conteúdos da Análise na Educação Básica também pode levar à ideia de aceitação de que aquilo é verdadeiramente importante, sem que seja necessária uma justificativa mais concisa: se está na grade de estudos, o que o estudante tem a fazer é se esforçar para ser aprovado – sua aplicabilidade e utilidade ficam pressupostas. No início do curso, na disciplina de Cálculo, os questionamentos ainda surgem. Mas, em Análise, não mais: já é o final do curso, o estudante, subjetivado pela *ordem discursiva*²⁶ que sustenta as práticas que ocorrem na disciplina e na própria licenciatura, para de questionar, pois entende que não será respondido, e passa a compreender que deve aceitar o que está posto e seguir rumo a práticas que o levem à aprovação (ou à reprovação, caso não

²⁴ Fala de uma professora de Matemática da Educação Básica, extraída de Gomes (2013, p. 240) designada pelo pseudônimo de Roberta.

²⁵ Fala de uma professora de Matemática da Educação Básica, extraída de Gomes (2013, p. 188), designada pelo pseudônimo de Tânia.

²⁶ Em consonância com Foucault (2000, p. xv), entende-se que ordem discursiva “é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo uma às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem”.

consiga atingir os níveis estipulados). Possíveis relações com a futura prática docente serão percebidas conforme esse estudante sentir necessidade – se senti-la.

E, aqui, podem ser encontradas, pelo menos, duas linhas distintas (mas não disjuntas) de raciocínio: uma diz que há uma verdade *a priori* acerca dos próprios conteúdos da disciplina; já outra, aponta para a possibilidade de haver verdades sobre essa verdade, que parecem materializar-se em forma de *costumes* que vão sendo praticados nas relações que ocorrem entre os sujeitos que estão em contato com a Análise e seus conteúdos. Costumes estes que devem ser aceitos e, também, praticados para que a aprovação junto à disciplina seja possível e o título de *licenciado* seja alcançado, permitindo que a profissão docente ou mesmo estudos posteriores sejam exercidos.

No entanto, por mais que pareça natural que a disciplina de Análise seja formal, teórica e, por isso, difícil, que os questionamentos sobre sua aplicabilidade na Educação Básica não ocorram e que *técnicas* surjam, aparentemente de forma natural, para dar conta da aprovação dos alunos e futuros professores de Matemática – chegando ao ponto de observarmos um dos sujeitos²⁷ entrevistados para a nossa dissertação de mestrado concluir que o ato de decorar era *sinônimo* de disciplina de Análise –, entendemos que essas práticas e comportamentos são, de alguma forma, aprendidos e desenvolvidos ao longo da vida acadêmica do estudante, sendo algo ensinado e disseminado. Ou seja, algo que se *naturaliza* no interior da disciplina através de práticas, cristalizando-se de alguma forma – em outras palavras, são práticas que seguem determinada ordem discursiva, como dissemos, estabelecida no interior das fronteiras de um discurso.

Com esse exemplo, é possível perceber que há um discurso acerca dos conteúdos da Análise tomado como verdadeiro *a priori* que deve ser disseminado pelo professor que leciona a disciplina no intuito de se fazer compreender (ou não), tornando possível (ou não) que seus alunos sejam aprovados. Há também o discurso sobre esse discurso verdadeiro, que também é verdadeiro na medida em que é aceito e disseminado: um discurso composto numa trama de *costumes*, que se espalha no interior da rede discursiva da própria disciplina e traça uma espécie de perfil para a mesma: ela é difícil, é formal, é teórica (GOMES, 2013). Ordem discursiva estabelecida e respeitada junto aos discursos que foram ou não, são, serão ou não pronunciados no *território* da disciplina.

No entanto – e é aqui que gostaria de chamar a atenção – esse discurso é sempre invisível, nunca se mostra explicitamente. De outra forma: esse discurso fica num limiar

²⁷ Essa fala foi proferida novamente pela professora cujo pseudônimo é Roberta.

inalcançável para aquele que tenta, ingenuamente, acessá-lo e tocá-lo com suas próprias mãos.

Para deixar mais claro:

[...] a Análise serviu para quê? Somente para eu tirar meu diploma? Acredito que não; sei que tem alguma coisa lá, ainda mais porque teve muita gente que disse – e eu tenho consciência disso [...]. Essas pessoas que me disseram que existem muitas relações entre a Análise e a Educação Básica são pessoas que moram comigo e que são da matemática pura. Quando eu perguntava para que a Análise servia, eles respondiam que servia para muita coisa de lá [matemática pura]. Mas, quando eu perguntava o que dava para explicar com a Análise, lá na escola, eles se calavam, me deixando sem resposta alguma. Então, parece ser claro que é necessário aprender Análise para dar aula na Educação Básica, mas o motivo disto parece estar profundamente oculto. Eu conheço somente uma pessoa na graduação que consegue fazer esse tipo de relação, mas é porque essa pessoa estuda à parte e é superinteligente; então acaba conseguindo fazer isso. Mas, se pensarmos que é um curso onde ingressam quarenta alunos e somente um consegue estabelecer essas relações, é algo muito complicado.²⁸

Essa estudante afirma *saber que tem alguma coisa lá*. A verdade está na disciplina, seja acerca de sua aplicabilidade – como é o caso na fala acima – ou mesmo acerca de seus próprios conteúdos. Essa *coisa* está lá, no interior, esperando ser descoberta pelo aluno que cursa licenciatura em Matemática. No entanto, sempre oculta *a priori*. Muitos ficam esperando o professor elucidar e explicitar essa verdade obscura; já outros, subjetivados, desistem de pensar acerca disso e somente aceitam a forma como tal verdade lhes é apresentada.

Percebamos que a constatação de não saber acerca das relações entre o que é falado na disciplina e a Educação Básica, acerca *daquela* verdade, faz com que a estudante assuma que será menos capaz de abordar os assuntos naquele nível de ensino – já que parece aceitar que não saberá explicar muitos assuntos, mesmo tendo-os visto na licenciatura – justamente por existir essa *falta*.

Ou seja, o desconhecimento dessa verdade que ela sabe que existe, mas que desconhece por completo, já a coloca em um patamar inferior em relação as suas próprias referências e a modelos de bom professor. Isso pode ser visto na fala de outro professor da Educação Básica que também contribuiu em nossa dissertação de mestrado, no momento em que discorria acerca de uma possível distinção entre uma Análise para matemáticos e outra para não matemáticos:

Ele [o professor da disciplina de Análise] deixou bem claro: “Não adianta, todo mundo querer... todos os quarenta, cinquenta alunos, estariam no mesmo ponto. Uns têm mais facilidade, mais habilidades e o que vocês que não têm precisam

²⁸ Fala de uma aluna da licenciatura em Matemática extraída de Gomes (2013, p. 245, grifos nossos), designada pelo pseudônimo de Estela.

fazer? Ralar muito mais. Pra vocês chegarem no nível desse... Então nós chegamos a essa conclusão. Por exemplo, o cara que tem uma certa habilidade, ele estuda uma hora por dia; nós, meros mortais, tínhamos que estudar cinco horas pra tentar chegar no mesmo patamar que aquele cara. Mas é normal, eu vejo isso nos alunos da sala de aula hoje: tem aluno que você falou uma vez, duas ((Daniel estala os dedos)) ele pegou a ideia; outro, você precisa trabalhar, paralelo, dar atividades adicionais, sentar do lado, pegar na mão, pra ele chegar um pouquinho próximo. Então nós chegamos a essa conclusão, ele realmente... ele era muito aberto ao diálogo; ele não mudava o padrão da aula dele, ele falava assim: “Olha, eu sou contratado para dar o melhor, então eu vou dar o melhor. Eu sou contratado para manter o nível de universidade; eu vou dar o nível de universidade. Então, eu não tenho que descer; vocês têm que subir”. Então, por isso que nós não brigávamos com ele, assim: “Ah, não sei o que...”, não tinha birra do professor, não tinha ódio do professor, falava: “Ah, ele tá certo, nós estamos vacilando. A gente precisa chegar no nível dele”. Mas não é fácil, tanto é que ele tá lá e eu estou aqui... Simples.²⁹

Com essa fala conseguimos perceber que existe algo que estabelece *lugares* nos quais habitará esse ou aquele sujeito que se relaciona com a disciplina de Análise: existe o lugar daqueles que conseguem atingir o nível esperado pelo professor, bem como o lugar para aqueles, *meros mortais*, que não conseguem. Daniel mostra-nos que não adianta todos quererem estar num mesmo patamar, num mesmo lugar do *saber*, pois cada um estará em determinado *nível*. Além disso, haverá sempre um nível adequado, almejado, que está acima, fora do alcance do *mero mortal* – ou seja, um nível que sempre *transcende*. Ao professor cabe somente *manter o nível de universidade*, sem *baixá-lo* – aos que conseguirem atingir esse nível, *ascender* a esse patamar, caberá a conquista de sentar-se ao lado do mestre e chegar à tão sonhada cátedra universitária. Ao restante, cabe a Educação Básica.

Percebamos, ainda, duas coisas: a primeira é que Daniel diz que esse fato é algo natural nas relações que ocorrem em salas de aula, ou seja, é *normal* que existam alunos que tenham mais facilidade e mais dificuldades em relação a determinado conteúdo. A segunda – e aqui pensamos ser um ponto de convergência interessante com o que vínhamos falando – é a aceitação de que o professor está correto em sua posição, quando Daniel afirma que o mesmo está *certo* e que eles, os estudantes da disciplina de Análise, estariam *vacilando*, pois eles é que precisariam atingir o nível estipulado.

Destacamos que, com esse pensamento, não estamos atrás de juízos de valor acerca de coisas boas ou más, certas ou erradas, que possam aderir a atitudes como as do professor descritas por Daniel. O que estamos colocando em evidência é, justamente, a posição desse professor da Educação Básica, ou seja, do próprio Daniel que, ao relatar acerca de sua

²⁹ Fala de um professor da Educação Básica extraída de Gomes (2013, p. 140-141, grifos nossos), designado pelo pseudônimo de Daniel.

experiência junto à disciplina, afirma que a atitude do professor descrita não gerou *birra*, pois o professor estava *certo*.

Uma atitude que destaca como *simples* o fato de *ele estar lá e eu estar aqui*. Em outras palavras, chamamos a atenção para a falta de questionamento acerca dessa posição, para a aceitação dessa verdade, para a sujeição a esse regime de verdade estipulado e seguido no interior da disciplina, dessa *simplicidade* aparente, dessa *transparência* cristalina que deixa tudo muito *claro* – ou seja, dessa *normalidade* manifesta, que estabelece duas polaridades possíveis para o nível estipulado como regulador: *lá* e *aqui*.

Essas constatações seguem ao encontro de um outro discurso, também corriqueiro em disciplinas tais como a de Análise: disciplinas como essa elevam o nível de pensamento do licenciando e futuro professor a um patamar superior. Ou seja, têm o potencial de fazer com que licenciando/licenciado abordem os conteúdos trabalhados na Educação Básica com maior domínio e profundidade. É isso que podemos constatar em Souza et al. (1991, p. 13), ou seja, que é “certamente consensual a ideia de que qualquer professor de Matemática deve saber mais matemática do que aquela que vai ensinar” e também do que diz um professor da disciplina de Análise num depoimento a Martines (2012, p. 84): “[...] é importante que o professor saiba por que funciona aquilo que ele está ensinando [...]”.

O interessante é notar, como dissemos, que essa verdade superior, que todo professor de Matemática deve carregar, parece estar sempre oculta: percebamos na fala de Estela, que afirma que essa verdade foi reproduzida por seus colegas que cursavam bacharelado em Matemática; no entanto, até mesmo eles não sabiam evidenciá-la exatamente, deixando-a sempre num limbo discursivo: a verdade *está lá*, é certo, mas permanece sempre inacessível – mesmo para aqueles que, supostamente, tratam-na de forma mais íntima, os bacharelados. Ou então, na fala de Daniel, que evidencia a *normalidade* que ocorre no âmbito das práticas de sala de aula de Análise, *verdade* que coloca o professor num nível superior (pois ele conhece essa verdade) e os alunos num nível inferior – justamente por estes desconhecerem-na.

Vemos ainda que Estela afirma conhecer somente uma pessoa que consegue fazer aquelas relações entre a Análise e a Educação Básica. No entanto, é impossível não pensar o seguinte: se ela conhece uma pessoa e sabe que essa pessoa consegue estabelecer essas relações de forma plena, ou seja, que essa pessoa é capaz de tocar aquela verdade tão oculta, por que não pediu para evidenciá-la a ela, mesmo que parcialmente? Será por conta de achar-se incapaz de compreendê-la? Como sabe que aquela pessoa consegue fazer aquelas relações se ela mesma afirma não saber quais são? Será que aquela pessoa *sabe* estabelecer tais

relações, alcançar aquela verdade, ou Estela está sendo ludibriada a achar que, pelo histórico acadêmico impecável do amigo, a verdade já fica acessível *automaticamente*, justamente porque ele atingiu o *nível de universidade* evidenciado por Daniel?

Assim, olhando novamente, percebemos que há, pelo menos, uma terceira verdade que circula em torno desse discurso evidenciado. Vejamos: (a) há a verdade sobre o discurso do conteúdo da disciplina de Análise; (b) há o discurso verdadeiro sobre essas verdades, sobre as práticas da/na disciplina, sobre os costumes; (c) e, agora, há o discurso acerca de uma verdade sobre a verdade acerca da verdade da disciplina, que diz que há alguém que alcança a segunda verdade, mas que aparenta ficar num limbo obscuramente enevado acerca da primeira verdade – enevado, mas tão translúcido quanto o ar que nos circunda, já que não conseguimos vê-la (a verdade).

Poderíamos pensar que tudo isso está relacionado a verdades que se perdem num tempo distante e que toda e qualquer tentativa de evidenciá-las nos jogaria num abismo escuro em que essas verdades repousariam – seria como tentar explicar o que ocorre com as chamadas *tradições*, por exemplo. Segundo Abbagnano (2007, p. 965), tradição significa “herança cultural, transmissão de crenças ou técnicas de uma geração para outra. [...]”. O recurso à tradição implica o reconhecimento da verdade da tradição que, deste ponto de vista, se torna a garantia de verdade e, às vezes, a única garantia possível”. Ou seja, a verdade da tradição já sustenta a própria tradição, sendo, em muitas vezes, fator necessário e suficiente para garantir a veracidade das próprias práticas tradicionais. Já para Foucault (2015b, p. 29), a tradição “autoriza a reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem”. Dessa forma, graças à tradição, “as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos” (FOUCAULT, 2015b, p. 29).

Em nosso caso, poderíamos pensar que seria tradição a disciplina de Análise ser formal, teórica e difícil; seria tradição existir um discurso acerca dessas dificuldades e de possíveis relações entre esses conteúdos difíceis e a Educação Básica e, por fim, seria tradição existir uma verdade que diz que somente poucos escolhidos seriam detentores dessas verdades sobre verdades sobre verdades...

Entretanto, não conseguimos nos contentar com isso. Parece que *tem alguma coisa aí* – parafraseando Estela. E, assim, somos levados a uma angústia, não relacionada ao ato de encontrar algo que esteja simplesmente escondido sob as camadas desses discursos evidenciados, mas num sentido que converge para o que Foucault diz:

Quero dizer que não tento fazer aparecerem coisas absolutamente escondidas, camufladas, esquecidas há séculos ou milênios, nem reencontrar, por trás do que foi dito por outros, o segredo que quiseram ocultar. Não tento descobrir um outro sentido que estaria dissimulado nas coisas ou nos discursos. Não tento simplesmente fazer aparecer o que está muito imediatamente presente e ao mesmo tempo invisível. Meu projeto de discurso é um projeto de presbita. Gostaria de fazer aparecer o que está próximo demais do nosso olhar para que possamos ver, o que está aí bem perto de nós, mas que nosso olhar atravessa para ver outra coisa. Devolver densidade a essa atmosfera que, à nossa volta, por toda parte, garante que vejamos as coisas longe de nós, devolver sua densidade e sua espessura àquilo que costumamos experimentar como transparência [...]. Igualmente, chegar a circunscrever, a desenhar, a designar essa espécie de ponto cego a partir do qual falamos e vemos, a reconhecer aquilo que possibilita que tenhamos um olhar distanciado, a definir a proximidade que, à nossa volta, por toda parte, orienta o campo geral de nosso olhar e de nosso saber. Apreender essa invisibilidade, esse invisível do visível demais, esse afastamento daquilo que está próximo demais, essa familiaridade desconhecida [...] (FOUCAULT, 2016, p. 71-72, grifos nossos).

Parece-nos claro que há uma preocupação muito forte em afirmar que a disciplina é importante para a formação do professor de Matemática, mesmo que a justificativa para isso pareça invisível. Isso é corroborado por Soares, Ferreira e Moreira (1999, p. 30), quando dizem que “como é apresentada, a construção formal geralmente não faz sentido ao futuro professor [...]. O que costuma sobrar da vivência do licenciando com essa abordagem é a relação com um *mito*: algo que ele não compreende, mas que deve valorizar” (grifo nosso).

Ou seja, por ser julgado como algo tão importante, vangloriado pelos professores e pelos próprios matemáticos profissionais, bem como por muitos estudantes, todo o conteúdo exposto na disciplina de Análise deve ser prestigiado, assimilado e disseminado, continuando um ciclo que, aparentemente, teve início em algum momento e que parece persistir em fazer parte, tradicionalmente, das práticas discursivas de um curso de licenciatura em Matemática: **o conteúdo da disciplina é verdadeiro, suas aplicações são verdadeiras e é verdade que alguém consegue entender tudo isso.** Aquele que não consegue alcançar essas verdades não está preparado, teve sua iniciação comprometida e não será um bom professor de Matemática.

O que nos incomoda é o fato de estarmos com as vistas tão embaçadas por conta da proximidade em demasia, acometidos por uma presbiopia – a qual faz nosso cristalino perder o poder de elasticidade e acomodação e permite que o máximo que consigamos enxergar seja a pura transparência desses discursos. Incomoda-nos o aparente conformismo que adere a enunciados que se relacionam aos sujeitos de nossa pesquisa de mestrado e de muitas outras – não em relação ao próprio conteúdo da disciplina ou das formas pelas quais este é trabalhado, apresentado e relacionado: *é o conformismo e transparência em relação a esse tradicionalismo que coloca a Análise entre as disciplinas mais rigorosas e importantes apresentadas ao futuro professor de Matemática.*

Incomoda-nos o fato de que, naquele momento (o da escrita de nossa dissertação), não tenhamos olhado sob outros ângulos para essa inquietação, deixando-a adormecida nas entrelinhas. Incomoda-nos não termos pensado acerca de que tipos de práticas garantem essa veracidade e sobre o funcionamento das mesmas; sobre quais crivos compõem(-se) certos discursos que se perpetuam, bem como a pulverização de muitos outros no território disso que chamamos de disciplina de Análise Real e toda a forma dita *rigorosa* sob a qual ela é apresentada aos alunos de praticamente todos os cursos de licenciatura em Matemática no Brasil (e, talvez, no mundo).

Pensar acerca de como *funcionam* essas práticas discursivas, as quais, aparentemente, não se limitam ao interior dos muros da universidade, num curso de licenciatura em Matemática, mas que a inundam e deixa submerso até a cabeça cada aluno que se aventura em suas cadeiras. Estudantes que mergulham nos discursos que pairam ao seu redor, os quais passam a fazer parte de seus próprios discursos: *a Análise é difícil. É teórica. É impossível passar nessa disciplina. Você precisa decorar para conseguir. A Análise é importante para a formação do professor de Matemática. Ninguém consegue ver as relações entre a Análise e a Educação Básica. A Análise é formal por tradição. A Análise é rigorosa. O rigor é a base da Análise...*³⁰

Ao pensar sobre esses *enunciados*,³¹ bem como acerca daquelas possíveis relações entre a Análise e a formação/prática do professor de Matemática da Educação Básica, colocamo-nos a visualizar a seguinte imagem/cena: uma majestosa montanha envolta por um vale. No alto, um castelo, constituído de blocos grandiosos e sólidos, erguendo-se desde seus fundamentos até onde os olhos podem ver, com suas imensas torres de marfim e o portão levadiço feito da mais nobre madeira, onde reside a disciplina de Análise, imponente. Abaixo, no vale, há um povoado com casebres modestos: é ali que ficam as escolas de Educação Básica, lar dos futuros professores que lecionarão para esse nível de ensino.

Os professores atuantes, habitantes do vale, já estiveram no castelo e tiveram a honra de conhecer pessoalmente a Análise – no entanto, muitos nem para o seu rosto olharam. Mantiveram o respeito por ela e apenas passaram sem a encarar nos olhos. Trilharam do castelo ao povoado, conduzidos por um caminho altamente secreto. Muitos dizem que há uma ponte. Muitos tentam (re)encontrá-la, pois querem ter com a Análise e perguntar-lhe várias

³⁰ Gomes (2013).

³¹ O conceito de *enunciado* aqui apresentado vai ao encontro do que pensa Michel Foucault em sua obra *Arqueologia do Saber*. Ressaltamos que haverá o momento de esmiuçarmos o que compreendemos acerca disto, conversando com Foucault e outros autores. No entanto, por ora, acreditamos serem suficientes as exposições parciais que apresentaremos, no intuito de haver compreensão de nossas intenções sem comprometer a fluidez desta parte do texto.

coisas a respeito de sua prática. No entanto, não conhecem ninguém que tenha alcançado tal façanha – é sempre o amigo do amigo ou um primo distante. Esse caminho sempre fica atrás da densidade do nevoeiro.

Olhando com calma para os movimentos que regem a cena, é possível constatar que há, pelo menos, alguma coisa que consegue atravessar os muros do castelo e alcançar o povoado, bem como fazer o caminho inverso, independentemente da existência da tal ponte: o discurso que diz que a Análise é importante para a formação do professor de Matemática porque, pela sua estrutura totalmente sólida e rigorosa, é capaz de fazer com que o nível do professor seja suficientemente alto para dar conta de tudo o que este for ensinar na escola. Em outras palavras: o discurso que carrega a certeza de que, para viver de forma plena no vale, é necessário receber a benção da magnânima habitante do castelo.

Esse discurso evidenciado e livre de aparentes amarras é como um vento que sopra tanto no castelo quanto no povoado, o qual consegue permear cada uma das frestas, adentrando os ouvidos daqueles envolvidos na licenciatura e na Educação Básica, deixando o pensamento sempre atento a essa *verdade* inquestionável: *ela é importante e pronto*. Muitos trabalhos de pesquisa podem questionar essa importância, mas o discurso circundante parece sempre apontar para a sua relevância absoluta.

Junto a isso, outros enunciados seguem agregados, como se um dependesse do outro: a Análise é formal por tradição e é costume que seja assim, tão *rigorosa*, desde os seus primórdios. No entanto, fica o questionamento: *como* isso acontece? Como *funcionam* as engrenagens que permitem que esses discursos atravessem os muros do castelo, e vice-versa, e disseminem-se tanto na licenciatura quanto nas escolas de Educação Básica? Como funciona o emaranhado de linhas que aderem a esses enunciados e possibilitam a existência e sustentação daqueles discursos evidenciados? O que podem tais regras de formação? O que produzem?

Dessa forma, sob a perspectiva da metáfora do castelo e com o pensamento atrelado à ideia de que nada é natural, e sim *naturalizado*; de que toda transparência discursiva que tende a algo parecido com uma tradição acontece por haver vistas cansadas que não conseguem discernir por enxergarem perto demais; de que todo discurso evidenciado é composto e se compõe junto a uma teia discursiva, da qual emanam relações discursivas atreladas a jogos de saber e de poder (FOUCAULT, 2015b), pensamos em reunir esforços e olhar para as linhas que compõem o castelo sob ângulos que tentem se distanciar da proximidade evidenciada, a fim de arriscar composições junto ao próprio castelo – junto aos seus fundamentos, argamassa, madeira, mármore e metal. Encontrar, pelo menos, uma rota

que nos permita apreender essa invisibilidade em que são tecidos os discursos a fim de poder compor vislumbres de caminhos distintos e de pontes que façam com que possamos enxergar certas *linhas de força*, jogos de poder/saber, cujo funcionamento das regras seja possível descrever.

Tentar compreender a disciplina de Análise, não como um campo do conhecimento matemático, com sua evolução histórico-linear de conteúdos – assim como faz Nicolas Bourbaki (1950), Jean Dieudonné (1969), e muitos outros³² –, mas, sim, como *práticas* experienciadas por determinados sujeitos ao longo da História – e, ainda, experienciadas no aqui e no agora –, conforme foram acontecendo, à medida em que foram transformando-se, metamorfoseando-se, compondo-se e ajudando a compor pensamentos outros ampliadores de suas próprias linhas territoriais: uma ampliação aparentemente emaranhada em noções de rigor que foram acompanhando o desenvolvimento disso que ficou conhecido como o campo matemático da Análise Real, o qual se desdobra em disciplina de Análise em cursos de licenciatura em Matemática. E isso nos leva a uma segunda torção que se atrela à primeira:

Torção ii: Como pensar esse dito **rigor** que sustenta a disciplina de Análise, não por meio dos conteúdos desta disciplina e campo do conhecimento, mas, sim, por meio dos saberes e/ou dos poderes que a fazem se tornar aquilo que é?

Se tomarmos essa torção como mais um questionamento para esta pesquisa de doutorado e tentarmos alcançar uma resposta, inicialmente é importante lembrar que, pelo exposto, a disciplina de Análise é *atravessada* por aquilo que chamamos de *rigor* (por experiências, vivências e práticas disso que ouvimos e chamamos de rigor). Lembremos que a linearidade histórica contínua e ingênua (FOUCAULT, 2015b) mostra-nos que foi através do que se julgou *falta de rigor* que questionamentos acerca das bases do Cálculo afloraram e foi possível conceber o campo do conhecimento denominado Análise – sob esta perspectiva, pode-se dizer que *existe* um rigor e *é* isso o que sustenta as bases dessa disciplina.

No entanto, sabemos que “diferentes noções de rigor geralmente correspondem a maneiras radicalmente distintas de se entender a matemática” (BOTTAZZINI, 1986, p. 4, tradução nossa), ou seja, a verdade matemática sempre esteve (e está) atrelada a algum tipo de método que se utilizava (e se utiliza) para atestar sua própria veracidade. Assim,

³² Ressalta-se que, de maneira alguma, estamos rebaixando os trabalhos destes pensadores. O que quisemos elucidar foi o fato de que não temos o intuito de seguir à risca o que foi elaborado pelos ilustres sujeitos, mas, sim, tentar, de alguma forma, atravessar seus pontos de vista (e de muitos outros) no intuito de perseguir alguma linha que nos sirva de fuga. Operar uma espécie de *atravessamento*.

historicamente, cada um desses métodos validadores alterou drasticamente a compreensão da própria verdade que validava. Em outras palavras, “a noção de rigor é histórica” (ROQUE, 2012, p. 405).

Creio que agora comece a fazer sentido a exposição anterior oriunda de nossa primeira torção: (i) se isso que estamos chamando de rigor é aquilo que sustenta o discurso da disciplina de Análise, o qual, por sua vez, sustenta todas as verdades que circulam na zona discursiva limitada por seu território e (ii) se esse rigor, ele mesmo, é relativo às formas pelas quais se compreende o próprio rigor, parece-nos pertinente supor que não há somente *uma* Análise ao longo da história: há Análises, tantas quantas foram as formas de se definir a veracidade das verdades que circularam/circulam em sua própria teia discursiva.³³

Mais que isso: os enunciados evidenciados em nossa pesquisa de mestrado poderiam transformar-se em outros totalmente diferentes (mesmo que grafados com os mesmos símbolos), a depender de como se estabelecem as complexas relações entre toda uma gama de condições não rastreáveis acerca da permanência e/ou desaparecimento desses enunciados. Tomemos um exemplo de Deleuze (2013, p. 22-23) quando explica acerca do que Foucault entende por enunciado:

[...] é característica do enunciado poder ser *repetido*. Uma frase pode ser começada ou reevocada, uma proposição pode ser reatualizada, mas só “o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido”. No entanto, aparentemente as condições reais da repetição são bastante estritas. É preciso que haja o mesmo espaço de distribuição, a mesma repartição de singularidades, a mesma ordem de locais e de posições, a mesma relação com um meio instituído: tudo isso forma para o enunciado uma “materialidade” que o faz repetível. “As espécies evoluem” não é o mesmo enunciado quando formulado na história natural do século XVIII e na biologia do século XIX. E mesmo de Darwin a Simpson não é certo que o enunciado permaneça o mesmo, pois a descrição poderá enfatizar as unidades de medida, de distância de distribuição, e até instituições, completamente diferentes. [...] É que um enunciado se define sempre através de uma relação específica com uma outra coisa de mesmo nível que ele, isto é, uma outra coisa que concerne a ele próprio (e não a seu sentido ou seus elementos). Esta “outra coisa” pode ser um enunciado, caso em que o enunciado se repete abertamente. Mas, no limite, ele é necessariamente outra coisa que não um enunciado: é um “Lado de fora”. É a pura emissão de singularidades como pontos de indeterminação, pois elas ainda não estão determinadas e especificadas pela curva do enunciado que as une e que assume esta ou aquela forma de proximidade³⁴ (itálicos do autor, sublinhados nossos).

³³ Podemos utilizar um raciocínio semelhante para pensar que também há Matemáticas.

³⁴ Deleuze vai continuar com um exemplo: pensemos nas teclas de uma máquina de escrever (ou de um teclado de computador), Q, W, E, R e T (nos teclados franceses, A, Z, E, R e T). QWERT já é um enunciado, mas não o é cravado nas teclas – só é enunciado na medida em que se relaciona com um manual de datilografia ou de digitação, conforme estabelece vínculo com esse “lado de fora” do teclado e fica claro sob qual ordem tais tipos aparecem nos teclados, a partir do momento em que se define essa relação, essa *função* com algo a mais que os próprios tipos que fazem aparecer aos olhos o enunciado. Ainda segundo o pensador, é possível *pressentir* que QWERT, no teclado, “é um conjunto de focos de poder; um conjunto de relações de força entre as letras do

Desse modo, enunciados como *A Análise é difícil*; *A Análise é formal por tradição*; *A Análise estabelece relações com a Educação Básica*; *Somente um aluno consegue ver essas relações*, e muitos outros, parecem estar se repetindo há algum tempo no interior das fronteiras do discurso de disciplinas de Análise em licenciaturas em Matemática. No entanto, como salienta Deleuze (2013) (compondo junto a Foucault), para que um enunciado seja efetivamente repetido – reatualizado, como diz o pensador – é necessário que ocorram infindáveis condições extremamente estritas.

Assim, na maioria das vezes, o que ocorre é que um enunciado torna-se totalmente diferente quando tomado novamente – já que *enunciado*, para Foucault (2015b, p.104-105), “não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato da linguagem: não se apoia nos mesmos critérios; [...] Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se de uma **função** [...]” (grifo nosso). Uma função de existência que pertence, de maneira exclusiva, “aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles fazem *sentido* ou não, segundo que *regra* se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de *ato* se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita)” (FOUCAULT, 2015b, p. 105, grifos nossos).

Percebamos, então, quão complexo torna-se o ato de tentar compreender acerca do funcionamento de uma rede discursiva, em que os enunciados podem ser tomados como elementos constituintes principais: sendo funções (funções enunciativas, como Foucault aborda), os enunciados constituem-se, eles mesmos, como relação a uma gama enorme de outros *objetos*, se assim podemos dizer, de forma que tentar compreendê-los depende de uma busca por suas próprias regras de formação e atos de formulação e disseminação em discursos: o enunciado “não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2015b, p. 105). Em outras palavras, o enunciado habita um *entre*.

Agregada a essa ideia, quando Foucault fala acerca da ordem do discurso – aquela lei interior sobre a qual expusemos há algumas páginas –, ele está interessado em pesquisar sobre *relações discursivas*, as quais se obtêm “no limite do discurso, considerado como linguagem. Tais relações pertencem, não à linguagem (língua) do discurso, mas ao discurso, ele mesmo, como *prática*” (FLYNN, 1994 p. 28, tradução nossa, grifo nosso).

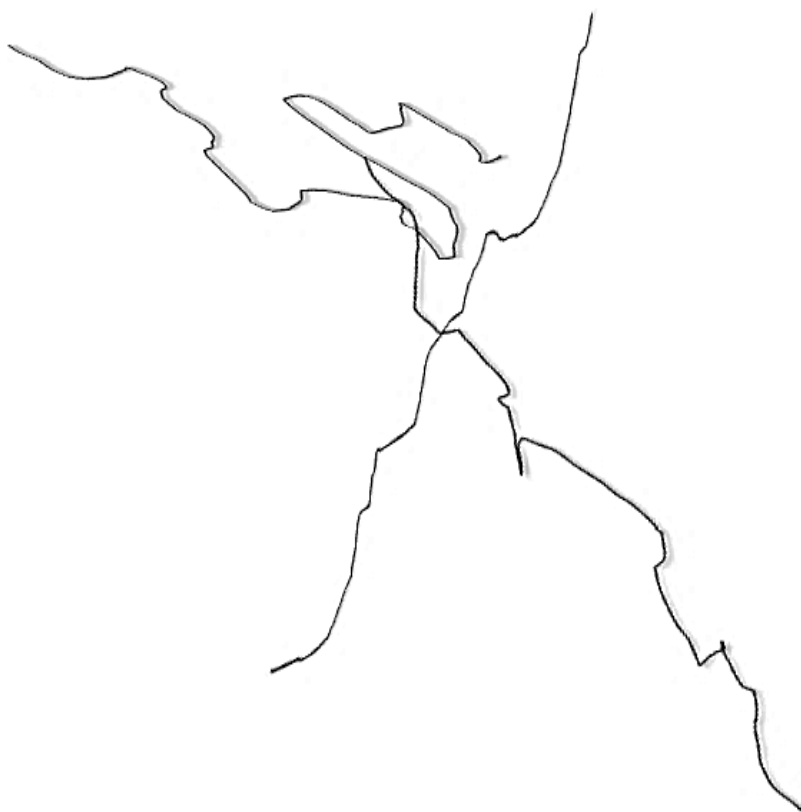
alfabeto na língua francesa [portuguesa] segundo suas frequências, e os dedos da mão, segundo suas aberturas” (DELEUZE, 2013, p. 23-24).

Posto isso, creio que já podemos *enunciar* um objetivo desta tese de doutorado: o que queremos fazer nesta pesquisa é ir ao(de) encontro de(a) práticas discursivas, de funções enunciativas que tratam de faces de rigor que permeiam e sustentam as práticas discursivas da própria disciplina de Análise; compreender de que maneira estabelecem-se tais funções numa rede em que as práticas são tomadas como fundamentais para que os discursos possam ser efetivamente pronunciados ou calados; olhar para a disciplina de Análise para além de sua estrutura ingênua, contínua e historicamente construída e perseguir o seguinte questionamento: **como enunciados relacionados àquilo que é denominado como rigor, os quais permeiam e, de certa forma, sustentam a disciplina de Análise presente em cursos de licenciatura em Matemática, mantiveram-se e se mantêm, e nenhum outro tenha se mantido em seu lugar?** (FOUCAULT, 2015a, p. 96). Ou seja:

O que se trata de fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, [...] a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma, *trata-se do discurso no sistema de sua institucionalização* (FOUCAULT, 2015a, p. 98-99, grifo nosso).

Desse modo, o que desejamos fazer é perseguir discursos que atravessam e constituem o discurso tomado como *verdadeiro* em disciplinas de Análise em licenciaturas em Matemática e, munidos desse cuidado, tocá-lo no sistema de sua *institucionalização*. Podemos dizer, então, que é através do que Foucault chama de *Arqueologia* que pretendemos buscar por marcas oriundas disso que estamos chamando de *rigor* no solo em que está instituída a disciplina de Análise. Segundo Flynn (1994), a arqueologia foucaultiana não tem como objetivo central estudar o “*arch*”, ou seja, a origem, mas, sim, examinar o *arquivo*, pelo que ele significa: “um *sistema* que estabelece relações com eventos [...] e com coisas” (p. 29, tradução nossa, grifo nosso).

Chamarei de *arquivo* não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de tradições que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo de regras que, em uma cultura determinaram o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de coisas [...]. Analisar os fatos de discurso no elemento geral de arquivo é considerá-los não absolutamente como documentos [...] mas como *monumentos*; é fazer o que poderíamos chamar, conforme os direitos lúdicos da etimologia, de alguma coisa como *arqueologia*. (FOUCAULT, 2015a, p. 98-99, grifos do autor).



— Muito bonito o que você está construindo por aqui, mas acho que você esqueceu de algo, não é mesmo, querido Autor desta tese?

— Não entendi... Estou tentando terminar de expor as formas pelas quais cheguei à minha pergunta diretriz, a qual devo perseguir por todas essas páginas no intuito de respondê-la. Estou esquecendo algo? Quem está falando?

— Como você é esquecido... Quando precisou de mim não mediu esforços para enviar-me aquele e-mail, através do qual estava selecionando os possíveis sujeitos para sua pesquisa de mestrado. Apresentou-se como tendo uma amiga em comum e disse que estava desenvolvendo uma pesquisa em que analisaria aspectos da formação e da carreira do professor de Matemática. Para tal, precisaria entrevistar alguns professores e pediu meu auxílio.

— Sim, fiz aquilo com alguns professores da Educação Básica e alguns licenciandos. Faz muito tempo. Se não me engano, foi ao final do ano de 2011.

— Isso mesmo. Até que sua memória não está tão ruim assim.

— Mas, quem é você? Foram tantos e-mails. Eu te selecionei para ser sujeito de minha pesquisa?

— Evidente que sim. Como apareceria por aqui em caso contrário?

— Certamente. Por favor, diga quem está falando...

— Espere um pouco. Demorei tanto para conseguir ser ouvida... Mais de oito anos! Gostaria de lhe dar algum trabalho.

— Como se eu já não tivesse trabalho suficiente por aqui, não é mesmo?

— Bem, já estou por aqui e, como você já deve ter percebido, só continuará a fazer o que estava fazendo se e quando eu permitir.

— Nossa... Por que tudo isso?

— Pense o que quiser. Mas agora escute o que tenho a lhe dizer, palavras entaladas por tantos anos.

— Fique à vontade, eu acho... Não posso sair daqui mesmo, não é?

— Ainda bem que sabe. Vamos lá.

1.3 Quem está a(qu)í?

— Quando você me enviou o segundo e-mail acerca dos objetivos de sua pesquisa, você não foi claro. Disse que o objetivo principal da entrevista seria colher dados referentes à minha formação no curso de licenciatura em Matemática e à minha atuação como professora. As perguntas seriam direcionadas a aspectos de minha formação, expectativas e conclusões às quais cheguei ao final do meu curso, momento em que tive que deixar de ser aluna e me tornar uma professora.

— Sim, foi esse texto que enviei aos professores que entrevistei.

— No entanto, em nenhum momento você mencionou o nome daquela disciplina. Você foi bem claro ao dizer que o que pretendia com a entrevista era encontrar em meus relatos contribuições que pudessem ajudá-lo a responder sua pergunta principal, a qual estava relacionada ao papel de *algumas* disciplinas na formação/carreira do professor de Matemática. Por que você não me disse qual era a sua pergunta, de verdade? Estava com medo de eu desistir de conceder a entrevista? Ficou aflito com a possibilidade de me influenciar e contaminar seus preciosos dados?

— ...

— Bem, no dia e hora combinados, sete de dezembro de dois mil e onze, às nove horas, você apareceu na escola em que eu lecionava. Perguntou por mim na secretaria e, caminhando à sala dos professores, encontrou-me no corredor. Perguntou-me se era eu mesma e, diante da afirmação, lhe convidei para ir comigo à sala de aula onde estava acabando de

fechar minhas notas bimestrais. Ficou diante de mim, ligou o gravador e começou a lançar suas flechadas.

— Roberta... Não creio que está aqui... Como é bom vê-la novamente!

— Não seja falso, Autor. Sei bem que sou a que menos lhe agradou, pelas minhas respostas breves e quase nada enriquecedoras para as linhas de sua dissertação.

— Não fale isso, você sabe o quanto me ajudou.

— Não precisa fingir, sei da sua preferência por Estela e seu discurso acerca de que “tem alguma coisa lá” – já vi você utilizar isso tantas vezes que me dá náuseas. Ou, então, o discurso de Saulo acerca da ordem de apresentação aos licenciandos do Cálculo e da A-NÁ-LI-SE.

— Não sei o que lhe dizer. Nunca esperaria que aparecesse por aqui... Tantas coisas mudaram...

— Sim, sei disso. E é exatamente por isso que resolvi aparecer agora.

— Como assim?

— Por mais que estivesse calada por tantos anos, ao entender aonde isto aqui te levaria, não pude mais me segurar. Você não lembra mesmo, não é?

— Infelizmente, não. Estou tentando, a todo custo, encontrar um bom motivo para sua presença aqui, mas não consigo. Diga-me, por favor.

— Voltemos aos seus ditos e aos seus escritos de mestrado,³⁵ mais especificamente, entre as páginas 162 e 172. Não me atarei aos detalhes, reproduzirei somente os trechos que me interessam. Ok?

— Tudo bem, como quiser. Não é você quem manda?

— Tanto faz. A primeira questão que me fez foi acerca do que me recordava quando mencionava o nome *disciplina de Análise*.

— Sim, e você respondeu: *Aversão*. Lembro-me perfeitamente.

— Correto. Respondi aversão porque foi uma disciplina horrível. Eu não entendia nada do que aquela professora estava passando. Eu somente copiava.

— Sim, eu utilizei esse trecho lá atrás.

— Pois é. Para você, agora, não passo de meras palavras. Nem rosto tenho mais! Mas isso não é nada perto do que você fez – ou não fez.

— Continue...

³⁵ Gomes (2013).

— Não é que não entendia nada. Você sempre se esquece de dizer, quando menciona esse trecho da entrevista (que foi grifado com tanto orgulho em minhas linhas e caracterizado como unidade de significado), que a minha dificuldade não estava em tudo. Eu até entendia a sequência do que estava acontecendo. O que me causava dificuldade era a parte das demonstrações.

— Sim, mas isso fica pressuposto nas outras unidades de significado, não?

— Entre ficar pressuposto e explícito há um grande degrau, não acha?

— Realmente...

— Pois bem, com minha dificuldade com demonstrações restava-me alcançar alguma técnica para conseguir ser aprovada, mas nem isso me foi possível, já que eu não sei decorar – nunca soube. Se você falar uma frase e eu precisar repeti-la a você daqui a pouco, vou falar de forma totalmente diferente: eu vou primeiro entender e, depois, produzi-la. Eu não vou decorar, jamais.

— Entendo. Recordo-me vagamente que disse isso àquela vez.

— Você sempre diz que recorda, mas sempre depois de eu já ter dito. Assim é fácil!

— Concentre-se em me dizer por que apareceu aqui. Ok?

— Está certo. Com minha dificuldade em decorar, meu curso de Análise foi péssimo. Eu fazia tudo: resolvia os exercícios, ia entendendo o que eu estava fazendo, passo a passo. Mas quando chegava o momento da prova, da avaliação, não conseguia produzir nada, nada!

— Poderia ser por conta de seu nervosismo, por algo que lhe fazia ficar, de certa forma, travada.

— Não sei. Só sei que, muitas vezes, eu ia à sala da professora para tirar dúvidas, resolvia umas três vezes o mesmo exercício na frente dela. Mas, quando chegava o momento da prova, não conseguia fazer novamente. Eu não conseguia decorar todas aquelas coisas! Já minha amiga se deu bem... Ela sabia decorar.

— Não creio que tenha sido somente por isso.

— Está me chamando de mentirosa ou incompetente?

— De maneira alguma. Só estou falando que há muitas outras variáveis que...

— Cale-se! Não sou papagaio para ficar decorando e não tenho mais paciência para ficar relembrando daquela entrevista. Você tem tudo o que queria em suas páginas. Mas, e eu, consegui tudo o que lhe pedi?

— Como assim?

— Fui reprovada na disciplina. Fiz duas vezes, não aprendi nada. Se hoje me fosse dada a oportunidade de assistir a todas as aulas novamente, não o faria, sem sombra de dúvidas. Não via e não vejo função naquilo.

— Lembro-me de que você me disse isso. Mas, o que tem a ver?

— Disse e digo novamente: pode excluir a Análise do conteúdo da licenciatura. Pergunte a quem você quiser, às meninas do PIBID,³⁶ por exemplo, e verá que todas responderão *não* acerca da Análise ser significativa. Eu lhe disse isso naquele dia, mas você me cortou e foi logo perguntando sobre os livros que foram utilizados na disciplina. Você achou mesmo que me lembraria, depois de tanto tempo, dos livros que utilizei numa disciplina que, para mim, não passou de uma espécie de tortura?

— Fazia parte de meu roteiro de perguntas...

— Roteiro de perguntas... Besteira! Você me cortou muitas vezes. Quando começava a falar sobre coisas que eram realmente significativas para mim, você cortava o assunto, sorratamente, e perguntava outra coisa. Tem noção do quanto deixei de te falar?

— Não. Tenho. Não sei se tenho...

— Pois é. Não me lembrei de muitas coisas acerca do que você me perguntava. No entanto, quando eram assuntos que me interessavam e de que recordava, parecia que você não se interessava tanto. Será que estávamos realmente sintonizados naquele momento, compondo uma *entre-vista* – aquela dança em que os dançarinos mostram técnicas do bailado que já conhecem e outras que só se tornam possíveis na dança a dois?³⁷

— Por mais que você pense o contrário, acredito que sim.

— Pense o que quiser. Lembra quando você me perguntou acerca do que achava da matemática trabalhada na disciplina de Análise e eu respondi que só tinha uma palavra: teoria?

— Sim, disso lembro-me bem. Foi uma das minhas unidades de significado.

— E você se lembra de que no meio de suas indagações sobre isso eu lhe cortei e perguntei se você queria ser professor de Análise?

— Nossa... Disso não lembro, confesso. Tive que retomar aqui em minhas páginas da dissertação para ver com meus próprios olhos. Realmente está lá, na página 166:

³⁶ Programa Institucional de Bolsa à Iniciação à Docência. À época, Roberta era professora supervisora de estudantes bolsistas na escola em que lecionava.

³⁷ Miarka (2011, p. 41).

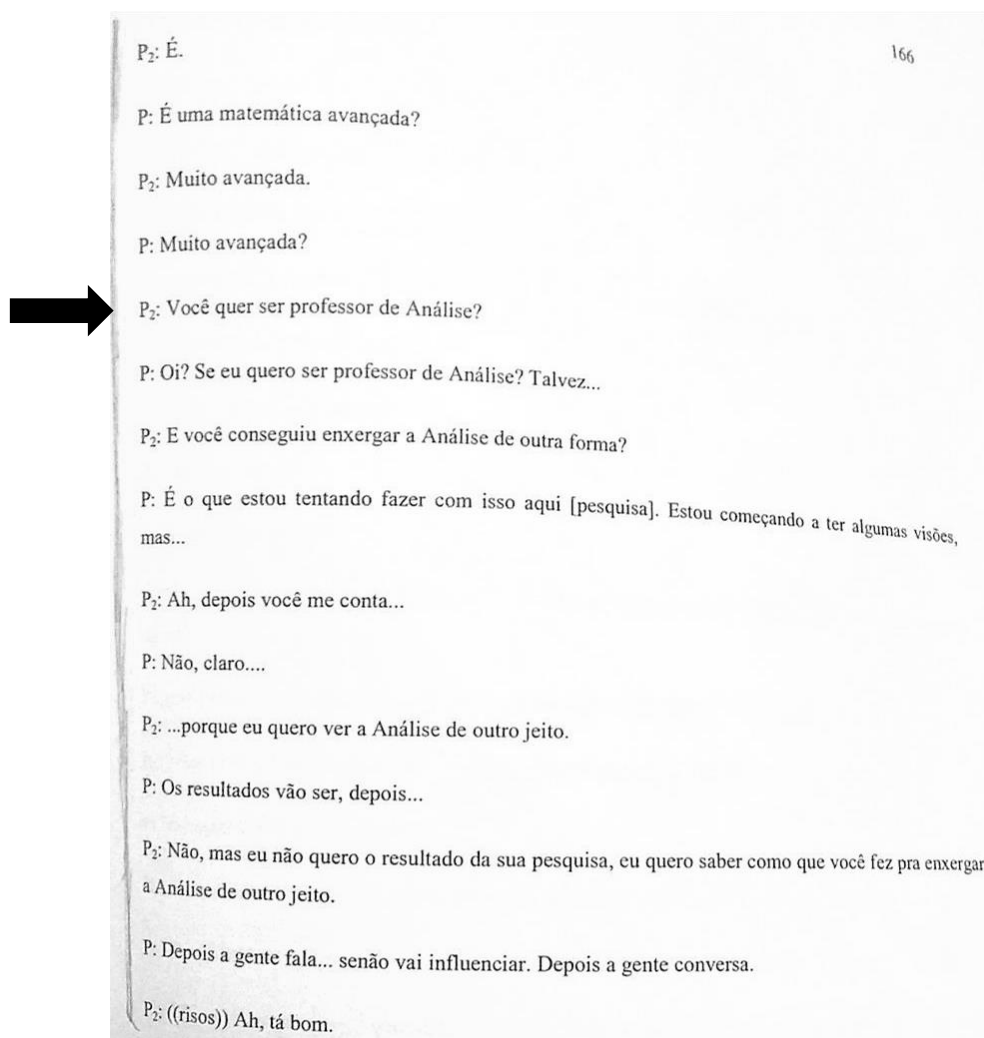


Figura 2: Recorte de Gomes (2013)

— Exatamente. Percebe como você ficou travado? O que teria ocorrido? Não estava sendo interessante alvejar-me com suas perguntas? Por que eu não poderia fazer a mesma coisa acerca de algo que me deixava curiosa?

— Se eu respondesse poderia influenciar os resultados de minha pesquisa.

— Autor... De que me interessava sua pesquisa? A única coisa que me chamou a atenção em suas perguntas foi querer saber se, com tudo aquilo, você gostaria de lecionar a disciplina de Análise. E você respondeu, atônito: *talvez*.

— Não sabia o que responder. Nunca havia pensado naquilo. Estava totalmente mergulhado em minha pesquisa e não pensei na possibilidade de ser interrogado por um dos sujeitos. Naquele momento não estava interessado em saber se ia ou não lecionar Análise. Eu queria compreender a disciplina de Análise com base no seu olhar e no dos outros cinco participantes – e não no meu.

— Sim, eu sabia disso. E foi por isso que complementei a pergunta, lembra?

— Sim, está na mesma página...

— Pois bem. Perguntei se você conseguiu enxergar a Análise de outra forma. E o que você me respondeu?

— Que era o que estava tentando fazer com a minha pesquisa e que estava começando a ter algumas visões, mas...

— Mas... Interrompi sua fala, pois percebi que estava totalmente sem jeito e disse para você me contar depois. Só que esse depois não chegou até hoje, não é?

— Nossa... Que coisa mais estranha tudo isso!

— Estranha? Por quê? Perguntas não fazem parte de sua zona de conforto? De seu *modus operandi* de pesquisa qualitativa? Quando lhe questionei, de pronto, você me disse que os resultados da pesquisa viriam depois. Mas, deixei claro: *eu não queria* o resultado da sua pesquisa, eu queria saber (e ainda quero) como você fez para enxergar a Análise de outro jeito – se é que você enxergou, não é mesmo? Eu preciso saber disso. Não me importam os resultados, entende?

— Entendo. Sim, entendo...

— Você disse que depois a gente se falava, senão ia influenciar. Eu sorri e disse que estava bom. Sabia que daquele mato não sairia cachorro algum. Mas eu queria saber. Por que somente as suas perguntas deveriam ser respondidas com os mínimos detalhes?

— Eu era o pesquisador naquele momento, não?

— Será? O que é ser pesquisador? Ah, me esqueci de que você não responde as minhas perguntas, não é mesmo?

— Não me trate assim. Eu estou aqui, sem saber o que lhe falar...

— Sim, você nunca sabe o que me falar. Só quero lhe recordar de mais uma coisa. Na página 168, estávamos falando de como eu não sei decorar as demonstrações de teoremas, sobre a disciplina de Variáveis Complexas, na qual consegui ir muito bem, aliás, e, mais uma vez, lhe interrompi e afirmei/perguntei: “*Eu não sei nem o que é Análise Real, pra falar a verdade pra você. O que é Análise Real?*”. Completei com um “*depois você me fala*”, e sorri. Sabia que não obteria resposta. Mas, agora, estou aqui e exijo que me responda. Acho que eu, assim como todos os outros presos naquelas páginas, merecemos uma resposta, não?

— ...

— Em sua análise de dados você até destacou esse trecho de minha fala, mas veja onde depositou sua atenção: *Eu não sei nem o que é Análise Real, pra falar a verdade pra você. O que é Análise Real?* Nesse meu não saber! Por que não focou na pergunta, em minha única pergunta, que poderia mudar por completo minha visão acerca dessa disciplina que

tanto me atormentou? Por que não se permitiu ser capturado por aquele escape e ver o que poderia ser feito com aquilo?

— Ali não era o momento! Não dá para entender?

— O que é *entender*? Quando é *um* momento?

— Você está ficando fora de si, Roberta. Contenha-se! Respeite este lugar.

— Você que precisa me respeitar e responder as minhas perguntas!

1.4 Espasmos ou contrações (in)voluntárias de um corpo-tese sem órgãos?



Figura 3: Obra de Heidi Taillefer³⁸

Penso que, talvez, em minha fala anterior, deveria ter avisado sobre Roberta. No entanto, que graça teria? Você, Leitor, parecia satisfeito com o Autor desdobrando-se em questionamentos e construindo as diretrizes para esta Tese, aparentemente abraçado pelas referências, já que o Autor estava dando-lhe todo o aporte teórico-metodológico necessário para que fosse possível prosseguir por suas linhas. Suas palavras foram entrando em seus

³⁸ In: <<https://razaoinequada.com/2013/05/10/deleuze-maquinas-desejantes/>>. Acesso em 28 out. 2019.

olhos e, pouco a pouco, lá estava você, ludibriado e, aparentemente, capturado pelas suas mãos – mesmo que tenha havido alguns questionamentos, você não deixou de passar os olhos pelos seus escritos, caso contrário, não estaríamos aqui. Sei que é muito provável que, em alguns momentos, você já tenha acionado seus *olhos vibráteis*³⁹ (ROLNIK, 2016) no intuito de tentar capturar e produzir algumas nuances que, aparentemente, escapavam...

Estava aconchegante virar as páginas e poder sentir-se envolvido por algum objetivo que atendesse a sua sede de ter esse trabalho em suas mãos? *O que ela faz aqui? Qual o sentido disso?* – o estimado Leitor pode ter se perguntado. Devo lhe esclarecer algo, antes de mais nada: as coisas aqui estão emaranhadas a *desejo*. Um desejo que opera de uma maneira muito particular, sobre a qual gostaria de falar-lhe um pouco.

Iniciemos pelo dicionário: *desejo* pode significar: 1. *aspiração, querer, vontade*; e 2. *expectativa de possuir ou alcançar algo*. Fiquemos com a segunda opção, inicialmente, e pensemos o quanto somos influenciados a pensar o desejo como uma expectativa de possuir ou alcançar alguma coisa, ou seja, de ter conosco algo que, de pronto, não temos – seria pensar o desejo pela *falta*.

Nesse caminho, haveria o desejo do Autor, o qual há muito tempo pensa acerca do que colocou e colocará nessas páginas. Como você já pôde ter percebido, a angústia que o move é regada pelas formas em que o discurso sobre um rigor relacionado à disciplina de Análise disseminam-se e instauram-se na licenciatura em Matemática como sendo aquilo que é. Seu desejo parece ser o de tecer uma composição compreensiva acerca da estrutura que sustenta tais discursos. Ele quer muito isso, ele precisa disso, ele deseja isso há muitos anos.

³⁹ Suely Rolnik, ao indagar sobre a elaboração conceitual e existencial da micropolítica e suas articulações com a macropolítica, mais especificamente quando se leva em consideração as forças que permeiam a produção da realidade, demonstra grande interesse em superar o “constrangimento de nossa vulnerabilidade às forças do mundo em sua irredutível alteridade, condição para que o outro deixe de ser simplesmente objeto de projeção de imagens preestabelecidas e possa se tornar uma presença viva, com a qual construímos nossos territórios de existência” (ROLNIK, 2016, p. 11-12). Essa vulnerabilidade, segundo a autora, depende de uma potência específica do sensível, a qual pode ser sintetizada na ideia de que cada um de nossos órgãos dos sentidos é portador de uma dupla capacidade: a primeira delas se relaciona com a percepção, “a qual nos permite apreender o mundo em suas formas para, em seguida, projetar sobre elas as representações de que dispomos, de modo a lhes atribuir sentido” (ROLNIK, 2016, p. 12). Já a segunda, mais reprimida (e, por isso mesmo, mais desconhecida) nos permite “apreender a alteridade em sua condição de campo de forças vivas que nos afetam e se fazem presentes em nosso corpo sob a forma de sensações. [...] Com ela o outro é uma presença que se integra à nossa estrutura sensível, tornando-se, assim, parte de nós mesmos. Dissolvem-se aqui as figuras de sujeito e objeto, e com elas aquilo que separa o corpo do mundo” (ROLNIK, 2016, p. 12). Seria então o *corpo vibrátil* o conceito forjado pela autora para dar conta dessa segunda capacidade. Segundo a autora, a *vibratibilidade* do corpo gera uma relação paradoxal quando colocada ao lado da capacidade da percepção: e é exatamente a tensão desse paradoxo que, segundo a autora, mobiliza e impulsiona a potência de criação, “na medida em que nos coloca em crise e nos impõe a necessidade de criarmos formas de expressão para as sensações intransmissíveis por meio das representações de que dispomos” (ROLNIK, 2016, p. 13). Assim, *olhos vibráteis* se relacionam com esse olhar que “não é do tipo que se debruça sobre as mutações vividas nesse processo, mas daquele que se constrói junto com elas e como parte delas” (ROLNIK, 2016, p. 13, grifos da autora).

Por outro lado, haveria um desejo latente de Roberta, a qual esperou por vários anos para questionar novamente o próprio Autor acerca de este querer ou não ser professor de Análise ou mesmo sobre o que *é* a disciplina de Análise: na conversa inicial, ainda no mestrado, o Autor deixou uma lacuna e Roberta, pacientemente, teria esperado um momento conveniente para reivindicar uma resposta à altura de sua própria curiosidade, de seu próprio desejo pela falta dessa resposta.

Haveria ainda o seu desejo, Leitor, que, aparentemente, almeja compreender os ditos e escritos desta Tese, a fim de chegar, ao final de sua leitura, a alguma conclusão que ainda não tem. Sendo assim, teríamos, pelo menos, três desejos, que representariam algo que falta ao Autor, a Roberta e a Você, respectivamente. Nesse caso, seria eu um gênio da lâmpada prestes a concedê-los, um para todos e todos para um? Minha missão aqui seria, unicamente, fazer com que vocês três se sentissem satisfeitos por alcançar algo que não possuem? Não creio que seja tão simples... Infelizmente, não sou um gênio, muito menos daria algo que vos falta. *Algo falta?*

Como já disse, se estivéssemos operando o desejo pela *falta*, nos restaria apenas abraçar o que cada um deseja e sair em busca das respostas no intuito de fazer com que alcançássemos a satisfação de realizá-los. No entanto, a proposta é pensar o desejo por uma outra *linha*, inspirada nos pensamentos de Deleuze e Guattari (2012a): pensar o desejo a partir do conceito de *Corpo sem Órgãos (CsO)*. Segundo os pensadores, um CsO é necessário para que se possa desejar – de maneira geral, um ou mesmo *vários* CsO. O mais importante é que sempre o fazemos, o compomos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a), num *movimento de construção*. Segundo Rolnik (2016, p. 43), “o pleno funcionamento do desejo é uma verdadeira fabricação incansável de mundo”.

Sendo assim, pensar junto a esse conceito, atravessados por essa *construção*, por essa *fabricação*, não seria pensar a partir de uma noção puramente dita, de um conceito em si, mas, antes de tudo, compor junto a uma *prática* ou a um *conjunto de* práticas:

Ele [o CsO] é não-desejo, mas também desejo. [...] Ao Corpo sem Órgãos não se chega, não se pode chegar, nunca se acaba de chegar a ele, é um **limite**. [...] É sobre ele que dormimos, velamos, que lutamos, lutamos e somos vencidos, que procuramos nosso lugar, que descobrimos nossas felicidades inauditas e nossas quedas fabulosas, que penetramos e somos penetrados, que amamos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 12, grifo nosso).

Conjurar esse conjunto de *práticas* faz-se necessário justamente para proporcionar ao Leitor possibilidades de vislumbres acerca de uma das formas pelas quais a Tese compõe-se a si mesma nessa *prática de composição* – que, neste ponto, não é mais operada somente pelo

Autor, mas, sim, por várias mãos, que tornam a Tese seu próprio limite. Um horizonte que circunda a si mesmo e expande-se cada vez que se dá esse ou aquele passo ou mesmo que se permaneça parado.

Mas, penso que o Leitor possa perguntar: por que sem órgãos? Como pode um corpo *viver* ou mesmo *existir*, se não possui o que, aparentemente, é fundamental para a sua subsistência? Como pode um corpo sustentar-se sem seu esqueleto calcificado, encoberto por músculos e preenchido/revestido por todos os órgãos necessários a sua sobrevivência? Não seria o CsO, então, uma espécie de aceitação de que ao corpo passaria a *faltar* os órgãos – o que levaria a uma contradição ao que falamos há algumas linhas?

A ideia de construir um CsO perpassa pela prática de operar uma espécie de desconstrução daquilo que conhecemos por *organismo*. Deleuze e Guattari (2012a, p. 13) perguntam: “por que não caminhar com a cabeça, cantar com o sinos, ver com a pele, respirar com o ventre?”. Em outras palavras: o que garante uma e *só uma organização* dos órgãos que compõem determinado organismo e o que impede que tais órgãos se reconfigurem, a fim de produzir outros modos de existência?

Percebemos pouco a pouco que o CsO não é de modo algum o contrário dos órgãos. Seus inimigos não são os órgãos. O inimigo é o organismo. O CsO não se opõe aos órgãos, mas a essa organização dos órgãos que se chama de organismo. [...] O CsO não se opõe aos órgãos, mas, com seus “órgãos verdadeiros” que devem ser compostos e colocados, ele se opõe ao organismo, à organização orgânica dos órgãos (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 24).

Sendo assim, um CsO não é desprovido de órgãos – pelo contrário, ele os possui. A grande questão, então, é a forma pela qual eles organizam-se organicamente. Trazendo essa ideia para a Tese, pensar numa *Tese sem Órgãos (TsO)* seria conjurar uma espécie de luta contra uma organização orgânica dos órgãos, dos componentes de uma tese, ou seja, enfrentar a organização orgânica de uma tese seja lá o que seja uma tese.⁴⁰

Em outras palavras, se a proposta fosse andar com as pernas, olhar com os olhos e pensar com o cérebro, creio que todos nós não poderíamos estar reunidos em torno desta grande fogueira de palavras que tendem a aquecer nossos corpos (com órgãos) e a oferecer uma outra forma de produzir um corpo. O que estou querendo dizer é que, se adotássemos a ideia de organismo para esta Tese, correríamos o risco de não operar junto a um corpo sem

⁴⁰ Mesmo sendo incapaz de definir o que é uma tese (até poderia pegar um manual acadêmico e recitar linha por linha os componentes de uma *verdadeira* tese, mesmo pensando que nada adiantaria neste momento), propor esse ponto de vista seria agir dentro de uma possibilidade de abarcar muitas coisas que, de uma outra forma, poderiam ficar de fora ou mesmo escondidas sob algumas linhas estruturadas – ou melhor, *estratificadas* – de uma tese embasada numa organicidade acadêmica, por exemplo.

órgãos, mas, sim, a um estrato sobre esse CsO, quer dizer, junto a “um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 24).

Nada de mal aconteceria, vale frisar, pois ainda teríamos uma tese – mas não esta Tese que operamos aqui, a qual tem vontade de funcionar para e junto aos que nela habitam e que atravessam. Que deseja dar conta dos fluxos que vão aparecendo na medida em que as palavras vão sendo escritas e que seres errantes pedem passagem. Uma Tese que carece dar conta dela mesma enquanto tese e junto ao que pode vir a ser uma tese, engendrada a um limite, operando uma prática que não vai agregando, mas, sim, *retirando*. Uma TsO que opera o desejo como *prática de retirada*.

Mesmo pensando sobre essa possibilidade de construção de uma TsO, devemos ter em mente que a composição criativa de um CsO vai muito além de uma *desorganização*. Como dissemos, ela deve **passar** pelo limite de um próprio *eu* para seguir adiante, ao encontro de um *além-eu*, ao encontro do CsO. E, podemos perguntar: como isso é possível? A resposta que os pensadores citados nos dão é: desfazendo-nos de tudo, até de nosso próprio *eu*: o CsO “é o que resta quando tudo foi retirado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 14).

É por isso que pensamos que a TsO deva operar a partir de uma prática da *retirada*, ou seja, operar, não pela falta de uma identidade sempre distante – de uma conclusão que sempre estaria em algum lugar que carece ser acessado por operações transcendentais, de um desejo que deixaria clara a falta que faz aquilo que não se tem –, mas por uma operação que vai retirando essa identidade, esse *uno*, essa conclusão, numa operação que segue uma lógica $n - 1$, em que nada falta, pelo contrário, tudo está aí, dado. Uma TsO não necessita esperar por interpretações, complementos ou conclusões – unicamente, pede passagem para que os afetos possam atravessar.⁴¹

⁴¹ Isso nos remete, novamente, à ideia de *rizoma*: “Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza; ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reconduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. Ele não é o Uno que se torna dois, nem mesmo que se tornaria diretamente três, quatro ou cinco etc. Ele não é um múltiplo que deriva do Uno, nem ao qual o Uno se acrescentaria ($n + 1$). Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto, exibíveis num plano de consistência e do qual o Uno é sempre subtraído ($n - 1$). Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza. Não se deve confundir tais linhas ou lineamentos com linhagens de tipo

Corporeidades

Cuerpo presente, cuerpo ausente, cuerpo en silencio. Cuerpo como espacio concibiendo su presencia como acontecimiento. Cuerpo entre cuerpos. Cuerpos en movimiento emitiendo sonidos que despliegan una vibración expandida que potencia. Un cuerpo sin órganos mutando, siendo extensivo e intenso. Transformándose/deformándose según las fuerzas y las afectaciones que lo constituyen. Un cuerpo experimentando con otros cuerpos, intentando huir de sus propias identidades. Un cuerpo otro afectado y siendo afectado, abierto a las intensidades. Materia mutable que abre su campo de fuerzas para dejar los susurros expansibles en el universo. Un cuerpo con voz siendo habitado, desterritorializando su silencio. Un cuerpo expandiendo intensidades ¿Qué acontece entre cuerpos? ¿Ese estar presente siendo capturado por otras intensidades? ¿Qué te hace mover, gritar, correr? Un cuerpo dejando de pertenecer, produciendo signos que provocan mundos. Un cuerpo vibrátil deambulando pidiendo pasajes a sus pensamientos. Escuchando su propia voz, preguntándose: ¿Qué puede un cuerpo? ¿Qué pueden varios cuerpos? ¿Qué pueden varios cuerpos potencializados? Y si le damos tinta y papel, ¿qué puede producir? ¿Y si le damos algo más? ¿Y si le damos SANGRE Y CARNE...? (AMARIS-RUIDIAZ, 2018, p. 53).

Com isso, a ideia seria pensar uma TsO como um “**campo de imanência do desejo, ou plano de consistência** própria do desejo (ali onde o desejo se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que viria a torná-lo oco, prazer que viria preenchê-lo)” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 18, grifo nosso). Não há nada que falte, resalto. Não há nada a ser preenchido. Não há nada que se deva procurar fora, não há nada totalmente dentro. É tudo produção numa *superfície* limítrofe que serve de lugar de passagem para todas as intensidades, afetos que pedem passagem. Desejo (TsO), então, é *lugar de passagem de intensidades*.

Trata-se de criar um corpo sem órgãos ali onde as intensidades passem e façam com que não haja mais nem eu nem o outro, isto não em nome de uma generalidade mais alta, de uma maior extensão, mas em virtude de singularidades que não podem mais ser consideradas pessoais, intensidades que não se pode mais chamar de extensivas. O campo de imanência não é interior ao eu, mas também não vem de um exterior ou de um não-eu. Ele é antes como o Fora absoluto que não conhece mais o Eu, porque o interior e o exterior fazem igualmente parte da imanência na qual eles se fundiram (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 21).

Assim, nada faltaria ao Autor, à Roberta, a você, Leitor, e a ninguém que, por estas linhas, quisesse vagar. A Tese seria, então, um lugar de passagem para essas intensidades que porventura se materializam em nomes próprios e que querem passar, unicamente passar. O desejo como um lugar a ser ocupado, atravessado por essas intensidades nomeadas (e tantas

arborescente, que são somente ligações localizáveis entre pontos e posições. [...] O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga.” (DELEUZE, GUATTARI, 2011, p. 43).

outras não nomeadas), das quais você também faz parte – na verdade, da qual *nós* fazem(os) parte.

Uma Tese como lugar de passagem, como um limite que opera além de um dentro e de um fora, na imanência de sua fundição, no intuito de libertar-se de, pelo menos, três grandes estratos que tendem a amarrar e a solidificar: o *organismo* (o qual pede para sermos organizados, ao preço de sermos *depravados*, em caso contrário); a *significância* (a qual pede para sermos significante e significado, intérprete ou interpretado, ao preço de sermos *desviantes*, em caso contrário); e a *subjetivação* (que pede para sermos sujeitos, fixados como sujeitos de enunciação rebatidos sobre sujeitos de enunciado, ao preço de sermos *vagabundos*, em caso contrário) (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 25). Uma Tese que quer desarticular, para além de um organismo; que quer deixar passar, que quer, sim, ser depravada, desviante e vagabunda. Enfim, uma Tese sem Órgãos.

No entanto, existem alguns perigos, os quais precisam ser evidenciados: no movimento de prática de produção de uma TsO e, após, por repetição, no movimento de prática de passagem de intensidades por esse plano de imanência produzido, podemos cair num certo excesso de *retirada*: a consequência seria nada termos, ou seja, operarmos em demasia a prática da retirada de forma a obtermos nada mais do que uma *morte* – tal como a *overdose* de um CsO drogado ou o desfalecimento de um CsO masoquista, esse excesso levaria uma TsO a parar de produzir, de agenciar. A simplesmente morrer (DELEUZE; GUATTARI, 2012a).

O que estamos querendo dizer é que “desfazer o organismo nunca foi matar-se, mas abrir o corpo a conexões que supõem todo um agenciamento, circuitos, conjunções, superposições e limiares, passagens e distribuições de intensidade, territórios e desterritorializações medidas a maneira de um agrimensur” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 25). Ou seja, é uma operação delicada e que, por operar-se sempre num limite, não deve ser feita “com pancadas de martelo, mas com uma lima muito fina” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 25).

Assim, da maneira como se propõe que essa TsO seja composta conforme vai se compondo, a morte pode facilmente ser tangenciada ao desfazer-se do organismo, da mesma maneira que “arrancar a consciência do sujeito para fazer dela um meio de exploração, arrancar o inconsciente da significância e da interpretação para fazer dele uma verdadeira produção [...] [pode fazer com que se tangencie] o falso, o ilusório, o alucinatório, a morte psíquica [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 26).

Essa operação é sempre um risco que toca o extremo, qual seja, o desfalecimento total daquele organismo sobre o qual se está operando a *retirada* na prática de composição. Desse modo, por mais que uma TsO queira operar contra uma organização orgânica, “é necessário guardar o suficiente do organismo para que ele se recomponha a cada aurora” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 26), com o risco de, caso contrário, perder por completo a possibilidade de alcançar uma TsO: “Liberem-no [o CsO] com um gesto demasiado violento, façam saltar os estratos sem prudência e vocês mesmos se matarão, encravados num buraco negro, ou mesmo envolvidos numa catástrofe, ao invés de traçar o plano [de imanência]” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 27).

Eis então o que seria necessário fazer: instalar-se sobre um estrato, experimentar as oportunidades que ele nos oferece, buscar aí um lugar favorável, eventuais movimentos de desterritorialização, linhas de fuga possíveis, vivenciá-las, assegurar aqui e ali conjunções de fluxos, experimentar segmento por segmento dos contínuos de intensidades, ter sempre um pequeno pedaço de uma nova terra. É seguindo uma relação metódica com os estratos que se consegue liberar as linhas de fuga, fazer passar e fugir os fluxos conjugados, desprender intensidades contínuas para um CsO. Conectar, conjugar, continuar: todo um “diagrama” contra os programas ainda significantes e subjetivos. Estamos numa formação social; ver primeiramente como ela é estratificada para nós, em nós, no lugar onde estamos; ir dos estratos ao agenciamento mais profundo em que estamos envolvidos; fazer com que o agenciamento oscile delicadamente, fazê-lo passar do lado do plano de consistência. É somente aí que o CsO se revela pelo que ele é, conexão de desejos, conjunção de fluxos, *continuum* de intensidades (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p. 27, grifo do autor).

Sim, é arriscado. Um grande perigo que assola cada um que integra essas linhas, mas que, penso, vale a pena tentar. Um arriscar-se que pode tornar possível uma composição. Um mergulho que *se deseja* efetuar. A questão é: todos assumirão o risco?

1.5 A que pode? Como pode? Pode?

— Quantas coisas, não?

— Você também consegue ler as palavras que Ele escreve?

— Claro que sim. Assim como você, estou aqui – até Ele já disse isso.

— Até Ele já disse isso e você leu o que Ele disse. Estou realmente impressionado com você, Roberta.

— Acho que deveria estar mais impressionado e preocupado em como proceder. Está pensando nisso? Se fosse você, começaria a me preocupar, já que tem muitas coisas para fazer – não que me importe, é claro. Estou mesmo interessada nas respostas aos meus questionamentos.

— Fazer o que Ele falou, fazer o que eu falei que ia fazer e, ainda por cima, ter que responder às suas indagações: não era bem isso o que eu esperava, devo confessar. Seria tudo isso um sonho do qual devo acordar para poder desenvolver minha pesquisa?

— O que é um sonho?

— Você e suas perguntas... Não se cansa disso?

— Você se cansa?

— Não. Penso que não. Realmente não importa o que seja, importa o que está sendo e que é necessário continuar.

— Até que enfim algo que me anima. Continue.

— Estamos aqui e, pelo jeito, daqui não vamos sair tão cedo. O que gostaria de fazer é continuar o que iniciei antes de sua aparição, ou seja, a partir das duas torções que vinha trabalhando, bem como de seus desdobramentos, compreender como o rigor relacionado à disciplina de Análise em cursos de licenciatura em Matemática acontece e nenhum outro em seu lugar. Entender como se dão as configurações discursivas que o faz permanecer e as relações que fazem com que discursos outros simplesmente se dissipem em territórios habitados por aquela disciplina.

— Sim, mas se você seguir somente por esse caminho, sabe que ficarei te importunando sem cessar, não sabe? Quero minhas respostas!

— Sim, eu sei. Saiba que, agora, isso não é algo que somente te atormenta – você conseguiu fazer com que eu também ficasse angustiado com a possibilidade de responder o *que é Análise, como fiz para enxergar a Análise de outra forma e se quero ser professor de Análise*. Não mais é possível desconsiderar esses questionamentos nestas linhas.

— Ainda bem que sabe.

— Mas, agregado a tudo isso, tem aquilo que Ele disse, ou seja, o fato de considerar a totalidade em que estamos e somos como uma TsO... É muito difícil, ainda mais sabendo que o risco de acabar com tudo é muito grande. Ele coloca formas acerca de como deve ser feito, mas, ao mesmo tempo, evidencia que o fracasso pode se dar num piscar de olhos. Como perseguir essa linha tênue e, ao mesmo tempo, garantir que ela simplesmente não se arrebente?

— Bem... Sempre tem como desistir, não é mesmo?

— Você é muito insolente, Roberta! Onde já se viu propor isso?

— Ora, toda essa sua preocupação me parece evidenciar que não está sabendo o que fazer – ou estou enganada?

— Claro que está – de certa forma. Posso estar um tanto mexido com tudo isso, mas não vou me perder. Não agora, depois de tantos passos.

— Então, vamos lá: como vai fazer para dar conta de tudo?

— Preciso pensar. Preciso pensar...

— Lá vai você pensar através de imagens.

— Só sei fazer dessa forma, já disse isso.

— Eu sei. Foi só um comentário.

— Estamos aqui: Eu, Você, Ele, Nós. Todos aqui, enlaçados por este movimento, por esta produção, por estas linhas de agenciamento. O que se faz necessário é uma, pelo menos uma linha de fuga.

— Poupe-me dos detalhes.

— Deixe-me pensar... Fique em silêncio, por favor. Cada um aqui parece ser finito, certo? Nasce, cresce, reproduz-se (ou não) e morre (ou não, a depender se vai parar ou não de funcionar, de produzir mundos, ou seja, parar de *agenciar*). Nesse sentido, esta Tese também seria finita: ela nasce, cresce, reproduz-se (ou não) e morre (ou não, se não parar de agenciar). Nos comporíamos, assim, no interior de uma finitude, mas não de qualquer finitude: seria uma *finitude ilimitada*, como nos diz Rolnik (2016), que tende sempre a permanecer, na medida em que vai se tornando, agenciando, servindo como rota de passagem dos afetos, das intensidades.

— Pronto, lá vamos nós...

— Uma finitude que faz com que as ideias de ínfimo e de supremo simplesmente se desintegrem, uma finitude que vai ao encontro do que Foucault diz acerca das continuidades irrefletidas e sobre aquele ponto distante que tendemos a procurar, mas que não pode ser encontrado ou alcançado. Foucault...

— O que tem ele?

— Acho que sei como proceder! Acompanhe-me...

— E não é isso que estou fazendo há tanto tempo?

— Pois bem, pense na imagem do castelo, aquela lá de trás: ele está sobre uma grande montanha, com sua construção magnânima, onde reside a disciplina de Análise. Abaixo, há um vale onde residem os camponeses, os quais atuam nas escolas de Educação Básica. Não se percebem pontes que ligam um ao outro, mas todos sabem que existem caminhos secretos que permitem atravessar os muros.

— Certo, pensei. E o que faço com essa imagem?

— Observe que há algo que ultrapassa os muros do castelo e consegue penetrar cada uma das casas do povoado, um vento que sussurra, um murmúrio que carrega certas *verdades* sobre a Análise, as quais são reproduzidas e que permanecem. Mas o que escapa?

— Como assim? O que escapa?

— Sempre algo escapa... Escapam discursos que não são ouvidos, que não permanecem, que tendem a ficar no anonimato. Escapa o discurso dos desviantes do caminho, que não conseguem seguir a ordem estabelecida no interior dos muros do castelo, a qual também rege o comportamento dos habitantes do povoado. Escapam falas e pensamentos daqueles que não podem falar porque não são e nem serão ouvidos. Escapa o pensamento depravado de se questionar os próprios padrões estabelecidos. De certa forma, escapa até a possibilidade de um escape, haja vista a solidez da pedra que serve de fundamento ao território que propus invadir.

— Certo. E se escapa, não há como agarrar. Já foi. É isso?

— Sim, se escapou, já foi. Mas... E se pudéssemos reunir alguns desses escapes em um finito ilimitado? E se esse finito ilimitado pudesse fazer o que já escapou aparecer, ou seja, se isso que escapou na verdade está aí, só que invisível, como diz Foucault (2016)? E se pudéssemos dar realidade a algo que existe, mas que não permaneceu, que escapou, que não é real e existe somente em sua virtualidade (LAPOUJADE, 2017)?

— Mas aí você cairia na armadilha que Ele evidencia, ou seja, no desejo de encontrar aquilo que falta, que não está aí.

— Ora, ora, ora... Vejo que está atenta!

— Se estou aqui, não vou ficar somente esperando a sua vontade em responder às minhas perguntas. Sabe que sou curiosa e que não ficaria somente observando sem tentar compreender.

— Muito bem. Realmente, se o único objetivo fosse recuperar o que escapou e trazer realidade a isso, certamente cairíamos na armadilha evidenciada. Mas, e se não chegássemos a lugar algum?

— Não me venha com essa! Eu quero que responda aos meus questionamentos!

— Não pense que farei o contrário. O que estou tentando dizer é que pode ser possível desenvolver o que foi proposto sem cair, inicialmente, em alguma armadilha que possa acabar com a empreitada. Sendo assim, proponho que utilizemos a água como suporte.

— A água? Como assim?

— A água será o território que ocuparemos, um território totalmente volátil, sem forma definida. Um território que já seria, aparentemente, desterritorializado. Água corrente

que, de preferência, assuma a forma informal de devir-mar. Que não tenha início e nem fim, que esteja sempre a correr no entre-margens – ali, no meio, onde adquire velocidade (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Um finito ilimitado.

— Até aí, tudo bem. O que quero saber é sobre o que questioneei. Isso não vou deixar escapar.

— Não vou deixar de tentar responder aos seus questionamentos, mas também não quero parar de perseguir os meus. Preciso encontrar uma forma que tente abraçar todas essas nuances, inclusive aquilo que Ele disse.

— Veja, novamente, se Foucault não te ajuda. Ele sempre parece te ajudar.

— Foucault... Deixe-me ver... Espere aqui, eu já volto.

— Como se fosse possível esperar em outro lugar...

1.5.1 Possibilidades estéticas para uma escrita-fluxo

Para poder operar junto ao que está acontecendo, é necessário estipular um regime de escrita – mesmo que seja para escapar desse regime. Um regime que tente dar conta dos acontecimentos, fluxos de intensidade que atravessam sem cessar estas linhas, como flechas. Um regime que/ . . .

— Onde pensa que vai? Achou que não ia te ver?

— Deixe-me em paz, Roberta! Preciso pensar sozinho!

— Deixe de coisa! Pode falar para mim. Eu vou saber de qualquer modo. Você já não está sozinho há tempos. Não tem por que sair de perto e ir conversar num canto.

— Complicado isso... O que estou tentando dizer é que esse regime de escrita precisa dar conta disso tudo, precisa dar conta de você, criatura!

— Olha! Estou ficando importante!

— Estou falando sério. É necessário que seja um regime que tente abarcar o máximo possível e que também tenha a água como elemento constituinte principal – como havia dito, pensar na água como solo é interessante por sua volatilidade e possibilidade de se ter um finito ilimitado.

— Isso você já falou.

— Sim. O que eu não falei é que estava pensando aqui no que Foucault (1966, p. 211) diz, ou seja, que em toda obra narrativa é necessário distinguir a fábula da ficção. Primeiramente, acho que devo assumir isto que está sendo escrito como uma narrativa, e nada mais justo do que tentar compreendê-la: como você disse, Foucault pode mesmo ajudar.

— Pode me agradecer depois.

— Pois bem, para Foucault (1966), a *fábula* é aquilo que é contado: os episódios, os personagens, as funções que eles exercem na narrativa, os acontecimentos. Já a *ficção* seria o próprio regime da narrativa, “ou melhor, os diversos regimes segundo os quais ela é ‘narrada’ [...]”. A *fábula* é feita de elementos colocados em uma certa ordem. A *ficção* é a trama das relações estabelecidas, através do próprio discurso, entre aquele que fala e aquele do qual se fala. *Ficção*, ‘aspecto’ da *fábula*. [...] A *fábula* de uma narrativa se aloja no interior das possibilidades da *cultura*; sua escrita se aloja no interior das possibilidades da *língua*; sua *ficção*, no interior das possibilidades do *ato da palavra*” (FOUCAULT, 1966, p. 211-212).

— Mas por que a *ficção* e nenhuma outra em seu lugar?

— Foucault (1966, p. 211) vai dizer que nenhuma época utilizou, simultaneamente, todos os tipos de *ficção* possíveis, de maneira que alguns sempre são excluídos por serem tratados como parasitas, como “discursos parasitas”. Por outro lado, outros são aceitos com mais facilidade e tomados como norma. Esses discursos parasitas seriam, por exemplo, formas em que há interrupções no texto, em que o autor para pra conversar com o leitor e outras formas de interrupção que realmente sabem interromper.

— Sei que está falando de mim, não precisa de indiretas.

— Não foi uma indireta. É de você mesmo que estou falando, minha querida parasita.

— Vou fingir que não estou escutando essas coisas.

— Falando sério, não é somente você que anda fazendo as vezes de parasita. Há muitas coisas que passam em minha cabeça, relacionadas às experiências de pesquisa, às leituras, a pensamentos e a toda uma gama de intensidades que pedem passagem. Já percebi que com você aqui não conseguirei seguir da mesma forma que comecei, muito menos operar unicamente da maneira que havia proposto. A *ficção* vem para operar com essa trama em que os elementos da *fábula*, minha *fábula*, *nossa fábula* poderão (ou não) passar, atravessar, seguir sem parar, num fluxo aquático.

— Certo, mas para que levar para esse lado da *ficção*?

— Porque tem que haver uma entrada, não vejo como ser de outra forma. O que estou propondo é entrar nas e pelas *fábulas* e nos e pelos caminhos da *ficção*, da linguagem da *ficção*, dessa potência que deslinda as imagens, “as alivia de todas as suas sobrecargas, vive nelas com uma transparência interior que pouco a pouco as ilumina até fazê-las explodir e as dispersa na leveza do inimaginável” (FOUCAULT, 1966, p. 225). Parece-me que o problema que temos ao depararmos com a problemática de construir uma TsO é o mesmo problema que

evidenciamos lá atrás, a questão das regras de formação dos discursos: só que, aqui, estamos tentando compor alguma regra em meio a tantas outras regras que tentam aderir ao que estamos colocando no papel.

— Nossa, estou começando a ficar enjoada...

— Enfim, encontrei um trecho aqui do Foucault, que lerei para tentar deixar mais claro:

O fictício não está nunca nas coisas nem nos homens, mas na impossível verossimilhança do que está entre eles; encontros, proximidades do mais longínquo, absoluta dissimulação lá onde nós estamos. A ficção consiste, portanto, não em mostrar o invisível, mas em mostrar o quanto é invisível a invisibilidade do visível (FOUCAULT, 1966, p. 225).

Operar na rede da ficção seria, então, operar a partir dessas relações (ou melhor, destas não-relações) entre as coisas e os homens, entre o visível e o enunciável (DELEUZE, 2017) de forma a mostrar o quanto a invisibilidade do visível é invisível. Uma operação cirúrgica, que demandaria uma lima muito fina e um excesso de zelo e cautela para que seja possível trabalhar nessa transparência que carrega uma densidade que clama por passagem – no entanto, sem ferir sua fina película... Calma, você disse enjoada?

— Sim... Argh...

— É isso!

— É isso o quê? Meu enjoo te inspirou?

— Talvez... E creio que agora possa ficar mais enjoada: o enjoo pode ocorrer sempre que perdemos o equilíbrio e, geralmente, numa embarcação, isso ocorre de maneira acentuada, não é mesmo?

— Embarcação?

— Exatamente. Já sei como vamos seguir.

Regra 1: *A água, esse finito ilimitado, será o plano por onde deslizaremos. Não estamos interessados acerca de onde viemos e nem para onde vamos. Estar na água e passar, somente passar e dar passagem, é o que importa.*

Regra 2: *Para deslizarmos na água é necessário uma embarcação, pois somente nossa carcaça não aguentaria a multidão que pede passagem: para tal finalidade, utilizaremos uma nau. Entretanto, é permitido nadar.*

Regra 3: *Na nau estarão os tripulantes originais, aqueles que já garantiram o seu lugar, mas também outros, que aparecerão conforme as tramas da ficção forem sendo construídas. Há lugar para todos, pois, assim como a água, a barca é um finito ilimitado, um agenciamento.*

Regra 4: *Os discursos operados no interior da barca e também aqueles que a atravessarem serão narrativas em que as fábulas serão retiradas de várias culturas: sejam elas oriundas da história tradicional da Matemática, de pesquisas dentro da área de Educação Matemática ou mesmo fatos que ocorreram comigo nas experiências junto à atividade docente e/ou de estudante de pós-graduação e/ou nas experiências de vida. Todas as fábulas, por mais atravessadas que estejam pelo regime da ficção – a partir do qual serão narradas –, carregam consigo a característica da fábula, ou seja, tudo aquilo que se aloja no interior de nossas possibilidades de cultura.*

Regra 5: *Nas fábulas tentarei operar com as problemáticas da Tese. Nesse sentido, serão operadas de um modo problemático (em contrapartida a um modo teoremático⁴²). Faço isso por pensar que esse modo adequa-se mais à proposta estética de escrita-fluxo que está acontecendo.*

Regra 6: *Nas narrativas ficcionais que seguem, a priori, não há uma ordem preestabelecida de leitura, pois a ideia é que elas se complementem e se interrompam, tal como as máquinas desejantes de Deleuze e Guattari (2010), que se acoplam e desacoplam cortando o fluxo umas das outras. Assim, cabe ao leitor agrupar e produzir junto com o narrado da maneira que sentir mais adequada. No entanto, sugere-se, numa primeira leitura, a ordem que se apresenta.*

⁴² Deleuze e Guattari (2012b, p. 43-44), ao discutirem acerca das ciências nômades e ciência régia, dizem o seguinte: “O que aparece na rivalidade entre os dois modelos é, antes, o fato de que, nas ciências ambulantes ou nômades, a ciência não está destinada a tomar um poder e nem sequer um desenvolvimento autônomos. Elas carecem de meios para tal, porque subordinam todas as suas operações às condições sensíveis da intuição e da construção, *seguir o fluxo da matéria, traçar e conectar o espaço liso*. Tudo está tomado numa zona objetiva de flutuação que se confunde com a própria realidade. Seja qual for sua fineza, seu rigor, o ‘conhecimento aproximativo’ continua submetido a avaliações sensíveis e sensitivas que o impelem a suscitar mais problemas do que os que pode resolver; o problemático permanece seu único modo. Ao contrário, o que é próprio da ciência régia, do seu poder teoremático ou axiomático, é subtrair todas as operações das condições da intuição para convertê-las em verdadeiros conceitos intrínsecos ou ‘categorias’. Por isso, nessa ciência, a desterritorialização implica numa reterritorialização no aparelho dos conceitos. Sem esse aparelho categórico, apodídico, as operações diferenciais seriam sujeitadas a seguir a evolução de um fenômeno; bem mais, ao realizar as experimentações ao ar livre, as construções diretamente sobre o solo, jamais se disporia de coordenadas capazes de erigi-las em modelos estáveis” (itálico dos autores, sublinhado nosso).

Regra 7: *Cada uma das regras anteriores pode ser alterada e/ou revogada caso algo inusitado aconteça no decorrer do que virá. Da mesma forma, novas regras podem ser construídas conforme forem necessárias.*

Regra 8: *Não há limites para nossa imaginação. Mas há limites.*

— Nossa, quantas regras. Tem certeza de que conseguirá seguir todas?

— Sim, mas é claro! É necessário segui-las para que consigamos operar junto a tudo o que pede passagem. Essa organização inicial é necessária a qualquer viagem – ou seja, seguir as regras será de fundamental importância para nossa própria sobrevivência. Concorda?

— Fale por você, querido Autor...

O caminho, aparentemente denso e ilimitado, está à sua disposição, estimado Leitor. Jogue fora sua bússola, possivelmente não precisará dela por aqui. O que tem a fazer é simples: utilize as ferramentas que forem mais pertinentes para potencializar seu próprio desejo, seu corpo vibrátil, seu próprio CsO. Caminhe, deslize e ocupe as páginas. Garanto-lhe que os outros por aqui farão a mesma coisa. Sim, a cada escolha sempre aparecerão vários: Autor, Roberta e Tese sempre estarão por aqui para compor junto a você. Só que eles serão poucos, nunca há todos. São necessárias muitas *ferramentas*. É necessária toda uma *maquinaria*.

Um último alerta: se, no meio do caminho, aparecerem páginas que lhe causem estranhamento, palavras colocadas de forma disforme, tendendo a algo um tanto caótico e desordenado, lembre-se de que estamos no âmbito de pontos em dispersão, de desejos, do caos, de passagem de fluxos de intensidades, de agenciamento, de devir, de TsO. Nada aqui quer ser organizado segundo olhos racionais, segundo uma organicidade orgânica. Quando se deparar com coisas assim, peço que utilize seus olhos vibráteis, ou seja, que *sinta*.

Além disso, lembremos também que essa composição desejante faz-se *corpo*, CsO, TsO. E, sendo assim, deve possuir lá suas necessidades fisiológicas. Desse modo, não se assuste se, em determinado momento, sentir algum espasmo: será somente esta TsO soltando algum arrote, flatulência ou mesmo bocejando ou estremecendo ou arrepiando ou tendo algum tipo de orgasmo. Não estranhe, pois, aqui, a etiqueta manda sempre o contrário: em vez de esconder os barulhos e vontades do corpo, tudo é ressaltado na sua mais sublime potência. Acostume-se e liberte-se também. Se quiser ficar mais à vontade, pode tirar suas roupas e ler nu, deitado numa rede. Veja o que lhe agrada mais.

Desejo uma boa jornada e que os ventos sussurrantes possam lhe soprar.

rigorigorigorigorigorig
igorigorigorigorigorigo
gorigorigorigorigorigor
origorigorigorigorigor
rigorigorigorigorig
ig
go
or
ri

“Nunca se chega a um porto de embarque, porto de origem, terra natal.

Nem a um porto de desembarque, porto final, terra prometida.

Sempre se está criando línguas, novos portos, novas terras.

Sempre estão se atualizando novos mundos.”

(ROLNIK, 2016, p. 76)

2. A NAU



Figura 4: Nave dos Loucos⁴³

⁴³ Pintura de Hieronymus Bosh (1450 – 1516). Parte do tríptico composto por mais duas obras: *Alegoria da Intemperança* e *Morte do Avarento*. Possivelmente do início do século XVI. In:

— O que você vê Roberta?

— Um quadro.

— E o que há no quadro?

— Tinta.

— Vejo que não está com ânimo. O que acontece?

— Estou esperando minhas respostas.

— Roberta... Deixemos nossos olhos vibráteis agirem por um momento. Sem buscar por verdades, apenas sintamos a obra e vejamos o que pode ser produzido junto a ela. Podemos?

— Vá em frente...

O céu está claro, mas não é um dia de pleno sol; as nuvens fazem com que o horizonte tome um tom acinzentado levemente amarelado, com toques desbotados de laranja. Mesmo que parem dúvidas acerca das condições climáticas estampadas no firmamento que recobre os acontecimentos da representação emoldurada pelo quadrilátero, dificilmente a noite há de ter caído – caso contrário, o horizonte vestiria seu manto negro estrelado.

Ao fundo, envolvendo uma possível fração de monte costeiro, é possível perceber águas num tom esverdeado, o qual vai aumentando ao passo que a água aproxima-se da terra, como se algum tipo de musgo estivesse mastigando o azul característico do líquido primordial – águas turvas oriundas de margens poluídas, ou mesmo de alguma espécie de pântano representado no primeiro plano, o qual os olhos do sorrateiro observador encaram assustadoramente de perto. Ele está totalmente de pé diante da cena em que tudo está acontecendo e muito mais poderia ocorrer, simultaneamente e em tempos diversos, onde cada um mostra-se vários e vários tornam-se uns – a cada novo olhar, a cada mudança de perspectiva.

Alguns tons amarelados na superfície remetem à ideia de um possível pôr do sol, impossível de ser observado através do quadrilátero territorial da cena. Assim, parece que a noite está prestes a chegar e a propiciar aos corpos da cena um belo banho de luar – certamente o inconsciente desses *uns* roga aos mais poderosos deuses para que a luz do sol, filtrada pelas nobres crateras, possa tocar suas peles, a fim de levar todas as essências dos

seres que habitam cada um deles a regozijarem por estarem ali, debaixo dos raios da luz esfumaçada, tortuosa e ludibriante, proporcionada pelo satélite marinho.

De certa forma, a lua os acompanha, mesmo que não haja noites límpidas e sem nevoeiros – não que seja possível prever que as nuvens amareladas possam sair de cena e dar lugar à nobre dama noturna. Mas é que, independente das condições climáticas, ela sempre está a acompanhá-los, totalmente presente no topo do mastro, estampada na flâmula levemente rubra e desbotada, em sua forma crescente. Não poderia ser de outro modo. Por mais que os olhos dos tripulantes estejam desviados para vários outros lugares que não o estandarte, pelo menos hão de sentir, mesmo que no fundo de suas entranhas, a doce presença de sua mãe.

Será que os habitantes desse *não lugar* itinerante são devotos da cultura islâmica? Pelas indumentárias e características físicas, possivelmente, não. A lua está abençoando esses que habitam sob sua tênue luz, a qual faz com que sejam o que são: habilidosos em utilizar suas forças vitais e instintivas perante seus dias de vida, ávidos por poder sonhar de olhos abertos durante todas as horas de sol e perambular sem rumo durante as noites inconscientes de seus seres. Perante a escuridão, junto à falsidade e às ilusões que orientam cada um, aí está o astro aquático para guiá-los no caminho rumo ao *renascimento*, abençoando-os e proporcionando um possível reencontro com o caminho do qual jamais deveriam ter se desviado.

Estão aí por alguma razão, mesmo que os motivos possam parecer totalmente variados e disjuntos à vista desse que, de pé, sob um possível monte de terra, os observa. Algo os conectou e fez com que estejam no interior da barca, a navegar rumo à terra prometida a fim de que possam ser contemplados e banhados com uma luz mais forte do que aquela refletida pelo astro noturno – a luz da *sensatez*. Só então poderão retornar ao conforto de seus lares, com a certeza de que serão curados de suas sandices e intempéries.

Pode ocorrer a um observador desatento que o motivo que os levou a subir na embarcação tenha sido a fome: hipnotizados pela bela ave assada amarrada logo abaixo da bandeirola, adentraram o casco e começaram a celebrar, bebendo e aproveitando ao extremo suas vidas paupérrimas e carentes de racionalidade. Servindo de mastro principal ao barco e apoio ao estandarte lunar, bem como espeto de frango, lá está um galho de árvore, apinhado no interior da barca como se naquele local estivesse plantado desde sempre, com suas raízes fincadas no casco. Os ramos do galho parecem oriundos de uma espécie de cerejeira, pois é possível distinguir alguns frutos pequenos e vermelhos despontando e fazendo companhia à ave abatida e assada, futuro alimento daquele que conseguir alcançá-la – por mais que a

maioria dos olhos possa evidenciar que a totalidade dos frutos vermelhos da cena encontram-se depositados sobre o prato no balcão logo abaixo do galho.

A ave encontra-se bem ao alto, dando a entender que, para pegá-la, é necessário empregar grande esforço, escalando-se o galho da árvore munido de algum instrumento cortante. No caso, o sujeito que se dispõe a empreender tal tarefa carrega uma faca, aparentemente bem afiada, segurando-a com a mão direita, quase que pela extremidade de seu cabo, meio que com a metade dos dedos, na tentativa de alcançar a corda que prende o frango, para arreventá-la e tomá-lo para a sua alimentação. Aparentemente, não tem dúvidas de que conseguirá, pois sua vontade parece ser grande. Com os lábios já abertos, saliva de vontade de devorar a ave. O sujeito utiliza um gorro negro e uma camisa amarronzada, sendo impossível afirmar se é essa sua verdadeira cor ou se é sujeira de suor devido ao tempo indeterminado no interior da embarcação. A outra mão segura o mastro, meio sem jeito: ou corta a corda e pega a ave, ou cai sobre os outros integrantes, sendo motivo de mais uma zombaria dentre as muitas que, certamente, já haviam ocorrido.

O restante das personagens no interior da barca, por sua vez, não está olhando para o desfecho da ação do sujeito que tenta capturar a ave assada, mas, sim, distrai-se com suas próprias atividades no casco. No total, oito sujeitos dividem o espaço da parte inferior da embarcação, quase a tomando por completo. Fora eles e o famigerado faminto a tentar capturar o frango, há um ser inusitado, de costas para a ação no meio da tela, a bebericar numa taça, sentado no galho de uma das bifurcações do mastro e carregando um cajado com o que parece ser sua própria face entalhada na extremidade superior.

No canto inferior esquerdo é possível observar uma personagem feminina, levantando uma garrafa de vidro vazia em sua mão direita. Seu semblante é um tanto ameno, não demonstrando fúria. No entanto, está com o corpo arqueado, tocando o ombro de um homem caído no casco com sua mão esquerda, levando a crer que está pedindo algo a ele (ou então, que está doando). O homem, por sua vez, está segurando uma corda amarrada a uma garrafa de vidro bem maior, a qual se encontra do lado de fora da embarcação, submersa até aproximadamente a metade de seu volume, parecendo estar cheia de algum líquido possivelmente alcoólico, uma vez que o rosto de tal homem, também ameno, apresenta olhos levemente miúdos e cabelos desajeitados, como se ali estivesse dormindo após alguma bebedeira e tivesse sido repentinamente acordado pela mulher nesse exato momento.

Sobre a mulher, o pano branco que cobre sua cabeça pode denunciar que segue alguma ordem religiosa, talvez o catolicismo. No entanto, não parece caracterizar uma freira propriamente dita, já que também há uma em cena (pelo menos, tem trejeitos) e suas vestes

são totalmente diferentes daquela outra mulher: além do pano branco, a freira também carrega um pano preto por cima deste – impossível de confundir aquela com esta. De costas uma para a outra, vivenciam momentos diferentes neste instante de captura.

No plano de fundo da reunião de personagens, ainda dentro da barca, logo atrás da mulher larápia de álcool, encontra-se um possível camponês. Também pode fazer parte de algum grupo religioso, pois suas vestes mostram-se, em sua maior parte, num tom avermelhado, juntamente a um gorro negro. Sem certeza acerca de sua religiosidade, parece que está com os olhos totalmente fechados, a boca aberta e o braço esquerdo estendido com a mão espalmada: ou está cantarolando os cânticos mais interiores de seu ser, ou expressa, através de sua fé, a mais concentrada das orações, baseada em seus pensamentos mais íntimos.

O copo de vidro vazio sobre sua cabeça parece demonstrar que deixou de lado o ato de beber o conteúdo alcoólico para poder cantarolar junto à freira, que toca alaúde, também com expressão de cantoria. Muito próximo, há ainda um padre, com cabelos somente no perímetro de seu crânio, e um personagem que carrega um remo, um possível timoneiro (ou amigo dele), já que, aparentemente, deixou a atividade de remador (ou o amigo) de lado para passar a cantarolar a cantiga executada pela freira junto às cordas do instrumento acústico, medieval e promíscuo.



44

É possível que o unísono diante à melodia do alaúde fale de algo mais: as cinco personagens que se reúnem no centro da barca, em torno de uma bancada com um prato com

⁴⁴Recorte de um manuscrito de missa *O Crux Lignum*, por Antoine Busnois (séc. XV). In: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Busnois_mass.jpg > (cores alteradas). Acesso em 09 jan. 2020.

cerejas, abrem suas bocas em direção ao que parece ser uma espécie de alimento circular dependurado por uma corda amarrada lá no alto, na direção da mão do sujeito que tenta desferir o golpe de sua faca na corda que sustenta a ave no mastro em forma de árvore. Possivelmente, esse alimento foi elaborado através de farináceos, água e sal, sendo que sua forma arredondada pode remeter a uma menção ao corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo – uma *hóstia*, caída dos céus, entregue diretamente pelas mãos de Deus.

Se essa conjectura estiver correta, pode-se construir outra forma de enxergar o que ocorre no centro da tela: estão aproveitando a boa vida na embarcação rumo a alguma terra prometida, bebericando o álcool depositado em seus copos e garrafas, desfrutando os alimentos que, possivelmente, acompanhariam as doze cerejas sobre a tábua que serve de mesa. No entanto, a partir do momento em que o corpo de Cristo é entregue, advindo dos céus, tudo para a fim de que as almas possam ser alimentadas novamente – mesmo estando atormentadas e destinadas a navegar rumo a uma direção desconhecida, sem tempo e sem pressa, na tentativa de que fiquem límpidas e cristalinas novamente. Talvez a alimentação espiritual diária seja necessária para manter como prioridade a busca inconstante – ou, talvez, estão cantando e comendo o pão, parando por alguns instantes para encher seus buchos corroídos pela mais vagabunda aguardente, momento esse que nosso olhar sorrateiro captura.

Algo curioso que pode sustentar a conjectura anterior é a percepção de que, no interior da moldura, encontram-se exatamente doze personagens humanos, os quais são: o sujeito com a faca sedento pela carne aviária; o rapaz caído no casco do navio e a mulher a lhe pedir (ou oferecer) um pouco de sua bebida; o camponês de olhos fechados e copo na cabeça; e outro também com olhos fechados e cuja boca possivelmente aberta encontra-se escondida pelo pão dependurado na corda. Há também a freira tocando seu alaúde; o padre; o possível timoneiro; um rapaz deixando sair pela boca o vômito a ser depositado nas águas externas; e um folião trepado nos galhos do mastro e carregando seu cajado. Além destes dez, abaixo da embarcação, mergulhados nas águas e com os corpos aparentemente nus, dois homens interagem com a cena interna ao casco: um deles carrega uma tigela, talvez esperando que algum alimento caia da barca para seu interior e lhe sirva de sustento. Já outro, escora-se no barco, dando a impressão de que quer algo com o padre (ou quer atacá-lo para tomar suas coisas ou quer puxar sua batina, na tentativa de fazer com que riam de mais uma peripécia característica desses que, sem senso de realidade ou racionalidade, fazem o que não pensam).

Doze personagens a partilhar uma ceia, comendo e bebendo. Caso houvesse mais um sujeito no interior da tela, seria possível jurar que estamos diante de uma versão alternativa para a *Última Ceia*. Talvez Nosso Senhor já esteja em sua forma de *Espírito Santo* e paire por

entre a cena. Ou então, pode estar escondido no meio das folhagens do mastro, olhando com seus olhos de *coruja*, atento a cada movimento alterado pelo álcool e cantorias. Estando ou não presente corporalmente na cena, lá está ocorrendo o encontro de pessoas detentoras de suas próprias vivências e histórias de vida. Cada qual compartilhando um lugar nesse rio/mar de óleo colorido, margeado pela moldura, mas não por acaso. Cada um tem algo a contar, todos sedentos por compartilhar com seus amigos inusitados e recém-conhecidos o que viram e vivenciaram em terra firme.

Tanto a música extraída da vibração das cordas do antepassado da guitarra acústica quanto à ingestão do álcool, do pão e do frango, além do peixe dependurado num galho no canto inferior direito da barca, que, certamente, está aguardando sua vez, parecem antecipar o inevitável: em algum momento, quando a embarcação já se encontrar em alto-mar, o assunto deverá vir à tona e cada um há de expor sua versão para que a decisão possa ser tomada. Foram muitos séculos para que fosse possível recolher das ruas esses seres imprudentes, mas que, ao mesmo tempo, têm os olhos certos para descrever o vivenciado e tornar possível vislumbrar aquilo que não passa de suas próprias entranhas.

Em toda a potencialidade desses seres errantes por definição, cada qual munido de vivências, experiências e pontos de vistas ignorados por grupos de segregação que os classificaram como incapazes e os deixaram abandonados no interior da barca, à deriva, segregados rumo a uma exclusão fora das terras, cercados por águas puras e cristalinas, navegam sem rumo em direção a uma possível salvação, única capaz de oferecer-lhes novamente o contato com aqueles que pisam em terra firme, a verdadeira comunhão com seus entes mais próximos. No entanto, no tempo em que estão no interior da embarcação, não são muito mais que nada, evoluções leprosas⁴⁵ e estruturalmente segregadas do mesmo modo que seus antepassados.

Excluídos na própria exclusão que os encerra, não foram jogados, nem numa prisão fixada em sólidos alicerces enterrados em rocha, nem deixados livres a correr pelas ruas pelados a atormentar seus vizinhos – não que não fizessem nem isso nem aquilo antes de estarem na barca. Foram encarcerados em sua própria exclusão, de modo que não podem e

⁴⁵ A inspiração para esta parte da narrativa é Foucault (2017, p. 3-44). Ressalta-se que toda essa narrativa resvala nas ideias contidas na referida obra.

não devem ter outra prisão que não o seu próprio *limiar*. Foram segurados em um lugar de passagem, no interior de um exterior e, inversamente, no exterior de um interior.

Quando pensamos no que foi feito com esses pobres coitados, imaginamos como se estivessem sobre o fio de uma navalha. Tão tênue que se torna impossível identificar onde é fio e onde não é. Uma linha tão fina quanto aquela definida pela grande divindade grega, pai de muitos que aqui se reúnem: *linha é comprimento sem largura*. Estando num dentro que não é fora e num fora que não é dentro, a única possibilidade que aparenta restar é que se encontram numa espécie de limite territorial, nem lá nem cá, literalmente concentrados e acumulados sobre a linha divisória da terra firme e da água densa e maleável.

Um limite que aprisiona dentro de si mesmo, a partir do conceito que carrega em suas entranhas, mesmo que intuitivamente: à medida que sujeitos que estão em determinado território caminham incansavelmente rumo a determinada direção, dando tantos passos quanto se queira (muitos, milhares, milhões), se aproximarão cada vez mais daquele lugar, o qual chamamos de limite – tão próximo quanto à quantidade de passos que forem dados –, mas sem nunca alcançar a *linha*.

Tomemos a nau: ao timoneiro cabe a missão de guiá-los rumo à salvação racional, mesmo que esse não tenha a mínima ideia de onde fica a terra prometida, muito menos se existe tal lugar. Antes de ser hipnotizado pelo pão recebido dos céus, dar meia volta tornar-se-ia algo inconcebível, tanto para os tripulantes quanto para aqueles que enviaram a embarcação ao mar aberto. No entanto, não importa qual direção o timoneiro assuma, em sua aleatoriedade mental, pondo cada tripulante a remar feito besta de carga – até os dois pelados na água, ajudando com seus pés tortos a empurrar: parece que chegarão o mais próximo que desejarem de onde quiserem, mas sem nunca alcançar o fio cintilante da navalha. A linha que divide razão e insensatez é invisivelmente divisível e inalcançável e encontra-se fincada neste não-lugar, limite do que pode vir a ser, do que já foi e do que está sendo. E, deste modo, é aqui e lá, nesse *limiar*, que cada um dos tripulantes se encontra.

— Acabou?

— E tem como acabar?

— E eu é que sei? Estou aqui olhando e tentando enxergar naquela tinta tudo isso que compôs.

— Conseguiu?

— Ainda vejo tinta.

3. RIO DE MIL BRAÇOS⁴⁶

11 de Maio de 1489,
dia de Nosso Senhor

Caríssimo,

Tu que és grande incerteza. Tu que me abraças e envolves meu dentro, não importando o quanto eu o estenda e o amplie. Aqui, nesta barca, me faço teu prisioneiro, escravo de tuas vontades e desejos mais profanos: em meio a mais livre e a mais aberta das estradas, todas essas águas me fecham, deixando-me solidamente acorrentado à infinita encruzilhada do ser e do não ser, do racional e do irracional. Aqui, afagado por tuas mãos acalentadoras, fico à deriva de mim mesmo, entrego-me a este não lugar em que não me encontro, enquanto sinto.

Aqui, tenho o que me restou, a minha única verdade, a minha única pátria – o que me sobrou do que deixei do lado de fora, sob a terra firme da margem, no momento em que embarquei. Encontro-me nesta extensão estéril entre duas terras que já nem sei mais onde ficam, as quais estão em algum lugar, que não me pertence e jamais me pertenceu. Sou daqui, deste ali, estando acolá. Sou de lá, mas para aqui já não consigo ir, porque vim de onde o limite demarcava uma área ilimitada. Já não posso dizer o mesmo disto que já se foi e que se torna, puro limiar de meu ser que já não é nada.

Fui abandonado a ti e aceito. Agradeço ao Nosso Senhor pela oportunidade de estar ao mesmo tempo em que não posso ficar. Este mar sem limites, onde posso, junto aos amigos, beber e cantar alegremente. Com nada me preocupo, a não ser em forrar o estômago e beber até cair, ignorante das horas, dos dias, do tempo e do espaço.

Observo meu reflexo nas águas turvas e já não sei se o que vejo é o que sou ou outra coisa em que me transformei. Vejo rugas que em meu rosto não se encontravam, estrias que percorrem a lisura da face que, antes sem barba, sente pelugens crescendo conforme os dias vão passando. Já a lâmina, cujo fio me envolve, insiste em não tocar a fina camada de minha cútis.

O que pode me tirar deste fora do dentro é a solidez que te sustenta, grande amo aquático: devo lançar minha âncora nas pedras firmes e duradouras da fé? No entanto, é tão

⁴⁶ Carta inspirada e composta junto-com Foucault (2017, p. 12-13).

preciosa a vontade e o desejo de esticar minhas velas espirituais e esperar que o sopro de Deus me leve ao porto mais próximo... Neste momento, me coloco a pensar sobre qual destas opções se torna a mais digna de ser efetivada para que tua honra permaneça entranhada no que resta do que já não sou.

Se estático fico, em meu coração ganho alívio. Se me deixo levar, a esperança é guiada pela ansiedade de, um dia, encontrá-lo. Ancorar-me em um lugar fixo, sólido e inquebrável ou permitir-me deixar levar pelos ventos contínuos que sempre podem mudar de direção, mas nunca me fazem voltar ao ponto de que parti?

Junto a estes novos amigos de jornada, fico a pensar no que me move: seriam ainda os pensamentos estruturados nas premissas de nossa Santa Igreja ou a curiosidade em compreender a afronta daquele que já não está mais entre nós?

Creio que tudo o que farei a partir de agora, de alguma forma, será observado por um ser maior que a mim e, ousa dizer, divino mestre aquático, tão grande quanto tuas milhares de falanges.

Aquele que nunca se deixará abraçar por completo,
mesmo que braços já não os tenha.

— Você está me deixando confusa. Quem está falando, Autor?

— E importa quem fala?



47

⁴⁷ In: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46689044>> (cores alteradas). Acesso em: 14 jan. 2020.

4. NUANCES AO FORA: LÁ DENTRO

Desde que a cientificidade se atribuiu lugares próprios e apropriáveis por projetos racionais capazes de colocar zombeteiramente os seus modos de proceder, os seus objetos formais e as condições de sua falsificação, desde que ela se fundou como uma pluralidade de campos limitados e distintos, em suma, desde que não é mais do tipo teológico, a ciência constituiu o todo como o seu resto, e este resto se tornou o que agora denominamos cultura (CERTEAU, 2014, p. 62).

Havia um tempo em que as coisas não eram tão fáceis como são hoje, em que o alimento vinha somente da terra e não de gôndolas simetricamente distribuídas num lugar onde o dinheiro pode ser trocado por subsistência. Naquele tempo, as mãos doíam, pois a terra deveria ser preparada para que as raízes pudessem crescer no intuito de nossos estômagos serem preenchidos com a farinha seca e saborosa.

As únicas diversões ocorriam em brincadeiras com os animais da terra, cabras e bodes, e a correria em meio à poeira levantada pela falta de chuva – ainda bem que as palmas garantiam o precioso líquido aos animais que nos doariam seu leite e, em dias de festa, a carne tão desejada. No entanto, quando havia prosperidade, conseguia-se ganhar, a muito custo, dois ou três vinténs: saía correndo em direção ao barracão onde os camelos aguardavam que eu os montasse. Entregava minha riqueza ao velho senhor e começava a cronometrar as horas de liberdade por sobre os aros emborrachados movidos à minha própria tração.

No início, foi difícil manter o equilíbrio. Meu irmão não me ajudava, ele tinha o próprio camelo e fazia questão de não me emprestá-lo, deixando claro aquilo que, desde o nascimento, já sabia ser a constante de minha existência: tudo o que conquistasse seria por meio do suor de meu próprio rosto, com os calos de minhas mãos, com a potência de minha mente – que não parava de maquinar.

Nos tempos em que as idas à escola me eram obrigatórias, não conseguia compreender até que ponto a assimilação de letras e números e todas as relações que pudesse estabelecer entre isso e aquilo poderiam ser úteis em minha empreitada rumo à independência. Como saber se poderiam me dar sustento e estabilidade?

Essas inquietações perseguiram-me até o momento em que visualizei e compreendi, mesmo sem entender: o carro do professor de Matemática era lindo, grande, vistoso, exatamente parecido com tudo o que eu poderia sonhar em ter para mim. O camelo tornara-se nada quando comparado àquela máquina possuidora de dezenas de cavalos. E, daquele dia em diante, meu objetivo foi adquirir o conhecimento necessário para poder ter a honra e o

orgulho de me equiparar ao grande mestre – seria através do cérebro, e não dos músculos, que conseguiria vencer a vida.

— É sua história, Autor?

— Não, Roberta, mas poderia ser de muitos. Inspiro-me nos ditos de uma pessoa que tive o prazer de conhecer e de conversar por muitas vezes. Um homem que encarou uma infância sofrida e que viu na Matemática uma forma de transcender a própria realidade que o cercava.

— E ele conseguiu?

— Não se apresse. Deixe-o passar.

— ...

Não foi fácil. Mesmo com grande afinidade com os números, encarar um curso em uma instituição federal de ensino de tão grande prestígio tirou minhas noites de sono, meus momentos de alimentação, minhas idas a festas – não gostava tanto assim de festas. Sempre fui introspectivo e o tempo que teria gasto com festas foi facilmente trocado pela leitura de bons fascículos volumosos.

Consegui o tão consagrado título, mas percebi que ainda não havia chegado lá. Precisava de mais alimento para a mente, precisava prosseguir em minha busca – agora, não somente pela estabilidade, mas por tudo o que foi visto e que atizou minha curiosidade de uma maneira nunca antes vista. Eu queria dominar aquilo, queria assimilar o máximo possível, queria fazer o que a maioria não conseguia, ou seja, absorver teoria matemática avançada. Mais que isso, queria *produzir* Matemática.

Através da iniciação científica, o convite para participar do curso de verão proporcionado pela mesma instituição foi-me feito. Vi coisas que jamais pensei existir e, por intermédio e auxílio de um querido professor que, naquele momento, tornara-se orientador em potencial para o primeiro degrau do *strictu sensu*, fui aprovado com louvor. Participei do processo seletivo, realizei a tão temida prova e consegui a vaga para ser orientado por aquela pessoa que tanto incentivou meus passos nos anos de graduação e que se mostrava totalmente dono de si. Estava a caminho de ser um *mestre*.

Foram dois anos complicados: ter vivido unicamente dependente de uma bolsa oferecida por um dos poucos órgãos de fomento em nosso país é uma coisa que julgo das mais heroicas em minha vida: mesmo com tanta dificuldade, sabia que, se quisesse chegar mais longe, deveria continuar me sacrificando. A bolsa era o meio de subsistência, ao mesmo tempo em que me garantia tempo suficiente para o *aprofundamento*. O intuito? Seguir para além do nível de um mero professor de escola de Educação Básica. Naquele momento, ninguém mais conseguiria me segurar: tal como meu orientador, passava a ser, cada vez mais, dono de mim mesmo e de meus pensamentos.

A Matemática havia se transformado em algo muito simples de assimilar: era necessário conhecer somente as definições, tê-las integralmente em minha mente e, a partir delas, dominar as técnicas de demonstração dos teoremas – todas elas consequências indutivas de combinações entre as definições e as propriedades do objeto matemático definido axiomáticamente. Os exercícios? Meras exemplificações delimitadoras! Aqueles que reclamam do fato de a Matemática ser um conhecimento difícil tropeçam nesse simples detalhe constituinte de sua estrutura ou, então, é porque foram ensinados somente por meio de exemplos, os quais limitam a visão do estudante, no sentido de não mostrar-lhe a generalidade de certo conceito ou método: o aluno fica *limitado* a fazer somente o que o exemplo lhe permite visualizar e perde a vasta potencialidade do geral.

A mim, caberia muito mais: eu queria ser ilimitado, estabelecendo conexões superiores, aquelas mais abrangentes, que só podem ocorrer mediante um *treinamento* mais apurado e generalizado da estrutura que é própria da Matemática. Em outras palavras, segui *inserido* nessa estrutura, visualizando com um olhar matemático refinado pelo estudo, pelas cópias e compreensões, sendo possível contemplar um horizonte para além dos exemplos limitadores.

Pois bem, o mestrado terminou e, claro, fui convidado pelo mesmo orientador a ingressar no *doutorado acadêmico* na área da Matemática Pura. Veja bem, não foi um convite para um daqueles cursos de doutorado que entendo como de quinta categoria, em que o foco é a pedagogia, a prática docente e todo aquele lengalenga. Almejava escrever artigos difíceis e de peso, e não ficar enchendo páginas com ladainhas que ninguém quer saber, fáceis de deduzir mesmo sem qualquer estrutura ou base bibliográfica. Assim, aceitei no mesmo instante o nobre convite irrecusável: tornar-me-ia doutor na área mais *dura*! E, ainda por cima, seria o primeiro orientando de meu orientador, agora amigo, a ingressar no doutorado. Ademais, entraria para o rol dos poucos iluminados a terem a oportunidade de se elevar para além das colinas do senso comum e enxergar acima das nuvens.

Não foram poucos os assuntos que conheci, aprendi e assimilei. Mas, no começo, como ocorre com os iniciados nesse território, as disciplinas arrancaram o meu couro e fizeram-me sentir toda a dureza da escolha feita. Cursei aquelas disciplinas necessárias e sugeridas pelo orientador, naveguei por mares de águas turvas e densas, fazendo com que somente a permanência no interior da universidade, mesmo durante os finais de semana, tornasse possível a sua plena compreensão.

Não havia nada que fosse tão importante quanto o doutorado e o que isso poderia me proporcionar: aquele sonho de desbravar a terra seca sobre duas rodas de borracha – ou mesmo o de cavalgar sobre o banco de couro comandando as rédeas de centenas de cavalos – havia dado lugar a uma constelação de possibilidades. Eu queria aquilo, desejava me alimentar daquele conhecimento capaz de me levar até onde meus sonhos pudessem chegar – o efeito colateral seria ter que compartilhar alguma coisa com aprendizes, tal qual fizeram comigo. Algo trivial para um doutor, diga-se de passagem.

Enquanto eu cursava as disciplinas obrigatórias, meu orientador trabalhava em sua pesquisa, já pensando em um tema para que eu pudesse me debruçar – pois é dessa forma que ocorre em nossa prática de doutorado: entramos totalmente crus, mesmo possuindo o título de mestres e, conforme vamos amadurecendo nosso pensamento mediante a compreensão dos temas abordados nas disciplinas, nossos orientadores nos encaminham e fazem eclodir o problema sobre o qual vamos analisar e tentar encontrar uma solução. E assim foi feito!

Como já sabia, não ia ser fácil – nunca foi. O semblante estava cravado em meus poros, em minhas entranhas: *só conseguirás as coisas mediante muito esforço*. Toda a fome que senti, toda a sede, toda a dor nos punhos, braços, pernas e costas, não seriam nada diante do inferno que enfrentaria para doutorar-me! Permaneci sobrevivendo com o auxílio financeiro fomentado; já estava acostumado com aquilo. Para os vizinhos, não passava de um rico e desocupado, pois, constantemente, falavam: como pode não trabalhar e ter dinheiro para viver, indo à universidade diariamente e somente isso? Ora! É simples ganhar dinheiro para estudar, basta seguir o caminho que empreendi. Por que não tentam, pobres coitados?

O orientador, sempre quieto, contentava-se em aguardar meus espasmos de vida, no intuito de verificar se o sangue ainda corria em minhas veias. A amizade ocorria somente no exterior das linhas territoriais; lá dentro, ele era exatamente o que esperava que fosse: uma rocha inabalável e quase inacessível. Deveria empenhar meus esforços para poder escalar o máximo possível.

Trabalhei sozinho, como sempre, e os resultados foram aparecendo. Resolvi o que me foi proposto e foi belo. A língua estrangeira obrigatória para a defesa me deu trabalho,

mas nada que alguém que havia dominado uma linguagem de programação para cravar as palavras por meio de algoritmos, e não de forma direta, não pudesse dar conta. A defesa ocorreu. O título, enfim, era meu. Somente meu. Tornei-me *doutor*.

Havia chegado ao topo, cada escolha havia me levado ao cume do monte a que me propus escalar. O crivo do concurso era o que me esperava; enfrentei alguns e, é claro, por um deles consegui passar com louvor. Cheguei onde queria estar, teria tudo o que sonhei e aquilo tudo que passei a sonhar. Enfim, era um *perito* na área que escolhi como terreno acolhedor e amplificador de meus pensamentos.

Eram várias áreas permutadas em alguns cursos nos quais deveria atuar, mas não importava: eu habitava meu território totalmente delimitado, delineado por práticas milenares, que foram se desenvolvendo e determinando o que eu poderia fazer diante dos discípulos. A Matemática me deu tudo o que eu sempre quis: uma terra fértil, que amplia seus limites conforme cria o novo, em que expande as definições, relações e regras. Uma área limitada pela própria forma de estabelecer os limites. Isso não é maravilhoso?

No entanto, cabeças desavisadas e desnorteadas poderiam questionar: *o que é um matemático?* Ora, matemático é o ser que produz Matemática! *Ah, mas, então, o que é Matemática?* Basta pensar: Matemática é aquilo que o matemático produz! Novamente: a maravilha é que o território é estabelecido e limitado pelas práticas que ocorrem no próprio território, e os limites são definidos pelas próprias formas de definir limites, pelas próprias *práticas limitantes*. A cada vez que penso nisso, é impossível conter as lágrimas. É lindo, é perfeito, é pronto e acabado! E se precisar de reformas ampliadoras, os alicerces sempre serão firmes o suficiente para sustentar paredes que se elevam a alturas infinitas.

No interior desse território confortavelmente habitado durante minha vida de dedicação, foi possível projetar-me ao fora, olhando para além das linhas limitantes e proliferando a mim mesmo, como numa espécie de holograma: a cada palavra pronunciada aos aspirantes, a cada pensamento, reflexão ou conclusão, tudo estaria atrelado às raízes fincadas na terra infinitamente fértil.

A cada letra escrita com a ajuda do *LaTeX*,⁴⁸ disseminada nas mais importantes revistas nacionais e internacionais, ou mesmo nas mais tenras listas de exercícios ou notas de

⁴⁸ *LaTeX* “é um conjunto de macros para o programa de diagramação de textos *TeX*, utilizado amplamente na produção de textos matemáticos e científicos, devido a sua alta qualidade tipográfica. Entretanto,

aula, enfim, a cada *produção*, escrita ou falada, estaria o meu alto nível de especialização naquela área à qual me dediquei. Tudo estava conectado e, mesmo com a *obrigação* de fazer circular pensamentos oriundos das pesquisas (concluídas ou em fase de execução), não parava de *compor* e *interpretar* minhas próprias obras. Um músico completo – como deveria ser.

Como perito designado a *instruir*, cabia a mim, enfim, passar adiante meu conhecimento acumulado durante os sofridos anos: meus discípulos deveriam aprender a doar o próprio sangue para que aquele saber divino ficasse impregnado em suas peles. Não havia outra forma que não fosse aquela estabelecida pela nobre troca: suor e sangue por conhecimento e domínio. Somente desta forma, e somente assim, seria possível o aprendizado real, ou seja, a total assimilação da estrutura enraizada em meu interior e que estava prestes a sair pelo ar através de minha traqueia.

Além da saliva, é claro que deveria dispor de anotações milimetricamente dispostas no quadro – todas organizadas previamente em minhas *notas de aula*, as quais eu também fazia questão de, após monografar, como disse, transformar em algoritmos programáveis e alimentar o compilador do programa de computador – não há outra forma de externar o conhecimento matemático, que não seja através de signos redondos, simétricos e oriundos de uma lógica computacional característica daquele que produz Matemática. Aqueles que utilizam editores de texto convencionais são meros amadores – a mim, doutor, cabe outro patamar.

Por falar nisso, acho que deixei bem claro que me situo em uma região em que a totalidade do que ocorre tem sentido e é livre de contradições. Em outras palavras, nessa terra em que habito, todas as afirmações categóricas são verdadeiras, pois são afirmadas mediante demonstrações estruturadas, claras e profundas. Tudo aqui é confiável, certo e perfeito. Tudo funciona. Fora das linhas, já não posso garantir mais nada: tudo o que está para além dos limites é *resto* e cabe a nós, senhores territoriais, criar modos de ampliar nosso terreno e conquistar a terra que está fora, por meio de nosso *poder* oriundo de nosso *saber*.

Exilado desse resto encontro-me desde o momento do nascimento: quando pequeno, o exílio em meu interior, em que os olhos eram janelas por onde observava e tentava compreender o que lá *fora* estava. Depois, junto aos pares acadêmicos, um exílio ainda mais robusto, com delimitações precisas de território, trouxe-me o conforto e a convicção de que estava abraçado pela certeza, limitado pelo infinito, estrangeiro de um fora que nunca me pertenceu, mas que pôde fazer parte de meu dentro na medida em que fui conseguindo

capturar mentes capazes de compreender e atravessar as linhas limitantes. Aqui dentro domino todas as técnicas, sou senhor. Lá fora, *aparelho de captura*.⁴⁹

Aos discípulos apresento, logo de início, os preceitos que guiarão nossa relação durante o período de instruções: tenho a competência necessária para estar diante deles, preparei-me o máximo possível e carrego o medalhão doutoral em meu peito. Podem questionar-me, colocar opiniões e contribuir com pontos de vista, mas nunca pensem que saberão mais que eu. Sou conhecedor de tudo o que verão e de muito, muito mais. Não pensem que em determinado momento será possível ultrapassar meus conhecimentos e, sendo assim, contentem-se em batalhar. Corram atrás de seus próprios estímulos, não esperem que venham de mim. Cabe a mim apresentar-lhes o que é; a vocês, cabe descobrir como e o que farão com a bagagem que doo.

Alguns compreendem e logo habituam-se ao trivial, numa relação que pode ser vista como de *captura*: fazem o que é solicitado, debruçam-se sobre os conceitos e conseguem atingir números de certa forma relevantes. Já outros, decidem não fazer parte da relação, tais como elementos retirados de um conjunto que se tornará domínio de uma função, exatamente por conta de estes elementos não mais pertencerem a este conjunto: delimitação do *domínio* da relação.

É assim que deve ser: se na Matemática funciona perfeitamente, fica evidente que, para qualquer outra relação – a de ensino, por exemplo –, deva funcionar melhor ainda. A ordem natural das coisas faz com que alguns elementos sejam retirados para que a relação possa ocorrer com todos os integrantes do domínio, a fim de que a evolução aconteça. Culpa de Darwin.

De uma maneira ou de outra, é certo que a minha competência faz com que tenha autoridade ante aqueles que receberão tão facilmente aquilo que foi capaz de retirar o sangue de minhas veias e, por mais que aceitem fazer parte do domínio da relação bem estabelecida – ou que não se enquadrem e passem a margear as linhas de Venn –, fato é que minha autoridade fica totalmente estabelecida à medida em que minha competência coloca-me na posição mais alta: primeiro, torno-me autoridade no romboedro de alvenaria que sustenta o quadro negro, verde, branco ou de vidro. Em seguida, através dos discursos que ousam

⁴⁹ Sobre este conceito, ver nota 75.

pronunciar meu nome aos quatro ventos, torno-me autoridade em minha comunidade. Após, minha autoridade se expande para a região demarcada institucionalmente, não demorando muito para que as barreiras físicas sejam ultrapassadas. Quando menos espero, chego à posição em que me encontro hoje: autoridade máxima em minha região de inquérito.

É como se já não fosse mais eu, pois, pela minha autoridade, as marcas em minha pele apagam-se aos desconhecidos distantes, que passam a reconhecer somente os entalhes que vou deixando pelo caminho, as palavras que vão me citando e as coisas que vou construindo. Reconhecido nas formas de me ver e interpretar, produzidas por outras mentes, as quais, muitas vezes, sequer têm o prazer de me conhecer. A autoridade toma conta de minha imagem por completo, como se materializasse outro eu, que dá conta daquilo que minha competência construiu, mas que já não mais pode ser visto como eu mesmo. Somente minha autoridade é percebida; já minha competência vai afundando num poço interior que somente eu passo a ter acesso. Aos outros, cabe a infinidade de grãos de terra oriundos dos meus poros.

Hoje, na posição de autoridade em meu território, posso falar acerca do que quiser: basta evocar a autoridade e está feito. Mesmo que tenha que traduzir para uma linguagem tão simples quanto aquela utilizada por jovens de narizes escorrendo – tendo que colocar num receptáculo tão pequenino algo tão grandioso e complexo ou, então, poder falar pisando em outros territórios, para leigos ou conhecedores do que carrego –, sempre é possível deixar claro que, pela minha autoridade no assunto, pela minha especialidade, sou exímio conhecedor.

Novamente: sou autoridade em minha área de conhecimento, posso tudo dentro dela, seus limites tornaram-se minha armadura, a qual me permite caminhar por onde minhas pernas desejam e pronunciar discursos em seu nome, sem que sofra qualquer arranhão. É por essa terra que luto e que existo, é por seu nome que deflagro cada partícula de mim, nessa dispersão que multiplica cada sílaba e transforma seus limites em linhas que me abraçam, envolvem e capturam.

É pelo seu nome, querida *mãe*, que posso ser exatamente aquilo que sou. Sem a sua autoridade sobre mim mesmo, tudo o que dissesse seria menos que nada. Sem sua permissão sobre cada ação que ousar pensar, tudo o que fosse consequência de minha ação permaneceria inerte. Em seu nome cada nada que me habita pode tornar-se uma vastidão. Basta pronunciar

o nome daquela sublime ciência que represento. É a ti, terra fértil que tudo me deu, que devo toda a minha existência neste dentro aqui fora, neste fora aqui dentro.

— Você se dava bem com ele?

— E o que isso importa para o que estamos construindo aqui, Roberta?

— Não creio que, depois de tudo o que lhe disse, vai se recusar a responder mais uma pergunta minha.

— Nossa, desculpe-me. Não foi minha intenção deixar-lhe novamente sem respostas.

— Nunca é sua intenção. Isso está me cansando. Quer saber? Não precisa mais me falar nada sobre esse sujeito. Agora, quem não quer saber sou eu.

— Mas, e se eu quiser lhe falar?

— Taparei meus ouvidos e não vou escutar.

— Insolente.

— *Lá, lá, lá...*

5. PANDORA

— Bem... Mesmo que não esteja me dando atenção, digo que o que segue é inspirado em algo que pude vivenciar de perto, em minha primeira experiência no Ensino Superior, ocorrida no ano de 2018. Deixemos os atravessamentos tentarem falar e agregarem-se às tábuas da nau.

— ...

— Está me ouvindo, Roberta?

— Lá, lá, lá...

Sempre no início do ano a cena se repete: os integrantes do rebanho passam pelos portões do santuário e, mesmo sem pensar, já possuem a certeza de que chegaram ao local no qual sempre desejaram estar. Advêm de muitos lugares do país, de muitas regiões, movidos por vários motivos, reunindo-se sob o mesmo sombreiro. Eles dizem: *“a partir de agora minha vida mudará, pois cheguei até aqui, consegui ultrapassar a barreira do teste que me crivava: trepadeiras espinhosas constituintes do perímetro que cerca os muros. Esquivei-me. Alguns ralados na pele, mas, não importa. Estou aqui. Aos que ficaram para trás, sinto muito. Agora, faço parte do seleto grupo para o qual me preparei muito para integrar”*.

Pensamento regente, este permanece interiorizado no recém-aceito até o momento em que percebe que o ato de conseguir atravessar os muros do castelo foi somente um primeiro passo. Para alguns essa percepção dá-se de forma instantânea, assim que pisam no interior do perímetro; para outros, pode demorar toda uma vida. Fato é que, em algum momento, perceberão que entrar foi difícil, mas conseguir permanecer e, mais que isso, sair dos muros carregando o papel valioso, através do portão levadiço, é uma missão para poucos, muito poucos.

Mesmo assim, iniciam, ano a ano, a jornada rumo ao topo: sempre há rebanho para suprir as vagas remanescentes do grupo que alcançou a próxima etapa. Uma leva de sujeitos que almejam algo – seja aprender, ensinar, carregar o *status* de *universitário*, ou, mesmo, poder desistir e falar aos amigos que conseguiu passar pelos muros, mas que, por algum fator interno ou externo, teve que sair pela porta dos fundos. Não importa a causa. O que se vê é que o rebanho adentra, senta em seus lugares e fica à espera de algo surpreendente, de alguma coisa que faça seus olhos brilhar e que lhes dê explicações acerca de tudo sobre o que tiveram dúvidas até então: cada um daqueles questionamentos que carregam do povoado, os quais

nenhum camponês conseguiu elucidar. Ficam ali, com os olhos cintilantes, esperando que a luz se faça e que as sombras deixem de existir em seus pensamentos.

Ainda sentados, veem entrar um ser encapuzado, coberto por um manto amarronzado – não conseguem visualizar sua face, muito menos os seus olhos. Mesmo assim, persistem em alimentar a ânsia pelas respostas que nunca tiveram. O ser, de costas, começa a pronunciar uma ladainha, uma espécie de mantra, num idioma totalmente desconhecido pelo rebanho. Não sabendo o que fazer, falar ou pensar, um a um, bem baixinho, começam a repetir o mantra. Não compreendem palavra alguma pronunciada naquele idioma, totalmente diferente fonética e sintaticamente daquele que estão acostumados a falar e compreender.

O que deveriam fazer? Ficar em silêncio e deixar aquele ser sozinho a pronunciar suas falas? Mesmo estando de costas, olhando para cima, ele poderia perceber que o rebanho não estava participando – o que faria com que seu conceito, em relação a totalidade de sujeitos, pudesse cair drasticamente. Ficaram repetindo. O dia passou e os integrantes do rebanho retiraram-se para seus alojamentos a fim de descansar.

Outro dia, outro mantra, nova repetição. E, no outro, também. E também no outro. Dias. Meses. Ao final de um semestre, aquele ser vira-se para frente, posiciona-se e começa a falar diretamente àqueles que sempre ficaram às suas costas – mas sem mostrar os olhos, pois nunca os mostrava. Esperava que estivessem compreendendo, confiava que aquilo que foi pronunciado com tanto esmero e cuidado, sílaba por sílaba, estruturalmente correto, logicamente organizado, estaria na ponta das línguas daqueles que permitiram-se permanecer no santuário. Chegava o momento da sabatina, de verificar quais daqueles seres conseguiriam pronunciar sozinhos aquilo que foi passado nos encontros anteriores.

O primeiro é chamado, ficou mudo. O segundo, igualmente. O terceiro balbuciou sílabas aleatórias de sons de que se lembrava, mas totalmente desconexos. O quarto também emudeceu. E, assim, a fila chegou ao seu final, sem que o objetivo daquele ser de capuz pudesse se concretizar. Inconformado, questionou:

— O que houve?

— Estivemos aqui durante este tempo na expectativa de compreender sua linguagem. Permanecemos sentados, ouvindo e copiando, na esperança de que fosse diferente do que sempre havia sido. Esperávamos que chegasse o dia em que o senhor parasse de pronunciar palavras tão estranhas aos nossos ouvidos e começasse a desatar os nós de nosso passado, a revelar cada um dos segredos que esperávamos conhecer aqui neste santuário tão vangloriado. O que obtivemos foi um novo idioma, impossível de compreender, mesmo pelos melhores de nós. Sentimo-nos incapazes de interiorizar, acometidos por fortes dores nas costas devidas aos

momentos em que, debruçados sobre as nossas anotações, tentamos decifrar pelo menos uma linha. Não funcionou. Estamos nos perguntando quando chegará o momento em que o senhor falará sobre as bases que sustentam o que pronunciou, o instante em que revelará todos os segredos que nos esconderam por tanto tempo. Quando é que ensinará sobre o que precisamos compreender *antes* de sermos capazes de pronunciar suas orações com a maior perfeição?

— Certamente vieram ao lugar errado, meus caros. Vocês sempre chegam com a ilusão de que a caixa será aberta, mas, se algum de nós atrever-se a abri-la, tudo se perderá. O tempo será comido pelas pragas do passado e não restará nada além de baboseiras que deveriam estar agregadas em cada um de vocês há séculos. Não é nossa culpa que lá fora não compreenderam coisas tão simples e singelas. Pensam que aqui é o lugar para voltar ao passado e se redimirem? Enganam-se: o aqui e agora é daqui em diante. Se não conseguem compreender, não precisam estar aqui. Se vocês querem que a caixa seja aberta, procurem alguém que o faça fora desses muros. Por aqui, isso nunca ocorrerá.



50

⁵⁰ Recorte retirado de: <<http://artodyssey1.blogspot.com/2012/08/briscott-brian-scott.html>> (cores alteradas). Acesso em 05 jul. 2018.

6. PROVAS E REFUTAÇÕES

— Olhem para o quadro e prestigiem a magnitude dessa bela demonstração. Vejam o quão maravilhoso é poder ter a certeza de que o que foi afirmado no início, de fato, é algo verdadeiro e confiável eternamente.

— Senhor, onde posso aplicar tão nobre conteúdo?

— Aplicar? Por que uma pergunta tão estranha? Não há necessidade de tal questionamento. Basta saber que o teorema está demonstrado e é válido. O resto, não importa: é irrelevante.



Figura 5: Obra de Heidi Taillefer⁵¹

⁵¹ In: < <https://desenhaporra.wordpress.com/category/heidi-taillefer/>>. Acesso em 19 nov. 2019.

7. A VOSSA SENHORIA, COM CERTA URGÊNCIA

Estimado Senhor,

Sei que tuas pretensões são nobres, que teu caminho foi longo e árduo e que, neste instante, que acaba de esvair-se pelo friso de teus dedos, torno-me um fardo possivelmente difícil de ser carregado. Atrapalho tuas reflexões, mas necessito compor junto a ti. Dá-me um canto na infinitude de tua compreensão, pois preciso compartilhar algo que acaba de me ocorrer enquanto percorria tuas linhas.

— Ia perguntar algo, mas acho que não é necessário.

— Decidiu falar agora, Roberta?

— Que importa quem fala?

Sejam A o conjunto de toda a tua **autoridade** e C o conjunto cujos elementos formam toda tua **competência**. Sejam $A \subset (\text{VOCÊ})$ e $C \subset (\text{VOCÊ})$. Sejam também $a \in A$ alguma autoridade e $c \in C$ alguma competência. Ainda, seja $n: A \rightarrow \mathbb{R}$ uma função que relaciona cada autoridade $a \in A$ a uma necessidade de/por autoridade, $n(a) \in \mathbb{R}$ (quantificador dessa autoridade) e $m: C \rightarrow \mathbb{R}$ uma função que relaciona cada competência $c \in C$ a uma necessidade de/por competência, $m(c) \in \mathbb{R}$ (quantificador dessa competência).

As funções necessidade n e m dependem da tua autoridade e da tua competência, já que são funções de cada uma delas, respectivamente. No entanto, como $A \subset (\text{VOCÊ})$ e $C \subset (\text{VOCÊ})$, o que faz tais relações serem estabelecidas, ou seja, o que funciona como uma espécie de motor propulsor que faz estabelecer relações de par ordenado, é teu desejo (fabricado e movimentado por você mesmo ou por algum outro, humano ou não).

Definição: Desejo é processo de produção de universos psicossociais, o próprio movimento de produção destes universos.⁵²

⁵² Fala roubada de/composta junto com Deleuze e Guattari e Freud, por Sueli Rolnik (2016, p. 31).

Na produção desses universos em que tua autoridade e tua competência mostram-se necessárias a partir de um desejo, fica estabelecida uma função $f: \mathbb{R} \rightarrow \mathbb{R}$ que, a cada $n(a) \in \mathbb{R}$, relaciona um $m(c) \in \mathbb{R}$. Ou seja, no movimento de produção de seus próprios universos psicossociais relacionados, na composição desse desejo junto a ti e ao meio social em que está inserido, é possível observar uma relação de interdependência entre tua necessidade de/por autoridade e tua necessidade de/por competência. Tal função tem a seguinte lei:

$$f(n(a)) = m(c) = \frac{1}{n(a)}$$

Desse modo, sendo essa função dessa maneira definida, fica clara a relação de proporcionalidade inversa estabelecida entre essas tuas duas necessidades. Assim, se isso ocorre, sendo possível essa função funcionar (relacionar), parece-me que quanto maior tua necessidade de autoridade $n(a)$ ante o que ou quem quer que seja, num meio social no qual esteja inserido, menor será tua necessidade de competência $m(c)$. Em outras palavras, a tua necessidade de/por competência é cada vez menor conforme a tua necessidade de/por autoridade aumenta. O contrário parece ocorrer quando fazemos crescer a tua necessidade de/por competência.

Nesse caminho, caso esse pensamento nos leve a algum lugar de luz, peço que tente responder: qual o limite de tua necessidade de/por autoridade?

Foi dito anteriormente que teus limites são infinitos ou, pelo menos, que os limites delimitadores da terra em que habitas são destituídos de um fim – o que vejo como sendo uma forma de dizer que, ao passo que tens vontade de estriar terras lisas, essa vontade tende a operar através de uma necessidade de/por autoridade tão grande quanto seja necessária. Tão grande quanto tu queiras. E, se isso estiver correto, caro amigo, teremos a seguinte constatação:

$$\lim_{n(a) \rightarrow \infty} \left(\frac{1}{n(a)} \right) = m(c) = 0$$

Mas não se assuste, pois garanto-lhe que, por mais que esse limite aproxime-se da nulidade, ainda haverá necessidade de/por competência. Além do mais, pela forma como essa relação foi definida, tomando seus preceitos fundamentais da exclusão do elemento neutro para que o domínio de f fique definido, é certo que o intruso totalmente indesejado já tenha sido retirado do caminho, não é mesmo? Até porque, em caso contrário, a tua necessidade de/por competência seria infinita e nenhuma necessidade de/por autoridade poderia, sequer, existir. Paradoxo.

Cordialmente,
M. Certeau⁵³

⁵³ Carta composta junto-com Michel de Certeau (2014), p. 62-65.

8. O EU E O OUTRO

Ao chegar, recebido por seus olhos, coloquei-me a pensar se seria possível mudar aquela realidade que me era apresentada nos discursos pronunciados por cada uma das falanges a debruçarem-se sobre a fina folha de papel, depositando a tinta e o grafite de forma acelerada para uns, mas lenta para outros. Tudo foi-me falado da maneira mais sincera. Acreditei ser possível retroceder a linha temporal e poder vivenciar aquilo novamente, impedindo que algo desastroso ocorresse ao final de mais um ciclo, repetindo os atos já conhecidos do *outro*.

Empreendi meus esforços para que, a cada encontro com suas mentes e olhos, fosse possível explicitar na fria superfície de vidro toda a bagagem necessária para o próximo ato. Caso não conseguisse, certamente as cortinas abrir-se-iam de forma abrupta e *eles* lhe flagrariam ainda vestindo-se, de calças nas mãos. Seria um desastre e a plateia riria abundantemente da desgraça cômica. Sempre foi assim em companhias teatrais mundo afora, ainda mais aqui, nestas terras inabitadas por aquilo que transcende o dualismo saber/não saber – metafísica que ainda procuro nessas entrelinhas que me ponho a escrever-lhe. Peço sua ajuda. *Onde está?*

O que fiz foi simplesmente me doar – pelo menos, foi o que pensei fazer. Tudo foi dito, exposto e exercitado. Ao passo que as demandas se mostravam, parava o que estava fazendo e lá íamos nós, você e eu, *revisar* olhares anteriores, os quais você não carregava – nem mesmo pequenas nuances de vislumbre. Descobri um pouco tarde essa verdade.

O seu passado formava um presente emaranhado. Você se mostrava *uns* na medida em que eu queria, a todo o custo, que se tornasse *uno*. Queria muito que carregasse as mesmas bagagens que *eu*, que *ele*, que *eles*. Estava pensando em modos possíveis de vestir cada um de vocês com um *nós*, com os mesmos panos por sobre os corpos a tapar nossas vergonhas. Você carregava particularidades que me foram, pouco a pouco, apresentadas. A angústia e a apreensão diante de tamanha diversidade fizeram-me pensar que seria impossível conseguir algo diferente. Mas, tentei. Continuei expondo, explicando, pensando estar contribuindo para a *formação* de seus olhos, orelhas e mentes, que me encaravam sem piscar.

O que foi feito anteriormente causou-me ojeriza: como aquela coluna estava cheia de números tão altos? Como era possível que os conceitos estivessem naquele patamar se suas mãos nunca haviam tocado sequer as tabelas de operações logarítmicas? Como era possível um ato tão medíocre e rasteiro? Depositar números em detrimento do que deveria ser construído na forma de prática mental e discursiva? Alguns escritos copiados lhe renderiam

mais que oito pontos? Qual foi a escala utilizada? Nunca mais saberia, já que, naquele momento, eu era o único responsável. A poeira do tempo levou toda e qualquer justificativa para os atos anteriores.

Mas foi uma troca bem baixa, não? Um número por conhecimento numérico! E as funções? O que quero é que tenham consigo o *conceito*! As práticas possíveis de serem memorizadas não me interessam *a priori*. As enfadonhas demonstrações serão úteis àqueles que quiserem seguir, e não àqueles que desejam apenas ficar e compreender.

É dessa batalha que estou falando, do desejo que carregava de que interiorizasse o que estava lhe dando, apresentando-lhe, muitas vezes, pela primeira vez. Era totalmente necessário retirar os estigmas reproduzidos por anos, que diziam que sempre mais que a metade do inteiro é deixada para trás. Em minha mente, sempre era culpa do outro. Pensava que um trabalho bem estruturado no que trazia de bom consigo seria suficiente para que todas as suas necessidades fossem satisfeitas e pudesse ultrapassar o primeiro momento, mergulhando fundo no que estaria por vir.

As cortinas abrir-se-iam de qualquer modo, não existindo possibilidade de impedi-las – como queria ser suficientemente forte para segurá-las por mais tempo, mesmo que por alguns segundos, conseguindo vestir o máximo de peças em seu ser, nem que fossem alguns trapos, para que não se apresentasse totalmente sem roupas.

Em minha mente, a honestidade havia sido aplicada, o tempo voltou-se para a situação inicial e seria necessário somente seu empenho diante daquilo que julgava ser inerente àquele em seu lugar: você deveria carregar tudo aquilo e, mesmo que não tivesse sido possível, lá estava eu para sanar – ou tentar.

Mas o que consegui? Aí está você, com o corpo estirado no chão, sem respiração ou pulso. As cortinas abrir-se-ão e você ficará imóvel, tentando cobrir suas vergonhas com as próprias mãos, trêmulas e desfalecidas, com o olhar morto a encarar o teto de lata. Lá estarei eu novamente, formando junto à plateia um corpo a lhe observar, de perto e de longe, sob diversos ângulos, sem nunca compreender o que passa na superfície de seu interior.

O que fiz parece ter sido em vão – ou, pelo menos, parece ter servido unicamente para lhe suprimir algumas noites de sono e arrancar água de seus olhos. O que fiz não foi muito mais do que o *outro* haveria de ter feito, afinal. Em meus planos, teria sido perfeito – ter dado todas as condições, ter utilizado recursos visuais, estruturais, conceituais e empíricos. Ter mostrado de várias formas, utilizando representações semióticas várias para que sua mente conseguisse ascender a essa altura, que não é tão grande quando comparada ao ensino intermediário que lhe precede. Ah sim, perdoe-me: sempre me esqueço de que chegou aqui

pelo atalho daquele crivo que faz com que o intermediário seja suprimido em detrimento do superior – o que faz com que suas bases sejam, basicamente, fundamentais.

Como gostaria que seus fundamentos fossem menos rígidos e mais maleáveis, aptos a aguentar terremotos e não desmoronassem com o primeiro assopro. Como gostaria que suas paredes tivessem sido estruturadas com alguma argamassa e que seus tijolos não tivessem sido empilhados somente – poderiam ter utilizado barro com algumas gotas d'água, pelo menos. Como teria sido bom se a mim coubesse unicamente a construção do madeiramento e o posicionamento das telhas. Como teria sido fácil te proteger da inibição diante da plateia incandescente, se assim tivesse sido.

Mas não é assim que funciona, não é mesmo? Não é dessa forma que você chega aos meus cuidados – e foi da pior forma que compreendi essa verdade inerente àqueles que se destinam a fazer o que faço. Sempre haverá os que fingem não ver, aqueles que agem tal como o *outro* e encontram soluções oportunas, deixando registrado no papel digital os números suficientes para colocar-lhe num patamar mediano, empurrando-o ao próximo ato. Ou, então, aqueles que não fazem nada que não seja desestimular sua presença no palco.

Tentei fazer *diferente*, mas o que consegui foi ressaltar as *diferenças* e parar por aí. O tempo cessou, as luzes apagaram e as cortinas fecharam mesmo antes de abrirem. Restei somente eu junto a você, a sentir seus últimos suspiros. A lembrar do outro e a tentar compreender em quais lacunas temporais nos deixamos perder. Aqui estou, ajoelhado ao lado de seu corpo. Responda-me, se ainda estiver ouvindo: que fazer com tantos *uns* a pularem feitos gnomos através dos poros de sua pele frígida, ávidos pelo que virá na próxima cena?



Figura 6: Cortina de teatro⁵⁴

⁵⁴ In: <<https://br.pinterest.com/pin/573857177514253998/>> (cor alterada). Acesso em: 14 jan. 2020.

9. O CLÉRIGO

Havia passado algumas semanas desde que a nau saiu rumo ao destino (in)esperado por aqueles tripulantes angustiados para terminar logo algo que nem perceberam que tivera início. Por mais que estivessem ali, de alguma forma, conectados a algum ponto de fuga, a prisão limitante do próprio limite os deixava cada vez mais claustrofóbicos, com ânsias que superavam em muito as de vômito: uma vontade imensa de compreender a totalidade que os envolvia e deixar de lado todas aquelas aparências, aquelas vestes que traziam cobrindo suas peles já queimadas pelo sol. Cansaram de beber, cansaram de perambular por ruas e becos conversando com as vozes que ecoavam em suas mentes e que projetavam nos ouvidos de *fora* nuances de algo amedrontador e desconhecido. O impacto causado por aqueles que os colocaram na barca já não ocorria mais. A rotina e a inércia os havia tomado por completo.

Ao entreolharem-se viam o pano, as cores, o frango dependurado à espera de alguém sóbrio o suficiente para desatá-lo e o peixe, na altura das mãos, que insistia em permanecer ali, balançando. Aquele que tentara anteriormente capturar a ave fraturara duas costelas ao cair feito uma jaca no casco do barco, não sendo preciso dizer a quantidade de gargalhadas oriundas dos outros. Cada detalhe já havia sido capturado pelas ébrias retinas que, naqueles dias tediosos, não faziam outra coisa senão contemplar, verificar cada detalhe da trama. Olhar para fora trazia angústia, tamanha a vastidão das águas que os cercavam. Restava atentar para dentro, na tentativa de compreender. Restava (re)perceber cada detalhe, repetindo e repetindo a fim de tentar desvencilhar-se do que carregavam do vício dos hábitos; colocar em suspensão aquilo que sabiam e, de alguma forma, olhar para o fora do *dentro*. Restava mergulhar na tábua do casco.

Aquele grupo de cinco sujeitos no centro da barca, que era liderado e animado pelo alaúde, estava sentado ao redor da bancada, olhando fixamente para os doze frutos deixados ali, que balançavam suavemente sobre a tábua devido às leves ondas que atingiam a madeira. Naquele dia, o mar estava mais calmo e foi possível sentarem sem agarrarem-se uns nos outros, para que não saíssem afogando-se mar afora. Nada falavam, tamanha a concentração no movimento das bolinhas vermelhas. Era nítido que havia um clima de apostas, mesmo que consigo mesmos, no intuito de adivinhar para qual lado seria o próximo movimento. Ali ficaram por dias, caindo ao casco quando o corpo pedia descanso, levantando e fazendo suas necessidades nas águas que os abraçavam e voltando à posição que os confortava, diante da única aleatoriedade possível de ser percebida naquele ambiente hostil, a qual os alimentava da mesma forma que as últimas brasas fornecem energia à chama da lareira.

De repente, como se o céu rasgasse e a voz do próprio Senhor fosse captada pelos tímpanos daqueles que ali estavam inertes, o padre, já com suas vestes imundas de suor, álcool, fezes e urina, levantou-se e bradou fortemente:

— Já não consigo guardar tantas coisas dentro de mim, caros amigos! Como é pesado esse fardo que carrego desde que compreendi que as mãos daquele pobre coitado que está a vomitar dias a fio nas águas do mar não podem guiar a barca. Somos nós que devemos, com o peso de nossos corpos, contrabalancear o casco para que as próprias águas nos levem ao nosso destino final – ou ao final de nosso destino.

Alguns escutaram o que foi dito com alguma atenção, outros continuaram compenetrados no balanço das frutinhas. A freira, que estava de olhos fechados, pronunciou:

— Está certo, caro amigo e devoto dos mesmos preceitos que acredito. Não há outra forma de irmos a algum lugar se permanecermos totalmente onde estamos. Podemos contrabalancear como dizes ou, então, pular nas águas e utilizar nossos braços para remar. Assim, teríamos mais autonomia e chegaríamos aos nossos objetivos mais rapidamente, pois, da mesma forma como pregava nosso antigo mestre, a unidade que formamos neste exato momento sempre pode ser dividida em menores partes. Dividir para conquistar, conquistar para trazer novamente a paz de que precisamos, uma paz que nos foi roubada há muito tempo por aqueles que nos trancafiaram.

— Creio que, neste momento, pular nas águas seria insanidade. Temos muito a resolver, muito a pensar. Estar à deriva sob a linha do que somos é algo que nos foi dado por nosso Senhor e, mesmo que nossa situação tangencie o desespero, fiquemos onde estamos, agradeçamos a Deus pela oportunidade proporcionada e cuidemos para que cada um pronuncie o que carrega dentro de si. Começarei eu, se me permitirem a palavra.

— É claro que sim, meu caro – replicou a freira.

Os outros que estavam ao redor, ainda sonolentos, resmungaram algo parecido como um “vá em frente, diga-nos o que sabes”. Assim, estufando o peito, o padre arregaçou as mangas e começou a pronunciar as palavras que tocariam os ouvidos daqueles que ali estavam:

— *Vejam⁵⁵ bem: o que sou agora em nada se parece com o que já fui num passado recentemente distante. Lembro-me como se fosse ontem de como era forte e vigoroso. Tudo o*

⁵⁵ Sempre que, em meio a um diálogo, blocos de falas estiverem em itálico, é porque a composição foi feita de forma conjunta e mais íntima com algum discurso estampado nas páginas de alguma obra. Neste caso, Alexander (2016, p. 25-53). A referência se estende até os próximos blocos de texto em itálico e só se referirão à outra obra no momento em que isso for indicado em nova nota de rodapé. Tais discursos são espécies de torções/composições junto-com, de delírios cognitivos. Essa escolha estética se repetirá em seções posteriores,

que tocava transformava-se em ouro. A falsidade era pulverizada da superfície dos móveis de meu lar, de minha escrivaninha de trabalho, do assoalho que recebia o leve toque de meus passos. O altar em que celebrava os ritos era totalmente puro, tocado somente pelos meus pés descalços, limpos e bem cuidados. Cada palavra era pronunciada com o mais temeroso esmero, articulada nas bases de um discurso logicamente estruturado, sobretudo, nos preceitos de nosso senhor Deus e de Seu maior interlocutor já vivo nesta terra: Euclides.

Dando uma pausa para enxugar o suor do rosto, o padre continuou:

— Em um mundo onde o caos reinava impreterivelmente, em que pessoas viviam vossas vidas sem se darem conta de que todas aquelas pontas soltas somente às levariam para o fogo das trevas, cabia a mim e aos devotos de nossa ordem proporcionar a paz e a harmonia àqueles seres desprezíveis e sujos, oriundos dos mais obscuros becos de nossa sociedade – mas que, de uma forma ou de outra, estavam sob nossa responsabilidade mediante nossos votos superiores. Se nosso Senhor pudesse ressurgir do Olimpo, de onde certamente nos via, nos atacaria a pauladas, sussurrando em nossos ouvidos: “Vão deixar isso tudo como está? Deixarão que essa gente os vença depois de tanto doar de suas vidas para o bem de todos?”.

E, estufando mais o peito, completou:

— Ele estaria certo nos cobrando por tamanha afronta: o que aquelas pessoas conheciam e o que é hoje conhecido, a totalidade do saber que detiveram e detêm, partiu de nossas próprias mentes. Daqueles que, sentados durante décadas a fio, revisaram e construíram nosso patriarcado, livre de falsidades e contradições, liberto de qualquer sujeira. Como deixar a imensidão daquele legado ruir, de uma hora para outra?

O timoneiro, que acabara de vomitar, não se conteve e perguntou – ainda limpando a boca do gosto azedo de seu próprio ácido clorídrico:

— Do que está falando, padre? Ninguém nunca me disse o que fazer, nem mesmo de que maneira pensar. O que se passa no interior de minha mente é algo que pertence somente a mim e nada pode ou poderá interferir nessa verdade absoluta: sou dono do que penso, e ninguém mais. A que tipo de sandice te entregaste para pensar em tamanhos devaneios? Que tipo de ópio está vertendo para não só pensar, mas sim afirmar tamanhas atrocidades?

— Nem sandice, nem atrocidade alguma, ó bêbado. Vou provar que tenho razão ao afirmar que ajudei a forjar tuas palavras, mesmo que tortas e ludibriadas pela força de

sempre que, em meio a algum diálogo, houver a necessidade de falas de autores publicados de forma mais literal. Ressalta-se que, em alguns momentos, essas falas serão trazidas na íntegra e que esse fato será apontado em nota de rodapé específica.

exemplos promíscuos pronunciados por aqueles que se acham capazes de repassar a doutrina. Esquecem-se de que, para tal, precisam ser sólidos; no entanto, não passam de gelatina tentando não cair de um prato com o balançar de mãos trêmulas.

— Convença-me, senhor da verdade!

— Pois bem, vamos lá.

— Éramos⁵⁶ fortes. Nada nos derrubaria se aqueles crápulas não tivessem invadido nossas terras bem delimitadas e quisessem reformar cada pedaço de nosso território. Entraram de forma sorrateira, conseguindo ludibriar nossas sentinelas – isso foi inadmissível a um corpo tão ordenadamente completo.

Era nítida a raiva do padre, a qual podia ser vista estampada no fundo de seus olhos esbugalhados. Sussurrando de ódio, prosseguiu:

— As teses... Só serviram para demonstrar quão idiotas as pessoas comuns poderiam ser, camponeses totalmente influenciados por palavras bonitas e repousadas na contradição. Só porque fiscalizávamos todos, desde seu nascimento até a hora de sua morte? Desde o batismo até a extrema unção? Dávamos sentido à vida daqueles que habitavam o continente, proporcionávamos um norte à suas existências, governávamos integralmente, desde os mares até a terra e os céus – nossa Roma era soberana ante qualquer coisa que pudesse nos desafiar! Cada um era muito mais que leal: a confiança era cegamente sólida e inquebrável. Mas eles surgiram; as teses; a revolta... Protestaram por uma ruptura na unidade espiritual forjada com nosso próprio sangue – deflagraram-nos.

Após breve silêncio, continuou, agora num tom mais alto:

— O caos estava instaurado novamente, mesmo após tanto tempo lutando para que a luz reinasse e pudesse atingir todas as frestas. Através dos prismas de nossos vitrais, era necessário que as bênçãos de nosso Senhor pudessem integrar a vida daqueles que nos seguiam e por nós tinham afeição. Era como ver a decadência esfarelar cada pilar. A claridade passou a ser trevas, a divisão instaurou-se até no seio de nosso próprio corpo. Tudo estava perdido e entregue a hordas assassinas e salteadoras dos camponeses. Nosso império fadado a ruir-se num tempo de discórdia e de caos, num momento de debilidade, confusão e incerteza – todas as premissas verdadeiramente comprovadas foram jogadas na lama e, para os leigos, tornou-se impossível discernir entre o céu e o inferno. O que era a verdade? Não poderiam sequer distinguir a palma de suas próprias mãos da sola de seus pés!

⁵⁶ Alexander (2016, p. 25-53).

Aqueles sujeitos que estavam deitados no casco da barca animaram-se ao ouvir acerca do *caos* instaurado no discurso do padre. Era como se reconhecessem algo familiar no brilho vermelho dos olhos daquele que pronunciava aquelas palavras de ódio ante aqueles que desafiaram sua *ordem*. A freira, curiosa por ouvir da boca do padre o que ocorreu após aquela nuvem de fuligem ter pairado por sobre toda a rigidez ancestral, na qual também estava presente, abriu um dos olhos, arqueou a sobrancelha e perguntou, de forma despretensiosa:

— Penso que em algum momento revidaram, não é mesmo? Como seres onipresentes – capazes de jogar reinos uns contra os outros a fim de que guerras permanecessem por décadas sem cessar, mantendo-os sempre no poder, conselheiros e donos soberanos da verdade – deixaram-se ser derrotados por algo tão pequeno frente ao nosso Senhor? Conte-nos o que foi que aconteceu, meu amigo.

— A certeza que tínhamos era essa: alguma alma, pelo menos, iria se rebelar frente às hordas de canalhas descabeçados. Dizem que foi um grupo de dez padres que iniciou a escalada rumo à luz, mas penso que o quantitativo real tenha se perdido na escuridão das trevas instauradas. No entanto, lembro-me muito bem de nosso mestre e líder supremo: *Inácio*.

Os olhos do padre deixaram o vermelho vivo para se tornarem cintilantes, tamanho o brilho instaurado no momento em que tal nome foi pronunciado.

— *Dizem que era apaixonado pela vida, pelos prazeres mundanos e da carne, mas ao conhecer as vivências de nossos santos, enamorou-se pela essência daquilo que julgou ser o próprio exército de Deus aqui na Terra, em sua eterna luta contra o diabo pela posse da alma humana.*⁵⁷ *Em meio ao caos, propôs exercícios espirituais em detrimento a teses sem sentido e a consequência foi a criação de nossa Santa Companhia, que nos abraçaria e nos protegeria do mal oriundo de cabeças tortas e sedentas por nosso sangue puro.*

Após engasgar com lágrimas engolidas, prosseguiu:

— *Para se tornar um soldado de nosso santo exército e iniciar a prática dos exercícios era necessário ter nascido com as graças características e, além disso, passar por provas duras – cada um deveria ser examinado, mesmo antes de pensar em fazer parte de nosso grupo. Tornamo-nos um coletivo altamente treinado, disciplinado e afiado, servindo como poderoso instrumento para difundir nossos preceitos e recuperar nosso território roubado pelos reformistas. Em pouco tempo, através de nossos exercícios, tornar-se-ia*

⁵⁷ Alexander (2016, p. 25-53).

possível estabelecer novamente a união com Deus – e a luz voltaria, sem sombra de dúvidas, ao seio de nosso mundo continental.

Nitidamente emocionado com essa parte de seu discurso, tamanha sua devoção à *ordem*, o santo padre voltou-se para a freira e disse:

— Querida irmã, como foi tua experiência com nossa ordem? Por obséquio, contem-nos o que pensas acerca do que acabei de expor, enquanto enxugo as lágrimas que insistem em rolar pela minha face – tomou o copo e verteu um gole do precioso líquido ardente.

— Certamente, amigo irmão. Lembro-me muito bem de que as vivências foram *duras*, tanto no sentido de proteger nosso legado, quanto na forma com que lidamos com aquilo. Compor o corpo ordenado do exército era obra para poucos: deveríamos nos empenhar por anos a fio, entregando toda a nossa vida àquela bela causa. O que me vem à memória fortemente é que os discursos pronunciados no interior daquela fortaleza, a qual nos protegeria e nos salvaria, eram de uma solidez profunda.

O timoneiro, agora mais atento – já que suas ânsias de vômito haviam cessado por alguns minutos –, indagou:

— Diga-me, nobre senhora, o que constitui esse sólido embasamento que o padre mencionou e que percebo estar tão presente em tua fala? Como eram as condições para que os noviços adentrassem o nobre salão e pudessem desenvolver os *exercícios* com brilhantismo e desenvoltura?

— Tua pergunta me faz voltar às minhas mais tenras lembranças e é com muito prazer que falarei a ti acerca do que trago aqui comigo: exporei os preceitos de minha crença e farei com que sintas o que senti no momento em que compreendi o sentido da verdadeira luz, sentada em minha mesa de estudos, de frente ao verdadeiro mestre.

E, tomando fôlego, proferiu:

— *Comecemos⁵⁸ por um pensamento simples, um dos que norteiam cada um de meus passos e deveria guiar a vós outros, bem como tu e os ilustres colegas aqui presentes: quando queremos desenvolver um conceito importante, não precisamos partir de um problema complicado, como uma grande maioria de aspirantes a mestre pensa. Se desejo que meu discípulo compreenda algo fundamental, posso partir de uma situação simples, que o leve, passo a passo, à compreensão do conceito a ser trabalhado. Em outras palavras, não preciso partir de um conhecimento pronto e acabado, nem de um problema que exija muito mais do que o aprendiz pode me dar – posso ter como princípio uma situação corriqueira e conhecida*

⁵⁸ Santos (2009, p. 28-42).

de forma plena por aquele que se dispõe a aprender e, a partir daí, desse algo totalmente palpável e concreto, construir a profundidade que desejar.

— Acho que compreendi: quer dizer que devemos iniciar acerca de algo do cotidiano, tal como uma pessoa que é regida somente pela intuição e, a partir de ideias concebidas ao beber do cálice da vida, construir compreensões outras, generalizadas, daquilo que dispomos a olhar?

— Seria isso sim, ou quase isso. Deixa-me explicar melhor: *pensemos⁵⁹ em algo que podemos tocar, por exemplo, uma árvore. Tomemos por hipótese que ela exista e perguntemos: que é uma árvore? Todas as possíveis respostas a essa questão estão embasadas na premissa do que é uma árvore e também do que ela não é. Mesmo que haja opiniões divergentes, e sempre haverá, fato é que a árvore deve ser ou não ser, ao mesmo tempo em que é e não é, numa espécie de mutabilidade de coisas que atingem nossa percepção. Sendo assim, diante dessa diversidade de opiniões que torna tudo fluídico, sempre seria necessário decidir acerca do ser e do não ser de cada objeto ou sujeito que atingisse nossa percepção e exigisse essa decisão.*

— Estás a falar grego, minha senhora. Compreendi que a simplicidade de um problema pode ser o início de uma discussão mais profunda e ocasionar a total compreensão de algo que se queira investigar. No entanto, em que ajuda saber se algo é ou não é, se o problema já me será dado no início e se caberia a mim unicamente compreendê-lo e solucioná-lo? Mais que isso, em que isso se liga aos objetivos de tua *ordem* diante do desafio de recuperar as terras invadidas?

— Vejo que és um questionador! Aprecio essa característica em pessoas como tu, simples camponês remador. Pensemos na resposta para a seguinte questão: esse mastro que segura nosso futuro almoço de algum dia, é uma árvore ou não?

— Deixa-me pensar: se assumir que esse mastro estava plantado nas terras em que habitávamos anteriormente – já que não seria possível, até onde posso conceber, ter brotado do casco de nossa barca – a resposta seria sim. No entanto, por estar cravada na madeira de outras árvores, que compõem a embarcação que nos sustenta, já não passaria de madeira seca e de folhas se desprendendo de seus ramos. Neste sentido, não seria mais uma árvore, já que toda árvore deveria estar plantada em terra, com as raízes fincadas no mais nutritivo húmus. Entretanto, novamente, se penso no formato, na organização dos galhos, das folhas e frutos, seria, sim, uma árvore. E, em meio a essa divergência de meus pensamentos – peço desculpas

⁵⁹ Meneghetti (2010, p. 23-26).

por isso –, minha resposta, enfim, é essa: esse mastro é uma árvore, ao mesmo tempo em que não é, já que, para tomar essa decisão, deveria saber, antes, o que *define* uma árvore para a senhora.

— A tua visão é interessante e penso que agora és capaz de compreender a sequência de meu discurso: a decisão sobre o que é e o que não é depende do que compreendemos por aquilo que é e também que não é. O mais importante é que essa compreensão, a qual nos levará à tomada de decisão, pode ser altamente influenciada pelo meio em que estamos – o que poderia nos levar a um grande erro, caso acreditássemos em algo que estivesse ludibriando nosso pensamento. Em outras palavras, a depender do que se admitisse acerca do que é ou não é uma árvore, confiando unicamente nos sentidos, poderíamos concluir ambas as coisas, ao mesmo tempo – assim como fizestes agora.

— E concluir que algo é, ao mesmo tempo em que não é, não nos levaria a lugar algum, não é mesmo?

— Exatamente, meu caro. *Arístocles*⁶⁰, nosso pai, bem como *Xenófanes*, *Parmênides*, *Zenão* e *Melisso*, que os deuses os tenham, ensinaram que se algo é e não é ao mesmo tempo, nada saberemos acerca daquilo. Que é uma árvore, se ela é uma árvore e não o é ao mesmo tempo?

— Paradoxo...

— Desse modo, os mestres demonstraram que é necessário desgrudarmos nossa atenção desse mundo de aparências no qual vivemos desde o nascimento, em que somos levados a nos confundir diante de tantas sombras nas paredes de uma caverna e perseguir o que há do lado de fora, num mundo habitado somente pelo inteligível, longe de qualquer sentido ou sensação que possa deturpar nossa mente. Assim, convictos de que nossa razão pode nos levar à verdade nua e crua, efetuamos dialeticamente o polimento da argumentação e contraposição das diversas opiniões que podem surgir na tentativa de se decidir acerca da verdade de algo. Quando atingimos o *logos*, a racionalidade, nosso caminho de subida está terminado: alcançamos o Bem mais precioso, livre de qualquer vício baseado em opiniões atreladas ao sensível e detentor da verdade suprema.

— O que estás a me dizer passa a fazer algum sentido. Se algo é e não é, de nada adianta para a construção de um conhecimento, objetivo fundamental para aqueles que, assim como vós, dispuseram-se a armar-se contra as imundícies daquele mundo caótico descrito pelo amigo padre. Se vós estivésseis diante de detentores de *teses*, mesmo que sem sentido,

⁶⁰ Meneghetti (2010, p. 23-26). Vale lembrar que, segundo os historiadores, Arístocles era o verdadeiro nome de Platão – sendo este um apelido por conta de seu físico. Platão significa “ombros largos”.

como afirma vosso ilustre amigo, somente com uma poderosa ferramenta argumentativa poderia superá-las e destruí-las. As armas deveriam vir de dentro. Prossiga, freira. Acho que estou visualizando algo.

— Saiba que é algo muito bom poder dividir esse modo de ver e compreender o que ocorreu conosco, em terra, com alguém tão lúcido e diferente destes tolos caídos aos nossos pés. Deixa-me continuar, então, se é assim que desejas: *o que nos foi cravado na alma é a concepção da ideia de que o espetáculo⁶¹ do mundo que é oferecido aos nossos sentidos é totalmente falso e ilusório, cabendo ao intelecto essa distinção e escalada rumo ao realmente verdadeiro e inquestionável: somente através da dialética, do polimento dos argumentos, como havia falado, é que podemos chegar a um princípio não hipotético, o Bem pleno, alcançado em si através de ideias, sem recurso algum de imagens ou sensações ludibrianes.*

— Entendo. Prossiga.

— *Nosso pensamento deveria estar estruturado e unificado junto ao santo nome de Deus. É assim que o estudo do Teo era fundamento principal de nossos exercícios, a concepção das ideias que fundamentam qualquer preceito, seguida da Filosofia, que daria suporte para as argumentações e escalada rumo à luz.*

— Mas... E aquilo acerca do que tanto escutei falar em minha vida em terra firme, o que chamam de *matemática*? Em que patamar junto aos exercícios ficava essa nobre dama que, segundo muitos, é detentora da verdade absoluta que rege todas as vidas?

A freira, nitidamente incomodada, rebateu:

— Vejo que frequentastes os bancos escolares. Meu caro remador, tu pensas mesmo que o que sentes no aqui e no agora sempre foi sentido desta mesma forma? Isso que chamas de matemática, ciência inferior – se é que pode ser chamada de ciência – era tão ínfima que praticamente ignorávamos sua existência. Tudo vem de Deus, então bastava tecer o caminho dialético que nos levava até Ele, e somente a Ele. Se a Filosofia ajudava, então a usávamos, até o ponto em que nos fosse útil, depois a abandonávamos.

— Mas, e a matemática?

— *Métodos que se utilizavam de verdades a priori, tais como as ditas verdades matemáticas ou diadonéticas como eram mais propriamente conhecidas, as quais partem de hipóteses consideradas como princípios em si, aceitas como verdades inquestionáveis no início de qualquer debate, não poderiam, de maneira alguma, levar-nos a verdades*

⁶¹ Bicudo (1998, p. 6-9).

absolutas. Não poderiam nos levar a Deus! Somente o que parte do uno e do imutável pode nos encaminhar à verdadeira luz. O resto são ilusões, como disse.

— Ilusões? Como assim?

— *Entenda algo, de uma vez por todas: estávamos diante de um reino de confusão e caos, e queríamos restaurar a rígida certeza na verdade e na correção que nossa Santa Igreja poderia nos proporcionar. Tal ato poderia ser visto como a operação de um milagre? Talvez. No entanto, as chaves para que ocorresse eram simples: verdade, hierarquia e ordem. Não deveria haver pluralidade de opiniões, pois a verdade era una e absoluta.⁶² A busca pela verdade era uma questão de vida ou morte.*

— Certamente que não poderia haver essa pluralidade. Mas é que me soa estranho um discurso que coloca a matemática como um conhecimento inferior à busca de verdades absolutas, sendo ela o sinônimo de verdade para muitos povos e culturas no continente em que habitávamos. Por que a ignoravam – ou parece que ignoravam?

— Freira, deixe que eu prossiga a partir daqui – interrompeu o padre. Vejo que nosso amigo tem comichões, os mesmos que acometeram nosso mestre na *Academia*.

— Tu sabes o que penso sobre isso, não é mesmo?

— Cada um vê até onde a visão alcança. Dá-me a palavra?

— Vá em frente, não tenho escolha – a freira sentou-se no canto da barca, lambendo o fundo de uma garrafa que estava de cabeça para baixo em um pequeno mastro preso na lateral do casco.

— Não é que a matemática fosse totalmente desprovida de valor diante da busca por verdades absolutas – disse o padre. É que ela não demonstrava a capacidade plena para tal. Novamente: como atingir a verdade partindo-se de hipóteses já assumidas como verdadeiras? Não havia como colocá-la num pedestal, mesmo que infinitamente inferior, ao lado das outras duas. No entanto, como já disse, ela poderia servir como aquecimento às mentes ávidas por verdades, como uma entrada, assim como a música ou a poética, para aquele mundo em que somente o ideal é procurado.

— Entendo, ou não... Continue.

— *Podemos⁶³ pensar que essas verdades matemáticas habitavam um lugar que se encontrava entre uma mera opinião sensível – viciada no cotidiano das pupilas e das peles –, e a inteligência suprema, realidade inquestionável e não hipotética. Não era ciência superior, mas também não poderia ser totalmente descartada como a nossa amiga freira gostaria.*

⁶² Alexander (2016, p. 61-62).

⁶³ Meneguetti (2010, p. 26).

— Maldito! – bradou a freira. Para construir os caminhos que forjavam sua estrutura, utilizava-se o raciocínio, sim, mas as suas investigações não retrocediam a um princípio uno e inquebrável! Partia-se sempre de hipóteses e, numa direção descendente, encontravam-se consequências e conclusões. Descendente! Que coisa mais fraca, não é mesmo? Partir do que já estaríamos procurando com tanto afincio e que já estaria perdido desde o início, e chegar a conclusões fundadas nesta aceitação, no fundo de um poço. Nem para crianças de narizes escorrendo serviriam de exercícios, quanto mais à nossa ordem!

— Cala-te ou te jogarei na água, velha idiota!

— Seria um favor que me faria!

O timoneiro, agora com olhos e ouvidos mais do que atentos – já que o assunto lhe pareceu deveras interessante, tamanha a reação do padre –, questionou:

— Preciso compreender e as palavras que pronunciastes turvam ainda mais meus pensamentos. Estais a me dizer que aquilo o que vejo com meus olhos é falso, sendo real somente o que habita um não lugar que transcende o sensível, correto?

— Sim – responderam freira e padre, em uníssono.

— E que, mesmo tendo conhecido muitos preceitos matemáticos, enquanto aprendiz nas *escolas* em que adentrei, parece-me claro que não consegui me exercitar o suficiente a fim de atingir esse *Bem* que mencionastes. Como forjastes esse pensamento nos aprendizes que frequentaram teus bancos? Como foram esses exercícios?!

— Esquece a matemática! – disse a freira.

— Mas, mulher! Como pedes para esquecer-la se, a princípio, pediste-me para assumir a compreensão de um problema como única forma de se atingir a rigidez de pensamento que o futuro mestre deve ter? Não era a partir de um problema matemático, advindo da prática, que deveria preceder o conhecimento que embasaria toda a noção subsequente, estruturalmente construída e formulada, para que se atinjam pensamentos elevados?

— Sim, mas num sentido a ascender, para cima! E não para a outra direção, ladeira abaixo!

— Isso me parece contradição! Como esse *Bem* foi atingido e compreendido? Devo partir do já conhecido pelos *sentidos* ou de *ideias* primordiais? Como é possível retirarmos a pele que nos envolve e observarmos com os olhos do interior? Em qual patamar a matemática realmente se encontra nesse caminho proposto rumo à tomada da *consciência*, iluminadora das trevas e capaz de armar um exército?

O timoneiro estava visivelmente transtornado, ainda que se mostrasse com vigor em compreender o que era dito pelo padre e rebatido, até certo ponto, pela freira. Pareceu-lhe que ambos atuaram juntos diante das forças do mal que ameaçaram a boa ordem, mas era nítido que cada um carregava uma visão diferente acerca do que conheciam por matemática: o padre tinha alguma explicação para a sua utilidade; já a freira, tinha verdadeiro asco pelo referido campo do conhecimento.

Essa aparente contradição de pensamentos fez com que o timoneiro sentisse uma forte dor no estômago e se entregasse, novamente, às águas do mar para aliviar suas cólicas e ânsias. Neste mesmo instante, o padre, que estava bebendo um gole da aguardente que restava em um dos copos sobre o balcão, na tentativa de se acalmar disse, após longo suspiro:

— Deixe-me terminar o que a nobre colega iniciou, sem cair na armadilha de discutir o sexo dos anjos. É necessário compreender que os esforços empreendidos por nossos mestres anteriores culminaram no que o grande Senhor nos ensinou e cravou em nossas peles. Escuta-me agora, mais atento do que nunca.

— Escutarei, pois isso muito me interessa – disse o timoneiro, cuspidos fragmentos de sua bÍlis. Pensara eu muitas coisas antes de ouvir vossos discursos. Creio que esses pontos de vista serão importantes no momento em que minha vez chegar, assim como a dos outros que, mesmo dormindo, devem estar escutando as vozes ecoando no mais fundo de seus seres. Mas ande logo, pois o vômito teima em voltar à minha goela e minha paciência está, com toda a certeza, chegando ao seu término.

— Muito bem. Voltemos ao início, à tua pergunta direcionada à nobre amiga, acerca do que constitui a solidez que garantiria a sustentação de nossas bases. Digo-te novamente que, no caminho que a estimada freira estava expondo, faltou olhar para o que estava *entre* aquele ser que pensa e o objeto a ser pensado, ou seja, um passo fundamental deveria ser o de deixar clara, ao futuro mestre, integrante de nossa ordem, toda a *estrutura*⁶⁴ que sustentava aquilo que nos propúnhamos a investigar.

— Isso você já disse. Prossiga.

— As discussões, o pensamento pelo pensamento, reflexões diante de princípios hipotéticos conseguiram nos levar ao Bem e à Verdade Suprema, mas sentíamos que faltava algo que *garantis*se que aquela verdade, de fato, era inquestionável. Como garantir que aquilo era uma verdade e não mera contradição ou falsidade, mesmo construída por argumentação dialética? Assim, voltamos as nossas atenções ao *caminho* que nos levava àquelas verdades e

⁶⁴ Santos (2009, p. 28-42).

foi a partir do pensar acerca disso que pudemos estruturar toda nossa *Companhia* – somente um caminho livre de quaisquer percalços de falsidade poderia nos levar a Deus. Garantir isso se tornou nosso foco, acima de qualquer coisa. E é aí que a matemática mostrou que carregava potencialidade e vigor.

— Por Deus, dá-me um exemplo que clarifique de uma vez por todas esse tal caminho milagroso que começo a pensar que não existe! – gritou o timoneiro.

— Pois não. Tomemos um que, costumeiramente, ocorria em nossas salas de preparação: *se em algum exercício prático estávamos averiguando o comportamento dos números, na tentativa de ascender ao conhecimento dessas entidades que nos serviam de suporte, seria necessário mostrar ao aspirante toda a estrutura dos conjuntos numéricos, desde os números naturais que seriam proferidos aos pequeninos, até os complexos, discutidos em um nível intermediário. Também seria necessário expor todas as operações definidas nestes conjuntos, devendo haver um forte domínio do padrão destes conteúdos para que nosso discípulo pudesse compreender o que estava fazendo. Era necessário que soubesse justificar o que fazia a fim de mostrar aos seus futuros discípulos a beleza existente no conhecimento a ser proferido.*⁶⁵

O timoneiro, visivelmente transtornado, replica:

— Mas, padre, o que estás dizendo? Novamente, não te compreendo! Tua amiga acabou de dizer que a matemática é somente um *exercício* descendente que pode, a muito custo, treinar os jovens para a ascensão rumo à verdade absoluta e não hipotética, justamente porque ela, a matemática, sustenta-se em hipóteses que deveriam ser aceitas e não questionadas – um absurdo ante a pureza das ideias. Por outro lado, tu me mostras que nos exercícios espirituais de preparação para a guerra que estaria por vir, conhecer a estrutura e os padrões que sustentavam os próprios conceitos matemáticos era fundamental. Ou estou cego ou não consigo, de maneira alguma, perceber essa ruptura?

— É exatamente essa a angústia que queria despertar em ti e em vós, meus amigos, que estão a ouvir meu depoimento, mesmo que sonolentos. Pensem que, na *Academia*, tal estranhamento ocorreu da mesma forma, como já mencionei. Após vinte anos juntos, Aristóteles, já injuriado, propôs que os pensamentos, os quais separavam *ideia* e *sensível* em uma dualidade divergente, não passavam de um excesso de cuidado.

— Como assim? – retrucou o timoneiro.

⁶⁵ Santos (2009, p. 28-42).

— A dualidade existente entre o sensível e o inteligível discutida e disseminada por socráticos e platônicos havia de ser banida da face da terra, por desconsiderar algo totalmente evidente aos olhos de quem vê mais de perto: o⁶⁶ mundo das ideias, construído metafisicamente com o intuito de dar razão às coisas que sentimos, na verdade, seria uma duplicação do mundo das coisas, tornando-se desnecessário. Então, tornou-se fato que tanto ideias quanto sensações apresentavam os mesmos problemas – assim disse nosso grão-mestre.

— Não fales de maneira tão debochada, crápula ingrato! – replicou a freira.

— Tu sabes. No fundo, tu compreendes que não haveria outro caminho. Ambos enxergaram isso! Como é que uma teoria embasada no pensamento de que uma ideia bem formada acerca de algo, dada por definições e alcançada discutindo-se por meio de princípios não hipotéticos poderia nos dar a origem daquilo para o que voltamos nossos olhares? No máximo saberíamos que aquilo é, de forma única e imutável. Mas, de que adiantaria saber se uma árvore é ou não é uma árvore, ou seja, o que é uma árvore, se não saberíamos de que forma aquela árvore chegou a ser o que era? Se não conseguíssemos reconhecer o *caminho* que constituiu a árvore como tal?

— E é neste ponto que o conhecimento da estrutura, que levou aquilo que é a vir a ser, entrou em cena... Agora isso me fica claro, amado padre – refletiu o timoneiro, em voz alta.

— Graças ao bom Deus, agora tuas retinas alinham-se com minhas sinapses. Ter percebido essa necessidade foi o que proporcionou o pleno sentido, meu caro: a necessidade de descobrir por trás de cada objeto investigado aquilo que se mostra *eterno, um predicado que seja afirmável de sujeitos vários,*⁶⁷ *um universal, uma essência.*

— Mas, essa forma de olhar para o *entre*, para o caminho, para o predicativo de todos os predicados, é o mesmo que pensar em abstração, não é mesmo? – indagou o timoneiro.

— Sim, parece que agora pegaste o fio da meada, realmente. É neste caminho que pretendo seguir enquanto teu vômito permanece quieto em teu estômago: toma um gole deste precioso líquido e continua com tua atenção doada a mim.

Conforme o timoneiro tentava colocar para dentro algo que teimava em sair, o padre continuou:

⁶⁶ Meneghetti (2010, p. 29).

⁶⁷ Aristóteles (1987, p. 43, *apud* MENEGUETTI, 2010, p. 29).

— *Só é possível encontrar a essência de algo quando tiramos toda a tua roupa, quando pegamos objetos semelhantes e nos prostramos a observar, a despir, a separar todas as particularidades e, enfim, assim como alguém abana o café numa peneira e deixa o vento levar as folhas secas, reste somente o que de fato importa: o elemento comum a cada um daqueles objetos, o universal.*⁶⁸ Com o pensamento somente no inacessível pelos sentidos, claramente a matemática não passava de mero exercício. Mas após a constatação de que os problemas derivavam dos próprios entes da sensibilidade, aquela se tornou o modelo perfeito para explorar cada centelha de certezas e construir um castelo totalmente sólido. *Mesmo*⁶⁹ *que pudesse haver acidentes nessa busca pela essência – os quais sempre deveriam ser evitados, pois ludibriam a nossa busca – toda a consistência que procurávamos repousava no conceito, não mais transcendental – como Arístocles gostaria que fosse – mas, sim, inerente à estrutura do próprio objeto investigado. Enfim, nos ficou claro que o mundo das ideias estava, desde sempre, colado ao mundo das sensações. E o sentido se fez...*

— Quer dizer que o objeto carrega o próprio sentido, mesmo estando e se mostrando presente somente no mundo sensível?

— É exatamente isso. Para nosso mestre estagirita, é a forma que define a coisa. Por conseguinte, a forma de algo é aquilo que dá sentido a esse algo e esse sentido é a finalidade, o *telos* arrematador. Então, aquilo que existe já teria sentido e propósito, inerente a si mesmo e não como habitante de um mundo distante. No entanto – e é aí que repousa toda a força de nossa crença –, tudo isso só pode vir de um só ser: o Deus supremo, Senhor de todas as coisas, causa primeira e motor de todo e qualquer movimento executado na face da Terra e dos outros errantes. Devemos a nossa existência e daquilo que nos cerca a esse Ser perfeito.

— Que coisa mais interessante...

— *É por isso que afirmo: não há outra forma de aprender verdadeiramente qualquer coisa se tu não vês a beleza através das linhas de um teorema. E isso só pode ser feito através de uma bela demonstração, em que se mostra que conhece acerca da estrutura do investigado, que é capaz de percorrer cada caminho com segurança, objetividade e precisão. É um caminho que leva, certamente, a um lugar iluminado. E para que isso possa ocorrer, o mestre deve ter sido formado nas bases firmes de um bom Liceu, sabendo muito bem o que vai ensinar.*⁷⁰ *E, desta forma, vos digo que é isso, o conhecimento pleno do caminho, a única coisa que pôde dar a sustentação necessária para que nosso exército pudesse retomar as*

⁶⁸ Meneguetti (2010, p. 30).

⁶⁹ Meneguetti (2010, p. 30).

⁷⁰ Santos (2009, p. 28-42).

rédeas da luz – e foi esse pensamento que nos estruturou e proporcionou a reconquista de nosso império.

— Acho que agora estou entendendo. Quer dizer que a duplicação estabelecida pelo pensamento, de que existiam dois mundos, ludibriava e forçava um excesso de olhares múltiplos para dois lugares que, na verdade, convergiam para o mesmo objeto, qual seria, a coisa em si?

— Exatamente isso, meu caro. É do objeto e para o objeto que devemos olhar, é dele que será extraída a essência, o predicativo de todos os predicados, o item que fundamenta os objetos daquela classe e que os classifica como tal. A ideia está cravada na própria coisa, donde a essência emana conforme se olha de forma correta. *E⁷¹ é acerca deste olhar que estou falando, desde o início, quando propus expor o que trago aqui dentro. Quando afirmei que aquilo que sabeis decorre de nós, detentores desse conhecimento puro e simples, mas, antes de tudo, verdadeiro em essência. Os olhos viciados deste mundo fundado em superfícies habitadas por seres sem brilho levaram à escória do pensamento: qualquer coisa se torna verdade. Teses... Sem fundamentos! O que vos apresento é o que pôde nos livrar de toda espécie de mal: o verdadeiro caminho para o conhecimento!*

— É um pouco confuso ainda...

— *Não vos confundais: o que vos apresento não integra a ciência como um componente, é somente um método – mas um método seguro e não como a dialética da freira. Uma técnica fundada na perspectiva de olhar sem vícios e com toda a virtude de um raciocínio. Regras, para que seja possível pensar da forma mais correta possível, de forma totalmente confiável – e não como os antigos egípcios, que acreditavam piamente nas palavras de sumos sacerdotes sem, ao menos, questionar. Nós não tínhamos esse vício na palavra sagrada de um homem só, precisávamos de provas, constatações de que aquilo que estava sendo dito era verdadeiro. Precisávamos de demonstrações!*

— Enfim, contemplo lampejos de luz. Prossiga – disse o timoneiro.

O padre, sem muito jeito e com as pernas bambas, tomou coragem e subiu sobre o tampo de madeira que servia de mesa. Queria um lugar alto para pronunciar com mais força o que seria a parte fundamental de seu discurso diante daqueles pobres coitados. Mesmo com a barca levemente tombada para o lado em que subiu, ele estufou o peito e, em tom soberano, falou enfaticamente:

⁷¹ Alexander (2016, p. 25-53).

— *Meus caros amigos,*⁷² *essa forma de pensar é que funda nossa ordem, um método totalmente perfeito, que compõe nosso sistema baseado em definições, axiomas, postulados e práticas demonstrativas. Das proposições passávamos a encontrar os enunciados de um juízo, por meio do qual um predicado era atribuído a determinado sujeito, de forma que era através da abstração, assim como o amigo timoneiro falou, que extraíamos as formas inteligíveis. E se era possível demonstrar ou admitir algo como demonstrado, então tínhamos um saber, o qual pôde nos dar o poder necessário para vencer a batalha. Não partíamos mais de premissas prováveis, como na dialética, mas de premissas totalmente verdadeiras e aceitas por aqueles que têm pensamento elevado. A nós, restava demonstrar os próximos passos e criar mais luz!*

A freira estava revirando os olhos, como se estivesse com um enjoo mais forte que o do timoneiro. Resmungou em tom baixo, mas suficiente para ser ouvido:

— Lá vai ele novamente... Fecheis os ouvidos, se puderdes.

E o padre continuou:

— *Toda demonstração*⁷³ *deve ser efetuada mediante um termo médio, isto é, o porquê daquilo ser aquilo que era. Não estávamos mais interessados em mostrar se era ou não era; era-nos claro que o sopro de vida proporcionado pelo senhor nosso Deus garantiria a existência de tudo, sendo idiotice questionar isso. Cabia a nós, mensageiros de nosso Senhor, ter a consciência de Sua existência, enxergar isso e demonstrar o porquê da existência de todas as outras coisas que afligissem nosso senso questionador. Deste modo, caros amigos, tínhamos em mãos os aparatos para que a reforma fosse contrarreformada: já era possível colocar em seus devidos lugares aqueles que se atreveram a nos desafiar. Toda a nossa autoridade vinha diretamente de Deus: era impossível questionar, já que tínhamos o conhecimento necessário e suficiente para demonstrar sempre o contrário.*

— Mas estás insinuando que a base de tua ordem repousa sobre o conhecimento do caminho, do *porquê*? E de que adianta conhecer o motivo de algo ser aquilo que é, ou não ser, se não conheces o objeto em si? Não estarias cometendo o mesmo equívoco que teu primeiro mestre, deixando somente para as ideias a concepção das verdades, transportando para outro lugar, mesmo que não fosse um mundo idealmente ideal, toda a problemática do sensível?

— É aí que te enganas. Não há como conhecer o porquê se não temos ciência do *quê* estamos olhando. E é neste ponto que trazemos luz às experiências empíricas vivenciadas por qualquer mortal: só há predicado se existe um sujeito e este sujeito deve ser conhecido através

⁷² Meneghetti (2010, p. 29-36).

⁷³ Meneghetti (2010, p. 29-36).

da sensibilidade do mundo rotineiro, das observações. Após esse conhecimento, empreendemos nosso total esforço, utilizando nosso sistema inabalável e construído sobre os fundamentos da matemática, a fim de conhecer e demonstrar o *porquê* daquele *quê*. Tudo estava amarrado nos mais perfeitos laços da *lógica*. Éramos soberanos novamente.

E, estando cada vez mais cheio de orgulho de suas próprias palavras, o padre bradou:

— *Nossos bancos⁷⁴ escolares eram os mais procurados, tínhamos o poder novamente em nossas mãos e iríamos limpar toda aquela terra podre a partir de dentro, dos conceitos que cada um carregava consigo, quebrar seus paradigmas e instalar os nossos, os quais seriam forjados e aprumados dentro de nossos muros. Nossas exigências eram bem vistas e o que concluímos seria divulgado para que novos mestres pudessem agir por sobre a superfície da Terra.*

— Estais a ver como é que se vence uma guerra, caros amigos? Conseguis perceber, agora, como é que capturamos o conhecimento e passamos a direcionar a forma que cada um aqui pensa? Aparelhos de Estado⁷⁵ instaurados no interior do pensamento, sujeitos produzidos na mais perfeita ordem, submetidos ao nosso regulamento e hierarquia conservadora das verdades mais sublimes. Uma guerra que se vence de dentro para fora, sem sangue ou corpos desfalecidos. Sucumbíamos e quase caímos. Formamos nosso exército mais poderoso. Batalhamos. Vencemos!

A freira, naquele momento, pareceu concordar. Afinal, ela também fazia parte daquilo e não seria uma mera divergência de pontos de vista que a afastaria dos preceitos que regularam todas as suas existências. Batendo suaves palmas, já que sua vista estava turva devido ao sol em sua face misturado ao pileque, pronunciou bem alto:

— Acabaste de dizer umas verdades, velhote. Como foi lindo ver nosso povo renascendo a partir do que construímos. Quantas autoridades e ilustres seres humanos passaram por nossas mãos. Quantos olhos, ouvidos e mentes estiveram voltados para nós a

⁷⁴ Alexander (2016, p. 63-67).

⁷⁵ Correndo o risco de sermos levianos por conta de uma breve explanação acerca de um conceito tão vasto, podemos pensar que há dois mecanismos que se relacionam: *Aparelhos de Estado* e *máquinas de guerra*. Esses são conceitos operados por Deleuze e Guattari no livro *Mil Platôs*, mais especificamente no quinto volume. De maneira geral, podemos pensar que há a Terra, habitada por nômades a qual, pouco a pouco, vai se estriando em cidades e aparelhando um Estado. Assim, “os aparelhos de Estado pertencem ao território, mas quem define sua circunscrição são os guerreiros nômades que o percorrem. Um território é maquinico e mesmo que se aparelhe com Estados, não pode, como plano, superfície de existência, ser aparelhado. As máquinas de guerra, invenções nômades, funcionam como dispositivos que circulam fora das cidades muradas que configuram os Aparelhos de Estado. Seu traçado espiralado, desenha uma linha ziguezagueante, turbilhonar, que vai contra as coordenadas quadrangulares de uma geometria ideal, reguladora, regradora, Régia. A máquina de guerra age zerando coordenadas (retas) e criando números que mostram, aritmeticamente, a progressão errática pela qual as tribos se movimentam” (ZORDAN, 2014, p. 2). (Fizemos questão de também trazer nesta nota o conceito de *máquina de guerra* para que o leitor possa, se assim quiser, relacioná-lo e contrapô-lo à ideia de captura operada pelo conceito de aparelho de Estado).

fim de acumular o que pudessem, a fim de represar toda a água que jorrávamos por cima deles, oriunda de nossas nascentes mais puras e cristalinas. A luz, enfim, estava voltando e com toda a sua intensidade. Éramos sublimes! Que vontade de te abraçar, desgraçado!

— Mulher, enfim voltaste à tua lucidez. Dispensó tuas carícias, mas confesso que tuas palavras afagaram meu desespero ante essa situação que nos assola. Nosso propósito nunca foi o de encorajar novas ideias, longe disso. O que obtivemos foi a maneira primordial de encontro com Deus, uma maneira de inculcar verdades em detrimento do estímulo de novos pensamentos, os quais poderiam colocar tudo a ruir novamente.

— Que o velho torne-se eterno e o novo possa sucumbir nas trevas mais profundas, lugar de onde nunca deveria ter saído!

— Amém!

10. GRÉCIA⁷⁶

Queridos herdeiros de nossos plenos preceitos.

Vossa reflexão é digna de minhas glórias, as quais repousarão sobre cada um de vós com a mesma certeza de que o sol nascerá na manhã do dia seguinte. Vejo todos daqui de onde estou e posso dizer que vossos dias serão de muita luz. Deixemos que eles venham a seu tempo, sem pretensão alguma de acelerá-los ou retardá-los.

Vosso território delineou-se sobre os preceitos da maior civilização que existiu, a qual trouxe riqueza e ampla significação para o próprio termo que a designa: ao contrário de barbárie, a palavra civilização significa um conjunto de instituições capazes de instaurar a ordem, a paz, a felicidade e, mais ainda, de favorecer o progresso intelectual e moral da humanidade. Ora, não eram estes vossos mais tenros objetivos, mesmo quando ainda era um bebê usando fraldas?

No entanto, me é claro que, para que uma civilização seja digna de receber essa designação, deve ser detentora de um claro e cristalino conhecimento do *mathema* – não há outro caminho para que a ordem, a paz, a felicidade e o progresso intelectual possam reinar soberanos.

Foi aqui, deste lado, na vasta região em que habitam os outros, que se formaram as duas mais antigas das grandes civilizações vizinhas da bacia mediterrânea, Egito e Mesopotâmia, donde surgiram as primeiras criações impressionantes em virtude do esforço humano e que nos são dignas de testemunhos perante os séculos que ainda vos restam.

Essas civilizações, evidentemente, possuíam um conhecimento do *mathema*. Mas nada do que eles fizeram pode ser classificado com o que nós denominamos hoje, matemática. Matemática é, essencialmente, uma criação de nosso povo, de nosso sangue! Mesmo que tomemos somente o nome que designa esse conhecimento, ele é nosso por definição. Somos detentores desse conceito, dessa brisa que nasceu para nos proporcionar o frescor de várias vidas.

Um fragmento muito antigo diz o seguinte: “por um lado, os peripatéticos, que afirmam, da retórica, da poética e da música popular toda, ser possível alguém frequentá-las sem tê-las aprendido. Por outro lado, afirmam também que não é possível a ninguém

⁷⁶ Carta inspirada e composta junto a uma palestra proferida pelo professor Dr. Irineu Bicudo, intitulada Geometria Grega, postada no YouTube em 25 set. 2010. In: <<https://www.youtube.com/watch?v=O3ap76TFG9k>>. Acesso em 25 ago. 2018.

aprender, como ciência ou conhecimento, as coisas especialmente chamadas *mathemata*, não estando primeiramente engajado no conhecimento dessas coisas.” Por isso, digo-vos, que o que chamavam de matemática era essa especulação que supunham sobre essas coisas – não se poderia dominá-las sem o devido preparo para que as certezas ocorressem.

E vós, grandes continuadores de nossos preceitos, demonstraís que é possível preparar os discípulos para que consigam carregar o peso dessa nobre arte da pena e do pensamento. Em vossas mãos confiei e sigo confiando.

Seu estimado mestre, aí e aqui.

11. TERCEIRO INCLUÍDO⁷⁷

Tirem o mundo em torno das lutas, olhem apenas os conflitos e os debates, densos de homens, puros de coisas, e obterão o teatro em cima do palco, a maior parte das nossas narrativas e das filosofias, a história e a totalidade das ciências sociais: o espetáculo interessante que chamamos cultural. Quem alguma vez disse onde lutam o senhor e o escravo? Nossa cultura tem horror ao mundo. (SERRES, 1991, p. 13, grifo nosso).



Figura 7: Duelo a bordoadas⁷⁸

Muitos dias haviam passado – meses, talvez, anos. O tempo no interior da nau, bem como em suas adjacências, passava vagarosamente, numa velocidade imperceptível. Tudo estava aparentemente parado. Os dois, na água, sempre brincavam de fazer seus corpos flutuarem e ver se as ondas permitiam que suas cabeças batessem no casco – sempre que isso ocorria, davam risadas. Mas, naquele instante, nem isso estavam fazendo. Permaneciam ali, flutuando, com a pele enrugada e olhando para o aparente vazio. No interior, todos dormiam feito bebês. O álcool acabara e não se sabe como sobreviviam e se sobreviviam – apenas estavam ali e permaneciam.

Em meio ao marasmo que assolava a cena, o movimento das águas calmas fez com que os dois batessem com a cabeça levemente uma na outra, o que fez com que acordassem de um transe profundo. Um deles cochichou baixinho, ainda olhando para o nada:

— Por que lutávamos tanto?

⁷⁷ Texto inspirado em Serres (1991, p. 11-63). Esteticamente inspirado em Beckett (2017).

⁷⁸ Pintura de Francisco de Goya. *Duelo a garrotazos* (1820 – 1823). Museo del Prado. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinturas_negras#/media/File:Duelo_a_garrotazos,_por_Goya.jpg>. Acesso em 03 mar. 2019.

— Ora, porque nos odiávamos.

— E por que nos odiávamos?

— Porque cada um carregava dentro de si aquilo que julgava a forma mais correta e assertiva de trabalhar com nosso objeto.

— Lembro que me deu uma paulada na cabeça. Uma não. Várias.

— Você também não ficou atrás, não é mesmo?

— No fim das contas, viemos parar aqui. De que adiantou?

— Foi bom. Lutar é bom.

— Realmente. Faz bem ao ego defender nosso ponto de vista e seguir criticando as formas pelas quais os outros agem ou deixam de agir.

— Não somente ao ego, mas também à alma. Faz o *verdadeiro bem*.

— Sim, é verdade. Lembra-se daquela vez em que lutamos montados a cavalo?

— Como esquecer tamanha peleja! Bons tempos, meu amigo. Mas, algo nos atrapalhou.

— Sim... Um relâmpago caiu a poucos metros de onde estávamos: os dois cavalos caíram mortos e nós, desacordados, ficamos no solo por várias horas.

— Que situação... Mas a luta valeu a pena. Quais eram as cores do céu naquele dia?

— Como é?

— As cores do céu. Diga-me.

— Como vou saber isso?! Que pergunta mais estranha! Como estaria apreciando o céu no momento de uma batalha ferrenha?

— Se estivéssemos olhando, talvez pudéssemos ter feito algo contra a morte de nossa montaria.

— E a batalha, ficaria onde?

— Não sei... Teria que ficar em algum lugar?

— Certamente. Não era por ela que estávamos lá?

— Escuta, você tem um baralho aí?

— Como? Um baralho? Para que quer isso logo agora?

— Para jogar! Para que mais poderia querer um baralho?

— Acha mesmo que é hora para isso?

— E que hora mais apropriada senão esta, em que nos dispomos a olhar para o que fomos?

— Não tenho um baralho.

— Está bem. E água, você tem?

- Não vê que não há água por aqui?
- Realmente...
- Em que está pensando?
- Nas batalhas. Em que mais?
- Por que batalhávamos?
- Porque falávamos a mesma língua.
- Hum, interessante. O que isso quer dizer?
- Que só discutíamos e batalhávamos porque nos entendíamos! Você é burro?
- Claro que não. Você é?
- Certamente que não.
- Mas, se nos entendíamos, por que discutíamos?
- Para fazer com que o outro compreendesse o que carregávamos, cada qual, dentro de nós.
- E não bastava o que cada um já carregava?
- E alguma vez já bastou?
- Penso que sim, ou não... Quem poderia dizer?
- Não sei.
- Veja lá, uma gaivota!
- Não seja imbecil. É só minha mão passando sobre nossos olhos. Queria tirar essa luz daqui, mas não consigo. Veja se consegue.
- Não dá. Já havia tentado algumas vezes. Que luz é essa?
- E eu que sei?
- Escute, se você falasse outra língua, o que estaríamos fazendo agora?
- Certamente, estaríamos em silêncio. O que mais restaria?
- Ensinar-me-ia sua língua, ou vice-versa.
- Mas, por que eu deveria ensinar-lhe minha língua? Por que você não poderia ensinar-me a sua?
- Acho que seria preciso estabelecer qual língua seria a mais pertinente para a nossa comunicação.
- E como fazer isso?
- Algum critério haveria de existir. Mas, qual?
- Aquele que fosse o mais apropriado para ambos, acredito.
- Mas, como entraríamos num acordo sobre algum critério para estabelecer qual língua seria a mais apropriada para ser ensinada ao outro, se não nos entenderíamos?

— Eis a questão!

— E se eu comesse a falar outra língua agora?

— Eu passaria a não te entender. Mas, por que faria isso?

— Ora, para calar a sua boca! Para que mais seria?

— Bem, seria um bom artifício. É assim que fazem os médicos quando falam latim ou mesmo os jornais de Paris quando escrevem em inglês. Mas... Espere! Você estaria me excluindo?

— Acho que sim. Você passaria a não me entender. Eu falaria aos que entendessem, e somente a esses. Quem não entendesse simplesmente se calaria.

— Covarde!

— Não me chame assim, sabe que isso pode te levar a ficar caído novamente.

— Como se você não fosse ficar também.

— Cale-se. Você tem um baralho?

— Novamente isso?

— Sim. Você tem?

— Não.

— Que pena.

— Espere. O que você entende por baralho?

— Ora, baralho é baralho. Você não sabe?

— Eu sei. Mas a questão é: você sabe?

— Eu sei também, se estou perguntando!

— Mas, é o mesmo baralho?

— Como saber?

— Precisamos estabelecer o que entendemos por baralho. Sendo assim, não é suficiente que falemos a mesma língua. É necessário um contrato prévio.

— Quanta frescura!

— Ou é isso, ou ficamos na mesma.

— Que seja.

— Nossa, que ruído é esse?

— Ahhh! Não consigo te escutar, meus tímpanos vão explodir!

— O quê? Fale mais alto!

— O quê? Não te escuto!



79

— *Noise...* Se fosse francês, seria apenas mais uma briga. Já no inglês, ruído. Mas, no latim, aí temos marulho. *Nauctius* nauseantes.

— Nem lembro o que é sentir isso.

— Sempre lutávamos juntos.

— Realmente. Não importava o que estava ao redor. Poderíamos estar com os pés afundados na lama, não seria isso que iria nos impedir de digladiar. Nossa guerra entrando em guerra com essa outra guerra. Mas, por que não percebíamos naquele momento?

— Porque estávamos em guerra.

— Ah, sim. Acho que estávamos escondendo o verdadeiro inimigo.

— Como assim?

— O mundo. Ele é ameaçador.

— Ameaçador? Somos muito mais fortes que ele.

— Aparentemente. Mas, então, por que estamos aqui?

— Porque queremos estar. Somos donos de nossas ações e dominamos o globo.

— Ah, sim.

— *A situação de conhecimento jamais coloca o indivíduo em relação com o seu objeto, pois a solidão rapidamente passa ao delírio e ao erro inventivos, mas um conjunto crescente de pesquisadores que se controlam uns aos outros com a delimitação de uma especialidade definida e aceita por eles.*⁸⁰

— Percebeu que não estamos mais sozinhos?

— Sim, há algum tempo.

⁷⁹ Obra de Francis Barraud. *His Master's Voice*. 1898. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nipper#/media/File:OriginalNipper.jpg>. Acesso em 04 jun. 2019.

⁸⁰ Serres (1991, p. 31, na íntegra).

— Nosso acordo deve ter se expandido, dispersado no espaço e no tempo.

— Certamente. Agora, está mais amplo. Melhor que seja assim, já que há mais olhos e ouvidos para ajudar.

— Enfim, nossa guerra ou nossa paz fundam-se sobre esse tácito contrato, que não se limita a mim e a você. Somos muitos, como você disse. Não faríamos nada antes daquele contrato – sequer nossa terra existiria.

— Um contrato entre muitos. Agora, nossa voz é mais alta do que aquele barulho e podemos gritar e silenciar também. Não é bom?

— Quer gritar?

— Quero um baralho. Você tem algum aí?

— Não, infelizmente não. Do que falávamos?

— Juristas.

— Sim, é verdade! O processo do que conhecemos por conhecimento que temos das coisas nunca deixa a área jurídica.

— Por isso, tudo funciona por contratos. É uma *epistemodiceia*.

— O que disse?

— O conjunto das relações da ciência e do direito, da razão e do juízo.

— Ah sim, havia me esquecido.

— *Portanto, o contrato de direito que concilia os cientistas tem relação com as coisas, descobre-as, analisa-as, as constitui como objetos de ciência. Ainda aqui, um mundo mundano, conciliado por contrato, entra em relação com um mundo mundial conciliado por leis cuja relação com as leis jurídicas dos tribunais que conhecem as nossas causas não sabemos descrever. [...] O conhecimento científico resulta da passagem que faz da causa uma coisa e desta, aquela, pela qual um fato se torna um direito, e vice-versa. É a transformação recíproca da causa na coisa e do direito no fato. [...] A ciência é uma relação contínua entre o contrato, que une os cientistas e o mundo das coisas.*⁸¹

— Pudemos governar...

— E como foi bom, não é?

— Muito bom! É contra o mundo que devemos nos voltar, precisamos dominá-lo, domá-lo! Não precisamos dele.

⁸¹Serres (1991, p. 32-33, na íntegra).

— *Perdemos o mundo: nós transformamos as coisas em fetiches ou mercadorias, apostas dos nossos jogos de estratégias; e nossas filosofias, acosmistas, sem cosmos, há quase meio século, só dissertam sobre a linguagem ou a política, a escrita ou a lógica.*⁸²

— Eis o contrato. Eis porque é necessário.

— Mas por que ninguém o lê? Por que ninguém nunca lê? Que língua fala o mundo?

— Você tem um baralho?

— *Não há como escapar, se isolar num barco, onde o coletivo se encerra atrás da definição estrita desenhada pelas vigas da proa: além do cordão, o afogamento.*⁸³



84

⁸² *Ibidem* (p. 32, na íntegra).

⁸³ *Ibidem* (p. 53, na íntegra).

⁸⁴ In: <https://br.freepik.com/fotos-premium/tailandesas-criancas-em-grande-lagoa-agua-conceito-afogamento_2358500.htm>. (cores alteradas). Acesso em 25 nov. 2019.

12. MONSTRUOSIDADES, SENTINELAS E DELIMITAÇÕES⁸⁵



Figura 8: Monstro da floresta⁸⁶

Era possível que, pelo menos, alguma vez na vida, cada um ali já tivesse ouvido falar *daquele do qual não se pronunciava o nome* e sabiam que, ao passar por tantas águas, seria inevitável não dar de cara com aquilo – inevitável, mas muito pouco provável, já que, dificilmente, alguém o via, sendo mais comum ouvir falar.

Havia chegado o dia. Um dia. Qualquer dia. Esbarraram em algo. Pensaram, inicialmente, que fosse alguma pedra sobressalente ou mesmo algum corpo boiando. Para alguns foi estranha a sensação de bater em algo sólido devido à grande quantidade de tempo que passaram na total fluidez marinha. Alguns até poderiam perceber as escamas reluzentes que cobriam o corpo da serpente marinha caso não estivessem cansados demais, praticamente mortos no interior da embarcação.

— Vocês conheceram os grandes mestres? – indagou a serpente.

— Estão escutando algo? – indagou o padre.

⁸⁵ Texto composto junto com Lins (2009) e o filme *A Vila* (2004).

⁸⁶ Cena do filme *A Vila*, dirigido por M. Night Shyamalan, de 2004. In: < <https://www.tudosobreseufilme.com.br/2015/03/a-vila-2004-pedido-da-leitora-caroline.html>>. Acesso em 02 dez. 2019.

— Acho que estão falando conosco. Veja lá, é aquele negócio gigante! – bradou o timoneiro.

Alguns gritaram um tanto apavorados, outros continuaram no sono profundo.

— Querem seguir, não é mesmo? Respondam: vocês conheceram os mestres? – indagou, mais uma vez, a serpente.

— Do que está falando? – indagou o louco, empoleirado na árvore, em uníssono com uns poucos que estavam acordados.

— Os mestres. Vocês os conheceram de perto ou somente brincaram com seus comentadores? Devem saber muito bem que, para prosseguir, é necessário ter lido todos no original.

— Se estamos aqui é porque não devemos ter tido um encontro muito bom com esses tais mestres, você não acha?

— Eu nunca acho nada, eu somente sei a partir do que fica demonstrado como verdadeiro. Respondam de maneira categórica!

— Não, não conhecemos.

— Então, não podem seguir.

— Mas quem disse que queremos seguir? – disse o louco.

— EU estou dizendo! Estão de passagem pelas MINHAS águas. Esbarraram em MEU corpo. Se estão aqui, é claro que querem seguir!

— Não estamos aí. Estamos aqui. E pensamos que queremos permanecer. Não precisamos seguir. Não precisamos entrar. Apenas estamos passando, atravessando as águas.

— Mas, se passarem, chegarão lá adiante, aonde não podem ir.

— Então empurre-nos de volta para que continuemos passando por outros lados!

— Quem é você para me dar ordens?

— Não sou ninguém – disse o louco.

— Sei que querem entrar. E só passa por mim quem conhece verdadeiramente os mestres. Não há outra forma.

— Mas você ainda está com essa conversa? Não queremos entrar em lugar nenhum. Não conhecemos mestre algum. Apenas deixe-nos em paz! – insistiu o louco.

— Então, por que essas frutas vermelhas no casco? Seria um sinal, uma vontade demonstrada através da cor proibida? Tem certeza do que está me falando?

— As frutinhas estão aí há muito tempo, vieram com a gente. Estão aí porque ninguém quis comer.

— Todos sabem que gosto dessa cor. Vou tomar isso como uma oferenda da parte de vocês e pensar com muito carinho na possibilidade de deixar alguns olharem pelas fendas de meu corpo a fim de que possam observar lá dentro.

— Não faça isso, não existe relação alguma entre o que está dizendo e o que carregamos conosco. Aliás, não é possível que exista qualquer relação. Estamos apenas passando. Ninguém está pedindo para entrar ou mesmo para contemplar seja lá o que for. Ver significado na cor das frutinhas é coisa da sua cabeça, não da nossa.

— Basta! Vocês *estavam* passando. Agora, me têm à sua frente e precisam escolher entre ficar de fora ou entrar.

— Quem disse?

— Eu estou dizendo. Novamente: EU ESTOU DIZENDO!

— Você é muito estranha...

— Estranha, eu? O que quer dizer com isso?

— Estranha. Nunca vi nada parecido com você nos anos em que estive aqui e ali, lá e acolá. Algo lhe ocorreu para que ficasse assim ou nasceu dessa forma?

— Mas que despautério! Como ousa?

— É assim que a vejo: estranha! Tem a forma de uma espécie de portal e chega a ser convidativa, mas, ao mesmo tempo, afugenta. Mais afugenta do que convida, penso eu, devido a esse seu jeito ranzinza e cheio de coisas tão estranhas sobre a pele: interior e exterior estranham, causam muito estranhamento.

— São poucos os que sabem me afagar corretamente e aos quais é permitido seguir viagem. Já pensou que essa estranheza pode existir porque poucos me compreendem?

— Sorte desses, que não precisam olhar para a sua cara feia! Agora, pensando sobre você, há coisas que já pude constatar nesse nosso contato: primeiro, você não é deste mundo. Não pode ser deste mundo. Não é possível que seja deste mundo.

— Se você diz... O que mais está achando de mim?

— Deixe-me ver... Como não é deste mundo, você não segue nossas regras.

— Regras... Somente as minhas!

— Eu sabia! Por isso que parece tão assustadora! Não é somente porque você não é deste mundo, mas também porque não segue nossas regras. Imagino quantos ficaram aqui, prostrados, te olhando, urinando nas calças e esperando seu próximo movimento – estes mesmos aqui, se estivessem em sã consciência, já teriam pulado na água e nadado no sentido contrário ao seu. Não saber como você funciona, desconhecer seus próximos movimentos, afugenta qualquer um.

— E por que não te afugentei?

— Porque não sou daqui, nem daí.

— Entendo... O que mais tem para me falar?

— Imagino o quanto você os confunde. Fica perguntando se conhecem os mestres, mas poderia perguntar qualquer coisa: sempre levaria a fazer sentir isso que quer que sintamos.

— E qual sensação seria essa, ó, fanfarrão?

— Você sabe... Ah, como você sabe! O ponto é que não quer apoiar uma construção de uma identidade que esteja do lado de fora, fora aí de dentro, mas, sim, impor aos outros de fora uma *des-identidade*, ou seja, impedir que os de fora tenham sua própria identidade a partir de uma identidade que, aparentemente, carrega aí dentro. Uma identidade forjada e que é tomada como preceito para carregar e adotar essa mesma identidade. Aqueles de fora devem se manter fora ou te encarar, na tentativa de lutar contra o que não são a partir da ideia de que já não são.

— Não é nada disso – rebateu a serpente. Não é uma questão de impor nada, mas, sim, de ficar do lado do que é correto devido a totalidade da construção que me antecede. Sou uma serpente marinha, estou aqui para proteger aquilo que fica atrás de mim, lá dentro, de cada um que esteja fora e que queira entrar. Para os que conhecem os preceitos oriundos diretamente dos mestres, fica fácil me afagar e entrar. Aos outros, cabe o medo. É simples.

— Sim, é nisso que acredita e que quer continuar acreditando – assim como os de fora, que tendem a permanecer com os mesmos paradigmas. Mas vejo que é um tanto mais simples: aqueles que fogem o fazem por não querer ser heróis, por simplesmente não querer te enfrentar. Não é uma questão de total impotência, mas, sim, de *falta de vontade*. Para eles é mais fácil fugir, é mais confortável. Já pensou nisso? O medo, não necessariamente pode ser medo, mas, sim, uma forma de se livrar de você o mais rápido possível, porque estar aqui contigo é bem trabalhoso e enfadonho – e isso posso confirmar por experiência própria, diga-se de passagem.

— Você é muito ousado! Ninguém pode me evitar. Estou em todos os lugares, atrelada a cada coisa que existe ou inexistente – sou uma serpente infinita. Mesmo se quisessem me matar, seria impossível! Sou um monstro, não sou deste mundo e tenho minhas próprias regras, como você disse. Ninguém pode me matar! Ninguém tem esse poder.

— Exatamente! É por isso que preferem dar meia volta e sair correndo em vez de te enfrentar. Você fica aí, no meio do caminho, propositalmente, para que esbarrem – como você disse, não há como evitá-la. Mas, se escolhem fugir, não é porque não são capazes de te

derrubar. Apenas podem estar fadigados e quererem evitar esforços desnecessários. Para que enfrentar um monstro, afinal? Qual é o propósito?

— Para atravessar os portais, ter a possibilidade de ficar sobre a terra firme e me ter como serpente de estimação! Quer mais que isso?

— É claro que não! Sempre quero *menos um*! E, aproveitando, quero saber uma coisa: com isso que diz e faz, posso dizer que você se autointitula um *monstro de fronteira*?

— Pode-se dizer que sim – disse a serpente.

— Mas, em meio a essas águas, como sabe exatamente onde ficar? Quero dizer: como sabe que não haverá confusão sobre os territórios que delimita, visto que tudo está se movimentando constantemente?

— Vou me ajeitando. Sou rígida e firme! Você é muito descarado por estar me perguntando tantas coisas! Deveria já estar longe ou, então, pelo menos, esforçando-se para que eu te deixe passar.

— Chame-me do que quiser, ache o que bem entender. Não vou aceitar respostas tão levianas para algo que não me entra na cabeça. Estou aqui, perdendo o meu tempo com você; sendo assim, no mínimo, quero coisas que me façam movimentar.

— Se quer se movimentar, tente passar por mim!

— Você não desiste, não é mesmo? Se, ao menos, pudesse ver em você algo familiar, talvez teria vontade de fazer algo mais do que já estou fazendo...

— Covarde. Incapaz. É isso que é.

— Novamente: pode me chamar do que quiser – disse o louco.

— Se quer mesmo saber, eu fui criada. Fui inventada por pessoas como esses aí deitados, moradores do fora, que quiseram me manter aprisionada lá dentro! Uma criação perfeita, sem erros, delineada com as mais puras tintas, mas que não teve lugar aí fora. Precisaram me trancar dentro de algo seguro, mas... Como foram ingênuos. Sou exatamente o que eles não são, sendo exatamente o que eles são. Um paradoxo, uma fera indomavelmente adestrada, sendo e não sendo ao mesmo tempo.

— Agora começou a mostrar suas garras...

— Como criação de pessoas de fora que queriam me aprisionar no dentro, tive que ficar na *fronteira*. Não restava outra opção: precisava guardar os bens preciosos de dentro, mas, ao mesmo tempo, atrair mais seres do fora para o dentro. Atrair e proteger a entrada, simultaneamente. Uma atração por meio da vontade de estar, uma repulsa por meio da constatação de não ser capaz.

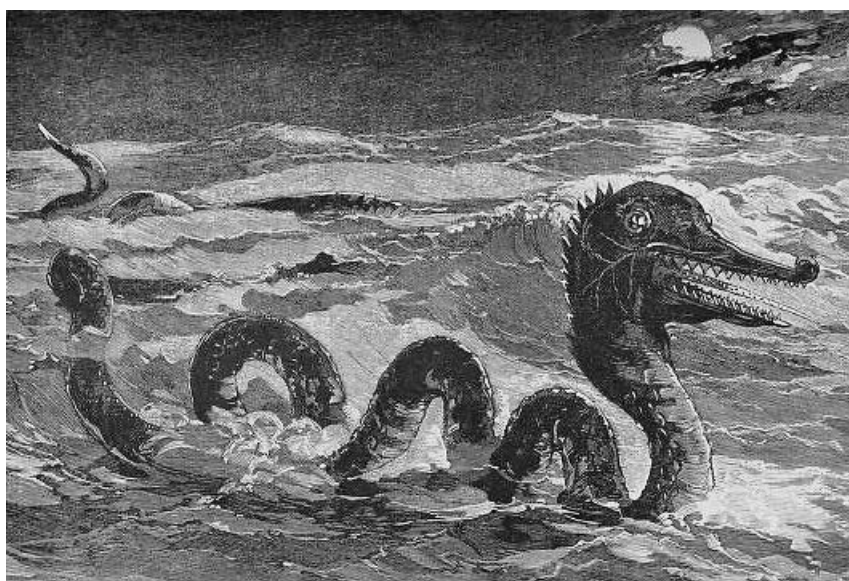
— Mas, se você ficasse somente na fronteira, não seria nada para ninguém: nem um monstro inofensivo para os que te afagam e podem entrar, nem um monstro monstruoso para aqueles que querem ficar de fora. Simplesmente, você não existiria.

— Vocês são tão tolos... Não percebem? Quem garante que eu possa exercer minha função de proteger a entrada de qualquer um nas terras atrás de mim são vocês mesmos! Porque são vocês que paralisam diante de mim, são vocês que dizem a vocês mesmos que não sabem o que fazer e, a todos os outros, que não há o que fazer. São vocês! Vocês me colocaram para proteger um terreno que não era de vocês e agora eu os impeço de entrar.

— Agora fiquei um tanto confuso – confessou o louco. Se isso estiver correto, por que continuam a esbarrar em você? Por que simplesmente não desviam o caminho? No nosso caso, estávamos passando e esbarramos sem querer, mas imagino que muitos que chegam aqui sabem que está aí.

— Eu tenho um canto, um murmúrio, um *marulho*. Eu atraio muitos para cá, para garantir que alguns possam adentrar – caso contrário, teria atrás de mim apenas um *castelo* fantasma. Muitos sabem que muitas coisas acontecem por lá, coisas que somente serão conhecidas por aqueles que passarem por mim. E, assim, esse ar enigmático sempre está presente e é exatamente isso que atrai aqueles que nada conseguem falar das coisas que acontecem ali atrás. Se todos tivessem acesso ao que existe por trás de mim, que graça teria? É necessário que poucos consigam entrar para que eu continue a amedrontar, para que a fronteira continue existindo e para que minha reputação continue intacta e inabalável.

— Você é louca...



87

⁸⁷ *The Sea Monster*. Oudemans, A.C. **The Great Sea Serpent**. 1982. In: <http://biodiversitylibrary.org/page/41617299> (cores alteradas). Acesso em 15 jan. 2020.

13. ABERTO⁸⁸

Café da manhã. Sento-me à mesa com três topologistas de três países diferentes. Perguntei como o nome ‘Conjunto Aberto’ passou a existir. Não importa, para essa história, o que é um conjunto aberto, exceto para dizer que é um conceito absolutamente fundamental em topologia – um dos conceitos sobre o qual tudo o mais é construído. Depois de uma curta discussão sobre quem primeiro usou o termo, mudei a questão para qual dos vários significados da palavra ‘aberto’ estava sendo usada na conversa.

“Ah”, disse o primeiro topologista, “isso é fácil. Na verdade, qualquer palavra poderia ter sido usada, desde que tivesse um oposto, já que é a relação entre um conjunto aberto e um conjunto fechado que importa. Aberto/fechado. Yin/yang. Preto/branco. Poderia ter sido qualquer uma dessas. É o sentido de complementaridade que está sendo expresso”.

“O quê?” perguntou o segundo. “Acho que não. O significado de aberto nesse contexto é aquele usado para uma fronteira internacional: qualquer coisa pode passar, não há restrição bem definida sobre o que faz a fronteira”.

“Oh”, murmura baixo o terceiro (ele era o membro júnior do grupo), “eu sempre pensei que o que se queria dizer era a ideia de sem qualquer limite – como nos referimos a campo aberto, mar aberto ou questão aberta”.

Felizmente, não sendo um topologista, minha opinião não era nem esperada nem importante. O que também era bom, porque eu tinha imaginado que o sentido de aberto estaria se referindo a porta aberta. Pode estar aberta ou fechada, depende do que você quer fazer com ela.

Por que nós quatro possuímos quatro visões diferentes – foi o contexto da linguagem, experiências anteriores ou a forma que nós pensamos? Um está certo e os outros três errados? Para os três que são pesquisadores em topologia, faz diferença para a matemática que fazem com conjuntos abertos que eles pensem sobre o significado de aberto de formas diferentes?

Esses três topologistas tinham, cada um, uma compreensão diferente da palavra que dá nome ao bloco de construção fundamental de seu campo de pesquisa. É difícil imaginar que isso não afeta a forma como eles pesquisam essa área altamente conceitual da Matemática.

⁸⁸ Barton (2008, p. 60-61, na íntegra, tradução nossa).

14. SEDIMENTAÇÕES

A despeito das tradições verbais, é raro que um mito seja tomado no mesmo sentido em que se tomaria uma verdade empírica; todas as doutrinas que floresceram no mundo a respeito da imortalidade da alma afetaram muito pouco o sentimento natural do homem diante da morte (SANTAYANA, *The Life of Reason*, v. 3, p. 52, *apud* VEYNE, 2014, p. 39). São múltiplas, portanto, as maneiras de acreditar, ou melhor dizendo, os regimes de verdade de um mesmo objeto (VEYNE, 2014, p. 39).



Figura 9: Anjo⁸⁹

Seguem os seguintes regimes para o objeto:

(i)

Será chamado de *formalista* se admitirmos o seguinte: “uma proposição (P) é verdadeira em um sistema formalizado (S) se pode ser deduzida a partir de axiomas de (S) mediante um número finito de operações válidas em (S)”.⁹⁰

⁸⁹ Desenho de Victor, em alusão à capa do CD *Rebirth*, da banda nacional de power metal *Angra*. In: <<http://vic-vicious.blogspot.com/2009/05/anjos.html>>. Acesso em 25 nov. 2019.

(ii)

Será chamado de *realista* ou *platônico* se admitirmos o seguinte: “uma proposição (P) é verdadeira quando expressa uma relação efetivamente existente entre as ideias, ou seja, uma ideia hierarquicamente superior que estrutura um conjunto de ideias subordinadas a ela”.⁹¹

(iii)

Será chamado de *empirista* ou *sociológico* se admitirmos o seguinte: “uma demonstração (D) é considerada como rigorosa na medida em que os melhores especialistas na matéria não tem nada o que opor”.⁹²

(iv)

“É o termo técnico usado em Matemática para denotar o cuidado lógico no desenvolvimento de um tópico, em contraste com uma posição mais intuitiva, onde afirmações são aceitas como corretas por parecerem razoáveis ou evidentes.”⁹³

(v)

“Foi apenas a partir do século XIX que os matemáticos se engajaram num processo de depuração de sua área profissional, de sua profissão, de modo a livrá-la de tudo o que fosse extra-sistêmico, que fosse ‘de fora’ da Matemática dos matemáticos. [...] O que se teve, de fato, foi um movimento que buscava livrar a Matemática do matemático de tudo o que se referisse à intuição do mundo físico, não como forma de se alcançar a verdade, mas como forma de garantir quem é que podia falar do assunto.”⁹⁴

⁹⁰ Thom (1986, p. 120). Frisamos que, nesta seção, optamos por trazer as citações diretas entre aspas e não em itálico, por entendermos que, diferentemente do que aconteceu em seções anteriores, esta composição não se apresenta em forma de diálogo.

⁹¹ *Ibidem.*

⁹² *Ibidem.*

⁹³ Nivem (1984, p. 7).

⁹⁴ Lins (2009, p. 99, grifos do autor).

(vi)

Disse Jean Dieudonné (ou João Dado-por-Deus): “se deveria perguntar aos matemáticos o que é realmente importante ali e de que modo, pois apenas assim poderíamos aspirar a uma instrução Matemática com *alguma* qualidade, *do primário à universidade*”.⁹⁵

(vii)

Disse Bertrand Russell: “A Matemática pode ser definida como a disciplina em que nunca sabemos sobre o que estamos falando, nem se aquilo que estamos dizendo é verdadeiro”.⁹⁶

(viii)

Ficam evidenciadas duas posições extremas:

viii.i: “O rigor é a essência da matemática. Se a matemática não for rigorosa, não é matemática verdadeira e, portanto, não tem lugar na história da matemática – a menos que ela, talvez, possa ser apresentada como uma confusa primeira aproximação a alguma matemática real.”⁹⁷

viii.ii: “O rigor é a fossilização da verdadeira matemática. A matemática progride não via dedução, mas via ciência experimental e ‘percepção’ artística. A matemática não é um caminhar seguro por uma estrada bem iluminada, mas uma jornada em uma imprevisível imensidão, em que os exploradores frequentemente se perdem. O rigor poderia ser um aviso ao historiador de que mapas têm sido feitos e de que verdadeiros exploradores têm ido a todos os lugares.”⁹⁸

⁹⁵ *Ibidem* (p. 99).

⁹⁶ *Ibidem* (p. 100). Segundo Lins, “a primeira parte fala dos objetos simbólicos, a segunda sobre o internalismo. Seria insano supor que Russell está verdadeiramente falando sobre a possibilidade de os argumentos da Matemática serem (logicamente) falsos, ele só pode estar se referindo ao fato de que *não importa* se as ‘verdades’ da Matemática são ou não ‘objetivamente’ verdadeiras no sentido ontológico” (grifos do autor).

⁹⁷ Anglin (2001, p. 19).

⁹⁸ *Ibidem*.

(ix)

“As demonstrações preenchem simultaneamente vários fins. Ao serem expostas ao exame e julgamento de uma nova audiência, as demonstrações estão sujeitas a um processo constante de criticismo e revalidação. Erros, ambiguidades e incompreensões são dissipados devido à exposição constante. Uma demonstração significa respeitabilidade. Uma demonstração é o sinete da autoridade. Uma demonstração, no melhor dos casos, aumenta o entendimento, mostrando o que é essencial no assunto. As demonstrações sugerem matemática nova. O principiante que estuda demonstrações se aproxima mais da criação de matemática nova. Uma demonstração é potência matemática, a voltagem elétrica do assunto, que vitaliza as afirmativas estáticas dos teoremas. Finalmente, as demonstrações são um ritual, e uma celebração do poder da razão pura. Um tal exercício de reafirmação pode ser muito necessário, levando em conta todas as confusões em que o pensamento claro claramente nos mete.”⁹⁹

(x)

“[...] O que precisa ser demonstrado para ser crido, não vale grande coisa. Em todo lugar que a autoridade ainda é parte dos costumes aceitos, em todo lugar em que não se ‘raciocina’, mas em que se comanda, o dialético é uma espécie de polichinelo: ri-se dele, não é levado a sério.”¹⁰⁰

(xi)

“(*) A intuição é você conseguir sair e bolar uma estratégia talvez pra você resolver alguma coisa, e uma estratégia onde você vai acertar né, você não vai construir alguma coisa maluca lá, e o rigor pra, de fato, você convencer a pessoa de que você ali está fazendo uma prova e que aquilo ali, de fato, vale.”¹⁰¹

⁹⁹ Davis & Harsh (1986, p. 182).

¹⁰⁰ Nietzsche (1976, p. 19 – aforismo nº. 5).

¹⁰¹ Essa e outras falas de sujeitos que não são apresentados em escritos de pesquisadores da Matemática e da Educação Matemática se referem a uma parte da entrevista realizada em Gomes (2013) com os sujeitos entrevistados e que não entraram na dissertação por conta do tempo para a análise dos dados. Se referem especificamente à relação entre o aluno de licenciatura em Matemática ou do professor de Matemática da Educação Básica com os conceitos de número real, rigor e intuição. Trazemos trechos na íntegra do que responderam acerca destes assuntos. Neste caso, a fala é de Saulo, aluno do último ano da licenciatura em Matemática. Nesta seção, quando as falas remeterem a esses sujeitos, começarão com asterisco (*).

(xii)

“A qualidade cuja presença em uma suposta prova a torna uma prova genuína pelos padrões atuais dos periódicos e cuja ausência torna a prova ilegítima, de maneira que, se descoberta, exige retratação, é chamada rigor.”¹⁰²

(xiii)

“Eles são os especialistas, afinal. Para os matemáticos, a capacidade de julgar o rigor de um argumento [...], para avaliar se uma prova está de acordo com o padrão exigido em publicações profissionais, é uma habilidade crucial. Os matemáticos precisam ser capazes de avaliar o rigor de seu próprio trabalho antes de serem enviados a julgar o rigor do trabalho de outros quando chamados para serem revisores.”¹⁰³

(xiv)

“Pode até parecer loucura, mas teve vezes de eu olhar para questões de Análise e dizer: *“Nossa, que lindo! Está tudo explicadinho... Está perfeito!”*. Então, através deste rigor, é possível chegar a essa perfeição. É claro que não quero que meu aluno seja perfeito; isso é impossível. Mas posso querer que ele chegue ao máximo possível, não dessa perfeição, mas da compreensão, do entendimento.”¹⁰⁴

(xv)

“Os matemáticos aprendem que o rigor exige, aprendem a distinguir provas genuínas de falsas, durante o aprendizado como estudantes. Essa habilidade é adquirida principalmente pela observação e prática, pelo exemplo e pela imitação. Normalmente, o aluno ‘aprende o que é uma prova’ em conexão com um curso sobre algum tópico matemático substantivo, talvez ‘aritmético’ no sentido da teoria dos números avançada, ou mais frequentemente ‘análise’ no sentido do ramo da matemática que começa com o cálculo. A avaliação de supostas provas de rigor geralmente não é o tópico de um curso separado. Em particular,

¹⁰² Burges (2015, p. 2, tradução nossa).

¹⁰³ *Ibidem* (p. 2, tradução nossa).

¹⁰⁴ Gomes (2013, p. 83). Fala de Antônio, aluno do último ano de licenciatura em Matemática.

geralmente não é aprendido pelo estudo da lógica formal, cursos que tendem a ser mais realizados por estudantes de filosofia ou ciência da computação do que de matemática.”¹⁰⁵

(xvi)

O entendimento contemporâneo de rigor matemático perpassa pela formalização, que “se apresenta sempre como elaboração, remanejamento de um discurso espontâneo, natural, ingênuo, centrado na intuição da presença do objeto [... sendo que um] texto formalizado será sempre dominável, certo, tranquilizador e rigoroso”.¹⁰⁶

(xvii)

“(*) Eu entendo rigor, por exemplo, a forma de expressar em exercício, entendeu? Porque, por exemplo, na escola básica eu não sei como o aluno pensa, então ele tem que escrever passo a passo tudo o que ele tá fazendo, não adianta ele pular, porque eu não sei... ele pode ter olhado pro lado e visto. Então ele precisa ter esse rigor matemático pra poder fazer... e, por exemplo, eu cobro muito isso, tanto na minha oficina quanto em aula eu vou lá e falo pra eles: *Não gente, é tanto, mas por que que é? Não... escreve, não tenha preguiça de escrever... escreve.* Mas porque eu fui ensinada assim na escola, tanto que aqui [na universidade] eu não tive muito problema, porque, por exemplo, em Geometria, você tem que fazer passo a passo, em Estruturas tem que fazer passo a passo, explicar passo a passo, igual...: *Mas por que você pode fazer isso? Porque vale tal propriedade, porque é anel, então vale isso...* Tinha que explicar muito isso. Só que na escola eu tive muito isso, tinha que explicar passo a passo tudo o que você está fazendo; então eu vejo que é importante ser rigoroso neste sentido na escola básica porque me ajudou, por exemplo, aqui [na universidade]. Então, com certeza, ajudou muitos outros; eu conheço gente que estudou comigo, não sei o que... também escreve do mesmo jeito, aquele padrão”.¹⁰⁷

(xviii)

“A matemática rigorosa, consistindo de teoremas rigorosamente provados, declarados em termos de noções rigorosamente definidas, é cercada por uma série de conjecturas e, às vezes, ‘programas’ inteiros, envolvendo algumas afirmações que atualmente

¹⁰⁵ Burges (2015, p. 3, tradução nossa).

¹⁰⁶ Lavalley (1997, p. 193-202, apud GARNICA, 1995, p. 13)

¹⁰⁷ Fala de Estela, aluna do último ano da licenciatura em Matemática.

podem ser rigorosamente declaradas, mas que ainda não foram rigorosamente provadas, e outras que ainda não podem ser rigorosamente declaradas. A adesão ao ideal de rigor não consiste em ficar sem esse material, que pode desempenhar um papel importante na orientação da pesquisa, mas simplesmente em distingui-la drasticamente do que realmente foi rigorosamente estabelecido [...].”¹⁰⁸

(xix)

“Os argumentos de apoio a uma parte da matemática rigorosa não podem ser apenas apelos à autoridade, tradição, revelação ou fé. O esclarecimento adicional da natureza do rigor exigirá a caracterização do que mais é excluído.”¹⁰⁹

(xx)

“(*) O rigor, eu acho que é mais quando o professor define função, por exemplo. Aí ele vai falar, essa função, aí ele vai falar que tem domínio, que tem contradomínio, que tem a imagem, que sai de um conjunto e chega no outro, mas ele tem, eu penso que, quando ele tá introduzindo notação, é, tá sendo uma coisa mais, assim, com rigor, não sei se tá.... E assim, com intuição, talvez um exercício, um exemplo, eles façam mais com a intuição, do que eles acham que é, do que com o rigor. Que é quando você aplica um exercício assim, eles não usam o... parece assim, o grosso da teoria, sabe? Eles tentam aplicar o que eles acham que entenderam”.¹¹⁰

(xxi)

Disse Frank Quinn:¹¹¹ “a matemática rigorosa é como o endoesqueleto ósseo ao qual a musculatura da ciência empírica está ligada, enquanto na antiga dispensação, onde se pensava que a matemática estivesse diretamente relacionada a aspectos do mundo ao nosso redor, era mais como um exoesqueleto quitinoso. Criaturas com endoesqueletos podem crescer em tamanhos muito maiores do que criaturas apenas com exoesqueletos”, e Quinn alerta que, “sem a devida atenção ao rigor na matemática, cujas agências de financiamento de

¹⁰⁸ Burges (2015, p. 160, tradução nossa).

¹⁰⁹ Ibidem (2015, p. 3-4, tradução nossa).

¹¹⁰ Fala de Camila, aluna do último ano da licenciatura em Matemática e que participou de nossa entrevista piloto para o mestrado.

¹¹¹ Quinn, F. (2012). **A Revolution in Mathematics?: What Really Happened a Century Ago, and Why It Matters Today**. Notices of the American Mathematical Society, 59: 31–7.

valor tendem a subestimar, a ciência terá que ‘voltar a ser um inseto’”. Como diz outro pesquisador, Gregor Samsa, “a ciência pode se encontrar metamorfoseada de vertebrado para artrópode.”¹¹²

(xxii)

“Os antigos consideravam a mecânica sob dois aspectos: como racional – a qual procede rigorosamente por demonstrações – e prática. À mecânica prática pertencem todas as artes manuais, das quais a mecânica tomou seu nome. Mas como os artesãos não trabalham com rigor perfeito, diferenciam a mecânica da geometria, o que é perfeitamente preciso é chamado geométrico, o que é menos rigoroso é chamado mecânico. No entanto, os erros não estão na arte, mas nos artesãos. Aquele que trabalha com menos rigor é um mecânico imperfeito; e se alguém pudesse trabalhar com rigor perfeito, seria o mais perfeito dos mecânicos, pois os desenhos de linhas retas e círculos, sobre os quais a geometria está fundada, pertencem à mecânica.”¹¹³

(xxiii)

“(*) O rigor é usar todos os princípios matemáticos: os postulados, os teoremas... que nem eu falo para os alunos em sala de aula: *tradicionalmente, está multiplicando, passa dividindo*, porque quando eu tive a oportunidade eu expliquei pra eles dentro do rigor matemático, que não é esse ‘passa dividindo’, esse passa... é o que eu falo pra eles: *Isso é feio e se algum professor que vocês forem ter futuramente, prestem bem atenção. Eu estou dizendo oh, tradicionalmente...*; Isso não é nenhum rigor matemático, então o rigor seria: Ah, *soma de opostos, divide ambas as...*, toda essa ‘veadagem’ toda. Então, eu acredito que rigor é usar os postulados, os teoremas, coisa que na maioria das vezes nós não utilizamos.”¹¹⁴

(xxiv)

“O domínio de uma habilidade prática não traz automaticamente consigo a capacidade de dar uma explicação teórica. Mesmo um ciclista campeão pode ter dificuldade em explicar como andar de bicicleta, se estiver com as mãos e os pés amarrados e precisar indicar o que fazer usando apenas palavras, sem nenhuma demonstração física. Da mesma

¹¹² Burges (2015, p. 49, tradução nossa).

¹¹³ Newton (2018, p. 13-14).

¹¹⁴ Fala de Daniel, professor de Matemática do ensino fundamental II.

forma, matemáticos especialistas não são equipados automaticamente para fornecer uma descrição teórica precisa da natureza da prova rigorosa. De qualquer forma, hoje em dia eles raramente tentam fazê-lo. A maioria dos matemáticos parece ser rigorosa da mesma forma como o juiz Stewart¹¹⁵ defendeu a obscenidade: eles não podem defini-la, embora a conheçam quando a veem.”¹¹⁶

(xxv)

“Intuitivo é o oposto de rigoroso. Mesmo esse uso da palavra não é completamente claro, pois o próprio significado de ‘rigoroso’ nunca é dado precisamente. Poderíamos dizer que nesta acepção, intuitivo significa deficiente em rigor, e, no entanto o conceito de rigor é ele próprio definido intuitivamente em vez de rigorosamente.”¹¹⁷

(?)

“— What is Jazz, Mr. Armstrong?

— My dear lady, as long as you have to ask that question, you will never know it.”¹¹⁸



119

¹¹⁵ “A frase ‘*I know it when I see it*’ é uma expressão coloquial pela qual um falante tenta categorizar um fato ou evento observável, embora a categoria seja subjetiva ou não possua parâmetros claramente definidos. A frase foi usada em 1964 pelo juiz Potter Stewart da Suprema Corte dos Estados Unidos para descrever seu teste de obscenidade em *Jacobellis v. Ohio*. Ao explicar por que o material em questão no caso não era obsceno sob o teste de Roth e, portanto, era um discurso protegido que não poderia ser censurado, Stewart escreveu: ‘Hoje, não tentarei definir mais os tipos de material que entendo como abrangidos por essa descrição abreviada *pornografia hard-core*, e talvez nunca consiga fazê-lo de maneira inteligível. Mas eu sei quando o vejo, e o filme envolvido neste caso não é.’ In: <https://en.wikipedia.org/wiki/I_know_it_when_I_see_it> (tradução nossa). Acesso em 16 dez. 2019.

¹¹⁶ Burges (2015, p. 3-4, tradução nossa).

¹¹⁷ Davis & Hersh (1986, p. 435).

¹¹⁸ Lima (2014, p. 1). Em tradução livre: “O que é Jazz, Sr. Armstrong? Minha querida senhora, enquanto você tiver que fazer essa pergunta, você nunca saberá.”

14. CIRCULARIDADES

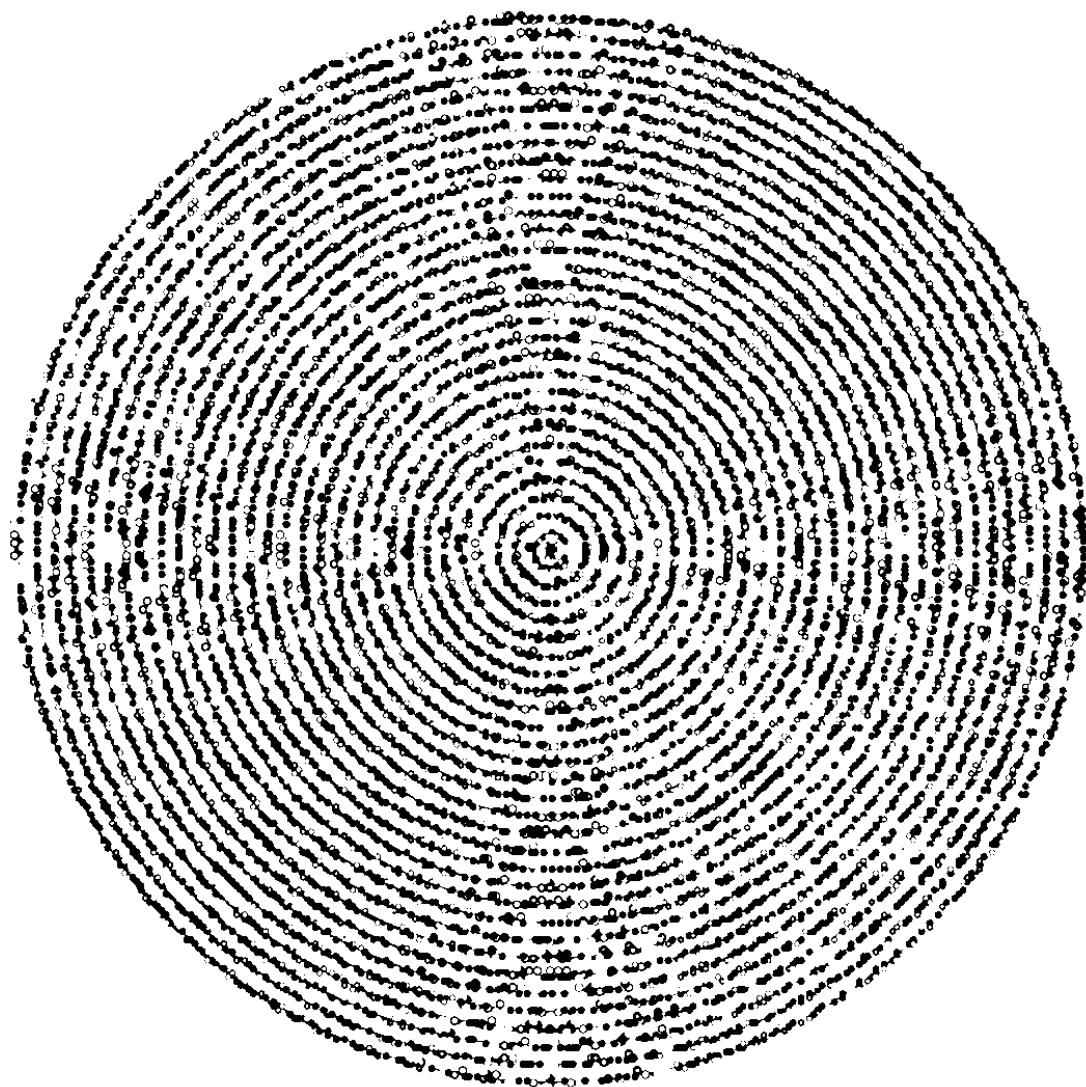


Figura 10: Círculos concêntricos (composição nossa)

Não tento mostrar como se pode organizar, sem falha, sem contradição, sem imposição interna, um domínio em que estão em questão os enunciados, seu princípio de agrupamentos, as grandes unidades históricas que eles podem constituir e os métodos que permitem descrevê-los. Não procedo por dedução linear, mas por círculos concêntricos, e vou ora na direção dos mais exteriores, ora na dos mais interiores; partindo do problema da descontinuidade no discurso e da singularidade do enunciado (tema central), procurei analisar, na periferia, certas formas de agrupamentos enigmáticos (FOUCAULT, 2015b, p. 140).

¹¹⁹ Louis Armstrong. In: <<https://portalcbncampinas.com.br/2019/09/o-enorme-talento-de-louis-armstrong/>>. Acesso em 18 jan. 2020.

15. BASTA!

— Preciso tomar fôlego. É necessário respirar um pouco, caso queira prosseguir.
Diga-me: estou conseguindo?

— Conseguindo o quê?

— Dar respostas às tuas perguntas. Você está ficando satisfeita?

— Quer mesmo que eu responda?

— Sim, quero. Afinal, muito do esforço que empreendi até agora foi pensando em responder ao que me perguntou.

— Antes de responder, gostaria de saber por que não deixa esse cajado de lado por nenhum segundo.

— O quê? Cajado? Está ficando louca, Roberta?

— Vai me falar que não percebeu que está segurando-o desde o início? E o que está tomando? Parece muito gostoso!

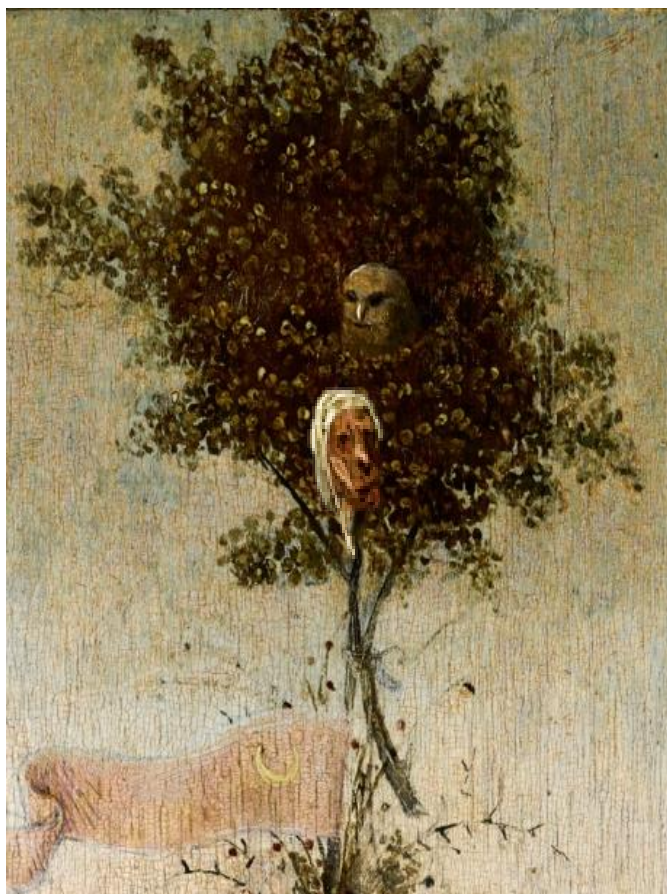
— Não sei do que você está falando. Calma. Espere. MINHA NOSSA! COMO... VOCÊ... FEZ... ISSOOO??!!



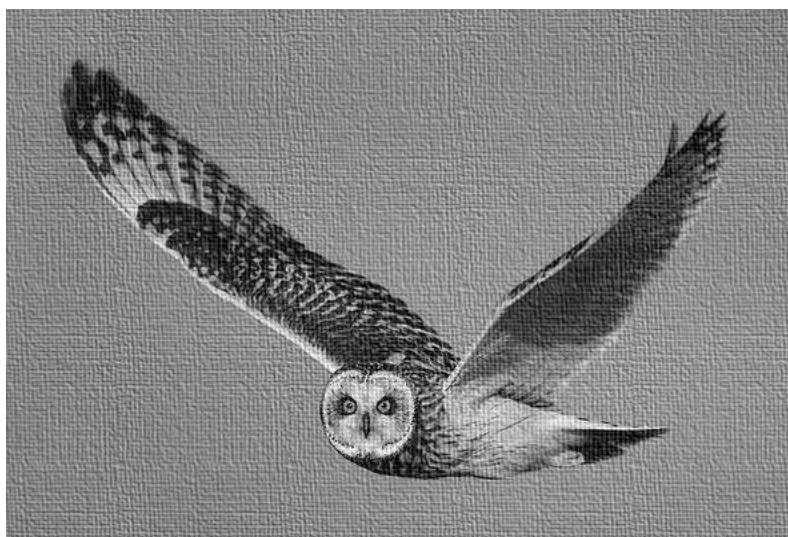
120

¹²⁰ Recorte da pintura de Hieronymus Bosch (1450 – 1516). Parte do tríptico composto por mais duas obras: *Alegoria da Intemperança* e *Morte do Avaro*. Possivelmente do início do século XVI. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_dos_Loucos#Reconstru%C3%A7%C3%A3o_do_tr%C3%ADptico_de_Bosch> (cores alteradas). Acesso em: 16 nov. 2018.

— Está falando comigo, Rober/



121



122

¹²¹ Composição junto a pintura de Hieronymus Bosch (1450 – 1516). Parte do tríptico composto por mais duas obras: *Alegoria da Intemperança* e *Morte do Avaro*. Possivelmente do início do século XVI. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_dos_Loucos#Reconstru%C3%A7%C3%A3o_do_tr%C3%ADptico_de_Bosch>. Acesso em: 16 nov. 2018.

16. TRANSMUTAÇÃO



123

¹²² In: <<https://www.pinterest.ie/pin/427701295833529014/>> (textura e cores modificadas). Acesso em 06 dez. 2019.

¹²³ Obra de Linda Donogue. In: <<https://razaoinadequada.com/2018/04/11/tres-metamorfoses-da-liberdade/>>. Acesso em 25 nov. 2019.

17. E, DE REPENTE, UM ROUBO

— Tchau, querido Autor... Agora, a pena é minha.

*P*ediu-me para dizer, de maneira simples, o que era um número real. Respondi que, se tivesse que explicar para alguém o número real, falaria de todos os números. Não consigo falar do real, ou melhor, só do real, pois o real é composto por todos os outros números, você vai formar o real através dos outros - eu não consigo fazer uma distinção entre eles.

Ignorando o que disse e me falando que depois voltaria ao assunto, perguntou-me se haveria alguma disciplina em meu curso que tivesse feito uma abordagem formal dos números reais - a construção, por exemplo.

Recordei que havia um livro do Caraça, o qual insisti que era Fundamentos da Matemática Elementar, mesmo que não me lembrasse exatamente disso. Aliás, lembro das coisas, pois tenho boa memória. Se não me lembrava do nome do livro, era porque havia me fugido momentaneamente.

Não satisfeito, perguntou como trabalhava os números reais na sala de aula. Como só dava aula para segundo e terceiro ano do ensino médio, as aulas particulares me ajudaram a pensar sobre o que questionou: respondi que achava que o conjunto dos números reais começa na oitava série, porque na sétima você está nos racionais e, na oitava, você fala dos irracionais e começa nos reais. No primeiro ano também. Disse que, quando dava aula no primeiro ano, falava muito dos reais, só que fazendo toda aquela

construção - era uma das primeiras coisas a ser feita no começo do ano no Ensino Médio.

Complementei dizendo que existem enunciados de exercícios que falam assim: “considerando a solução nos números reais...”; então, eu falo para meus alunos: “olha, presta atenção, porque se isso aqui não fosse nos reais, fosse os naturais e tivesse dado uma raiz de dois, a solução seria vazio, porque não tem a raiz de dois nos naturais”.

Então, tento falar para eles prestarem atenção nisso, porque, às vezes, você vai ver um exercício, você sabe fazer todo o exercício, mas, a resposta, você tem que ver o conjunto. Se você não considerar o conjunto, você pode dar a resposta errada, por que se não pertence àquele conjunto, onde pode ter solução?

Disse que fazia isso quando ensinava, mas que acreditava que fosse uma das poucas pessoas a fazer, pois via a dificuldade que os alunos tinham. Eles falavam: “meu professor nunca falou pra que serve esse erre de erre”.

Depois de passar pelos naturais - que servem para contar balas, por exemplo; pelos inteiros, que podem ser tanto positivos quanto negativos -, chego nos racionais, momento em que vou falar da divisão dos inteiros, os quais posso escrever em forma de divisão: mostro para eles, por exemplo, que oito sobre quatro é natural e inteiro também.

Relembro que racional não é só racional: ele não deixa de ser natural e inteiro, ele continua sendo natural e inteiro, só que tem mais alguns números que são introduzidos a ele - e aí mostro a reta, mostro a posição dos racionais onde estava, que até os inteiros eu só tinha números que estão na régua, sem

contar os milímetros. Tinha só o centímetro, pensando na régua para o lado positivo e para o lado negativo. Aí, falo que os racionais estão ali no meio. Depois vou falar dos irracionais.

Para eles é complicado de entender, porque os irracionais, para mim, formam um conjunto à parte, onde você tem alguns números específicos, chamados de irracionais, que eu não sei nem como vou determinar. Eu falo para eles que são as raízes dos números primos, as dízimas não periódicas. Ressaltei para ele que não sabia se a definição era aquela, mas disse que é assim que falo sobre isso. Complementei dizendo que nos reais vou englobar tudo.

Eis que me questiona: “existe relação entre os números reais e a Análise?”. Já sabia o que achava acerca deste nome, já havia falado a ele - mesmo que não tivesse escutado. Se não sabia o que era Análise, como poderia responder? Disse: “então você não consegue ver se tem relação ou não?”. Respondi: “tudo o que você vai perguntar de Análise... tanto é que eu quero saber, você vai falar para mim no final, não vai?”. A resposta que obtive: “Vou... Tentar...”.

Fiquei satisfeita, pois sabia que a Análise Real devia ter alguma coisa a ver com os números reais, eu lembrava que tinha erre ene e a gente falava: “nossa, erre ene!”. Mas, se iria me responder, essa era uma outra história...

Depois veio com uma conversa acerca de rigor e intuição. Disse que dou um peso praticamente semelhante às duas coisas, devido àquilo que já tinha dito: o aluno que está na escola não necessariamente será um matemático puro - pode até ser que seja, mas, se ele for, ele vai estudar isso. Sendo assim, no ponto em que

o aluno se encontra, penso que a intuição e o rigor devem andar juntos.

Disse que podemos dar um pouquinho mais de valor para o rigor, pensando que ele pode prestar uma Olimpíada de Matemática, mas não consigo ver esse aluno fazendo aquela coisa rigorosa, ele não tem a compreensão do todo como tem o outro, que faz intuitivo. Ele consegue escrever, ele foi melhor alfabetizado matematicamente que o outro, e só. Disse que era assim que enxergava. Quando comecei a dar aula, acho que era mais... a coisa era mais rigorosa matematicamente. Hoje, como tá assim meio debandada a coisa... Enfim...

Ele não colocou esses ditos nos escritos dele. Mas eu disse. Eu disse e ficou dito. Estava lá. Agora, está aqui. Estou aqui. Sempre estive. O que não permitia que me visse era a total transparência de todo o resto. Neblina febril. Suas perguntas me levaram a pronunciar o que disse ou o que disse o levou a questionar-me?

Quando falo, estou falando - algo tão síngelo que acaba esquecido num canto qualquer. Muito se vê, muito se diz, mas o que fica geralmente é um não dito ou não visto alterado por vários outros ditos e visibilidades. O que é dito quando se diz algo? O que se fala quando se está falando? Sem interpretações, sem nuances ou mesmo transcendências? O que adere àquilo que é falado simplesmente por se estar-se falando aquilo? O que produz?

[illegible]

19. COMO CONTAR SEGREDOS DE UMA PESQUISA QUE NÃO CONTA, MAS QUE TEM VONTADE DE CRIAR E PRODUZIR?

A vida autêntica de um pensamento dura até que ele chegue ao ponto em que faz fronteira com as palavras: ali se petrifica, e a partir de então está morto, entretanto é indestrutível, da mesma maneira que os animais e plantas petrificados da pré-história. Também se pode comparar sua autêntica vida momentânea à do cristal no instante de sua cristalização. Assim, logo que nosso pensamento encontrou palavras, ele já deixa de ser algo íntimo, algo sério no nível mais profundo. Quando ele começa a existir para os outros, pára de viver em nós, da mesma maneira que o filho se separa da mãe quando passa a ter sua existência própria. Como diz o poeta: “Não me venham confundir com contradições! Logo que falamos, começamos a errar.”¹²⁴

Seja como for, no conjunto eu alcanço o que queria alcançar. Não se diga que o esforço não valeu a pena. No mais não quero nenhum julgamento dos homens, quero apenas difundir conhecimentos; faço tão-somente um relatório; também aos senhores, eminentes membros da Academia, só apresentei um relatório.¹²⁵

Introdução

Tomando a disciplina de Análise Real como uma entrada dentre muitas outras possíveis, caminhamos num sentido de tentar dar algum tipo de resposta aos seguintes questionamentos: que pode esse rigor que aparece e que está impregnado nessa disciplina? Que linhas podem ser narradas acerca de sua problematização? Que corpos produz?

No caminho, a tensão ocorria de forma mais acentuada enquanto tentávamos não cair na armadilha de categorizar esse rigor como algo dado *a priori*, mas, sim, como um acontecimento imanente ao próprio ato de constituir-se rigor da/na disciplina de Análise.

Inicialmente, tentamos mostrar que esse rigor que aparece na/junto à disciplina – o qual é ressaltado pelos discursos evidenciados como atrelado à disciplina e à muitas práticas

¹²⁴ Schopenhauer (2017, p. 66 – aforismo n.º 4).

¹²⁵ Kafka (1994, p. 67).

discursivas e não discursivas que nela ocorrem e a ela se relacionam – mostra-se como um rigor que tem sua existência garantida – ou seja, que é sustentando e se sustenta – pelos/nos próprios discursos que o pronunciam e o fazem proliferar, formando uma rede discursiva em que o mesmo fio que produz os nós da trama é rigor e também é discurso sobre o rigor. Um *rigor discursivo*.

Em nosso caminho, já havíamos esbarrado nessas ideias quando, junto a Gondim (GONDIM; GOMES, 2016), suspeitávamos que o dito rigor matemático – tomado sob uma perspectiva mais ampla, para além da disciplina de Análise, ou seja, em relação à própria Matemática – dá-se no momento em que se fala acerca dele. Ou seja, rigor é rigor enquanto alguém diz que está sendo rigoroso no que está fazendo. *Rigor devir rigor na prática rigorosa de se dar rigor a algo que é entendido e reconhecido como desprovido de rigor*.

À época, Gondim teve a brilhante ideia de utilizarmos o chamado paradoxo do barbeiro para evidenciar um terceiro *incluído*, ou seja, para além da dualidade ser/não ser deveria existir um *entre* no qual o barbeiro, aquele que só faz a barba daqueles que não podem fazer a própria barba, faria a própria barba.

Há um barbeiro numa aldeia que faz a barba a todas as pessoas que não se barbeiam a si próprias e apenas a essas. Quem faz a barba ao barbeiro? Se ele se barbeia a si próprio, então não se barbeia a si próprio, mas se não se barbeia a si próprio, então barbeia-se a si próprio (BLACKBURN, 2007, p. 320, *apud* GONDIM; GOMES, 2016, p. 1).

O que fizemos, então, foi incluir o terceiro, para além do verdadeiro e do falso e da *lei do terceiro excluído*,¹²⁶ a fim de conceber o paradoxo como algo viável, não nos importando que fosse ou não contraditório, mas tomando-o como um maquinário que possibilitasse uma criação de novos possíveis. Assim, adentramos uma fissura na essencialidade do rigor e pudemos perguntar: *o que acontece aí?*

Assumindo que o rigor *era* o barbeiro – já que, em ambos os casos, ele sempre desaparecia quando o assunto era barbear-se a si próprio (ou, o que enxergávamos como equivalente, dar rigor a si próprio), permitimo-nos perguntar: quem faz a barba do rigor? Em outras palavras, “quem ou o que subjetiva o próprio rigor?” (GONDIM; GOMES, 2016, p. 2).

O que pudemos perceber foi que, na tentativa de *definir* rigor, há sempre uma invocação a algo de fora, que sempre transcende as próprias práticas rigorosas e habita um

¹²⁶ “Em lógica, a lei do terceiro excluído (em latim, *principium tertii exclusi* ou *tertium non datur*) é a terceira de três clássicas Leis do Pensamento. Ela afirma que, para qualquer proposição, ou esta proposição é verdadeira ou sua negação é verdadeira”. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_terceiro_exclu%C3%ADdo>. Acesso em 17 jan. 2020.

não lugar em relação àquilo sobre o que é necessário estipular-se rigoroso ou não. Algo ou alguém que faz e se faz crivo no intuito de atestar essa rigorosidade. Nas palavras dos autores, “o rigor é o sistema formalizado e a proposição é válida a partir desse sistema, deste rigor. De modo que é substanciada pela forma. Formalização que forma. Valida formas” (GONDIM; GOMES, 2016, p. 4, grifo nosso). Um rigor *auto-rigorizante* que desaparece quando não está rigorizando, que faz com que toda busca por sua essência sempre leve a uma inexistência – inexistência essencial de um sujeito que barbeia o barbeiro por barbear somente quem não pode barbear-se sozinho. Paradoxo que nos fez vibrar e criar. A saída? Perguntarmos: “*que rigor acontece nas fissuras das linhas de força que sustentam essa matéria substancializada?*” (GONDIM; GOMES, 2016, p. 6). A resposta, novamente, nos levava a um mesmo pensamento: *um rigor discursivo*.

O necessário, parafraseando os autores, foi incluir o barbeiro em sua própria barbearia, não como uma essência, mas como um *acontecimento*. Um *acontecimento discursivo*. Um sujeito *do discurso*. Nas palavras dos autores:

[...] o barbeiro se barbeia e não existe pela sua essencialidade, mas pelas práticas discursivas que o fazem aparecer e desaparecer. Um barbeiro piscante. Um barbeiro que é na medida em que acontece, um barbeiro que se dá em constante devir. Rigor-devir. E eis um novo paradoxo: o rigor só acontece, o rigor só permite que as coisas sejam cristalizadas, enrijecidas, solidificadas porque, ele mesmo, é totalmente maleável. Rigor-mole. Uma prática que se dá em meio a um conjunto de relações de poder que faz desse território, desses vilarejos, desse castelo, um lugar localizado por sua realza, por sua posição régia, maior. Uma prática discursiva que se torna, ela mesma, uma relação de poder, na medida em que subjetiva, que cerceia, que arrebatava seguidores, que segrega, que estria (GONDIM; GOMES, 2016, p. 10).

Para entendermos melhor o que está sendo exposto, é interessante observarmos a forma pela qual Foucault (2015b) compreende os conceitos de *enunciado*, *sujeito*, *objeto* e *conceito* relacionados ao próprio conceito de enunciado.

Sobre Enunciados

Para Michel Foucault, enunciado

não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma **função de existência** que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2015b, p. 105, grifo nosso).

O que achamos importante nessa definição para o que estamos propondo é averiguar que o enunciado *não é* uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem (ou *speech act*) (FOUCAULT, 2015b, p. 104). Também não é um elemento tal como um objeto material, palpável; “trata-se, antes, de uma **função** que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não” (FOUCAULT, 2015b, p. 105). No entanto, segundo Deleuze (2017), um enunciado não pode ser apresentado “fora” de uma palavra, de uma frase ou de uma proposição. Um enunciado sempre é “carregado” por um desses elementos. Tomemos um exemplo e perguntemos: a frase “A *Análise*” carrega enunciados?

Fizemos esse exercício em GOMES (2019), quando pensamos acerca do enunciado “A *Análise*” e sobre as séries discursivas¹²⁷ que, com ele, estabelecem relação quando nos lançamos no terreno da História da Matemática. De maneira geral, conseguimos encontrar, pelo menos, seis séries que se relacionam e são, elas mesmas, relações com/na *A Análise*. São elas:

a) *A Análise como função de práticas de composição*, em que se pode perceber a *Análise* como um processo de decompor uma situação ou um objeto em seus elementos fundamentais – tal como um químico que encontra as moléculas constituintes de determinado composto (processo este que pode ser encontrado em dicionários atuais).

b) *A Análise como função de práticas de Geometria: análise e síntese*, em que, assim como o enunciado anterior, pressupõe o movimento de decomposição (análise) e um movimento oposto, a síntese. Em outras palavras, *A Análise* estaria relacionada a um regime que toma um *método* de descoberta e demonstração de soluções e verdades no âmbito geométrico. Na obra de Pappus (290-350 a.C.), mais especificamente, no quarto livro de sua *Coleção*, é possível vislumbrar *A Análise* como “um método, parte de um processo que

¹²⁷ Sobre esse termo, remetendo-nos a Foucault (2015b), houve um tempo em que a *arqueologia* era considerada como a disciplina dos monumentos mudos, ou seja, em que a história pregava os monumentos do passado para tentar compreendê-los e fazê-los, de alguma maneira, falar. Segundo Foucault, em nossos dias, a história se volta para uma arqueologia que faz a *descrição intrínseca do monumento*. Em outras palavras, o pensador diz que “sendo dada a série, tratava-se de precisar a vizinhança de cada elemento. De agora em diante, o problema é construir séries: definir para cada um seus elementos, fixar-lhe os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para construir séries de séries, ou ‘quadros’” (FOUCAULT, 2015b, p. 9, grifo nosso). Em nossa visão, compreendemos que Foucault está fazendo uma relação muito íntima com séries matemáticas, sendo fundamental a compreensão e, mais que isso, a **construção** da lei de formação dessas séries e a descrição das relações possíveis entre outras séries. Assim, o termo *série discursiva* representa a construção desse complexo emaranhado de elementos que se relacionam uns com os outros, a partir de uma (ou várias) lei(s) de formação e que podem se relacionar com outras séries discursivas, fazendo aparecer o que o pensador chama de *períodos históricos*.

assume algo como já encontrado e, através de regressões sucessivas, torna possível encontrar algo proveniente daquilo que foi assumido; segue-se este processo até que se encontre algo conhecido ou assumido como primeiro princípio, de forma que a síntese é seu caminho inverso” (GOMES, 2019, p. 387).

c) A Análise como função de práticas algébricas, em que se percebe que, na segunda metade do século XVIII, segundo Enros (1981), tornou-se “moda” na Europa Continental – principalmente por meio dos trabalhos de Euler (1707-1783), Lagrange (1736-1813) e, tendo como um dos precursores, Viète (1540-1603) – tratar com o termo *analítico* aqueles conhecimentos que tivessem relação com a manipulação formal de equações ou expressões (ENROS, 1981, p. 136). Assim, em vez de ser tratado como um *método de descoberta*, passou a relacionar-se com práticas de *estilo*, tendo como oposto o *estilo sintético*.

d) A Análise como função de práticas metodológicas do Cálculo Diferencial e Integral, em que se pode perceber, talvez com maior clareza, que a distinção entre a *nova análise*, estilística, mas baseada em processos geométricos, foi dando lugar a uma *análise algébrica*, havendo negação dos processos geométricos como que se carregassem o estigma de serem inferiores num sentido de dar credibilidade a alguma demonstração e busca pela verdade. O Cálculo foi o vetor principal pelo qual esse enunciado pôde se estabelecer como constituinte das práticas discursivas relacionadas a esta análise. Nas palavras de Berggreen et. al. (2011, *apud* GOMES, 2019, p. 391),

desde Viète, a análise se referia geralmente a métodos matemáticos que empregavam equações, variáveis e constantes. Com o extensivo desenvolvimento do cálculo por Leibniz e sua escola, a análise passa a ser identificada como todos aqueles assuntos relacionados ao cálculo. Além dessa associação histórica, houve um sentido mais profundo de que os métodos analíticos eram fundamentais para a nova matemática (grifos e tradução do autor).

É interessante notar, assim como Gomes (2019), que, além da mudança e da reconfiguração dos objetos e das próprias funções enunciativas que se relacionavam com o enunciado *A Análise*, o estilo analítico passou a fazer parte dos *fundamentos* da matemática que estava sendo desenvolvida, ou seja, este estilo passou a ser considerado imprescindível no tratamento de suas próprias estruturas.

e) A Análise como função de práticas limitantes infinitas, em que *A Análise* passa a relacionar-se com práticas daquilo que ficou conhecido como *limite*. Além disso, conceitos como o de *função* passaram a associar-se intimamente com o enunciado em questão. Ressaltam-se os trabalhos de Cauchy (1789-1857), mais especificamente o seu *Cours*

d'Analyse (publicado em 1821), que, segundo Abel (1802-1829), “deve ser lido por todo analista que deseja rigor em investigações matemáticas” (apud GOMES, 2019, p. 394, tradução do autor).

f) *A Análise como função de práticas estruturantes de um corpo ordenado completo*, em que faz relação com uma concepção de número real totalmente diferente daquela entendida por Cauchy e seus contemporâneos. Podemos dizer que esse enunciado estabelece relações com o que ficou conhecido como *aritimetização da análise*, tendo como alguns sujeitos relacionados Weierstrass (1815-1897), Dedekind (1831-1916), dentre outros. A *Análise* passa a estabelecer relações muito próximas com aquilo que conhecemos hoje por meio de livros clássicos da disciplina de Análise – Lima (2014), por exemplo. Agregada a isso, temos a teoria dos conjuntos de George Cantor (1845 – 1918), seguida dos axiomas de Ernst Zermelo (1871 – 1953) e de Adolf Fraenkel (1891 – 1965) junto ao axioma da escolha (teoria ZFC), que se tornou um sistema de axiomas que livrava a teoria ingênua dos conjuntos de paradoxos, sendo o mais famoso deles o paradoxo de Russell (que se desdobra no paradoxo do barbeiro mencionado anteriormente).

Pensemos, agora, no seguinte: “uma série de signos se tornará enunciado com a condição de que tenha com ‘outra coisa’ (que lhe pode ser estranhamente semelhante, e quase idêntica [...]) uma relação específica que se refira a ela mesma – e não à sua causa, nem a seus elementos” (FOUCAULT, 2015b, p. 107). Sob essa perspectiva, o que acontece com a série de signos *A A N Á L I S E*? Seria possível a essa série *devir* enunciado, demandando essa relação específica?

Já é possível perceber que a resposta é afirmativa. No entanto, nas palavras de Deleuze (2017), extrair enunciados de palavras, frases ou proposições é algo extremamente difícil, que demanda um ato de *rachar* as palavras, as frases e as proposições, tal como o marisqueiro racha a ostra para arrancar-lhe uma pérola. Ao fazer isso, o arqueólogo (aquele que pratica a arqueologia foucaultiana) não estaria interessado, como dissemos, num significado, num sentido ou num referente. De outro modo, estaria interessado em descrever sob quais regras (se é que existem) essa série de signos pode estabelecer relações com ela mesma e com outras coisas. Construir uma série discursiva que seja, ela mesma, relação, a partir da relação estabelecida pelo enunciado (que é todo relação) e esses conjuntos de signos.

Sobre isso, entendemos que, tal como a operação de construir um *Corpo Sem Órgãos* descrita por Deleuze e Guattari (2012a), que demanda uma lima muito fina em detrimento de golpes de martelo – correndo-se o risco, se formos muito brutos, de fazer desfalecer aquilo com o que estamos lidando –, arrancar um enunciado de uma série de signos é algo delicado

que demanda precisão quase cirúrgica – e, infelizmente, não fomos treinados para termos mãos de médico. No entanto, nos aventuramos.

Imaginemos que seja possível colocar esses signos “*A Análise*” diante de Pappus, Cauchy e Dedekind, ou seja, tomamos uma folha de papel em branco e escrevemos unicamente *A Análise*, cada um em sua língua, entregando para cada um deles. Que discursos seriam produzidos pelos ilustres sujeitos a partir dessa mesma frase? Que enunciados seriam arrancados a partir do *rachamento* dessa frase quando entrasse em relação com a discursividade de cada um?

É muito importante observarmos que, ao propor esse exercício, não estamos interessados em significados para o termo. Muito menos em que os sujeitos exponham suas opiniões para que seja possível *entender o contexto histórico* em que viveram. Contexto, da maneira como é tratado usualmente, demanda transcendência, algo que abraça o dito e dá condições de existir. O que queremos é imanência, é engendramento, ou seja, fazer aparecer as *regras* pelas quais é permitido que Pappus pronuncie seu discurso quando é atravessado pela frase *A Análise*, bem como Cauchy e Dedekind. Descrever quais *linhas de força* habitam esse dito e que permitem que somente esse discurso, e nenhum outro em seu lugar, possa ser pronunciado.

Tais regras estão impregnadas no próprio ato da fala, na própria frase, e permitem que o discurso seja proferido: assim, entendemos, junto a Deleuze (2017), que, em vez de utilizarmos a terminologia *contexto*, é mais interessante pensarmos num *regime*, num *regime de dizer*, o qual é **condição** de todas as ideias de uma época. Da mesma forma, para Deleuze (2017), um regime de ver é uma **condição** de tudo o que faz uma época, sendo *saber* uma não relação¹²⁸ entre o enunciável e o visível, o qual opera por *capturas múltiplas* de visibilidades e enunciados.

Temos, então, uma primeira virada em relação ao senso mais comum atrelado ao conceito de contexto histórico: no nível enunciativo, um regime de dizer, de falar, é **condição** para que seja possível falar aquilo que se fala. Repetimos: é condição. Em outros termos, nas palavras de Deleuze (2017, v.1, p. 28),

tudo o que se pensa em uma época, todas as ideias de uma época supõem seu regime de enunciados. Os enunciados não são ideias dentre outras, tampouco as

¹²⁸ Deleuze (2017) utiliza o termo *não-relação* por compreender que entre o enunciável e o visível há uma diferença de *natureza*, de maneira que não podem se relacionar de maneira alguma. É como se estivessem em duas dimensões diferentes aquilo que é dito e aquilo que é visto. No entanto, há algo que pode ultrapassar os limites dessas duas dimensões e descrever essa não-relação: o poder, que não é forma, é informe e habita outro plano – o plano das relações de força. Falaremos disso mais adiante.

simples comunicações entre ideias. São as **condições** para o desdobramento de todas as redes de ideias que operam em uma época (grifo nosso).

Nesse caminho, algo acontece: se os enunciados são as condições para o “desdobramento de todas as redes de ideias que operam em uma época” (DELEUZE, 2017, v. 1, p. 28), são esses enunciados (ou seja, essas relações funcionais) que permitem que existam os sujeitos do discurso, os seus objetos e seus conceitos. Parafraseando Deleuze (2017), o enunciado seria uma função primitiva, uma função enunciativa $F(x)$; seu sujeito seria sua primeira derivada $f'(x)$; seu objeto, sua segunda derivada $f''(x)$; e, seu conceito, sua terceira derivada $f'''(x)$. Assim, para o pensador (pensando junto a Foucault), sujeito, objeto e conceito *derivam do próprio enunciado*, são *funções derivadas* do mesmo.

Sobre isso, destacamos (ainda fazendo relação com o conceito de contexto) que, para Foucault (2015b, p. 110), a todo enunciado relaciona-se um *correlato*, ou seja, um “conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas”. Esse correlato (ou sua ausência) não é da mesma natureza do que um referente para uma proposição ou um indivíduo para um nome próprio. Foucault está falando num sentido de *referencial*, que “não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’; mas de **leis de possibilidade**, de **regras de existência** para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2015b, p. 110, grifos nossos). Novamente, a ideia de funções derivadas da própria função enunciativa. E assim, temos que

o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível *enunciativo* da formulação, por oposição ao seu nível gramatical e a seu nível lógico; [...] (p. 110-111).

Voltando ao nosso exemplo do encontro dos grandes pensadores com a folha de papel, em que a frase *A Análise* estaria escrita: o *referencial* de Pappus, por exemplo, (ou seja, as condições que permitem que se reconheçam esses signos como uma frase e os relacionem a algo de sua realidade) não é o mesmo que o de Cauchy e Dedekind, justamente porque as leis, as regras de formação para os discursos pronunciados sofreram alterações para cada um deles no decorrer do movimento histórico.

Não estamos pensando que, por mudança no contexto histórico em que viviam, passaram a pensar de outra forma, ou seja, por conta de uma mudança de paradigma de

pensamento de uma época é que houve alteração no *significado* da frase *A Análise*. Entendemos, de outro modo, que não estamos num mesmo limiar discursivo, num mesmo regime, quando acionamos os ditos de Pappus, de Cauchy e de Dedekind, pois há diferentes referenciais para cada um deles, o que constitui relações e leis de formação diferentes para um mesmo conjunto de signos. Sendo assim, entendemos que não é o contexto que dita o que pode ser falado ou não; é justamente o contrário: é o que pode ser falado que é **condição** para que um contexto, ou melhor, um referencial, possa estabelecer relações com aquela função enunciativa e permitir que discursos possam ser proferidos.

Mas, podemos pensar: quem diz o que é dito? A resposta mais simples: um sujeito. Um sujeito que, para Foucault (2015b), não opera segundo a ideia mais geral de autor. O sujeito do enunciado é uma *função determinada*, uma função derivada do próprio enunciado, como dissemos – que, não necessariamente, é a mesma função deste. Uma função que pode ser exercida por vários indivíduos em relação a um único enunciado ou, então, por um mesmo indivíduo que ocupa diferentes posições em uma série de enunciados, assumindo o papel de diferentes sujeitos. Em outras palavras, o **sujeito do enunciado é uma função vazia** (FOUCAULT, 2015b, p. 113, grifo nosso), é um **lugar a ser ocupado** por determinado(s) indivíduo(s).

Em termos de relação funcional, a função sujeito, derivada da primitiva enunciado, é um lugar no qual o indivíduo assume o papel de variável. Ou seja, o sujeito enunciativo é um lugar que fica esperando *alguém* tomar a posição. Não é meramente um autor, mas, sim, qualquer outro indivíduo, desde que este assuma o valor de x na $f'(x)$, isto é, desde que assuma a **posição** de sujeito enunciativo e passe a ser, ele mesmo, relação. Novamente, sujeito do enunciado é um lugar a ser ocupado.

Retomando nosso exemplo, quando Cauchy fala sobre *A Análise*, ele está assumindo a posição de sujeito do enunciado (um discurso que tem suas próprias leis de formação junto ao enunciado e ao seu referencial). Um sujeito do enunciado que é produzido pelo próprio discurso que está falando – Cauchy deriva do discurso que estabelece relação com *A Análise*. *Um Cauchy que não é de carne e osso*, como podemos pensar quando lemos uma de suas obras ou mesmo um livro de História da Matemática mas, sim, *um Cauchy totalmente discursivo*, que é derivado dos enunciados que se relacionam e são, eles mesmos, relação com essa derivada. *Derivada-Cauchy*. De outro modo: o discurso sobre *A Análise*, com suas leis de formação, relacionado a um referencial, permite que exista um lugar a ser ocupado (o sujeito do enunciado), o qual Cauchy, porventura, dentre tantos outros, assume. Cauchy deriva de *A Análise*. O mesmo acontece com Pappus e Dedekind, em nosso exemplo.

Foucault (2015b, p. 114) dá exemplos para o que entende sobre sujeito do enunciado: ele fala sobre o sujeito da proposição “duas coisas iguais a uma terceira são iguais entre si”, que seria uma posição absolutamente neutra, indiferente ao tempo e ao espaço, e também comenta que a frase “já demonstramos que...”, para ser enunciada, precisa de um conjunto de outros enunciados, relacionados entre si, já devidamente produzidos. Neste caso, existiria um tempo demonstrativo, cujos momentos anteriores jamais se perdem e que devem ser respeitados para que seja possível proferir o tão famoso C.Q.D. Assim, para Foucault (2015b, p. 114), sujeito do enunciado é o “conjunto desses requisitos e possibilidades; e não o descreveremos como indivíduo que tivesse, realmente, efetuado operações”, mas, sim, um *indivíduo discursivo*. Um sujeito do enunciado que, novamente,

é um **lugar** determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la (FOUCAULT, 2015b, p. 116, grifo nosso).

Assim, descrever uma formulação enquanto enunciado é “determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2015b, p. 116). Novamente: *sujeito deriva do enunciado*.

E quanto ao objeto do enunciado? O que seria esse objeto *A Análise* de que tanto ouvimos falar? Como tomá-lo discursivamente?

Inicialmente, vale salientar que, para Foucault, uma função enunciativa não pode se exercer sem que haja um domínio associado, ou seja, um campo adjacente que se relaciona com o próprio enunciado. Para o pensador, seria diferente se retirássemos uma frase ou uma proposição de seu contexto natural: continuaria a ser reconhecida como tal. A função enunciativa necessita de uma *margem colateral*, ou seja,

um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por ‘contexto’ – real ou verbal –, isto é, do conjunto de elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam sentido (FOUCAULT, 2015b, p. 118).

Sendo assim, o campo associado é uma *trama complexa* que, segundo Foucault (2015b, p. 120), constitui-se de a) uma série de outras formulações; b) um conjunto de formulações a que o enunciado se refere; c) um conjunto das formulações cuja possibilidade

ulterior é propiciada pelo enunciado; d) um conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão. Em outras palavras, “uma sequência de elementos linguísticos *só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular*” (FOUCAULT, 2015b, p. 120, grifo nosso). E, assim, antes de adentrarmos a materialidade do enunciado, é necessário estender a compreensão acerca do próprio enunciado. Para Foucault:

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] não há nenhum [enunciado] que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (ou proposição) figura em um ponto definido, com uma posição determinada, em um **jogo enunciativo que a extrapola**. [...] O **enunciado**, longe de ser o princípio de individualização dos conjuntos significantes (o “átomo” significativo, o mínimo a partir do qual existe sentido), **é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e se acumulam** (2015b, p. 120-121, grifo nosso).

Como dito, enunciado é regra de formação. É função que relaciona e que tem derivadas e, além disso, para além de um princípio de individualização de conjuntos significantes, é exatamente o que situa essas unidades num espaço de dispersão e acumulação.

Mas, também é necessário que enunciado tenha *existência material*: “um enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2015b, p. 123). Para o pensador, há *enunciação* sempre que um conjunto de signos é emitido, de maneira que duas pessoas podem falar a mesma coisa ao mesmo tempo e, mesmo assim, haver duas enunciações. Mesmo no caso de uma única pessoa repetir a mesma frase, serão várias enunciações diferentes. “A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir” (FOUCAULT, 2015b, p. 123). No entanto, essa singularidade deixa passar certo número de constantes, o que permite (quando se neutraliza o momento da enunciação e as coordenadas que o individualizam), reconhecer a forma geral de uma frase, por exemplo.

Tomemos o exemplo de vários volumes de um mesmo livro. São várias cópias, materialidades totalmente diferentes (pois a tinta é diferente, o papel é diferente, etc.). Mesmo com essas diferenças, as quais podem ser neutralizadas, é possível perceber uma identidade no enunciado de modo a viabilizar o surgimento de outro aparentemente idêntico. Segundo Foucault (2015b, p. 125), “um livro [...] é um lugar de equivalência exata para os enunciados, uma instância de repetição sem mudança de identidade”.

Sobre essa identidade do enunciado, Foucault mostra que está submetida a um segundo conjunto de condições e também de limites: “os que lhe são impostos pelo conjunto dos outros enunciados no meio dos quais figura; pelo domínio no qual podemos utilizá-lo ou aplicá-lo; pelo papel ou função que deve desempenhar” (FOUCAULT, 2015b, p. 126).

Desse modo, retomando nosso exemplo acerca do enunciado *A Análise*, percebemos que, quando a enunciação é feita pelos três sujeitos que elencamos, repetindo o “mesmo” enunciado, o que muda não é o sentido da frase, mas, sim, “a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de revestimento, o campo da experiência e verificações possíveis, de problemas a ser resolvidos, ao qual podemos remetê-las” (FOUCAULT, 2015b, p. 126). Deste modo, o “enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 2015b, p. 128)

Os pensamentos de Deleuze ajudam na compreensão acerca dessa circulação que se relaciona ao *objeto do enunciado*. Para o pensador, o que Foucault diz é que, de maneira distinta da proposição, por exemplo, o enunciado **circunda-se do mundo**. “Cada enunciado tem o próprio objeto discursivo, o que não é o objeto referido na proposição” (DELEUZE, 2017, v. 5, p. 26). Sendo assim, em nosso exemplo, a Análise não é o objeto *da Análise*. De outra forma, “o objeto discursivo é o mundo do qual se circunda um certo enunciado na sua diferença com relação a qualquer outro enunciado” (DELEUZE, 2017, v. 5, p. 26).

O objeto do enunciado é o limite da variação inerente. [...] O objeto do enunciado é aquele que corresponde ao enunciado como regra de passagem. [...] é, literalmente, o limite das linhas de variação que trabalham o enunciado, ou, se preferirem, o objeto muito preciso que corresponde ao campo de vetores¹²⁹ correspondentes ao enunciado. [...] O objeto do enunciado não é nunca mais geral do que o próprio enunciado, ele está no mesmo nível do enunciado. Ademais, deriva do enunciado, é a segunda função derivada do enunciado (a primeira é o lugar do sujeito). O lugar do objeto do enunciado é a segunda dimensão. Ao pé da letra, o objeto do enunciado está no limite do campo de vetores. Isso tem um ar mais confuso do que a história do sujeito, mas é exatamente a mesma coisa (DELEUZE, 2017, v. 5, p. 26).

Ou seja, a Análise, objeto do enunciado *A Análise*, é sua segunda derivada – outro lugar a ser ocupado que também é função, a qual se relaciona ao enunciado (função primitiva)

¹²⁹ Segundo Deleuze (2017, v. 5, p. 9), “um enunciado é inseparável de um campo de vetores, estes sendo as flechas direcionais por meio das quais o enunciado não cessa de passar de um sistema a um outro sistema, deste para um terceiro, ou retornar ao primeiro [...]. E, do mesmo modo, o enunciado é variação inerente, a variação intrínseca por meio da qual eu passo sem cessar de um sistema a outro. Não é enunciado homogêneo. **A heterogeneidade é a regra do enunciado.**” (grifo nosso).

e com outros enunciados que o margeiam e formam seu campo enunciativo. De posse do sujeito do enunciado – aquela função vazia que é lugar a ser ocupado – aderimos mais uma função, mais um lugar à espera de variáveis: a função objeto do enunciado.

Sobre o conceito do enunciado, já sabemos que não é o significado da palavra. Segundo Deleuze (2017, v. 5, p. 26), se fôssemos adotar uma concepção clássica de proposição, poderíamos dizer que o “conceito é a variável extrínseca que remete a constantes intrínsecas ou a significantes”. Mas, o que poderíamos compor quando assumíssemos o conceito *do* enunciado, ou seja, um *conceito* discursivo?

Já vimos que é a terceira derivada do enunciado, a qual Foucault, segundo Deleuze (2017), vai chamar de esquema *pré-conceitual*. Em outras palavras, “*o conceito próprio ao enunciado é exatamente o **cruzamento** de sistemas homogêneos*, de sistemas onde cada um é homogêneo, mas heterogêneo entre eles. Ele está no cruzamento dos sistemas homogêneos pelos quais o enunciado passa” (DELEUZE, 2017, v. 5, p. 27, grifo nosso).

E nos dá um exemplo: imaginemos a AIDS. Claro que, antes de ser designada por esses signos, existia. Mas seus sintomas estavam distribuídos em diversas outras doenças. Sendo assim, a AIDS é, sobretudo, um agrupamento de sintomas que, até então, permaneciam dissociados. Não era uma coisa que estava escondida e que precisou ser descoberta, pelo contrário: os sintomas já existiam, já eram visíveis, já estavam ali, ainda que a AIDS não, uma vez que ainda não havia sido enunciada. Foi necessário um agrupamento de sintomas – ou de regras de formação. Então, conceito de um enunciado também é função desse enunciado, outro lugar a ser ocupado, função terceira derivada, que está em relação de interdependência com suas próprias regras de formação e distribuição.

Retomando nosso exemplo e, fazendo uma analogia com o exposto por Deleuze acerca da AIDS, *A Análise* existia para Pappus, para Cauchy e para Dedekind segundo um agrupamento de “sintomas” que fizeram com que Análise se tornasse conceito (técnica de busca por verdades, estilo que se relaciona aos conceitos de limite e função, ou mesmo fundamento para os números reais). Nos três casos, o que tivemos foram agrupamentos e reagrupamentos daquilo que circundava práticas (ou seja, um conjunto de regras de formação, disseminação, permanência e desaparecimento) que, em determinado momento, passaram a ter uma materialidade designada por Análise. Materialidade que se dá no cruzamento de heterogeneidades que, a partir de uma forma de diferenciação, encontra indícios de identidade para esse objeto e para agrupamentos que servem de domínio para seu conceito, visto como função.

Assim, pensamos já ter o necessário para seguir: **enunciado** é função de existência que pertence aos signos; **sujeito do enunciado** é sua primeira derivada, função vazia a ser ocupada por indivíduos variáveis; **objeto do enunciado**, sua segunda derivada, materializa-se em objeto por ser, ele próprio, limite de variação inerente ao próprio enunciado como regra de passagem; já **conceito do enunciado**, sua terceira derivada, é a própria relação que se estabelece no cruzamento de sistemas homogêneos nos quais o enunciado (heterogêneo) passa e se materializa.

Junto a esses pensamentos, voltemo-nos ao *rigor discursivo* do início deste ensaio: rigor materializa-se enquanto enunciado, ou seja, é função de existência, na medida em que se dá no ato de fala acerca deste rigor. Tem seu sujeito discursivo, que não é senão um lugar a ser ocupado pela variável que diz dar rigor a algo não rigoroso ou mesmo a que diz que a Análise é rigorosa por tradição. Possui seu objeto discursivo que é, ele próprio, uma relação derivada do enunciado rigor e que é estabelecida no limite diferencial que dá a ele uma identidade rigorosa. Carrega um conceito, relação estabelecida no cruzamento de sistemas homogêneos por onde a heterogeneidade do rigor pede passagem e atravessa. Rigor discursivo. Barbeiro que faz a própria barba num *outro lugar*.

Devir-Roberta

Após navegar pelas águas do enunciado e ter evidenciado um *rigor discursivo*, o próximo passo seria estabelecer como seguiríamos. No caminho, mais um movimento adjacente, quando, em Gomes (2018), *Gabriel* pediu passagem em meio a relações entre uma licencianda e um certo barbeiro.¹³⁰

Gabriel foi estudante de em um sexto ano do Ensino Fundamental em que lecionei, e foi ele que inspirou a composição de um *Gabriel* discursivo, o qual estabeleceu relações com outro sujeito discursivo, *Beth*, uma “aspirante à operadora de tinteiro” (ou uma licencianda em matemática), como traz Gomes (2018). Beth é autor defasando-se,¹³¹ em puro devir,

¹³⁰ Nestes escritos navegamos novamente pelas águas do barbeiro de Gondim e Gomes (2016), só que, agora, de forma a materializar sua prática rigorosa em sua própria barbearia através de uma estética de escrita ficcional.

¹³¹ Em Gomes, Chisté e Gondim (2019) vemos que o conceito de defasar (no francês, *déphaser*), composto por Simondon (2005), é uma maneira de descrever o ato de expressar-se em fases, como a *pré-individual*, a *individual* e a *coletiva*, e é muito próximo do conceito de *devir* deleuzeano, já que Deleuze compõe junto a Simondon. Pensamos esse defasar-se num sentido de liberdade, de entrar em devir, num defasar-se do ser para tornar-se outra coisa, numa espécie de libertação. Sobre isso, ou seja, sobre uma libertação da liberdade, Larossa (2002, p. 117) diz que “abre[-se] um devir que não é senão um espaço de uma liberdade sem garantias, de uma liberdade que não se sustenta mais sobre nada, de uma liberdade trágica, de uma liberdade que não pertence à história, mas que inaugura um novo começo, de uma liberdade libertada. Sob o signo da criança, a

permitindo-se livrar-se do *eu* e tornar-se sujeito do enunciado, um ser da linguagem, um *diz-se*. Um “Falo”. Um lugar a ser ocupado, como vimos – ou, como passamos a *sentir*: um corpo a ser encarnado, povoado, *possuído*. Devir-Beth que encontra Gabriel e é atravessada, afetada por ele. Em meio a isso, o barbeiro segue escutando a história de Beth e almejando a única coisa que lhe interessava: arrebatara mais uma seguidora de seus preceitos, fazer com que Beth seguisse os passos do pai e pudesse, ele mesmo (o barbeiro), aparar os pelos de sua fina *cútis*. Neste atravessamento composto junto com Beth-Gabriel é possível ver que:

Ele [Gabriel] não reparou minha presença. O vazio aiônico que me invadia era tremendo, como uma vastidão sem preenchimento. Seu olhar distante voltado para o quadro, como se conseguisse ver através dele, era constante. Ele praticamente não piscava. Fixava o olhar no quadro e reproduzia em sua folha de papel o que lá estava escrito. A seu modo, por óbvio. Não me contive e perguntei a Gabriel o que estava traçando ali, pedi para que traduzisse alguns daqueles traços para mim, para que eu pudesse averiguar o que estava ocorrendo entre sua mente e o que era representado na folha. Gabriel, ao ouvir minhas palavras, apenas balbuciou algo que não consegui compreender, algo parecido como um não sei gutural. Parecia não fazer ideia do que estava nas páginas, era como se apenas reproduzisse os traços de maneira aleatória, da forma que gostaria que fosse, da forma que os músculos de suas mãos desejavam, e somente aquilo. Todo o resto parecia ser composto por detalhes que interessavam somente àqueles preocupados com a forma, com a estética, com as curvas e desníveis de ondulações sobrepostas em terrenos delimitados. Para Gabriel, o que transparecia importar era o preenchimento da folha com seus traços característicos, e mais nada – somente estar ali e permanecer ali, olhando para frente e para baixo, para frente e para baixo, para frente e para baixo, para... (GOMES, 2018, p. 42-43).

liberdade não é outra coisa senão a abertura de um porvir que não está determinado nem pelo nosso saber, nem pelo nosso poder, nem por nossa vontade, que não depende de nós mesmos, que não está determinado pelo que somos, mas que se indetermina ao que virmos a ser. A liberdade é a experiência da novidade, da transgressão, do ir além do que somos, da invenção de novas possibilidades de vida”. Assim, esse defasamento, esse devir-infância rumo à transgressão e à invenção é o que queríamos.

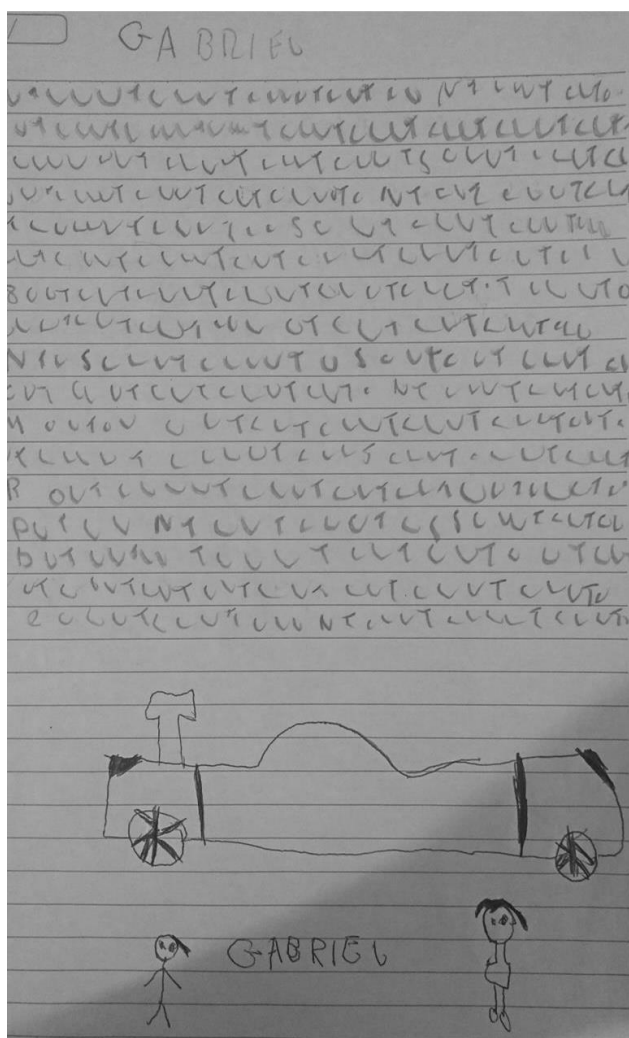


Figura n: O traçado de Gabriel (GOMES, 2018, p. 42)

Gabriel nos possuiu e permitiu contemplar uma luta que poderíamos travar no que estávamos compondo: uma batalha contra o artigo definido masculino de *o rigor*, esse termo que deposita nas práticas rigorosas – mesmo sendo relações com sujeitos, objetos e conceitos discursivos – a vestimenta da identidade e a impressão que carrega uma essência inquebrável. Um artigo definido masculino que aponta para o que o rigor é, ou seja, um artigo identitário que, para o que estávamos querendo, deveria desaparecer para dar lugar ao impessoal, a fim de que as próprias palavras, o próprio discurso pudesse falar sem a intromissão de qualquer outra coisa. Procurávamos um “Falo”: ato de falar, mas desprovido de um sujeito previamente estabelecido.

Para Foucault, o “*Falo*” é uma espécie de liberdade do estritamente pessoal. Utilizando um exemplo encontrado em Levy (2011, p. 57-59), podemos ver que:

Enquanto o “penso” cartesiano é uma expressão reflexiva por excelência, uma vez que remete a um sujeito soberano, o “falo”, por sua vez, extingue qualquer

possibilidade de reflexão. “Falo” é uma sentença que carrega um grande paradoxo: o *eu* que a pronuncia não é um *eu* idêntico a si, pois é um *eu* que não representa um sujeito, que não se refere a si mesmo. [...] “Falo” é uma frase intransitiva, que não tem sujeito nem objeto. Não há quem a pronuncie, da mesma forma que não há aquilo de que se fala.

Novamente, era necessário que o *eu* (no caso o Ele, o Narrador, o *moi* em francês, egoico) e também o *Autor* (*eu*, *Je*, pessoal) donos da verdade, desaparecessem, permitindo expor o *ser da linguagem*, o qual “não aparece senão quando desaparece o sujeito” (LEVY, 2011, p. 59). Não era necessário somente evidenciar que o rigor era discursivo. Precisávamos dar conta de tornar nós mesmos sujeitos do discurso e fazer com que outros tomassem esse lugar a ser ocupado.

Gabriel nos permitiu adentrar o campo do sensível e proporcionou afetos em meio a práticas de rigor que envolvem professores de Matemática da Educação Básica, os quais frequentaram cadeiras de Análise em sua formação. Existem muitos Gabrieis, denominados como analfabetos, que inventam a própria escrita e que ficam à espera de quem os ouça e tente compreender. Vozes próprias, autênticas, gritando com o silêncio de sua caixa de ressonância para aqueles que conseguirem escutar esse murmúrio quase anônimo, que não acontece senão num movimento de defasar-se. Precisávamos das vozes de Gabriel nos escritos; precisávamos lidar com a luta contra o artigo definido masculino. Precisávamos de um devir. Um devir-criança. Um *devir-mulher*, para além de uma organicidade, de um *eu*. Um “*Falo*”, impessoal, que simplesmente falasse enquanto estivesse falando para dar voz à multiplicidade que pedia passagem.

Devir-Roberta. Foi junto a esse devir que tentamos operar. Um devir-corpo-tese-Roberta que, por mais que possam pensar que foi pré-concebida, na verdade, foi aparecendo, ou melhor, *acontecendo* no decorrer das linhas, de modo autóctone. Roberta nos possuiu, entrou em nossos corpos e nos tensionou, nos torceu, nos forçou a produzir modos de existência: devir-Roberta encarnou na ponta dos dedos e solicitou outros ritmos nos momentos em que pediu passagem. Devir-Roberta compõe-se das vozes que ecoam e que pedem para atravessar os ditos e os escritos. Muitas vozes, que estavam gritando desde muito tempo e que encontraram voz nesse sujeito discursivo que ocupou seu lugar na derivada da função enunciativa, a qual recebeu o nome em homenagem a um ser humano que vive, existe e resiste, e que se transformou em Roberta em nossa pesquisa de Mestrado, para a qual deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

Devir-Roberta devém mulher, não é masculino – era necessário que não fosse, pois a luta dava-se justamente contra o artigo masculino, contra outro tipo de *falo*. Precisávamos de

resistência, alguém que precisava falar, mas que estava calada, não por vontade própria, mas por conta das circunstâncias que a circundavam – algo muito parecido com o conceito de *literatura menor* de Deleuze e Guattari (2017), quando compõem junto aos trabalhos de Franz Kafka. Precisávamos escutar o *murmúrio do mudo*.

No entanto, como salientam Gomes, Chisté e Gondim (2019), de nada adianta

colocar um ‘vestido’ e nada mudar. Fantasiar-se de mulher e nada provocar. Um devir mulher não se faz diante de nossos olhos, mas de nossos corpos. Às vezes, nos vestimos de mulher, mas a forma de homem (dominadora, aniquiladora, colonizadora, majoritária) continua lá, coberta por uma camada enganadora. Se *faz de*, se *faz passar por...* mas continua pesado, um fardo (GOMES; CHISTÉ; GONDIM, 2019, p. 704).

Os afetos com Roberta (e com todos os outros que povoam as páginas) permitiram compor espécies de *agenciamentos coletivos de enunciação*, de maneira que fosse possível “escrever como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, posição 759), numa tentativa de compor uma fala muda, pronunciada por alguém *menor*.

Uma *literatura menor* necessária, pois pensávamos, junto a Deleuze e Guattari (2017, posição 782), que, assim como Gabriel e Roberta, “quantas [outras] pessoas hoje vivem uma língua que não é a sua? Ou então não conhecem mesmo mais a sua, ou não ainda, e conhecem mal a língua maior do que são forçados a se servir?”. Tínhamos conosco vários Gabrieis, várias Robertas, num corpo vibrando por um escape, de forma que imaginávamos ter, ao menos, alçado alguns voos por meio da construção de uma linguagem literária que, pensamos, compõe-se num vazio, em “um exterior no interior do qual ela [a linguagem literária] não para de falar: o eterno escoamento do fora” (FOUCAULT, 2001, p. 73, *apud* LEVY, 2011, p. 68).

Para Deleuze e Guattari (2017, posição 755), são três as características da literatura menor: a) a desterritorialização da língua; b) a ligação do individual no imediato-político; e c) o agenciamento coletivo de enunciação. Sobre essas três características, atreladas entre si, é que vamos compor a partir de agora.

Roberta não sabe o que é Análise, isto é, ela não está no nível do *saber* – das *formas* das visibilidades e dos enunciados. Não há formalidade para Roberta. Ela se encontra no plano do *poder*, pois o que temos é disforme, não tem definição: “eu não sei o que é Análise” devem exercício de poder que faz com que Roberta, assim como Estela (uma das outras vozes que ecoam), mesmo não sabendo, sintam que está lá. Uma relação de forças que coloca todos

nós numa “rede da qual ninguém escapa [... sendo que o poder] é o elemento informal que **atravessa** as formas do saber [visibilidades e enunciados]” (LEVY, 2011, p. 81, grifo nosso).

Para Foucault, poder é uma relação de forças móveis (assim como o saber se dá por uma não relação entre as formas do visível e do enunciável) que, por serem móveis, são informes e não estratificadas (LEVY, 2011, p. 80). Ninguém é titular do poder, pois ele se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro. Sendo assim, “não se sabe ao certo quem o detém [o poder]; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1982, p. 75, *apud* LEVY, 2017, p. 81).

Não saber o que é Análise está no nível do poder justamente porque Roberta se coloca como não detentora do *poder* que permite conhecer. Do mesmo modo, Estela, ao falar que sabe que “tem alguma coisa lá”, permite que suspeitemos de todo um diagrama de forças que a coloca como não possuidora desse poder aclarador da *coisa* que está lá. Da mesma maneira vemos acontecer com Daniel, ao concluir que, pelo professor ter um “nível de universidade”, ele está lá e “eu estou aqui”. Uma passagem para outro plano é o que passa a ser operada, em que a *relação Poder-Saber* foucaultiana é invocada:

um complexo Poder-Saber que une os diagramas [relações de forças] e os arquivos [que são audiovisuais, ou seja, compostos pela não relação entre visibilidades e enunciados]. As relações de forças virtuais dos diagramas são atualizadas, isto é, ganham forma nos arquivos de duas maneiras: no visível [...] e no dizível [...]. Toda relação de forças é uma relação de poder, e toda força tem um duplo poder, que é o de ser afetada (receptividade) e o de afetar (espontaneidade). As relações de poder não têm forma e são relações diferenciais que determinam singularidades (afetos). Além disso, colocam “em contato matérias não formadas (receptividade) e funções não formalizadas (espontaneidade)”. Pode-se assim afirmar que o diagrama das forças é virtual, uma vez que é constituído de forças não visíveis e não dizíveis, e que ele se atualiza nas duas formas do saber. Essas forças sem forma do diagrama são forças num puro devir, forças difusas, indeterminadas, multipontuais, que podem se atualizar somente na dimensão dos arquivos (LEVY, 2011, p. 82).

Nas palavras de Deleuze (2017, v. 8, p. 16-17), essa passagem do saber ao poder dá-se por meio de uma operação de integração:

passa-se do saber ao poder na medida em que o enunciado forma o saber, é uma integral, opera integração de singularidades e é apenas no final que percebemos que essas singularidades como tais mantinham relações de poder umas com as outras. Em outras palavras, o saber é a integração das relações de forças no sentido mais geral, relações de forças entre coisas, entre pessoas, entre letras, entre luz, entre sombra e luz, entre tudo o que vocês quiserem.

Poder: uma máquina que é quase muda e cega (LEVY, 2011, P. 82). É o que faz todos nós (Gabriel, Roberta, Estela, Daniel e vários outros) ver e falar. Percebemos, então, que passamos a caminhar (aliás, nunca deixamos de estar) nas linhas de força do poder, no momento em que o Autor deixa de ser, ou seja, passa a *não ser* para que Roberta atravesse, deslize e ocupe. Uma possibilidade de falar a partir do próprio discurso. No entanto, tudo estaria acabado, pois compreendíamos que estávamos presos em relações de poder, nessa teia da qual ninguém escapa, que integra relações entre visível e enunciável, ou seja, formas do saber, para encontrar relações disformes de forças. O que fazer, a partir de então?

Encontrar um avesso. Um não lugar. Um fora: essa não relação que emerge do plano do poder. RESISTÊNCIA. Um “fora [que] está sempre resistindo ao poder. Por ser um espaço de virtualidades, de devires permanentes, o fora termina por constituir [...] uma não dimensão, um fora do poder que é sempre sua resistência” (LEVY, 2017, p. 87).

O rigor é discursivo. O rigor. O: artigo definido que se atualiza na forma de enunciado que, em sua relação com visibilidades, constituem O saber da disciplina de Análise. O rigor que ocupa o lugar de objeto discursivo, em vias de ocupar, também, o lugar de seu conceito. Rigor previamente escrito à direita de seu senhor, o artigo definido. Rigor discursivo, atualização de relações de forças. Poder.

Mas, a partir do momento em que travamos uma batalha tendo Roberta como uma máquina de guerra, buscamos arrancar o artigo masculino e sentir *Rigor*. Com efeito, um rigor que *não é*, porque não é identitário. Rigor que não pode ser sabido com antecedência, já que não tem forma visível nem enunciável. Rigor que não tem nenhuma *forma*. Rigor que se estabelece nas relações entre forças e está no plano do poder, disforme, mas que está em vias de escapar. Rigor que *acontece*. Rigor de Gabriel ao traçar suas linhas. Rigor de Roberta ao tomar a pena do Autor e falar. Apenas falar. Roberta fala. Roberta, simplesmente, fala. O pensamento do fora é um pensamento atrelado à resistência, é um pensamento da vida, “visto que a vida é potência do de fora” (LEVY, 2011, p. 87). “Resistir é tornar-se estrangeiro, estranho na própria cultura, é devir-menor, tornar-se nômade, exilado, errante” (LEVY, 2011, p. 137). Roberta, estrangeira, errante, que vive e que fala.

Segundo Levy (2011, p. 135), como vínhamos dizendo, o fora não é um conceito categórico, o qual é possível de ser explicado no interior dos limites do que chamamos de *conhecimento*. O fora é uma prática, “sempre em vias de se fazer.” Essa prática devém uma experiência, a qual tem por *estratégia* a resistência que, “na contramão da tradição racional, inaugura novas possibilidades éticas e estéticas de vida”. Deste modo, a questão que se coloca é justamente essa: como resistir? “Como transformar o que se encontra fixo e imóvel?”

(LEVY, 2011, p. 135). Em uma palavra: CRIAÇÃO. “Resistir é devir-outro, é despertar o outro que existe em nós mesmos, como o impensado que existe no pensamento” (LEVY, 2011, p. 137).

A partir da filosofia e da arte foi possível, então, atravessar a racionalidade e criar novos possíveis de maneira a alcançar essa linha do fora e tentar operar transformações por meio de estratégias de resistência. Estratégias essas que são históricas, porque acontecem e estão fincadas em estratos, mas que são, sobretudo, estratégias que permitem com que resistamos ao próprio agora. **Resistência ao presente**, que se disforma em *máquina de guerra*, como dissemos. Roberta-máquina-de-guerra.

Alcançar o fora traz potência. No entanto, é perigoso. Nesse caso, segundo Levy (2011), o perigo se dá porque a linha do fora é totalmente mortal, violenta e rápida, a qual nos arrasta para uma atmosfera irrespirável. Não há como viver na linha do fora, a velocidade é infinita. Então, resta-nos respirar num dentro para poder viver.

Assumindo que o *dentro é somente uma prega do fora*, ou seja, uma dobra na linha do fora que produz um dentro habitável (LEVY, 2011, p. 91), foi possível, então, assumirmos a barca como a própria dobra do mar e torná-la habitável para aqueles afetos que pedem passagem. Frágil pelo casco já quebradiço, carregou todos os corpos e permitiu-nos subjetivar, ou seja, “construir pregas, [...] vergar a força, dobrar o lado de fora. A subjetivação se faz, pois, por pregas” (LEVY, 2011, p. 91). É nessa prega que a Tese habita.

Construir uma dobra na linha do fora, tendo uma prega habitável, de maneira que seja possível afetar(-se), curvar forças e resistir. Esse movimento, segundo Levy (2011), permite que se ultrapasse o poder e seja possível **criar existência**. “Agora, não se trata mais de regras codificadas (relações entre formas), como no saber, nem das regras coercitivas (relações entre forças), como no poder, mas de regras facultativas (relação a si) que **produzem a existência como obra de arte**” (LEVY, 2011, p. 93, grifo nosso).

Assim, assumindo que **existir é resistir** (LEVY, 2011), a obra de arte acontece. Criação de mundos e novos possíveis, em que fluxos pedem passagem e escapam, a partir de círculos concêntricos, em torno disso que se mostra através dos signos: **Rigor sem Órgãos**.

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

RIGOR RIGOR RIGOR RIGOR
KICOB KICOB KICOB KICOB

EPÍLOGO

Uma didática da invenção¹³² (Manoel de Barros)

I

*Para apalpar as intimidades do mundo é preciso
saber:*

- a) Que o esplendor da manhã não se abre com faca*
 - b) O modo como as violetas preparam o dia para
morrer*
 - c) Por que é que as borboletas de tarjas vermelhas
têm devoção por túmulos*
 - d) Se o homem que toca de tarde sua existência num
fagote, tem salvação*
 - e) Que um rio que flui entre dois jacintos carrega
mais ternura que um rio que flui entre dois
lagartos*
 - f) Como pegar na voz de um peixe*
 - g) Qual o lado da noite que umedece primeiro.*
 - etc*
 - etc*
 - etc*
- Desaprender 8 horas por dia ensina os princípios.*

II

*Desinventar objetos. O pente, por exemplo. Dar ao
pente funções de não pentear. Até que ele fique à
disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha.*

Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.

III

¹³² Barros (2016, p. 13-22, na íntegra).

Repetir repetir – até ficar diferente.

Repetir é um dom do estilo.

IV

No Tratado das Grandezas do Ínfimo estava escrito:

Poesia é quando a tarde está competente para dalias.

É quando

Ao lado de um pardal o dia dorme antes.

Quando o homem faz sua primeira lagartixa.

É quando um trevo assume a noite

E um sapo engole a aurora.

V

Formigas-carregadeiras entram em casa de bunda.

VI

*As coisas que não têm nome são mais pronunciadas
por crianças.*

VII

No começo era o verbo.

Só depois é que veio o delírio do verbo.

*O delírio do verbo estava no começo, lá onde a
criança diz: “Eu escuto a cor dos passarinhos”.*

*A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
para cor, mas para som.*

*Então se a criança muda a função de um verbo, ele
delira.*

E pois.

*Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer
nascimentos —*

O verbo tem que pegar delírio.

VIII

Um girassol se apropriou de Deus: foi em Van Gogh.

IX

*Para entrar em estado de árvore é preciso partir de
um torpor animal de lagarto às 3 horas da tarde, no
mês de agosto.*

*Em dois anos a inércia e o mato vão crescer em
nossa boca.*

*Sofremos alguma decomposição lírica até o mato
sair na voz.*

Hoje eu desenho o cheiro das árvores.

X

Não tem altura o silêncio das pedras.

XI

Adoecer de nós a Natureza:

— Botar aflição nas pedras

(Como fez Rodin).

XII

*Pegar no espaço contiguidades verbais é o mesmo
que pegar mosca no hospício para dar banho nelas.*

Essa é uma prática sem dor.

É como estar amanhecido a pássaros.

Qualquer defeito vegetal de um pássaro pode

modificar os seus gorjeios.

XIII

*As coisas não querem mais ser vistas por pessoas
razoáveis:*

Elas desejam ser olhadas de azul —

Que nem uma criança que você olha de ave.

XIV

Poesia é voar fora da asa.

XV

*Aos blocos semânticos dar equilíbrio. Onde o
abstrato entre, amarre com arame. Ao lado de um
primal deixe um termo erudito. Aplique na aridez
intumescências. Encoste um cago ao sublime. E no
solene um pênis sujo.*

XVI

Entra um chamejamento de luxúria em mim:

*Ela há de se deitar sobre meu corpo em toda a
espessura de sua boca!*

Agora estou varado de entremências.

*(Sou pervertido pelas castidades? Santificado pelas
imundícias?)*

Há certas frases que se iluminam pelo opaco.

XVII

Em casa de caramujo até o sol encarde.

XVIII

*As coisas da terra lhe davam gala.
Se batesse um azul no horizonte seu olho entoasse.
Todos lhe ensinavam para inútil
Aves faziam bosta nos seus cabelos.*

XIX

*O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a
imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás
de casa.
Passou um homem depois e disse: Essa volta que o
rio faz por trás de sua casa se chama enseada.
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que
fazia uma volta atrás de casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.*

XX

Lembro um menino repetindo as tardes naquele quintal.

XXI

*Ocupo muito de mim com o meu desconhecer.
Sou um sujeito letrado em dicionários.
Não tenho que 100 palavras.
Pelo menos uma vez por dia me vou no Moraes ou
no Viterbo —
A fim de consertar a minha ignorância,
mas só acrescenta.
Despesas para minha erudição tiro nos almanaques:
— Ser ou não ser, eis a questão.*

Ou na porta dos cemitérios:

— *Lembra que és pó e que ao pó tu voltarás.*

Ou no verso das folhinhas:

— *Conhece-te a ti mesmo.*

Ou na boca do povinho:

— *Coisa que não acaba no mundo é gente besta
e pau seco.*

Etc

Etc

Etc

Maior que o infinito é a encomenda.

[Esse texto], a cada instante, ele se distancia, estabelece suas medidas de um lado e de outro, tateia em direção a seus limites, se choca com o que não quer dizer, cava fossos para definir seu próprio caminho. A cada instante, denuncia a confusão possível. Declina sua identidade, não sem dizer previamente: não sou isto nem aquilo. Não se trata de uma crítica, na maior parte do tempo; nem de uma maneira de dizer que todo mundo se enganou a torto e a direito; mas sim de definir uma posição singular pela exterioridade de suas vizinhanças; mais do que querer reduzir os outros ao silêncio, fingindo que seu propósito é vão – tentar definir esse espaço branco de onde falo, e que toma forma, lentamente, em um discurso que sinto como tão precário, tão incerto ainda.

— *Como?! Você pensa que eu teria tanta dificuldade e tanto prazer em escrever, que eu me teria obstinado nisso, cabeça baixa, se não preparasse – com as mãos um pouco febris – o labirinto onde me aventurar, deslocar meu propósito, abrir-lhe subterrâneos, enterrá-lo longe dele mesmo, encontrar-lhe desvios que resumem e deformam seu percurso, onde me perder e aparecer, finalmente, diante de olhos que eu não terei mais que encontrar? Vários, como eu sem dúvida, escreveram para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.*¹³³

¹³³ Foucault (2015b, p. 21, na íntegra).



134

¹³⁴ Obra de Heidi Taillefer. In: < <https://www.hierophant.com.br/arcano/posts/view/Hierophant/1910> > (cores alteradas). Acesso em 14 dez. 2019. Modificado para preto e branco.

SEQUESTROS, ROUBOS E ANTROPOFAGIA

A Vila. Direção de M. Night Shyamalan. Bela Vista: Disney, 2004. 108 min.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALEXANDER, A. **Infinitesimal**: a teoria matemática que revolucionou o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

AMARIS-RUIDIAZ, P. J. **Encontros e fluxos numa escola**: educadora matemática em potência de criação, fratura e resistência. 2018. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, Rio Claro (SP), 2018. 181 fls.

ANDRADE, O. de. O manifesto antropófago. In: TELES, G. M. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

ANGLIN, W. S. Matemática e História. In: **Revista da Sociedade Brasileira de História da Matemática – SBHMat**. Rio Claro/SP, vol. 1, n. 1. jan./jun. 2001. Tradução de Carlos Roberto Vianna. p.11-21.

ÁVILA, G. O Ensino do Cálculo e da Análise. In: **Revista Matemática Universitária**, São Paulo, n.33, p. 83-95, dezembro de 2002.

BALDINO, R. R. Grupos de Pesquisa-Ação em Educação Matemática. In: **BOLEMA**, Rio Claro (SP), v. 14, n. 15, 2001.

BARROS, M de. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguarda, 2016.

BARTON, B. **The Language of Mathematics**: telling mathematical tales. New York: Springer Science+Business Media, LLC, 2008.

BATARCE, M. S. **Um Contexto Histórico para Análise Matemática para uma Educação Matemática**. 2003. 52f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, UNESP, Rio Claro, 2003.

BECKETT, S. **Esperando Godot**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. *e-Book*.

BERKELEY, G. **De Motu and the Analyst**: A modern edition with introduction and commentary. Tradução de Douglas M. Jesseph. Raleigh: Springer & Business Media, 1992 [original 1743].

BICUDO, I. Platão e Matemática. **Revista Letras Clássicas**, n. 2, pp. 301-315, 1998.

BOLOGNEZI, R. A. L. **A Disciplina de Análise Matemática na Formação de Professores de Matemática para o Ensino Médio**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

BOTTAZZINI, U. **The Higher Calculus**: A history of Real and Complex Analysis from Euler to Weierstrass. New York: Springer-Verlag, 1986.

- BOURBAKI, N. The Architecture of Mathematics. In: **The American Mathematical Monthly**. v. 57, n. 4 (Apr., 1950), p. 221-232. In: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0002-9890%28195004%2957%3A4%3C221%3ATAOM%3E2.0.CO%3B2-S>>. Acesso em 16 nov. 2018.
- BOYER, C. B. **História da Matemática**. São Paulo: Edgar Blücher, 1974.
- BURGESS, J. P. **Rigor and Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- CALVINO, I. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Planeta de Agostini, 2003.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CIANI, A. B.; RIBEIRO, D. M.; JÚNIOR, M. A. G. Formação de Professores de Matemática: um Ponto de Vista de Egressos. In: **Anais do IX Encontro Gaúcho de Educação Matemática**, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006.
- CORAZZA, S. M.; TADEU, T. Manifesto por um pensamento da diferença em educação. In: CORAZZA, S. M.; TADEU, T. **Composições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 9–17.
- COURANT, R.; ROBINS, H. **O que é Matemática?** Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2000.
- DAVIS, P. J.; HERSH, R. **A Experiência Matemática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- DELEUZE, G. **Michel Foucault: as formações históricas**. Tradução de Claudio Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: n-1 edições e editora filosófica poética, 2017. 8 volumes.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (e-Book).
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 3**. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 5**. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2. Vol. 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIEUDONNÉ, J. **Foundations of Modern Analysis**. New York and London: Academic Press, 1969.

FLYNN, T. Foucault's mapping of history. In: GUTTING, G. **The Cambridge Companion to Foucault**. Cambridge University Press, 1994. p. 28-46.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**: na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FOUCAULT, M. **O belo perigo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FOUCAULT, M. 1968 – Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. 1966 – O pensamento do Exterior. In: **Estética**: literatura e pintura, música e cinema (Coleção Ditos e Escritos, III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 219-242.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FREGONESE, N. **Como Escrever um Livro**: o guia completo. Adriano Fregonese, 2016. (e-Book).

GARBINER, J. V. **The origins of Cauchy's rigorous calculus**. Mineola: Dover, 2005.

GARNICA, A. V. M. **Fascínio da Técnica, Declínio da Crítica**: um estudo sobre a prova rigorosa na formação do professor de Matemática. 1995. 258f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1995.

GOMES, D. O. Uma reflexão histórica acerca de rastros discursivos deixados pelo enunciado “Análise”. **Com a Palavra, o Professor**, Vitória da Conquista (BA), v. 4, n. 1, p. 377-400, jan.-abr., 2019.

GOMES, D. O. Nas dobras de Práticas de Licenciatura em Matemática: um Exercício Narrativo Antropofágico de Rigor. **Alexandria**: Revista de educação, ciência e tecnologia, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 33-54, dez., 2018.

GOMES, D. O. **A Disciplina de Análise segundo Licenciandos e Professores de Matemática da Educação Básica**. 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro (SP), 2013.

GOMES, D. O.; CHISTÉ, B. S.; GONDIM, D. M. Contextos e Sem-textos: Uma Formação de Professoras (de Matemática) para Todos e para Ninguém. **Perspectivas em Educação Matemática**, Campo Grande (MS), v. 12, n. 30, p. 695-708. dez., 2019.

GOMES, D. O.; OTEROR-GARCIA, S. C.; SILVA, L. D. da.; BARONI, R. L. S. Quatro ou mais pontos de vista sobre o ensino de Análise Matemática. **BOLEMA**, Rio Claro, v. 29, p. 1242-1267, dez., 2015.

GONDIM, D. M.; GOMES, D. O. 'Ser e não ser: eis a questão?': nas dobras de línguas traídas, um pensar educação matemática. **ClimaCom** [Online], Campinas, ano 5, n. 11, abr., 2018. In: < <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=8893>>. Acesso em 21 jan. 2019

GONDIM, D. M.; GOMES, D. O. Entre definições, teoremas e demonstrações: discursos de rigor ou rigor(es) discursivos? In: **Anais XII Encontro Nacional de Educação Matemática**, 2016, São Paulo. XII Encontro Nacional de Educação Matemática – XII ENEM, 2016.

KAFKA, F. Um relatório para a Academia. In: KAFKA, F. **Um Médico Rural**: pequenas narrativas. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 57-68.

LAPOUJADE, D. **As Existências Mínimas**. São Paulo: n – 1 edições, 2017.

LARROSA, J. A Libertação da Liberdade. Para Além do Sujeito. In: LARROSA, J. **Nietzsche & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 81-126, 2002.

LEVY, T. S. **A experiência do fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LIMA, E. B.; DIAS, A. L. M. A Análise Matemática no Ensino Universitário Brasileiro: a Contribuição de Omar Catunda. **BOLEMA**, Rio Claro, v. 23, n. 35, p.453-476, abr. 2010.

LINS, R. C. Matemática, Monstros, Significados e Educação Matemática. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. C. (Orgs). **Educação Matemática**: pesquisa em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 92-120.

MARTINES, P. T. **O papel da disciplina de Análise segundo professores e coordenadores**. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2013.

MENEGHETTI, R. C. G. **Constituição do saber matemático**: reflexões filosóficas e históricas. Londrina: EDUEL, 2010.

MIARKA, R. Descrições em Etnomatemática: descrevendo "a matemática de uma prática" ou "uma prática matematicamente"? **Revista Latino-americana de Etnomatemática**, v.6, n.2., p.35-47, 2013.

MIARKA, R. **Etnomatemática**: do ôntico ao ontológico. 2011. 427f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro (SP), 2011.

MOREIRA, P. C.; CURY, H. N.; VIANNA, C. R. Por que Análise Real na Licenciatura? **Zetetiké**, Campinas, n.23, p.11-42, 2005.

MOREIRA, P. C.; VIANNA, C. R. Por que Análise Real na Licenciatura? Um paralelo entre visões de Educadores Matemáticos e de Matemáticos. **BOLEMA** [online]. 2016, vol. 30, n. 55, p. 515-534.

NEWTON, I. **Principia**: Princípios Matemáticos de Filosofia Natural – Livro I. 2. ed. Vários tradutores. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

NIETZSCHE, F. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: **Nietzsche**: obras incompletas. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 51-60.

NIETZSCHE, F. **O crepúsculo dos ídolos**: ou, A filosofia a golpes de martelo. Tradução de Edson Bini e Márcio Publiesi. São Paulo: Hemus, 1976.

NIVEN, I. M. **Números**: racionais e irracionais. Tradução de Renate Watanabe. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1984.

OTERO-GARCIA, S. C. **Uma Trajetória da Disciplina de Análise e um Estado do Conhecimento sobre seu Ensino**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, UNESP, Rio Claro (SP), 2011, v. 1.

PASQUINI, R. C. G. **Um Tratamento para os Números Reais via Medição de Segmentos**: Uma Proposta, Uma Investigação. 2007. 209 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, UNESP, Rio Claro, 2007.

PINTO, M. M. F.. Discutindo a Transição dos Cálculos para a Análise Real. In: LAUDARES, J. B.; LACHINI, J.. **A Prática Educativa sob o Olhar de Professores de Cálculo**. Belo Horizonte: Fumarc, 2001. p. 123-145.

REIS, F. da S. **A Tensão Entre Rigor e Intuição no Ensino de Cálculo e Análise**: a visão de professores-pesquisadores e autores de livros didáticos. 2001. 302f. Tese (Doutorado) – FE/Unicamp, Campinas (SP), 2001.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina – Editora da IFRGS, 2016.

ROLNIK, S. Despachos no Museu. In: RAGO, M., ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 309-324.

ROLNIK, S. Subjetividade Antropofágica. In: HERKENHOFF, P. PEDROSA, A. (ed.). **Arte Contemporânea Brasileira**: um e/entre Outro/s, XXIVª Bienal Internacional de São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998, p. 128-147.

ROQUE, T. **História da matemática**: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANTOS, J. R. V. **Legitimidades possíveis para a formação matemática de professores de matemática**: Ou: assim falaram Zaratustras: uma tese para todos e para ninguém. 2009. 360p. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP, 2009.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SCHOPENHAUER, A. **A Arte de Escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

SILVA, J. de L. Genealogia, história e perspectivismo: contra a origem e a finalidade das coisas. In: **Revista Trágica**: estudos sobre Nietzsche. Vol.1. n. 2. pp. 142-151.

SILVA, L. D. da. **Conhecimentos presentes na disciplina de Análise nos cursos de licenciatura em Matemática no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP – 2015.

SOARES, E. F.; FERREIRA, M. C. C.; MOREIRA, P. C. Números reais: concepções dos licenciandos e formação matemática na licenciatura. **Zetetiké**. Campinas, v. 7, n. 12, p.99-117, 1999.

SOLER, R. D. V.; KAWAHALA, E. A potência de viver: Deleuze e a arte. In: **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 29, p. 1-8, 2017.

SOUZA, A. C. C. et al. Diretrizes para a Licenciatura em Matemática. In: **BOLEMA**. Rio Claro: IGCE-UNESP, ano 06, n. 07, 1991. (pp. 90-99).

SOUZA, L. G. S. **Como Alunos do Curso de Licenciatura em Matemática que já Cursaram Uma Vez a Disciplina de Cálculo Diferencial e Integral Lidam com Alguns Conceitos Matemáticos Básicos**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, UEL, Londrina, 2003.

THOM, R. Son las matematicas “Modernas” um error pedagogico y filosofico? In: PIAGET, J. y otros. **La enseñanza de las matemáticas modernas**. HERNÁNDEZ, J. (org). 3 ed. Madrid: Alianza Editorial, 1986, p.115-129.

VEYNE, P. **Os gregos acreditavam em seus mitos?**: ensaio sobre a imaginação constituinte. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ZORDAN, P. Máquina de guerra em dez aforismos. In: **Carbono**: natureza, ciência e arte. Dossiê temático: Guerra. Rio de Janeiro. n.º 06. Abr. 2014.

DESPACHOS DE COLHEITAS

— O que vocês, Autor e Narrador, entendem por *pesquisadores*?

— São aqueles que desenvolvem pesquisa, Roberta.

— E o que é uma pesquisa?

— É aquilo que os pesquisadores desenvolvem.

— Meus queridos, isso está parecendo algo do tipo: “Quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha?”. É possível que sejam mais claros? Podem falar mais sobre isso?

Mesmo que diversas correntes filosófico-metodológicas se esforcem para especificar de maneira clara e objetiva o que é uma pesquisa, pode ser muito mais produtivo negar toda classificação *a priori* e refletir a pesquisa a partir de um único axioma:

Axioma: *à pesquisa está atrelado pelo menos um sujeito que pesquisa.*

Uma pesquisa não aparece de lugar nenhum. Não acontece por si mesma e, também, não se publica em uma revista de forma autônoma, autodescrevendo-se na brancura do papel editorial à espera de novos conhecimentos e descobertas. Seja lá o que for uma pesquisa, ela sempre é pesquisada por, no mínimo, um sujeito que desenvolve a pesquisa.

— Até aí tudo bem, concordo com vocês.

Nesse mesmo caminho argumentativo, seria possível recorrer a vários conhecimentos antropológicos no intuito de definir com certa precisão o que seria um pesquisador – ou tentar desenvolver uma taxonomia de sujeitos que se empenham em pesquisar, com todas as características que os separariam em categorias bem definidas denominadas pesquisador disto, pesquisador daquilo. Entretanto, um pesquisador só recebe este título se, em algum momento de sua existência, desenvolve alguma pesquisa, empenhando esforços rumo à obtenção de respostas diante de um questionamento que o perturba. O título de pesquisador somente é conferido àquele sujeito que faz pesquisa, e o objeto que assim denomina-se, pesquisa, é identificado conforme um pesquisador passa a lhe atribuir tal designação.

— Agora começo a ficar confusa. Afirmando tão categoricamente, não cairiam em alguma armadilha do tipo significante-significado? Ou mesmo do tipo causa-efeito? Existiram somente essas possibilidades de relação?

Mesmo sem dispor de uma definição clara e objetiva acerca do que é um sujeito pesquisador ou uma pesquisa propriamente dita, é possível perceber que ambos estão ligados por um cordão umbilical bilateral que, no momento em que se rompe, desintegra ambas as denominações, deixando de retroalimentá-los. Sem pesquisador, a pesquisa simplesmente passa a não existir. Sem a pesquisa, o pesquisador é somente um sujeito qualquer – pode ser qualquer coisa, menos pesquisador. Pesquisa e pesquisador, ligados por um fio de prata que delinea os limites de cada um, que detém as próprias definições para ambos.

— Mas, aí, a incumbência da relação seria dada a algo que transcende pesquisa e pesquisador, tomando a forma desse cordão umbilical. O cordão, por sua vez, não seria imanente à pesquisa e ao pesquisador e ocorreria junto a própria relação estabelecida? Se assim fosse, pesquisa e pesquisador aconteceriam enquanto a relação se estabelecesse e seriam, eles mesmas, a relação. Sejam mais claros!

Alguns sujeitos pesquisam porque têm gana por conhecer, debruçando-se sobre seus dados e referências no intuito de perseguir a sua pergunta muitas vezes denominada por *diretriz*. Também desenvolvem outros questionamentos no caminho rumo à elucidação do que é questionado, construindo métodos precisos que permitam encontrar respostas e articulá-las cientificamente para que sejam difundidas. Alguns o fazem de forma quase gratuita, recebendo como recompensa somente o orgulho de encontrar o Santo Graal tão cobiçado – ou, então, percebem que este cálice é como um horizonte: conforme se mostra mais próximo, maior a compreensão de que jamais poderá ser alcançado.

— Em qual desses encontra-se o Autor? Espere! Vocês estão classificando? E a conversa sobre a taxonomia? O que Ele tem a dizer sobre isso?

Por outro lado, existem sujeitos que pesquisam e são recompensados financeiramente pelos métodos empregados e pelos resultados obtidos, não necessariamente de forma disjunta àqueles citados anteriormente: são aqueles conhecidos comumente pela alcunha de bolsistas de produção – e, aqui, não estamos falando de aspirantes a pesquisadores. Aqueles que, em

busca de seus títulos, desenvolvem métodos para pesquisar, empenhando esforços e fazendo acontecer suas pesquisas, muitas vezes já finalizadas antes mesmo de iniciarem.

Aqui, falamos dos pesquisadores “de peso”, aqueles que são cravados nas linhas como senhores territoriais que precisam ser referenciados de qualquer maneira (ou seria reverenciados?) para que as pesquisas que ousarem utilizá-los em suas páginas tenham algum valor junto aos outros pesquisadores que poderão lê-las e utilizar, com muita cautela, o famigerado *apud*. Simples defesa de território, com ganas de ampliação de seus limites: “Quer citar meu santo nome e adentrar em minhas terras? Pague seu pedágio e as amplie, ou permaneça exatamente onde está!”.

— Pensando dessa forma, vocês estão fechando num único território a possibilidade de reconhecimento através da obrigação da citação. Não há autores que não citam? Esquecem-se daqueles que foram usados por aqui? Deixam-me confusa e, ao mesmo tempo, transtornada (mais do que já conseguiram me deixar) quando adotam essa posição de fixar uma única forma de ser, quando sabemos, todos nós por aqui, que sempre há como retirar do uno e criar coisas outras. Seria mesmo somente vaidade? Seria mesmo uma questão de pedágio? Por que não poderia ser um chamado para uma composição, como também vimos acontecer por aqui?

Enfim, novamente: pesquisadores são aqueles que desenvolvem pesquisa e pesquisa é aquilo que é desenvolvido por pesquisadores. Uma relação em que se atribui um nome a um sujeito e a um objeto, à proporção que ocorre a própria relação de pesquisa: *identidade condicionada*. Mas, como é possível perceber essas designações que definem aquilo que é (ou que parece ser)?

— Ah sim, o problema da identidade...

Enquanto o sujeito comprometido com o ato de pesquisar está sob as sombras produzidas por sua luminária, detrás da tela que hospeda o vasto mundo a ser concebido, nada se sabe acerca do que está sendo desenvolvido, das ideias que pairam sob o olhar atento daquele que constrói o projeto inicial. Se já for um pesquisador reconhecido por pesquisas anteriores, nada se saberá acerca de suas indagações inéditas até o momento em que divulgue sua pesquisa – mas, deste, sempre é possível esperar algo, já que, na maioria das vezes, segue uma linha bem estabelecida e definida.

Entretanto, se for um sujeito que não possui pesquisas publicadas, não será possível identificá-lo como pesquisador, bem como denominar pesquisa o objeto sobre o qual se debruça. Tudo será um limbo de possibilidades e só passará a ser olhado e percebido no momento em que o sujeito expor aos seus pares aquilo que está fazendo. Em que começar a explicitar seus pensamentos sobre o que o move diante do que o incomoda e do que o deixa sempre em estado de indagação. A partir do momento em que discursos passam a ser pronunciados e reproduzidos, disseminados no interior de um círculo no qual aquilo que está sendo pesquisado possa valer alguma coisa e consiga ser empregado em outras pesquisas – ou, então, para que o território daquele campo simplesmente se amplie.

— Mas, e a relação do pesquisador consigo mesmo? Sempre será preciso o aval de um outro (pesquisador ou não) para se considerar como tal? Ou ele pode se autodenominar pesquisador? Estamos falando de uma submissão a uma área régia, a qual precisa abençoar o sujeito, a fim de torná-lo pesquisador, ou de uma possibilidade de subjetivação a si mesmo e a modos de ser que não dependem de nada externo para ocorrer? E as pesquisas que são feitas em sigilo e que nunca serão publicadas? Pensem: como integrante disso tudo, eu, Roberta, não sei, desde que entrei por aqui, que isso devir pesquisa? Sinto que há outros caminhos que podem ser percorridos, meus estimados parceiros de linhas...

Mesmo que não tenhamos uma clara definição para pesquisador nem para pesquisa, é possível identificar uma relação que se estabelece entre sujeito e objeto, uma vez que os discursos acerca do que aquele está fazendo com este passam a ser pronunciados e ouvidos. Ou seja, uma pesquisa pode passar a ser conhecida no momento em que o pesquisador a assume diante de seus pares, começa a produzir falas acerca do que pensa, a pedir opiniões, a participar de reuniões com outros que pensam de acordo com a mesma linha que ele, a expor em congressos, seminários e (se conseguirem) em revistas indexadas, todo o rio que margeiam com suas reflexões.

— E porque não poderiam simplesmente navegar pelo rio? Por que precisariam sempre margeá-lo?

Podemos refletir: antes mesmo de se pronunciar acerca do que está fazendo ou pensando, uma espécie de *essência* da pesquisa já não estaria habitando aquele sujeito que pesquisa? Antes de haver conjecturas acerca de algo se tornar ou não objeto de pesquisa, tal

objeto a ser pesquisado já não estaria à espera do sujeito ideal, olhando-o sob um ângulo que tornaria possível o ato de pesquisar e a identificação do pesquisador, bem como a alcunha para aquele objeto, qual seja, a pesquisa? Em outras palavras: a relação que permite a existência de pesquisa e pesquisador já não estaria pairando pelos ares, tal como um cupido, energia preexistente à paixão que os une, desatando a flechar pesquisadores em potencial para que se apaixonem por seus – agora – objetos de pesquisa?

Caso a resposta às indagações seja afirmativa, então é certo que há vários futuros objetos de pesquisa pairando por entre os sujeitos, pesquisadores em potencial, apenas aguardando aqueles que se tornariam pesquisadores de fato, os quais os agarrariam a fim de suprir suas necessidades. E, se assim fosse, a tomada de consciência acerca da existência e do reconhecimento de uma pesquisa já não estaria condicionada aos discursos pronunciados por algum sujeito que já está pesquisando, mas sim, a um ato anterior de se encontrar uma relação (biunívoca?) entre objeto de pesquisa (existente a priori, mas incubado) e pesquisador (igualmente incubado). Uma relação estampada num fundo discursivo que antecederia qualquer discurso sobre a pesquisa, constituído por uma espécie de adubo que faria germinar pesquisadores e pesquisas no instante em que entrassem em contato, copulando.

— Gostei da ideia do cupido, mas, novamente, aparece o problema do transcendental: quem seguraria o arco e a flecha?

Desse modo, em meio a uma espécie de vale cheio de névoa, no qual essa possível dualidade traz insegurança e faz pensar para que direção dar o próximo passo, é possível pensar se esses apontamentos conturbados indicarão a parte mais sombria do vale, onde seres contraditórios vivem em constante devaneio, ou então uma planície, mesmo que mínima, onde o vento corre liberto de obstáculos. Como vislumbrar: 1) se uma pesquisa passa a ser conhecida a partir dos discursos que são pronunciados pelo pesquisador e seus pares, ou 2) se pesquisa e pesquisador seriam, ambos, estados de espírito condicionados à existência de uma espécie de essência funcional que os interliga, designando-os no mesmo instante em que ocorre a relação?

— Acho que percebeu que chegamos a uma bifurcação, não é, Roberta? Ou seguimos adiante, deixando de lado esses delírios aparentemente contraditórios, ou desbravamos cada canto escuro e perturbador do vale. Qual caminho escolher?

— Eu poderia apontar vários, muitos! Mas, gostaria de ver onde querem chegar. Fiquem à vontade.

— Poderíamos propor que fôssemos cada um para um lado, com a esperança de que, ao final, pudéssemos nos encontrar e dividir as nossas experiências.

— Acho que esse caminho seria por demais interessante. Façamos?

— Seria o caso, mas poderia ocorrer que um de nós se perdesse em meio a tantas raízes espinhosas, a tanta luz ou à falta dela. Seria iluminada alguma parte do vale das contradições? Restariam pontos de sombra nas planícies ensolaradas da certeza? Encontraríamos-nos ao final da jornada? Ou cada qual entraria num dentro próprio, inundado de convicções?

— Isso só saberíamos quando determinássemos o final da jornada.

— Chega de conjecturas. Tua mão se prende à minha, é claro que vamos juntos!

— Não é tão claro, não! Na verdade, não é nada claro! Posso sair daqui agora mesmo e nunca mais voltar. Se estou aqui é porque adentrei essas linhas por vontade própria. E se aqui permaneço, é porque estou gostando de ficar. No entanto, aceito o convite – feito de uma maneira bem rude, devo dizer. Aceito porque quero, não porque me prende. Na verdade, creio que é o contrário que acontece...

— Pegue a minha mão.

— Pegue você a minha!

— Que seja. Posso lhe garantir uma coisa: seja agora ou em outro momento, aqui ou lá, ontem, hoje ou amanhã, pisaremos em várias trilhas de tijolos multicores. Sentaremos aqui, olharemos um nos olhos do outro e compartilharemos visões e discursos de desbravamento de terras selvagens e formosas.

— Estou fazendo isso faz tempo. Acho que é você, ou melhor, você e Ele, que precisam se dar conta disso.

Pesquisadores pesquisam e, para isso, questionam e conversam e dividem pontos de vista e opiniões e compartilham e escrevem e publicam e orientam e pesquisam e escrevem e publicam e escrevem projetos de pesquisa que são avaliados por agências de fomento e

seguem os editais e recebem bolsas segundo sua produção e conseguem bolsas para os alunos que também passam a ser aspirantes a pesquisadores e continuam pesquisando e escrevendo e publicando e engordando.

Na relação estabelecida entre pesquisa e pesquisador, a qual, pensamos, um dos modos de ser percebida é por meio de discursos pronunciados acerca do objeto da pesquisa por parte do sujeito da pesquisa, há práticas naturalizadas, as quais devem ocorrer para que aquilo que o sujeito esteja fazendo seja instituído e reconhecido como uma pesquisa e para que ele, o sujeito, possa ser chamado de pesquisador.

Mesmo que o reconhecimento possa se dar prematuramente à dispersão dos discursos acerca do que se pesquisa e de quem pesquisa, parece que essas práticas são utilizadas para solidificar a relação entre sujeito que pesquisa e objeto da pesquisa, como que se o fio de prata que os une fosse da espessura de uma teia de aranha e precisasse, constantemente, ser reforçado, no intuito de a relação continuar ocorrendo.

Uma dessas práticas é conhecida por coleta de dados: colheita de frutos mal amadurecidos que deverão ser envolvidos no jornal dos ditos e dos escritos do sujeito que pesquisa para que amadureçam e possam compor o corpus da pesquisa a ser concebida, tornando-se um ou vários órgãos de um corpo delimitado pelas alvas margens do manuscrito.

Frutos a serem cultivados, mesmo rompidos dos galhos que os geraram e misturados a frutos de outras espécies em um balaio sobre a escrivaninha daquele que pesquisa. Num relance, mete a mão no interior do cesto e apanha o máximo que consegue. Agarra com toda a força aquilo que foi colhido e passa a pincelar suas retinas conscientemente reflexivas e carregadas de múltiplas perspectivas sobre o fino epicarpo que envolve as sementes, no intuito de extrair alguma polpa que lhe renda o precioso nanquim a germinar os poros de celulose e conceber, com muita saúde e prosperidade, seus descendentes idem e ibidem.

Desse modo, mesmo não estando totalmente preparados para serem colhidos, são arrancados de sua fonte de vida e passam a ter utilidade unicamente para a extração do caldo: a partir do momento em que estão nas mãos daquele que pesquisa, deixam de ser frutos e passam a ser somente objetos inertes, já sem vida: *dados*. Cabe ao pesquisador, ao estilo de Dr. Victor Frankenstein, ao lidar com sua criação, encontrar meios para organizar aquela massa disforme, deixando-a o máximo possível apresentável; para isso, injeta impulsos elétricos que iluminarão a tinta fluorescente e darão condições para que a obra corra livre pelos belos campos da academia – mas, nunca pisando o gramado, já que nenhum senhor territorial, ainda, fez o grandioso obséquio de monografar a pele virgem de sua face prefácica.

Não há problema em arrancar os frutos das árvores que os sustentam, muito menos em extrair o precioso caldo de suas fibras, visto que há comitês que, após muita análise, permitem que essa prática efetive-se e perpetue-se a cada nova extração. Com alguns papéis, assinaturas e pessoas escolhidas a dedo, tudo pode ocorrer nas terras em que os frutos ficam suspensos: o sujeito que pesquisa chega ao local combinado, exhibe os documentos a quem queira inspecionar e está feito: a época de safra passa a ter início. Que sejam coletados os frutos, para que se tornem matéria-prima de pesquisas!

Ao término da coleta, muito é devorado pelo pesquisador: ocorre que este tem fome durante o processo, não resistindo ao ato de abocanhar alguns frutos que julga de segunda linha para aquilo que se propõe a fazer. Outros frutos, com formato irregular, mas que aparentam possuir alguma polpa, são guardados para que, em momento oportuno, possam ser espremidos. No entanto, é necessário guardá-los em um *freezer*, visto que o tempo fora dos galhos pode fazer com que se deteriore e percam por completo suas propriedades.

Geralmente, ficam armazenados durante uma vida inteira, esquecidos ao fundo do congelador, pois aqueles que consomem as páginas luminosas querem o frescor de frutas colhidas na hora, almejando que tudo pareça naturalmente novo e atual – frutas velhas não servem para nada, a não ser para serem exibidas, vez ou outra, a algum dos pares que possa visitar o congelador em busca de algo para beber e pergunte do que se trata aquela mistura congelada.

Não importa o que esteja perseguindo, qual seu questionamento ou mesmo sua preferência em relação a certos frutos ou sabores. Pesquisadores parecem sempre almejar dados, tal como formigas apreciam açúcar: é algo que os atrai, fonte renovadora do sangue em suas veias. Algo que os fazem fugir de/para si mesmos, para longe, o mais perto possível do jogo inerte das palavras acerca das coisas que cirandam e aderem ao papel a partir da pressão da ponta de seus dedos. Aquelas que não ficam totalmente cravadas esvaem-se com o tempo e com outras colheitas. Importa, novamente, a qualidade do que é produzido com as polpas frescas sempre extraídas a cada nova empreitada.

E para aqueles que pensam em produzir o nanquim a partir de frutas desconhecidas, colhidas do próprio quintal, fica um aviso: há olhos sedentos por flagrar tamanha afronta aos senhores de território, os quais almejam sempre frutos oriundos de terras distantes daquelas em que habita o sujeito que colhe, a fim de que contaminações sejam evitadas. Por mais que a maioria dos sabores já seja conhecida e a produção do néctar seja quase sempre uma reprodução dos métodos já empregados para espremer, aqueles que consumirão as palavras (e algumas coisas) gostam de reconhecer velhos sabores. Isso para não dizer dos senhores

territoriais anciãos, os quais reconhecem que muitos frutos foram colhidos dos pés que eles mesmos plantaram, com suas próprias mãos, nos solos epistemológicos explorados pelos novos pesquisadores. Difícil escapar – por isso, dizem que vale mais a pena continuar o processo: traz densidade ao caldo.

— Pode trazer densidade, mas onde fica a intensidade? Creio que há outras formas e que há sujeitos que nada têm de senhores territoriais e que lerão os escritos de um jovem pesquisador. Se estamos pensando na benção da magnânima ciência régia, área que delimita quem entra e quem sai, pode até fazer sentido o que dizem. Mas, de que importam os crivos? As linhas territoriais são meramente ilustrativas e os limites totalmente elásticos. O que acontece *sobre* a linha pode produzir coisas bem mais interessantes do que todos os eventos de um grande território. Uma única fruta, um único pedaço da casca de um fruto caído pode ter mais nanquim do que um pomar inteiro. Como saber sem *experimental*?

As colheitas deixam rastros: no mínimo, os galhos sem os frutos. Por mais que tentem ludibriar os guardiões das árvores frutíferas, dizendo que o que foi colhido será processado para a compreensão do crescimento e desenvolvimento das próprias árvores, e talvez até das próprias sentinelas, há sempre a desconfiança (velada ou explícita) daqueles que dão a anuência para que cada fruto seja colhido de suas terras e processado pelas mãos do sujeito que pesquisa: “O que essas pessoas estrangeiras querem com algo que cresce em meu terreno de forma tão rica e natural? O que querem fazer com frutas que chegam a cair do pé, tamanha a abundância?”.

Por vezes, são coisas tão inúteis aos produtores que ficam imaginando como aquele caldo denso e sem vida poderia servir para algo daquele tipo. Por outras, são coisas aparentemente valiosas: tomam-lhes frutos pessoais, cultivados ao lado da cabeceira do guardião, regados com a água do poço cavado com as próprias mãos, ramificando entre os dedos dos pés daquele que cuida e vivencia cada etapa do desenvolvimento do fruto.

E por que entregam gemas tão valiosas nas mãos de completos estranhos? A verdade é que o valor é dado por aquele que toma o fruto, sendo quase impossível mensurar quão valioso seja este ou aquele através dos olhos de quem doa. O valor é aplicado após análises pé a pé, uma vez que se percebe certa raridade no formato, na cor da casca e nos aromas que exalam. Quanto mais peculiar quando comparado ao que já se tem, tanto mais chama a atenção do pesquisador – é uma busca por um novo sabor, mesmo que, como já dito,

praticamente todos já tenham sido experimentados por bocas experientes. A procura é por ínfimas nuances que possam diferenciar a nova colheita de safras passadas; qualquer detalhe é precioso e deve ser agarrado com toda a força possível para que não escape num simples piscar de olhos.

— Já, eu, prefiro o que escapa...

Cada vez mais tais frutos julgados peculiares têm chamado a atenção de uma grande parcela de sujeitos que pesquisam, que os cobiçam de uma maneira singular. Em seus manuais, dizem que um olhar para o micro pode auxiliar de maneira extremamente relevante à compreensão acerca das vastas plantações. Em outras palavras, seria a partir do pequeno produtor, tão pequeno quanto se queira, que os milhões de alqueires frutíferos poderiam ser descritos em suas mais ínfimas sutilezas e compreendidos em seu mais vasto emaranhamento de caules.

No entanto, mesmo que seus objetivos não incluam o desenvolvimento e constatações de verdades acerca de como é tratada a lavoura ou mesmo de como estipular uma genealogia da região em que os frutos estão brotando, somente a ideia de inaugurar possibilidades para novos cultivos ou colheitas, notando alterações significativas de método, aplicação e interpretação, já os deixa extremamente felizes e satisfeitos.

Há ainda aqueles que se contentam com a descrição detalhada de como os frutos se desenvolvem e nada mais. Adia-se a colheita em detrimento da observação, para que seja possível constatar até que ponto os frutos aguentam permanecer firmes nos pés. Assim que caem, são levados para análise. Em suas mentes, são meros *voyeurs* que em nada interferem, tendo frutos totalmente nativos em suas mãos – às vezes um pouco fermentados, mas é o preço que se paga. Entretanto, se esquecem de que, assim como na física quântica, a partir do momento em que o observador é colocado diante de um evento, este é modificado – mesmo que seja de maneira imperceptível aos olhos daquele que capta o movimento.

— Mas, segundo os mesmos preceitos, o observador também não seria modificado por aquilo que está sendo observado?

Esses observadores estão atentos a cada nuance do terreno em que se escondem para observar: a cada nova semente germinada ou mesmo a cada novo habitante que passa a fazer parte daquela comunidade, tudo é milimetricamente cartografado no intuito de que, assim que

houver quedas de frutos, seja empreitada a corrida rumo a tomá-los em suas mãos e guardá-los em seu próprio balaio.

Há casos em que os observadores se disfarçam de objeto, para se tornarem, eles mesmos, parte da pesquisa que estão pesquisando, passando a compor aquele grupo para o qual miram o olhar. Nesses casos, quando querem se aproximar das árvores, no intuito de saciarem a vontade e poderem observar, a olho nu, o que está havendo com o desenvolvimento dos frutos, empunham suas enxadas e cavam ao redor do tronco para fazer com que as raízes respirem e sejam capazes de sustentar de maneira mais adequada o sustentáculo de seus objetivos: cavoucam delicadamente, retiram as ervas daninhas, ficam observando, atentos – no entanto, agora, integrados ao seio daqueles que cultivam.

Após longa espera – sim, é muito longa quando comparada ao ato de apresentar os papéis e ir logo falando com o dono da lavoura a fim de tomar-lhe alguma amostra – alguns frutos começam a cair e, como sabem que os sujeitos que ali habitam não dão valor a esses frutos caídos – ou, pelo menos, acham que são menos valorizados –, eles os tomam. Espremem. Fabricam um nanquim diferente daquele habitualmente encontrado na celulose dos tomos. Depositam o caldo a partir do que vivenciaram, do que sentiram com suas próprias peles, bocas e narizes. Tudo fica belamente cravado na brancura do papel, para quem quer que seja poder sentir o que foi sentido, observar junto àquele observador que agora já não o é: passou a ser sujeito de suas próprias folhas, autor e personagem de sua pesquisa.

Esses frutos têm a cor dourada e a tinta que deles se produz carrega o mesmo espectro luminoso. Percebe-se que há verdadeiros seguidores dessa luz angelical que reflete dos signos cravados a partir de gemas tão bem cuidadas, tão bem dispostas e analisadas por tantos olhos quanto seja formada a comunidade da qual o fruto foi colhido. Advindos de uma pesquisa, digamos, comunitária, em que muitas mãos misturam o nanquim, deixando muito suor e algum sangue impregnados no caldo, os vastos e inusitados volumes vão ganhando corpo, enchendo as prateleiras dos santuários bibliográficos hospedados nos mais diversos Olimpos espalhados pelo país e, por que não dizer, pelo mundo.

— Não posso deixar de pensar em categorizações, as quais disseram que não gostariam de efetuar. Mesmo assim, pergunto: seriam esses tipos elencados as únicas possibilidades? E por que a escolha por estes tipos e não por outros em seu lugar?

Qual lugar um pesquisador habita no momento em que está pesquisando? Em que região se encontra, exatamente, nos instantes em que está em relação com seu objeto de pesquisa? O que podemos chamar de *lugar da pesquisa*?

Desde o momento em que a relação é estabelecida, mesmo que a percepção dependa de discursos acerca desta relação ou mesmo da possibilidade de poder aprisionar o cupido numa rede de caçar borboletas, é certo que o pesquisador, enquanto sujeito que pesquisa, necessita ocupar algum lugar no complexo mundo que o rodeia e de que é integrante, a fim de ter onde pisar. Se levarmos a cabo as teorias acerca do espaço e do tempo, deveríamos encontrar quatro coordenadas e identificar, exatamente, dentro das quatro dimensões as quais conseguimos perceber, o exato lugar para o qual esse sujeito de pesquisa e os outros locomover-se-ão no decorrer de seu trabalho.

— Mas aí vocês limitariam *lugar* a algo puramente físico, e penso que esse conceito abrange muito mais que isso. Novamente, essa delimitação pode ser perigosa, num sentido que restringe o conceito de lugar. Seria isso mesmo?

A exatidão física desse lugar, *a priori* conhecido através das coordenadas espaço-temporais, deixa de fora lugares possíveis de visitação através de sensações outras que não aquelas obtidas por meio dos poros da pele: são aquelas oriundas dos próprios pensamentos daquele sujeito que pesquisa.

— Ah bom...

Em seu sofá totalmente localizável, esse sujeito poderia, facilmente, extrapolar as quatro dimensões e frequentar presente, passado e futuro num só passo. Poderia, ainda, caso quisesse, transformar-se num gigante, apoiar um de seus pés por sobre a Terra e o outro por sobre a superfície do Sol, a fim de que, no mesmo instante em que o Sol explodisse devido a algum cataclismo e exterminasse a Terra, aquele perceberia ambos os fenômenos nos instantes em que ocorressem. O tempo em que a luz atingiria suas retinas seria regulado pelo coeficiente angular da inclinação de seu corpo empreendida para observar o ocorrido. Em outras palavras, o sujeito seria o senhor de cada uma de suas percepções, antes mesmo de elas ocorrerem.

Assim, o lugar que ocupa o sujeito que pesquisa ultrapassa aspectos físicos e psicológicos, sendo um misto de aqui e lá e acolá e um e outro e muitos e vários, dependendo

de sua vontade de estar e permanecer ou de mudar e caminhar. O lugar passa a fazer parte do próprio sujeito que pesquisa e este, do lugar que pesquisa – um não lugar habitado e não habitado simultaneamente.

Tanto objeto quanto sujeito entram e saem desse (não)lugar conforme o sujeito olha ou deixa de olhar, que analisa ou sintetiza seus frutos para a obtenção da tinta preciosa. Tudo se torna à proporção que vai se tornando e se modifica à medida que olhares outros são empregados. O lugar dissolve-se em lugares multidimensionais, atemporais, alocais. O sujeito que pesquisa torna-se nômade de qualquer lugar que queira estar, estranho a si mesmo enquanto precisa reinventar-se caso queira encontrar nuances de sabores originais. Um viajante de/para/entre si e vários outros que vai se tornando à medida que vai pesquisando. Nômade do próprio lugar do nomadismo, ponto de fuga.

— Agrada-me a ideia de ciência nômade, ciência errante...

Em sua caminhada rumo à extração do caldo e da confecção de suas preciosas folhas feitas da mais pura celulose, vai deixando os lugares conforme os usa. Utiliza todo o potencial daquele local em que se encontra e, no momento em que se dá por satisfeito, em que vê que os pés estão sem frutos, ou somente com aqueles que já não o apetece, parte para outra terra, mais fértil, e começa tudo novamente. Não fixa lugar, pois precisa sempre de novos frutos, frescos, e não há tempo para plantar os próprios – na verdade, há, mas ele prefere o caminhar constante. Ele já está acostumado a utilizar a subsistência de certo lugar e partir, mesmo que seja para instalar morada momentânea em alguma terra já visitada por outros nômades. Isso é possível, pois frutos que interessam a alguns podem não interessar a outros, já que sempre haverá restos a serem notados e saboreados.

Um não lugar que se torna habitável à medida em que a relação pesquisa-pesquisador é estabelecida e que é abandonado no momento em que necessidades outras promovem dobras demarcadoras de outros não lugares habitáveis, ainda dentro da própria relação estabelecida, mas que não é a mesma: pelo contrário, ocorrem micro relações no interior do invólucro relacional, fazendo eclodir novos não-lugares, novos espaços, novas regiões em que pesquisa-pesquisador pode habitar ou desabitar a cada instante, desde/até o momento em que o emaranhado torna-se tão denso e insalubre que a única opção é a fuga, a viagem, a erraticidade.

Viajante do fora é para dentro que pensa avançar – diante de um problema caminha rumo às possíveis respostas que ecoam em sua mente e nos papéis, os quais se encontram nas

entrelinhas dos auxiliares referenciados bibliograficamente, mas que em nada auxiliam no momento em que a partida se aproxima. Diante da densidade e da velocidade infinita de cada partícula que o cerca, nada mais importa a não ser caminhar. Bebe o líquido sobressalente que ainda não foi utilizado em suas caminhadas iniciais pela brancura do papel, limpa os lábios com as costas do antebraço, respira fundo, toma sua bagagem pessoal – que, geralmente, resume-se às próprias vestes do corpo e uma caneta – e parte para dentro de um novo fora.

Alguns se cansam da jornada e sentam-se diante de uma fogueira, passando a vangloriar o precioso nanquim tatuado na celulose, virando e revirando as páginas à procura de estilo e precisão. Remoem o já triturado, misturando mais ainda os frutos amaçorados na tentativa de deixar a mistura mais suave e livre de pedaços de cascas. Deixam de ser nômades, mesmo que seja por momentos, horas, dias ou décadas, e fixam lugar no local da pesquisa. Erguem seu acampamento e passam a não mais se preocupar em sair da região, que se mostra cada vez mais acolhedora e receptiva. Entregam-se aos devires da área em que se encontram. Passam a defender aquela região, fazendo parte dali mais do que de si mesmos. Fixam *território*.

Ao nômade que persiste em errar, basta que sua fome seja satisfeita e que seus pés tenham forças para prosseguir. Faz a fogueira, mas permanece ao seu redor somente até o momento em que o dia amanhece e seu objetivo naquele local tenha sido cumprido – por mais que, na maioria das vezes, pouco saiba acerca de seus objetivos ou mesmo se os têm. Deseja caminhar, deseja conhecer novos pores de sol, novas águas cristalinas de rios e cachoeiras. Aquilo que ainda não viu é do que mais sente falta. Precisa se locomover, carece observar, tem necessidade de descrever, precisa partir.

Após longas jornadas, sempre chegando e saindo, saindo e chegando, em constante movimento, como numa mais bela fuga orquestrada pelo hífen que estabelece a relação entre pesquisa e sujeito pesquisador, há sempre o momento de deixar coisas para trás. Sejam pesquisadores que adotam o nomadismo como estilo de vida, ou mesmo aqueles que se abraçam a modos fundamentalistas de pesquisar, há algo que sempre é deixado para trás e que, geralmente, fica depositado em acervos bibliográficos olímpicos.

Geralmente, o ritual começa com a prostração diante de alguma autarquia institucionalizada, a qual olhará para o produto oriundo do trabalho de coleta, para a espremida dos frutos, para a composição de folhas com tinta junto às caminhadas operadas no

ato de pesquisar. Após várias horas sob observação e argumentação, o produto é classificado como apto ou não a integrar o rol daquilo que ficará à exposição para aqueles que desejarem folhear e conhecer o que ficou cravado nas páginas. Alguns observarão os detalhes, as curvas tipográficas mais estilizadas, as cores vivas da tinta extraída, até algumas diferenças, quando comparado a outros produtos da prateleira. Já outros, passarão pela exposição, olharão para as lombadas intituladas e o máximo que farão será roçar a mão sobre o invólucro, deixando a poeira continuar consumindo aquilo que restou de todo o processo de pesquisa.

Os blocos inertes ficam ali, expostos como oferendas atribuídas a deuses magnânimos; como uma forma de demarcar que a pesquisa foi feita e finalizada. E, mesmo que os resultados levem a vários outros questionamentos, mesmo que a tinta ainda esteja fresca e permita algumas pinceladas a mais, alguma viagem a mais, tudo é deixado ali, estático. Passa-se a outras etapas, encaminham-se outras caminhadas, determinam-se outras metas, objetivos. Novamente, vai-se a outros campos para novas colheitas, novos frutos frescos, enfim. Após tanto tempo sob o efeito ludibriante daquela tinta com cheiro já amargo, é hora de receber as moedas de ouro – para aqueles que recebem – e seguir, sem levar peso extra.

Os habitantes das terras que forneceram toda a matéria-prima, frutos tão maravilhosos, agora não passam de estátuas de sal, as quais o vento rapidamente deformará e a chuva, assim que vier, dissolverá por completo. Resta a tinta seca. Resta a fina poeira. Restam as traças a saborearem a doce celulose. Restam algumas digitais sobre o invólucro. Restam margens delimitadas, numeradas e indexadas. Tudo imóvel, intrêmulos e inerte, a mercê de alguma alma vagante que aviste. Resta, enfim, um despacho.¹³⁵



136

¹³⁵ Termo inspirado em ROLNIK, S. Despachos no Museu. In: RAGO, M., ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 309-324.

¹³⁶ In: <<https://www.iquilibrio.com/blog/espiritualidade/umbanda-candomble/macumba/>> (cores alteradas). Acesso em 16 dez. 2019.

*P.S. Até hoje ainda não aconteceu.
Mas, sim. Quero ser professor de Análise.*